



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 051 – TERÇA-FEIRA, 06 DE ABRIL DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p>3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO E DA MINORIA - 22 (PT -13, PSB - 3, PTB - 3, PL 3)</p> <p>LÍDER - PT Ideli Salvatti - PT</p> <p>Vice-Líderes Roberto Saturnino - PT Ana Júlia Carepa - PT Flávio Arns - PT</p> <p>LÍDER - PL - 3 Magno Malta - PL</p> <p>Vice-Líder Aelton Freitas</p> <p>LÍDER - PSB - 3 João Capiberibe - PSB</p> <p>Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Junior</p> <p>LÍDER - PTB - 3 Duciomar Costa - PTB</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB - 23</p> <p>LÍDER Renan Calheiros - PMDB</p>	<p>Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28 PFL 17, PSDB - 11</p> <p>LÍDER Efraim Moraes - PFL</p> <p>Vice-Líderes Tasso Jereissati - PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolfo Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER - PFL José Agripino - PFL</p> <p>Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Borges João Ribeiro</p> <p>LÍDER - PSDB Arthur Virgílio - PSDB-AM</p>	<p>Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p> <p>LIDERANÇA DO PDT - 5 LÍDER Jefferson Péres - PDT</p> <p>Vice-Líder Almeida Lima</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 2</p> <p>LÍDER Mozarildo Cavalcanti - PPS</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>LÍDER Aloizio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvati – PT Romero Jucá - PMDB</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 31ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE ABRIL DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2004 (nº 1.148/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo por troca de notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas proximidades das Cidades de Assis Brasil e Iñapari, concluído em Lima, em 30 de setembro de 2003..... 09342

Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2004 (nº 1.149/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo por troca de notas que dará efetividade ao “Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista”, o qual conta com financiamento do “Japan Bank for International Cooperation” no valor de vinte e um bilhões e seiscentos e trinta e sete milhões de ienes e terá como mutuário a Companhia de Saneamento Básico de São Paulo, assinado pelo Governo da República Federativa do Brasil e pelo Governo do Japão, na cidade de Brasília, em 20 de agosto de 2003..... 09348

Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2004 (nº 520/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Extradicação, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Paris, em 28 de maio de 1996..... 04351

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Relações Exteriores dos Projetos de Decretos Legislativos nºs 391 a 393, de 2004, lidos anteriormente, findo o qual a referida Comissão terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre as proposições..... 04361

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 179, de 2004, em 1º de abril de 2004 e publicada em 2 de abril do mesmo ano, que “altera os arts. 8º e 16 da Lei nº 9.311, de

24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências”. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. 09361

1.2.3 – Ofício

Nº 236/2004, de 2 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar à Medida Provisória nº 176, de 2004..... 09362

1.2.4 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941, (que cria o Código de Processo Penal Brasileiro) para incluir o parágrafo único no artigo 244 no referido Código. Altera a Lei nº 4.898 de 09 de outubro de 1941 (Lei de Abuso de Autoridade) para incluir a letra “j” ao artigo 4º. Altera o Decreto-Lei nº 3.992 de 30 de dezembro de 1941, (Lei das Estatísticas Criminais) para incluir o artigo 2º A. 09362

1.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 395, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando Voto de Aplauso à atleta brasileira Daniele Hypólito, pela conquista da terceira etapa da Copa do Mundo de Ginástica, realizada no Rio de Janeiro..... 09365

Nº 396, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando Voto de Aplauso ao atleta brasileiro Diego Hypólito, pela inédita conquista de duas medalhas de ouro, na terceira etapa da Copa do Mundo de Ginástica, realizada no Rio de Janeiro..... 09365

Nº 397, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando Voto de Aplauso à atleta brasileira Daiane dos Santos, pela conquista da terceira etapa da Copa do Mundo de Ginástica, realizada no Rio de Janeiro. 09366

Nº 398, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando Voto de Aplauso ao Engenheiro Agrônomo e pesquisador André Laçava Bailone e ao Jardim Botânico de S.Paulo e ao Instituto Brasileiro de Referência Ambiental, pela iniciativa con-

junta realizada com êxito, para produzir na Capital paulista, com desvelo e muita pesquisa, a famosa flor amazonense Vitória Régia..... 09366

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR *DUCIOMAR COSTA*, como Líder – Apelo ao Presidente dos Correios para solucionar o problema apresentado pela comunidade de Ourilândia-PA, referente à não renovação do contrato com a companhia aérea responsável pelo transporte das cartas e encomendas. Justificativas à Proposta de Emenda Constitucional nº 11, de 2004, de sua autoria, que altera o artigo 37 da Constituição Federal, para disciplinar os direitos do ocupante de cargo em comissão por ocasião de sua exoneração..... 09367

SENADOR *PAULO PAIM* – Apresentação de projeto de lei que altera o Código Penal com o objetivo de coibir ações arbitrárias contra cidadãos negros. Apelo à aprovação da PEC paralela e por salário-mínimo de US\$ 100..... 09368

SENADOR *RAMEZ TEBET* – Congratulações à ginasta Daiane dos Santos pela medalha de ouro conquistada no mundial de ginástica realizado no Rio de Janeiro e cumprimenta toda a equipe de ginástica brasileira pelo desempenho na competição..... 09372

SENADOR *VALDIR RAUPP* – Comentários à realização da Terceira Conferência da Amazônia realizada em Porto Velho – RO e, a participação de ministros, representantes de organizações não-governamentais e de entidades indígenas. Pede que Senado deixe caso Waldomiro e vote matérias de interesse do país. 09374

SENADOR *JOÃO RIBEIRO* – Defesa do término da construção da Ferrovia Norte-Sul para impulsionar a agricultura tocantinense, afirmando a importância do apoio por parte do governo federal, à agricultura brasileira. 09376

SENADOR *ANTONIO CARLOS VALADARES* – Crítica ao processo que pede a cassação do Senador João Alberto Capiberibe e da Deputada Federal Janete Capiberibe, ambos do PSB-SE, considerando o processo fundamentado em provas frágeis... 09377

SENADORA *SERYS SLHESSARENKO*, como Líder – Moção de apoio da Terceira Conferência da Amazônia realizada em Porto Velho-RO, ao Senador João Capiberibe e à Deputada Janete Capiberibe..... 09383

SENADOR *EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS* – A importância da Secretaria da Juventude criada por S.Exa. quando prefeito de Palmas..... 09383

SENADOR *ALVARO DIAS* – Comentários sobre a reportagem publicada na revista 'IstoÉ Dinheiro' na edição deste final de semana, denunciando ligação do Secretário de Comunicação da Presidência, Luís Gushiken com Waldomiro Diniz. Críticas ao discurso do Presidente Lula proferido no Mato Grosso do Sul. Solidariedade ao Senador João

Capiberibe e à sua esposa Janete Capiberibe, em processo julgado pelo Tribunal Superior Eleitoral. 09384

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI*, como Líder – Anúncio da reativação do Correio Aéreo Nacional na Amazônia. Comentários à reportagem publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, que registra que o Brasil tem menos estudantes no ensino superior do que a Bolívia. 09387

SENADOR *GERALDO MESQUITA JÚNIOR* – Anúncio da visita do Presidente Lula ao Estado do Acre. Apelo pela premência na análise de vetos presidenciais. Solidariedade ao Senador João Capiberibe e à sua esposa, a Deputada Janete Capiberibe que estão sendo julgados pelo Tribunal Superior Eleitoral acusados de tentativa de compra de votos na última eleição. 09389

SENADOR *JOSÉ JORGE* – Apresentação de solidariedade ao Senador João Capiberibe, devido ao processo em julgamento no Tribunal Superior Eleitoral. Críticas à falta de apoio do Governo Federal ao Estado de Pernambuco. 09392

SENADOR *ANTONIO CARLOS MAGALHÃES*, como Líder – Protesto contra discriminação que o governo federal estaria fazendo contra os estados governados por políticos do PSDB e, principalmente, do PFL..... 09395

SENADOR *PAULO OCTÁVIO* – Agradecimentos ao governo federal ao atendimento a seu pedido no sentido de que fosse corrigido erro no cálculo do valor do Fundo Constitucional do Distrito Federal..... 09396

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Comentários à matéria publicada no jornal **The New York Times** intitulada “Esforços Brasileiros de Progresso atolam em Escândalo Político”. Anúncio da apresentação de requerimento de convite para que o Ministro da Casa Civil, José Dirceu, e o Presidente do PSDB, José Serra, deponham na Comissão de Fiscalização e Controle..... 09397

SENADOR *ROBERTO SATURNINO*, como Líder – Críticas à matéria do “New York Times” sobre Governo Brasileiro..... 09401

SENADOR *PEDRO SIMON* – Alerta para perigo de desacreditar o Ministério Público em que considera perigosa a atitude tanto do Partido dos trabalhadores quanto do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, em defesa de uma lei que restrinja a sua autonomia. 09403

SENADOR *TASSO JEREISSATI*, como Líder – Discriminação por parte do Governo Federal, na liberação de recursos para estados governados por partidos de oposição. Manifestação contrária à possibilidade de diminuição dos poderes do Ministério Público. 09406

SENADOR *ALOÍZIO MERCADANTE*, como Líder – Rebate a argumentação de que seu partido

esteja pensando em reduzir os poderes do Ministério Público. 09407

SENADOR *GARIBALDI ALVES FILHO* – Apoio à aprovação da PEC paralela. 09407

1.2.7 – Leitura de requerimentos

Nº 399, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando Voto de Aplauso ao insigne Magistrado Dr. José Baptista Vidal Pessoa, que ora se aposenta do cargo de Juiz do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, ao qual prestou relevantes serviços e cuja vida digna é modelo para a Magistratura nacional. Usa da palavra o Sr. Arthur Virgílio. 09408

Nº 400, de 2004, de autoria do Senador Valdir Raupp, solicitando que o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003, seja também submetido ao exame da Comissão de Educação, após concluída sua apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça. 09409

Nº 401, de 2004, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando que seja considerado como licença para tratamento de saúde, do dia 6 de abril a 20 de abril, conforme atestado médico. 09410

Nº 402, de 2004, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando concessão de licença para tratar de assuntos de interesse particular, sem remuneração, de 21 de abril a 4 de agosto de 2004. 09410

1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Críticas à inércia da administração Lula. Transcrição, nos Anais do Senado, da matéria intitulada “Predomina mentalidade de não levar nada a sério”, do jornalista Daniel Piza, publicada no jornal *O Estado de S.Paulo*, do último domingo. Registro da entrevista concedida pelo senador Tasso Jereissati ao Jornal do Brasil de 22 de março último, alertando para o risco de governabilidade e de instabilidade em que o país atravessa. 09410

SENADOR *JOÃO ALBERTO SOUZA* – Considerações sobre o papel do governo na prevenção e controle das enchentes, a fim de se evitar tragédias que assolam milhares de municípios brasileiros. ... 09414

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Comentários ao artigo “Estatuto do Embrião”, de Daniel Serrão, publicado pela revista *Bioética*, editada pelo Conselho Federal de Medicina. 09415

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Comentários a artigo intitulado “Os pingos nos is”, de autoria do jornalista Merval Pereira, publicado na *O Globo*, de 22 de março. 09417

SENADOR *ANTERO PAES DE BAROS* – Considerações às matérias publicadas no jornal *O Globo* de 17 e 18 de março, relacionados ao caso Waldomiro Diniz e suas repercussões. 09418

SENADOR *VALMIR AMARAL* – Homenagem ao Dia do Revisor e ao Dia do Diagramador, transcorrido em 28 de março. 09421

SENADOR *EDISON LOBÃO* – Repercussão positiva do anúncio da liberação de recursos para atender à recuperação das rodovias deterioradas no país, ressaltando a necessidade da restauração da BR-316, localizada no Maranhão. 09422

1.2.9 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 09422

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 05.04.2004

3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ata circunstanciada da 2ª Reunião Extraordinária de 2004, realizada em 1º de março de 2004. 09424

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 31ª Sessão Não Deliberativa, em 5 de abril de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos e Alberto Silva
da Sra. Serys Slhessarenko, e dos Srs. Geraldo Mesquita Júnior e Roberto Saturnino*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados, que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 391, DE 2004

(Nº 1.148/2004, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo por troca de notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas proximidades das Cidades de Assis Brasil e

Inapari, concluído em Lima, em 30 de setembro de 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo por troca de notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas proximidades das Cidades de Assis Brasil e Inapari, concluído em Lima, em 30 de setembro de 2003.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE SOBRE O RIO ACRE, NAS PROXIMIDADES DAS CIDADES DE ASSIS BRASIL E IÑAPARI

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Peru
(doravante denominados "Partes")

CONSIDERANDO a prioridade atribuída, no Tratado de Amizade e Cooperação, de 16 de outubro de 1979, ao aperfeiçoamento dos vínculos entre os dois países nos setores dos transportes e das comunicações;

CONSIDERANDO os propósitos de impulsionar o desenvolvimento da infra-estrutura física e a integração transfronteiriça na América do Sul, expressos no Comunicado de Brasília, de 1º de setembro de 2000;

CONSIDERANDO o disposto nos Artigos I e II do Acordo sobre Conexão Rodoviária, concluído em 26 de junho de 1981, que determinam as localidades vizinhas de Assis Brasil (Brasil) e Iñapari (Peru) como ponto prioritário de interconexão entre os sistemas rodoviários dos dois países, o qual requer a construção de uma ponte sobre o rio Acre,

ACORDAM o seguinte:

ARTIGO I

As Partes se comprometem a iniciar, por intermédio das suas respectivas autoridades competentes, as ações referentes à construção, incluída a infra-estrutura complementar e acessos, de uma ponte sobre o rio Acre, situada nas proximidades das cidades de Assis Brasil, no Brasil, e Iñapari, no Peru.

ARTIGO II

Para os fins mencionados no Artigo I do presente Acordo, as Partes criam uma Comissão Mista Brasileiro – Peruana, doravante denominada Comissão Mista, integrada por cinco (5) membros em cada delegação, com representantes dos Ministérios dos Transportes (2) e das Relações Exteriores (1) de ambos os países, bem como dos governos estadual (1) e municipal (1), segundo designação que cada Parte comunicará à outra no prazo de sessenta (60) dias corridos, a contar da data da entrada em vigor deste Acordo.

ARTIGO III

1. Será da competência da Comissão Mista:

- a) preparar a documentação necessária à construção da ponte e à realização das suas obras complementares e acessos;
 - b) referendar o projeto executivo da obra;
 - c) acompanhar a construção até a sua conclusão e realizar duas vistorias, após seis meses e um ano de inauguração.
2. A Comissão Mista terá poderes para solicitar assistência técnica e toda a informação que considerar necessária para o cumprimento de suas funções.
3. Cada Parte será responsável pelos gastos decorrentes da sua representação na Comissão Mista.

ARTIGO IV

1. Os custos relativos à elaboração de estudos e do projeto executivo serão cobertos com recursos do Governo do Estado do Acre.
2. O Projeto de Engenharia referente à construção da ponte e acessos será fornecido pelo Governo do Estado do Acre e aprovado pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, órgão vinculado ao Ministério dos Transportes do Brasil.
3. Os custos relativos à construção da ponte, seus acessos e obras complementares serão cobertos com recursos financeiros do Governo da República Federativa do Brasil, em parceria com o Governo do Estado do Acre.
4. A contratação da obra se dará por meio de licitação pública, coordenada por uma comissão específica brasileira. O Governo peruano será convidado a designar representante para acompanhar os trabalhos da referida comissão.
5. Os custos referentes às desapropriações necessárias à implantação das obras em cada território nacional serão da responsabilidade exclusiva do Governo Nacional, no caso do Peru, e do Governo Federal, no caso do Brasil.

ARTIGO V

1. As Partes se comprometem a notificar uma à outra sobre o cumprimento das respectivas formalidades legais internas necessárias para a implementação do presente Acordo, o qual entrará em vigor a partir da data de recepção da segunda notificação.
2. As Partes poderão, a qualquer tempo, denunciar o presente Acordo, pela via diplomática e com uma antecedência de um ano.

ARTIGO VI

As Partes poderão, a qualquer momento e de comum acordo, realizar modificações ao presente Acordo, pela via diplomática.

ARTIGO VII

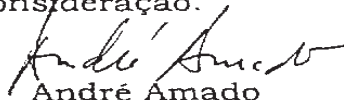
Qualquer controvérsia que possa surgir a partir da interpretação ou aplicação do presente Acordo será dirimida por negociação entre as Partes, pela via diplomática.

ARTIGO VIII

O presente Acordo substitui o "Acordo entre o Governo da República do Peru e o Governo da República Federativa do Brasil para a construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas proximidades das cidades de Assis Brasil e Iñapari", assinado em 11 de abril de 2003.

Caso o Governo da República do Peru concorde com a redação proposta, a presente Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, de igual teor, constituirão modificação do Acordo em apreço, que entrará em vigor conforme as disposições constantes de seu Artigo V.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos da mais alta consideração.



André Amado
Embaixador do Brasil

A Sua Excelência o Senhor Allan Wagner Tizón
Ministro de Relaciones Exteriores da República do Peru

**ACUERDO ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DEL PERÚ Y EL
GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL
PARA LA CONSTRUCCIÓN DE UN PUENTE SOBRE EL RÍO ACRE, EN LAS
PROXIMIDADES DE LAS CIUDADES DE IÑAPARI Y ASSIS BRASIL**

El Gobierno de la República del Perú

y

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

(En adelante denominados "Partes")

CONSIDERANDO la prioridad atribuida en el Tratado de Amistad y Cooperación de 16 de octubre de 1979 al perfeccionamiento de los vínculos entre los dos países en los sectores de transportes y comunicaciones;

CONSIDERANDO los propósitos de impulsar el desarrollo de la infraestructura física y la integración transfronteriza en América del Sur, expresados en el Comunicado de Brasilia, de 1 de septiembre de 2000;

CONSIDERANDO lo dispuesto en los artículos I y II del Acuerdo sobre Interconexión Vial concluido el 26 de junio de 1981, que determinara las localidades vecinas de Iñapari, en el Perú y de Assis Brasil, en el Brasil, como puntos prioritarios de interconexión entre los sistemas viales de los dos países, lo cual requiere la construcción de un puente sobre el río Acre;

ACUERDAN lo siguiente:

ARTICULO I

Las Partes se comprometen a iniciar, por intermedio de sus respectivas autoridades competentes, las acciones referentes a la construcción, incluida la infraestructura complementaria y accesos de un puente sobre el río Acre situado en las proximidades de las ciudades de Iñapari, en el Perú y Assis Brasil, en el Brasil.

ARTICULO II

Para los fines mencionados en el Artículo I del presente Acuerdo, las Partes crean una Comisión Mixta peruano-brasileña, en adelante denominada "Comisión Mixta", integrada por cinco (5) miembros en cada delegación, con representantes de los Ministerios de Transportes (2) y de Relaciones Exteriores (1) de ambos países y del Gobierno regional (1) y local (1), según designación que cada Parte comunicará a la Otra en el plazo de sesenta días (60) calendario, contados a partir de la fecha de entrada en vigor de este Acuerdo.

ARTICULO III

1.- Será competencia de la Comisión Mixta:

- a) Preparar la documentación necesaria para la construcción del puente y para la realización de sus obras complementarias y accesos.
- b) Refrendar el proyecto ejecutivo de la obra.
- c) Acompañar la construcción hasta su conclusión y realizar dos inspecciones después de seis meses y un año de la inauguración.

2.- La Comisión Mixta tendrá poderes para solicitar asistencia técnica y toda información que considere necesaria para el cumplimiento de sus funciones.

3.- Cada Parte será responsable por los gastos corrientes de su representación en la Comisión Mixta.

ARTICULO IV

1.- Los costos relativos a la elaboración de estudios y del proyecto ejecutivo serán cubiertos con recursos del Gobierno del Estado de Acre.

2.- El Proyecto de Ingeniería referente a la construcción del puente, sus accesos, serán cubiertos por el Gobierno del Estado de Acre y aprobado por el Departamento Nacional de Infraestructura de Transportes -DNIT, órgano vinculado al Ministerio de Transporte del Brasil.

3.- Los costos relativos a la construcción del puente, sus accesos y obras complementarias, serán cubiertos con recursos financieros del Gobierno de la República Federativa del Brasil, conjuntamente con el Gobierno del Estado de Acre.

4.- La contratación de la obra se dará por medio de licitación pública, coordinada por una comisión específica brasileña. El Gobierno peruano será invitado a designar representante para acompañar los trabajos de la referida comisión.

- 5.- Los costos referentes a las expropiaciones necesarias para la ejecución de las obras en cada territorio nacional serán de responsabilidad exclusiva del Gobierno nacional, para el caso del Perú, y del Gobierno Federal, para el caso del Brasil.

ARTICULO V

1.- Las Partes se comprometen a notificarse mutuamente el cumplimiento de las respectivas formalidades legales internas indispensables para la ejecución del presente Acuerdo, el cual entrará en vigor a partir de la fecha de recepción de la segunda notificación.

2. Las Partes podrán, en cualquier momento, denunciar el presente Acuerdo por vía diplomática y con un año de antelación.

ARTICULO VI

Las Partes podrán en cualquier momento, de común acuerdo, realizar modificaciones al presente Acuerdo, mediante vía diplomática.

ARTICULO VII

Cualquier controversia que pudiera surgir de la interpretación o aplicación del presente Acuerdo, será resuelta por negociación entre las Partes por vía diplomática.

ARTICULO VIII

El presente acuerdo reemplaza al "Acuerdo entre el Gobierno de la República del Perú y el Gobierno de la República Federativa del Brasil para la Construcción de un Puente sobre el Río Acre, en las Proximidades de las Ciudades de Iñapari y Assis Brasil", suscrito el 11 de abril de 2003.

3. Caso el Gobierno de la República del Perú esté de acuerdo con la redacción propuesta, a la presente Nota y a la Nota de respuesta de Vuestra Excelencia, de igual tenor, constituirán la modificación del Acuerdo de referencia, que entrará en vigor según las disposiciones que consta en su Artículo V.

Aprovecho la oportunidad para reiterar a Vuestra Excelencia, las seguridades de mi más alta y distinguida consideración.

André Amado
Embajador"

Al respecto, me es particularmente grato poner en conocimiento de Vuestra Excelencia la conformidad del Gobierno de la República del Perú con el texto antes transcrito, por lo cual la presente Nota y la de Vuestra Excelencia constituyen un Acuerdo entre nuestros dos Gobiernos.

Es propicia la ocasión para reiterar a Vuestra Excelencia las seguridades de su más alta y distinguida consideración.



Allan Wagner Tizón
Ministro de Relaciones Exteriores
de la República del Perú

MENSAGEM Nº 62, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo, por troca de notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para a Construção de uma Ponte sobre o rio Acre, nas proximidades das Cidades de Assis Brasil e Inãpari, concluído em Lima, em 30 de setembro de 2003.

Brasília, 5 de fevereiro de 2004. – **Luiz Inácio da Silva**.

EM nº 10 DAI/DAM-II/ PAIN-BRAS-PERU

Brasília, 15 de janeiro de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência texto do Acordo, por troca de notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para a Construção de uma Ponte sobre o rio Acre, nas proximidades das Cidades de Assis Brasil e Inãpari, concluído em 30 de setembro de 2003.

2. O presente acordo dispõe sobre a criação de uma comissão mista binacional e suas competências, sobre os custos da construção e outras matérias. Estabelece, também, que as Partes poderão, a qualquer tempo, denunciá-lo, por via diplomática e com antecedência mínima de um ano.

3. Além disso, o Acordo substitui ato internacional anteriormente celebrado entre as mesmas Partes e sobre assunto idêntico. A substituição tomou-se necessária em razão da necessidade de incorporar modificações ao ajuste dantes assinado, que levaram à reformulação de grande parte de seu texto. Assim, deve ser retirado o ato internacional encaminhado ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 264, de 17 de junho de 2003.

4. Dentre as principais alterações introduzidas pelo presente Acordo, cabe destacar a seguintes: (a) os custos relativos à elaboração de estudos e do projeto executivo serão cobertos com recursos do Governo do Estado do Acre; (b) os custos relativos à construção da ponte, seus acessos e obras complementares serão cobertos com recursos financeiros do Governo da República Federativa do Brasil em parceria com o Governo do Estado do Acre; e (c) contratação da obra se dará por uma comissão específica brasileira, acompanhada por representante do Governo peruano.

5. No que se refere aos encargos a serem assumidos pelo Estado do Acre, esclareço que tais obriga-

ções obtiveram anuência do Governador, mediante a assinatura de assinatura Termo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Acre.

6. Ademais, cabe observar que a ponte sobre o rio Acre é de grande interesse não apenas para o Estado do Acre, cujo Governo participou de reuniões preparatórias para a redação da minuta do Acordo, como também para toda a região Norte e Centro-Oeste.

7. Trata-se da primeira ponte entre os territórios do Brasil e do Peru. Sua construção se reveste de grande significado para a integração física entre os dois países. Sinaliza a intenção do Peru e do Brasil de fazer avançar a iniciativa para a integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul.

8. Como a entrada em vigor do Acordo em tela depende de aprovação legislativa, nos termos do artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, permito-me submeter-lhe o anexo projeto de Mensagem Presidencial, que o encaminha à apreciação do Congresso Nacional, bem como solicita a retirada do ato internacional encaminhado pela Mensagem nº 264, de 17 de junho de 2003.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atas internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

.....
(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 392, DE 2004**

(Nº 1.149 /2004 , na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo por troca de notas que dará efetividade ao “Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista”, o qual conta com financiamento do “Japan Bank for International Cooperation” no valor de Y21.637 bilhões (vinte e um bilhões e seiscentos e trinta e sete milhões de ienes) e terá como mutuário a Companhia de Sa-

neamento Básico da São Paulo, assinado pelo Governo da República Federativa do Brasil e pelo Governo do Japão na cidade de Brasília, em 20 de agosto de 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo por troca de notas que dará efetividade ao “Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista”, o qual conta com financiamento do “Japan Bank for International Cooperation” no valor de Y21.637 bilhões (vinte e um bilhões e seiscentos e trinta e sete milhões de ienes) e terá como mutuário a Companhia de Saneamento Básico de São Paulo, assinado pelo Governo da República Federativa do Brasil e pelo Governo do Japão na cidade de Brasília, em 20 de agosto de 2003.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar a revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I, do art. 49, da Constituição Federal, acarreta encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

DSF/DAOC-II/DAI/001 /PAIN-BRAS-JAPA

Brasília, 20 de agosto de 2003

A Sua Excelência o Senhor

Tadashi Ikeda

Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Japão

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota de Vossa Excelência, desta data, cujo teor é o seguinte:

“Excelência,

Tenho a honra de confirmar o seguinte entendimento recentemente alcançado entre os representantes do Governo do Japão e do Governo da República Federativa do Brasil com relação a empréstimo japonês a ser concedido com vistas a promover os esforços para o desenvolvimento da República Federativa do Brasil e a fortalecer as relações amistosas entre os dois países.

1. Um empréstimo em ienes japoneses até o montante de vinte e um bilhões e seiscentos e trinta e sete milhões de ienes (21.637.000.000) (doravante denominado “o Empréstimo”) será estendido à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (doravante “O

Mutuário brasileiro”) pelo Banco do Japão para Cooperação Internacional (doravante denominado “o Banco”), de acordo com as leis e regulamentos japoneses pertinentes, para a implementação do Projeto de Melhoria do Saneamento da Baixada Santista (doravante denominado “o Projeto”).

2. (1) O Empréstimo será tornado disponível mediante acordo de empréstimo a ser firmado entre o Mutuário brasileiro e o Banco. Os termos e as condições do empréstimo, assim como os procedimentos para sua utilização, serão regidos pelo mencionado acordo de empréstimo, que conterà, **inter alia**, os seguintes princípios:

a) o prazo de amortização será, de dezoito (18) anos, após prazo de carência de sete (7) anos;

b) (i) a taxa de juros será de um vírgula oito por cento (1,3%) ao ano;

(ii) não obstante o inciso (i) acima, quando uma parte do empréstimo for disponibilizada para cobrir pagamento das porções anti-polluição do sistema de saneamento, a taxa de juros da mencionada parte será então de dois e meio por cento (2,5%) ao ano, e

c) o período de desembolso será de sete (7) anos à partir da data em que entrar em vigor o acordo de empréstimos pertinente.

(2) O acordo de empréstimo mencionado no sub-parágrafo (1) acima será findo após o banco estar satisfeito com relação à viabilidade, inclusive quanto a considerações ambientais, do Projeto.

(3) O período de desembolso mencionado no sub-parágrafo (1) (c) acima pode ser estendido com o consentimento das autoridades competentes dos dois Governos.

3. A amortização do principal do empréstimo concedido ao Mutuário brasileiro, assim como o pagamento de juros e quaisquer outras obrigações advindas do empréstimo, serão garantidos pelo Governo da República Federativa do Brasil, sujeito ao cumprimento dos procedimentos domésticos para a aprovação da garantia.

4. (1) O Empréstimo estará disponível para cobrir pagamentos efetuados pelo Mutuário brasileiro aos fornecedores, empresas contratadas e/ou consultores de países fornecedores elegíveis em conformidade com os

contratos que venham a ser firmados entre eles para compras de produtos e/ou serviços necessários à implementação do Projeto, desde que tais compras sejam efetuadas naqueles países fornecedores elegíveis e se refiram a produtos fabricados por esses países ou a serviços por eles fornecidos.

(2) A gama de países fornecedores elegíveis, como mencionados no inciso (1) acima, será objeto de acordo entre as autoridades competentes dos dois Governos.

(3) Parte do empréstimo poderá ser usada para cobrir despesas elegíveis em moeda local, necessárias à implementação do projeto.

5. Os produtos e/ou serviços mencionados no inciso (1) do parágrafo 4 deverão ser comprados de acordo com as diretrizes de compras do banco, que estabelecem, inter alia, os procedimentos de licitação internacional a serem seguidos, exceto quando tais procedimentos forem inaplicáveis ou inadequados.

6. Com relação ao transporte e ao seguro marítimo de produtos adquiridos sob o empréstimo, os dois Governos evitarão, dentro do escopo das leis e regulamentos pertinentes dos seus respectivos países, impor quaisquer restrições que possam impedir a livre e justa concorrência entre as empresas de navegação e de seguro marítimo dos dois países.

7. Aos nacionais japoneses cujos serviços sejam necessários dentro da República Federativa do Brasil em conexão com o fornecimento dos produtos e/ou serviços mencionados no inciso (1) do parágrafo 4 serão dadas, de acordo com as leis e regulamentos brasileiros sobre estrangeiros apropriados, as facilidades que sejam necessárias à sua entrada na República Federativa do Brasil e à sua permanência para o desempenho de seu trabalho.

8. O Governo da República Federativa do Brasil deverá tomar medidas necessárias para garantir que o Mutuário brasileiro assumirá a obrigação de pagamento de todos os impostos e taxas impostas na República Federativa do Brasil sobre e/ou em conexão com o empréstimo bem como juros daí advindos.

9. O Governo da República Federativa do Brasil deverá tomar as medidas necessárias para assegurar que os mutuários cumprirão as obrigações de que:

a) o Empréstimo será usado apropriadamente e exclusivamente para o Projeto; e

b) as construções e equipamentos obtidos sob o Empréstimo sejam mantidos e usados apropriadamente e efetivamente para os propósitos prescritos neste entendimento.

10. O Governo da República Federativa do Brasil deverá, quando solicitado, fornecer ao Governo do Japão e ao Banco informações e dados sobre o progresso na implementação do Projeto.

11. Os dois Governos deverão consultar-se mutuamente à respeito de qualquer assunto que possa surgir do, ou em conexão com o entendimento acima.

Tenho ainda a honra de propor que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, confirmando o acima exposto em nome do Governo da República Federativa do Brasil, passem a constituir um acordo entre os dois Governos, o qual entrará em vigor quando do recebimento, pelo Governo do Japão, de notificação por escrito do Governo da República Federativa do Brasil informando terem sido cumpridas os procedimentos internos necessários à entrada em vigor do referido Acordo, incluindo os procedimentos internos para a aprovação da garantia mencionada no parágrafo 3.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Takashi Ikeda Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Japão na República Federativa do Brasil"

Tenho ainda a honra de confirmar, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, que o acima exposto é, também, o entendimento do Governo da República Federativa do Brasil, e de concordar com que a Nota de Vossa Excelência e esta Nota de resposta constituam um Acordo entre os dois Governos, o qual entrará em vigor à data do recebimento, pelo Governo do Japão, de notificação por escrito, por parte do Governo da República Federativa do Brasil de que se cumpriram os procedimentos internos necessários à sua vigência, incluindo os procedimentos domésticos para a aprovação das garantias mencionadas no parágrafo 3.

Aproveito esta oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração. – **Celso Amorim**, Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

MENSAGEM Nº 700, DE 2003

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, o texto do Acordo por Troca de Notas que dará efetividade ao “Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista”, o qual conta com financiamento do “Japan Bank for International Cooperation” no valor de Y21.637 bilhões (vinte e um bilhões e seiscentos e trinta e sete milhões de ienes) e terá como mutuário a Companhia de Saneamento Básico de São Paulo, assinado pelo Governo da República Federativa do Brasil e pelo Governo do Japão na cidade de Brasília, em 20 de agosto de 2003.

Brasília, 3 de dezembro de 2003.



EM Nº 348/DAI/DSF – PAIN/MRE

Brasília, 4 de novembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Acordo por Troca de Notas, assinado no dia 20 de agosto do corrente ano, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, relativo ao Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista. O Programa, concebido com vistas a fortalecer as relações de amizade e a cooperação econômica entre os dois países, conta com financiamento do Japan Bank for International Cooperation (JBIC) no valor de Y\$21,637 bilhões (vinte e um bilhões, seiscentos e trinta e sete milhões de ienes) e terá como mutuário a Companhia de Saneamento Básico de São Paulo,

2. O Programa foi aprovado por intermédio da recomendação número 527 de 9 de setembro de 2000 da Comissão de Financiamentos Externos, órgão colegiado presidido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), no qual o Ministério das Relações Exteriores (MRE) tem assento. O programa destina-se a efetuar melhorias sanitárias e ambientais na região metropolitana da Baixada Santista com a eliminação das intermitências no abastecimento de água potável e a construção de sistemas de esgotos para a elevação do nível de atendimento das atuais redes coletoras de 19% para 95% da população urbana residente na região. Foram executados e concluídos todos os estudos

de viabilidade econômico-financeira e ambiental necessários à execução do programa.

3. Venho, desse modo, apresentar a Vossa Excelência Acordo por Troca de Notas para encaminhamento ao Congresso Nacional, com vistas a sua aprovação, a qual é necessária para formalizar o entendimento de cooperação financeira entre os dois governos. O Acordo encontra-se em anexo, acompanhado de parecer favorável da consultoria jurídica deste Ministério das Relações Exteriores e de Projeto de Mensagem ao Congresso Nacional sobre a matéria.

Respeitosamente, – Samuel **Pinheiro Guimarães Neto**.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....
*(À Comissão de Relações Exteriores e
Defesa Nacional.)*

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 393, DE 2004**

(Nº 520/97, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Tratado de Extradicação, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Paris, em 28 de maio de 1996.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto de Extradicação, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Paris, em 28 de maio de 1996.

Parágrafo único. Serão sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal, acarretam encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

NOTA AUTENTICA
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Feito a _____ de _____ de 19____

TRATADO DE EXTRADIÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FRANCESA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Francesa,

Desejando assegurar uma cooperação mais eficaz entre seus Estados
com vistas à repressão da criminalidade;

Desejando, para este fim, regular, de comum acordo, suas relações
em matéria de extradição,

Convieram nas seguintes disposições:

ARTIGO 1

Obrigação de Extraditar

Os dois Estados obrigam-se reciprocamente a entregar, segundo as
disposições do presente Tratado, qualquer pessoa que, encontrando-se no território
de um dos dois Estados, seja processada por uma infração ou procurada para fim
de execução de uma pena pelas autoridades judiciárias do outro Estado.

ARTIGO 2

Casos que Autorizam a Extradicação

1. A extradição será concedida pelos fatos que, de acordo com as
legislações dos dois Estados, constituem infrações puníveis com uma pena
privativa de liberdade de duração de pelo menos 2 (dois) anos, ou mais grave.
2. Se a extradição for pedida para fins de execução de uma pena
aplicada por autoridade judicial competente do Estado requerente em virtude de
uma infração prevista no parágrafo precedente, a duração do restante da pena a
ser cumprida deverá ser de pelo menos 9 (nove) meses.

3. Se o pedido de extradição contemplar vários fatos distintos punidos, cada um deles, pelas leis dos dois Estados, com uma pena privativa de liberdade, embora alguns não preencham a condição relativa à duração da pena, o Estado requerido terá a faculdade de também conceder a extradição com base nestes fatos.

ARTIGO 3

Extradição de Nacionais

1. A extradição não será concedida se a pessoa reclamada tiver a nacionalidade do Estado requerido. A condição de nacional é verificada na data dos fatos pelos quais a extradição é solicitada.

2. Se, por aplicação do parágrafo precedente, o Estado requerido não entregar a pessoa reclamada por causa unicamente da sua nacionalidade, este deverá, de acordo com a sua própria lei, a pedido do Estado requerente, submeter o caso às suas autoridades competentes para o exercício da ação penal. Para este fim, os documentos, relatórios e objetos relativos à infração serão encaminhados, gratuitamente, pela via prevista no Artigo 9. O Estado requerente será informado da decisão adotada.

ARTIGO 4

Casos de Recusa Obrigatória da Extradição

Não será concedida a extradição:

- a) se a infração que originou o pedido for considerada pelo Estado requerido como uma infração política ou um fato conexo a uma tal infração;
- b) se o Estado requerido tiver razões fundadas para crer que o pedido de extradição, motivado por uma infração de direito comum, foi apresentado para fins de perseguir ou punir uma pessoa por motivo de raça, religião, nacionalidade ou opiniões políticas ou que a situação desta pessoa corra o risco de ser agravada por uma ou outra dessas razões;
- c) se a pessoa reclamada tiver de ser julgada no Estado requerente por um tribunal que não assegure as garantias fundamentais de processo e de proteção dos direitos de defesa, ou por um tribunal instituído para seu caso particular, ou quando a extradição for pedida para a execução de uma pena proferida por um tal tribunal. A condenação de uma pessoa julgada à revelia, desde que não implique confissão licta, não constitui, por si só, motivo de recusa da extradição;

- d) se a pessoa reclamada tiver sido objeto, no Estado requerido, de um julgamento definitivo pela infração ou pelas infrações em razão das quais a extradição é pedida;
- e) se, no momento do recebimento do pedido, a prescrição da ação penal ou da pena tiver ocorrido, segundo a legislação de um dos Estados;
- f) em caso de anistia, seja no Estado requerente, seja no Estado requerido, sob a condição de que, neste último caso, o Estado requerido tenha sido competente para instaurar o processo de acordo com a sua lei interna;
- g) se a infração pela qual ela é pedida for considerada pelo Estado requerido como infração militar que não constitua infração de direito comum.

ARTIGO 5

Pena de Morte

Quando a infração em razão da qual a extradição é pedida for punida com a pena de morte pela legislação do Estado requerente, e a referida pena não estiver prevista na legislação do Estado requerido para tal infração ou não for nela geralmente executada, a extradição poderá ser recusada, a menos que o Estado requerente ofereça garantias, consideradas suficientes pelo Estado requerido, de que a pena de morte não será executada.

ARTIGO 6

Infrações Fiscais

Em matéria de taxas, impostos, alfândega e câmbio, a extradição será concedida nas condições previstas pelo presente Tratado.

ARTIGO 7

Recusa Facultativa da Extradição

A extradição poderá ser recusada:

- a) se a infração em razão da qual ela é pedida tiver sido cometida fora do território do Estado requerente, e se a legislação do Estado requerido não autorizar a persecução penal de infrações da mesma natureza quando cometidas fora do seu território;

- b) se a pessoa reclamada for objeto, por parte do Estado requerido, de processos pela infração em razão da qual a extradição é pedida, ou se as autoridades judiciárias do Estado requerido, segundo procedimentos conformes com a sua legislação, tiverem extinguido os processos que estas autoridades tenham promovido pela mesma infração;
- c) se a pessoa reclamada tiver sido objeto de uma decisão condenatória ou absolutória em um terceiro Estado pela infração ou pelas infrações em razão das quais a extradição é pedida.

ARTIGO 8

Considerações Humanitárias

O presente Tratado não constitui obstáculo a que um dos dois Estados possa recusar a extradição por considerações humanitárias, quando a entrega da pessoa reclamada for suscetível de ter para ela conseqüências de excepcional gravidade, especialmente em razão da sua idade ou do seu estado de saúde.

ARTIGO 9

Via de Encaminhamento

Os pedidos de prisão preventiva, de extradição, toda correspondência posterior e os documentos justificativos do pedido serão encaminhados por via diplomática. A tramitação pela via diplomática confere autenticidade documental.

ARTIGO 10

Documentos que Fundamentam o Pedido

O pedido de extradição deverá ser formulado por escrito e acompanhado:

- a) do original ou da cópia autêntica, seja de uma sentença de condenação, seja de um mandado de prisão ou de qualquer outro ato que tenha a mesma força, expedido de acordo com as formas prescritas pela legislação do Estado requerente;
- b) de uma exposição dos fatos pelos quais a extradição for solicitada, na qual se mencionem a data e o lugar de sua perpetração, sua qualificação, a duração da pena a ser cumprida e as referências às disposições legais que lhe forem aplicáveis, inclusive as relativas à prescrição, bem como cópia dessas disposições;

- c) da determinação, tão precisa quando possível, da pessoa reclamada e de quaisquer outras informações capazes de determinar sua identidade e, se possível, sua localização.

ARTIGO 11

Complemento de Informação

Se as informações transmitidas pelo Estado requerente se revelarem insuficientes para permitir ao Estado requerido tomar uma decisão em cumprimento deste Tratado, este último solicitará o complemento de informações necessário e poderá fixar um prazo para obtenção dessas informações.

ARTIGO 12

Cláusula de Especialidade

1. A pessoa que tiver sido extraditada não será processada, julgada ou detida com vistas ao cumprimento de uma pena por um fato anterior à entrega, diferente daquele que tenha motivado a extradição, salvo nos seguintes casos:

- a) quando o Estado que a entregou assim o consentir. Será apresentado um pedido para este fim, acompanhado dos documentos previstos no Artigo 10 e de uma ata judicial consignando as declarações do extraditado. Este consentimento só será dado se a infração for passível de dar causa à extradição nos termos do presente Tratado;
- b) quando o extraditado tiver tido a possibilidade de deixar o território do Estado ao qual tenha sido entregue, e não o tiver deixado nos 2 (dois) meses seguintes à sua libertação definitiva, ou se a ele tiver retornado após tê-lo deixado.

2. Não obstante as disposições do parágrafo 1 do presente Artigo, o Estado requerente poderá tomar as medidas necessárias para interromper a prescrição de acordo com a sua legislação.

3. Quando a definição legal de uma infração pela qual uma pessoa tiver sido extraditada for modificada, tal pessoa só será processada ou julgada se a infração novamente definida:

- a) puder ensejar a extradição em virtude do presente Tratado;
- b) contemplar os mesmos fatos que a infração pela qual a extradição tiver sido concedida.

ARTIGO 13 Reextradição

Salvo o caso previsto no Artigo 12, parágrafo 1.b, não poderá ser concedida a reextradição para um terceiro Estado sem o consentimento do Estado que tiver concedido a extradição. Este último poderá exigir a apresentação das peças relacionadas no Artigo 10, bem como uma ata de audiência pela qual a pessoa reclamada declara se aceita a reextradição ou a ela se opõe.

ARTIGO 14 Concurso de Pedidos

Se a extradição for pedida simultaneamente por um dos Estados Contratantes e por outros Estados, seja pelo mesmo fato, seja por fatos diversos, o Estado requerido decidirá levando em conta todas as circunstâncias e, especialmente, a existência de outros acordos assinados pelo Estado requerido, a gravidade relativa e o lugar das infrações, as datas respectivas dos pedidos, a nacionalidade da pessoa reclamada e a possibilidade de uma extradição posterior para outro Estado.

ARTIGO 15 Prisão Preventiva

1. Em caso de urgência, as autoridades competentes do Estado requerente podem pedir a prisão provisória da pessoa procurada. O pedido de prisão provisória deverá indicar a existência de uma das peças previstas na alínea "a" do Artigo 10 e participar a intenção de enviar o pedido de extradição.
2. O pedido de prisão provisória mencionará igualmente a infração pela qual a extradição será pedida, a data, o lugar e as circunstâncias em que foi cometida, a duração da pena prevista ou imposta e as informações que permitam estabelecer a identidade e a nacionalidade da pessoa procurada.
3. O pedido será transmitido consoante o disposto no Artigo 9, por qualquer meio que deixe um registro escrito.
4. Se o pedido parecer regular, será tramitado pelas autoridades competentes do Estado requerido de conformidade com a lei deste Estado. A autoridade requerente será informada sem demora do andamento dado ao seu pedido.
5. O Estado requerido fará cessar a prisão provisória se, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de sua efetivação, não lhe tiverem sido entregues o pedido de extradição e as peças mencionadas no Artigo 10.

6. A libertação do extraditando não impedirá nova prisão, nem a extradição, se o pedido de extradição for apresentado posteriormente.

ARTIGO 16

Decisão e Entrega

1. O Estado requerido notificará sua decisão sobre a extradição ao Estado requerente por via diplomática.
2. Qualquer recusa completa ou parcial será motivada.
3. Se a extradição for concedida, o Estado requerente será informado do local e data para a retirada do extraditado, bem como da duração da prisão cumprida pela pessoa reclamada com vistas à extradição.
4. Ressalvado o caso previsto no parágrafo 5 do presente Artigo, se a pessoa reclamada não tiver sido recebida na data fixada, poderá ser posta em liberdade no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir dessa data, ou, em qualquer caso, será posta em liberdade após expiração de um prazo de 30 (trinta) dias. O Estado requerido poderá recusar-se a extraditá-la pelos mesmos fatos.
5. No caso de circunstâncias insuperáveis que impeçam a entrega ou o recebimento da pessoa a ser extraditada, o Estado interessado informará ao outro Estado; os dois Estados pôr-se-ão de acordo sobre uma nova data de entrega e as disposições do parágrafo 4 do presente Artigo serão então aplicáveis.

ARTIGO 17

Entrega Diferida ou Condicionada

1. Após haver deliberado sobre o pedido de extradição, o Estado requerido poderá adiar a entrega da pessoa que for objeto, no seu território, de processos ou de condenação por uma infração diferente da que tenha motivado a extradição, até que ela tenha cumprido suas obrigações para com a justiça deste Estado.
2. O Estado requerido poderá, quando circunstâncias particulares o exigirem, ao invés de adiar a entrega, entregar temporariamente ao Estado requerente a pessoa cuja extradição tiver sido concedida, nas condições a serem determinadas entre esses Estados e, em todo caso, sob a condição expressa de que ela será mantida presa e devolvida.

ARTIGO 18 Entrega de Objetos

1. A pedido do Estado requerente, o Estado requerido apreenderá e entregará, na medida permitida por sua legislação, os objetos:

- a) que possam servir de elementos de convicção;
- b) que oriundos da infração, tenham sido encontrados na posse da pessoa reclamada no momento da prisão;
- c) que forem descobertos e apreendidos posteriormente em cumprimento de carta rogatória.

2. A entrega dos objetos indicados no parágrafo 1 do presente Artigo será efetuada mesmo se a extradição não puder ser executada por causa da morte, do desaparecimento ou da fuga da pessoa reclamada.

3. Quando os referidos objetos forem suscetíveis de apreensão ou confisco no território do Estado requerido, este último poderá, para fins de um processo penal em curso, retê-los temporariamente ou entregá-los sob condição de restituição.

4. Serão todavia reservados os direitos que o Estado requerido, ou terceiros, tiverem adquirido sobre esses objetos. Se tais direitos existirem, esses objetos serão entregues logo que possível sem despesas do Estado requerido, ao término dos processos ajuizados no território do Estado requerente.

ARTIGO 19 Término

1. O trânsito através do território de um dos Estados Contratantes será autorizado após pedido encaminhado por via diplomática, contanto que se trate de uma infração que possa dar causa à extradição nos termos do presente Tratado.

2. O Estado requerido poderá negar o trânsito se a pessoa reclamada for objeto de processos ou de condenação no território desse Estado ou for nacional desse Estado.

3. Ressalvadas as disposições do parágrafo 4 do presente Artigo, será necessário apresentar as peças previstas no Artigo 10.

4. Se for utilizada a via aérea, aplicar-se-ão as seguintes disposições:

- a) quando não estiver previsto nenhum pouso, o Estado requerente avisará o Estado cujo território serão sobrevoado e atestará a existência de uma das peças previstas na alínea "a" do Artigo 10. Em caso de pouso fortuito, essa notificação produzirá os efeitos do pedido de prisão provisória prevista no Artigo 15 e o Estado requerente apresentará um pedido regular de trânsito;

- b) quando estiver previsto pouso, o Estado requerente apresentará um pedido regular de trânsito.

ARTIGO 20
Línguas a Utilizar

As peças a serem apresentadas serão redigidas no idioma do Estado requerente e acompanhadas de tradução no idioma do Estado requerido.

ARTIGO 21
Procedimento

A legislação do Estado requerido será a única aplicável aos procedimentos de prisão provisória, de extradição e de trânsito, ressalvados os dispositivos em contrário previstos no presente Tratado.

ARTIGO 22
Despesas

1. As despesas ocasionadas pela extradição no território do Estado requerido ficarão a cargo deste Estado, até o momento da entrega.
2. As despesas ocasionadas pelo trânsito no território do Estado ao qual se tenha solicitado o trânsito ficarão a cargo do Estado requerente.

ARTIGO 23
Disposições Finais

1. Cada um dos dois Estados notificará ao outro o cumprimento dos procedimentos exigidos pela sua Constituição para a entrada em vigor do presente Tratado.
2. O presente Tratado entrará em vigor no 1º (primeiro) dia do 2º (segundo) mês seguinte à data do recebimento da última dessas notificações.
3. Cada um dos dois Estados poderá denunciar o presente Tratado a qualquer momento, dirigindo ao outro, por via diplomática, notificação escrita de denúncia; neste caso, a denúncia surtirá efeito 6 (seis) meses após a data de recebimento da referida notificação.

Em fé do que os representantes dos dois Governos, autorizados para este efeito, assinaram e selaram o presente Tratado.

Feito em Paris, em 28 de maio de 1996, em dois exemplares originais, nos idiomas português e francês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FRANCESA

MENSAGEM Nº 484, DE 1997

Senhores Membros do Congresso Nacional,

De conformidade com o disposto no art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Tratado de Extradicação, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Paris, em 28 de maio de 1996.

Brasília, 29 de abril de 1997. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 154 /MRE

Brasília, 25 de abril de 1997

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Elevo à consideração de Vossa Excelência o anexo Tratado de Extradicação, firmado em Paris, em 28 de maio de 1996, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa.

2. O referido Tratado tem por objetivo facilitar a busca e a entrega de criminosos, inserindo-se, assim, no quadro da luta contra o crime organizado que vem sendo desenvolvida pela comunidade internacional.

3. Com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Poder Legislativo, submeto a Vossa Excelência projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, juntamente com cópias autênticas do Tratado.

Respeitosamente, – **Luiz Felipe Lampreia**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....
(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 391 a 393, de 2004, que acabam de ser lidos, vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno, terão o

prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, findo o qual a referida Comissão terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre as proposições.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senhor Presidente da República adotou em 1º de abril de 2004, e publicou em 2 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 179, de 2004, que “Altera os arts. 8º e 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes****Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)**

Efraim Moraes (PFL)	Rodolpho Tourinho (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	César Borges (PFL)
José Agripino (PFL)	Eduardo Azeredo (PSDB)
Arthur Virgílio (PSDB)	Leonel Pavan (PSDB)

PMDB

Renan Calheiros	Luiz Otávio
Hélio Costa	Ney Suassuna
Sérgio Cabral	Garibaldi Alves Filho

Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PTB/PL)

Ideli Salvatti (PT)	Duciomar Costa (PTB)
Magno Malta (PL)	Roberto Saturnino (PT)
João Capiberibe (PSB)	Serys Slhessarenko(PT)

PDT

Jefferson Péres	Almeida Lima PPS
Mozarildo Cavalcanti	vago

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes****PT**

Arlindo Chinaglia	Fernando Ferro
Angela Guadagnin	Ivan Valente

PMDB

José Borba	André Luiz
Mendes Ribeiro Filho	Gustavo Fruet

Bloco (PFL/PRONA)José Carlos Aleluia
EnéasRodrigo Maia
Kátia Abreu**PP**

Pedro Henry

Celso Russomanno

PSDB

Custódio Mattos

Alberto Goldman

PTB

José Múcio Monteiro

Ricarte de Freitas

Bloco (PL/PSL)

Sandro Mabel

Miguel de Souza

PPS

Júlio Delgado

Lupércio Ramos

PSB

Renato Casagrande

Dr. Evilásio

(*) PC do B

Renildo Calheiros

Daniel Almeida

(*) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO: 2-4-2004;**
- Designação da Comissão: **5-4-2004;**
- Instalação da Comissão: **6-4-2004;**
- Emendas: **até 8-4-2004** (7º dia da publicação);
- Prazo final na Comissão: **2-4-2004 a 15-4-2004** (14º dia);
- Remessa do processo à CD: **15-4-2004;**
- Prazo na CD: de **16-4-2004 a 29-4-2004** (15º ao 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: **29-4-2004;**
- Prazo no SF: de **30-4-2004 a 13-5-2004** (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: **13-5-2004;**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de **14-5-2004 a 16-5-2004** (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **17-5-2004** (46º dia);
- Prazo final no Congresso: **31-5-2004** (60 dias).

A Presidência esclarece ao Plenário que a Comissão Mista que acaba de ser designada deverá tomar suas deliberações de acordo com o disposto

no parágrafo único do art. 14 do Regimento Comum, ou seja, os votos dos membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados deverão ser tomados em separado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/GAB/I/Nº 236

Brasília, 2 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência a relação dos nomes dos Deputados do PMDB que comporão a Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 176, de 25 de março de 2004, que “altera dispositivos da Lei nº 9.140 de 4-12-1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação ou acusação de participação em atividades políticas”, em substituição aos anteriormente indicados.

Titulares

MAURO BENEVIDES
NELSON TRAD

Suplentes

JEFFERSON CAMPOS
JOAO CORREIA

Por oportuno renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Deputado José Borba, Líder do PMDB

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 77, DE 2004

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, (que cria o Código de Processo Penal Brasileiro) para incluir o Parágrafo Único no art. 244 no referido Código. Altera a Lei nº 4.898 de 9 de outubro de 1941 (Lei de Abuso de Autoridade) para incluir a letra j ao art. 4º. Altera o Decreto-Lei nº 3.992 de 30 de dezembro de 1941, (Lei das Estatísticas Criminais) para incluir o art. 2º-A.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Inclua-se o Parágrafo Único no art. 244 do Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 244.
.....

Parágrafo Único: Na hipótese de inexigibilidade de mandado, deverá o executor men-

cionar o motivo e os fins da diligência, registrando o local, bem como o nome, documento de identidade, sexo, idade, cor e religião da pessoa inspecionada”.

Art. 2º Inclua-se a alínea **j** ao art. 4º da Lei nº 4.898 de 9 de dezembro de 1965, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Constitui também abuso de autoridade:

.....
j) executar busca pessoal sem a exibição de mandado judicial ou, na hipótese de inexigibilidade deste, sem proceder posterior registro e justificação”.

Art. 3º Inclua-se o art. 2º-A ao Decreto-Lei nº 3.992 de 30 de dezembro de 1941, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º-A. Os centros operacionais da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícia Civil e Polícia Militar, ficam obrigados a manter arquivados; pelo período mínimo de 2 (dois) anos, todos os registros de verificação de antecedentes criminais requeridos no curso de diligências feitas em vias públicas.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em observação não tão acurada vislumbramos inúmeros atos silenciosos mas, intensos e reprováveis denotando o racismo e o preconceito nas nossas relações sociais, por estas razões volta a abordar tal tema em nova propositura legislativa, com a finalidade de estancar mais uma sangria que mina a edificação de uma sociedade pluralista mas fraterna.

Não poucas vezes deparamos como uma ação arbitrária e excessiva de serventário de justiça (Oficial de Justiça) ou policial militar e civil, notadamente quando quem sofre a ação seja uma pessoa de cor negra, procedimento este justificado pelo preconceito que leva ao entendimento de que o negro é primeiro um marginal depois um cidadão.

Nesta propositura também atingimos o operador do direito, a quem cabe determinar o mandado também possa atentar ao previsto no art. 243, inciso II do CPP (Código Processual Penal), especificando detalhadamente no mandado o motivo e os fins, limitando a ação do executor ao que reza no mandado especificamente.

O que determina, inclusive, que o executor, a exemplo do operador do direito, responder pelo crime de falsidade ideológica previsto nos arts. 299 do Código Penal Brasileiro e 312 do Código Penal Militar.

Não podemos conceber e não devemos permitir que nossa legislação permita seus operadores e executores, e a quem cabe cumprir a lei, se valha dela para pratica de ações que causa repudio aos princípios da liberdade, da vida e vida plena, da cidadania e de um viver fraterno donde a lei seja igual para todos.

O que mais buscamos coibir é que a falta de expressividade do como da Lei subsidie ações contrárias às que ela própria intenta alcançar para regulamentar as relações sociais com princípios de justiça.

Como em outro momento argui, nesta mesma linha, consciente de que nenhum ser humano deva ser privado dos direitos arraigados em nossa carta magna e nos direitos universais previstos pelas ONU é que ora apresento esta propositura legislativa objetivando não mais depararmos com notícias que dão conta de que os negros sejam os brasileiros mais expostos à violência, que o racismo sedimentado na sociedade brasileira tome suspeita toda pessoa de pele escura e cabelos crespos.

Ainda que em passos curtos devemos avançarmos em nossa legislação penal e processual penal para que consigamos nos igualarmos a Países onde ser negro já não é um demérito e nem uma desqualificação.

Portanto a proposição que apresento busca adequar a legislação processual penal propiciando um enquadramento do fator subjetivo que impele a arbitrariedade e ao abuso de poder, tendo como origem seu sentimento preconceituoso ou racista.

Esperamos o apoio dos nobres colegas para esse projeto cujo objetivo é corrigir uma injustiça para com o grande número de cidadãos que merecem ter seus direitos, constitucionais, respeitados.

Sala das Sessões, 5 de abril de 2004. – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
 Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO-LEI Nº 3.689,
 DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

.....

Art. 243. O mandado de busca deverá:

I – indicar, o mais precisamente possível, a casa em que será realizada a diligência e o nome do respectivo proprietário ou morador; ou, no caso de busca pessoal, o nome da pessoa que terá de sofrê-la ou os sinais que a identifiquem;

II – mencionar o motivo e os fins da diligência;

III – ser subscrito pelo escrivão e assinado pela autoridade que o fizer expedir.

§ 1º Se houver ordem de prisão, constará do próprio texto do mandado de busca.

§ 2º Não será permitida a apreensão de documento em poder do defensor do acusado, salvo quando constituir elemento do corpo de delito.

Art. 244. A busca pessoal independerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 4.898, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

Regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 4º Constitui também abuso de autoridade:

a) ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder;

b) submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei;

c) deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa;

d) deixar o Juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada;

e) levar à prisão e nela deter quem quer que se proponha a prestar fiança, permitida em lei;

f) cobrar o carcereiro ou agente de autoridade policial carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa, desde que a cobrança não tenha apoio em lei, quer quanto à espécie quer quanto ao seu valor;

g) recusar o carcereiro ou agente de autoridade policial recibo de importância recebida a título de carceragem, custas, emolumentos ou de qualquer outra despesa;

h) o ato lesivo da honra ou do patrimônio de pessoa natural ou jurídica, quando praticado com abuso ou desvio de poder ou sem competência legal;

i) prolongar a execução de prisão temporária, de pena ou de medida de segurança, deixando de expedir em tempo oportuno ou de cumprir imediatamente ordem de liberdade. **(Incluído pela Lei nº 7.960, de 21-12-89)**

DECRETO LEI Nº 3.992,
DE 30 DE DEZEMBRO DE 1941

Dispõe sobre a execução das estatísticas criminais, a que se refere o art. 809 do Código de Processo Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ad. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1º As estatísticas criminais, policial e judiciária, terão por base o boletim individual, que é parte integrante dos processos.

§ 1º Os dados contidos no boletim individual, referentes não só aos crimes e contravenções, como também aos autores, constituem o mínimo exigível, podendo ser acrescido de outros elementos úteis à estatística.

§ 2º O boletim individual é dividido em três partes destacáveis, e será adotado no Distrito Federal, nos Estados e nos Territórios. A primeira parte ficará arquivada no cartório policial; a segunda será remetida à repartição incumbida do levantamento da estatística policial; e a terceira acompanhará o processo. Transitada em julgado a decisão final, e lançados os dados respectivos, será a terceira parte destacada e enviada: a) no Distrito Federal, ao Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e, b) nos Estados e nos Territórios, aos respectivos órgãos centrais de estatística.

Art. 2º Depois de devidamente criticadas e apuradas pelos órgãos de estatística competentes, a segunda e terceira parte do boletim individual serão remetidas ao serviço de identificação, como elementos complementares do registro do prontuário do acusado nelas referido.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

O Presidente Da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

.....

Falsidade ideológica

Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único. Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

.....

DECRETO LEI Nº 1.001,
DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Código Penal Militar

.....

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o art. 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do art. 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

.....

CÓDIGO PENAL MILITAR

PARTE GERAL

LIVRO ÚNICO

Falsidade ideológica

Art. 312. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar:

Pena – reclusão, até cinco anos, se o documento é público; reclusão, até três anos, se o documento é particular.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O projeto de lei do Senado que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 395, DE 2004

Requer Voto de Aplauso à atleta brasileira Daniele Hypólito, pela conquista da terceira etapa da Copa do Mundo de Ginástica, realizada no Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à atleta brasileira Daniele Hypólito, que conquistou a terceira etapa da Copa do Mundo de Ginástica. Com, Medalha de Ouro.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado à homenagem e à Confederação Brasileira de Ginástica.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se pelo notável desempenho da jovem atleta, que acaba de conquistar uma Medalha de Ouro ao se sagrar em primeiro lugar na Copa do Mundo de Ginástica, realizada no Rio de Janeiro.

O feito da jovem atleta enche de orgulho a Pátria, num momento adequado, revelando que o País tem potencialidade em todos os setores.

Sala das Sessões, 5 de abril de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 396, DE 2004

Requer Voto de Aplauso ao atleta brasileiro Diego Hypólito, pela inédita conquista de duas medalhas de ouro, na terceira etapa da Copa do Mundo de Ginástica, realizada no Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao atleta brasileiro Diego Hypólito, pela inédita conquista de duas medalhas de ouro, no solo e no salto sobre cavalo, na terceira etapa da Copa do Mundo de Ginástica, realizada no Rio de Janeiro.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado e à Confederação Brasileira de Ginástica.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se pelo notável desempenho do jovem atleta, que acaba

de conquistar duas Medalhas de Ouro para o Brasil, sagrando-se campeão na Copa do Mundo de Ginástica, etapa realizada no Rio de Janeiro.

O feito do jovem atleta enche de orgulho a Pátria, num momento adequado, revelando que o País tem potencialidade em todos os setores.

Sala das Sessões, 5 de abril de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 397, DE 2004

Requer Voto de Aplauso à atleta brasileira Daiane dos Santos, pela conquista da terceira etapa da Copa do Afundo de Ginástica, realizada no Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à atleta brasileira Daiane dos Santos, que conquistou a terceira etapa da Copa do Mundo de Ginástica. Com, Medalha de Ouro.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado à homenagem, à Confederação Brasileira de Ginástica e ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se pelo notável desempenho da atleta de apenas 21 anos, que acaba de conquistar mais uma Medalha de Ouro ao se sagrar em primeiro lugar na Copa do Mundo de Ginástica, realizada no Rio de Janeiro.

O feito da jovem atleta enche de orgulho a Pátria, num momento adequado, revelando que o País tem potencialidade em todos os setores.

Sala das Sessões, 5 de abril de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 398, DE 2004

Requer Voto de Aplauso ao Engenheiro-Agrônomo e pesquisador André Lacava Bailone e ao Jardim Botânico de São Paulo e ao Instituto Brasileiro De Referência Ambiental, pela iniciativa conjunta realizada com êxito, para produto na Capital Paulista com desvelo e muita pesquisa, a famosa flor amazonense Vitória Régia.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regime Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao dedicado pesquisador de Jardim Botânico de São Paulo, o Engenheiro-Agrônomo de apenas 25 anos, André Lacava Bailone, pela iniciativa que exigiu muita dedicação e que resultou na produção, na Capital Paulista, da fa-

mosa flor amazonense Vitória Régia. O feito, que engrandece a ciência brasileira, foi conduzido no Jardim Botânico de São Paulo, em conjunto com o Instituto Brasileiro de Referência Ambiental.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e aos dois órgãos mencionados.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se diante da dedicação de um jovem cientista brasileiro, que no último sábado, dia 3 de abril de 2004, viu florescer, em plena Capital paulista, a Vitória Régia, flor amazonense, mundialmente reconhecida como uma das mais belas espécies da flora mundial.

Sala das Sessões, 5 de abril de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará os votos de aplauso solicitados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há oradores inscritos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC. Pela ordem.) – Quero solicitar a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A inscrição de V. Ex^a será intercalada com as dos oradores inscritos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Solicito também minha inscrição para uma comunicação inadiável, dentro do critério adotado pela Mesa de intercalar as comunicações com as falas dos oradores regularmente inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será assegurada a palavra a V. Ex^a. Convido-o a assumir a Presidência dos trabalhos, para que eu possa fazer uso da palavra como orador inscrito.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para falar no horário da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A palavra pela Liderança será assegurada a V. Ex^a, no momento em que preferir, inclusive agora, se assim o entender.

O Senador Duciomar Costa está com a palavra por cinco minutos.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para demonstrar minha preocupação, como já fiz anteriormente, quanto aos auxiliares do Presidente Lula que têm ofuscado a imagem do Presidente por todo o Brasil. Desta tribuna, fiz um pronunciamento a esse respeito, manifestando a minha preocupação com alguns órgãos federais no Pará.

Desta vez, Sr. Presidente, venho fazer um apelo ao Presidente dos Correios. Recebi, em meu gabinete, uma solicitação do Prefeito, de Vereadores e da comunidade de Orilândia, Município do meu Estado, com algumas reclamações em relação aos Correios. Esse fato me preocupa, porque, conforme pesquisas de opinião, se trata de uma empresa do Governo com a maior credibilidade da população. Os Correios têm sempre demonstrado excelência no trabalho prestado ao povo brasileiro, além de constantemente receber elogios da imprensa. Essa aprovação da população é constatada em todas as pesquisas realizadas pelos órgãos que trabalham no setor. Surpreende-me que, agora, comecem a surgir reclamações.

O Município de Orilândia queixa-se de que, desde o dia 18/2, está totalmente ilhado no que tange aos trabalhos feitos pelos Correios, por irresponsabilidade do seu gerente, que simplesmente não renovou o contrato com a empresa aérea responsável pelo transporte em diversos serviços.

Apelo ao Presidente dos Correios para que solucione o problema e dê uma resposta àquele Município. Fatos dessa natureza não devem arranhar a boa imagem dos Correios por irresponsabilidade de alguns gerentes que não têm o zelo necessário com a coisa pública. Reitero o meu apelo para que o Presidente dos Correios tome as providências necessárias e fatos dessa natureza não mais ocorram.

Sr. Presidente, aproveito o horário da Liderança para falar da proposta de emenda à Constituição que apresento nesta Casa, e que espero ter o apoio dos meus Pares, já que se trata de matéria importante para o povo brasileiro e que faz justiça ao servidor público.

Ocorre que, por força da Constituição de 1988, a Lei nº 8.112, do Regime Jurídico Único, retira dos servidores de cargo em comissão o FGTS a que tinham direito. Esses servidores ficaram sem qualquer tipo de proteção legal e, pela força da Constituição, têm que ser demitidos para prestarem concurso público.

Sabemos que muitas pessoas com 15 ou 20 anos no serviço público, que não têm a possibilidade de concorrer em um concurso, certamente serão demitidas

e ficarão fora do mercado de trabalho, principalmente em um País como o nosso em que as pessoas com 40 anos não têm mais oportunidade de nele ingressar.

Atualmente, quando existe alguma oferta de emprego no País – algo raro – há requisitos de cor, de altura e, principalmente, de idade. Nunca se vê oferta de emprego para quem tem acima de 40 anos.

Imaginem a situação desses servidores que serão demitidos, porque os Estados e Municípios têm que se submeter à imposição da Constituição, e deverão realizar os concursos públicos. Eles terão de arranjar outra opção, pois certamente não terão oportunidade de ingressar novamente no mercado de trabalho. E simplesmente serão demitidos sem direitos ou proteção legal.

Apresento essa PEC na tentativa de amenizar a situação desses servidores. Só no meu Estado, Sr. Presidente, 30 mil servidores deverão deixar o seu emprego, porque o Governo terá de realizar o concurso que vem protelando ao longo do tempo, na tentativa de encontrar uma solução para amenizar a situação dessas pessoas que ficarão de fora do mercado de trabalho.

A PEC que apresento assegura ao ocupante de cargo em comissão a indenização, por ocasião da sua exoneração, de 1/12 da remuneração para cada mês de exercício, bem como a continuidade da assistência à saúde, prestada diretamente ou mediante convênio ou contrato, pelo órgão ou entidade à qual estava vinculado, por quatro meses, a contar da data da sua exoneração.

Sr. Presidente, isso é o mínimo que o Estado pode fazer para não deixar essas pessoas totalmente desamparadas, numa condição desigual para concorrer em um concurso e ingressar novamente no serviço público.

Entendo que é uma questão de justiça. Vale essa reparação a esses servidores que, na sua grande maioria, ficarão, sim, fora do mercado de trabalho, para que tenham uma compensação por essa perda e possam, com essa pequena indenização, iniciar a sua vida fora do mercado de trabalho.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Pela ordem.) – Gostaria de solicitar minha inscrição em breves comunicações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Fica V. Ex^a inscrito em terceiro lugar, dentro do critério adotado pela Mesa de intercalar oradores inscritos para discursos e aqueles que têm comunicações inadiáveis, sendo esta uma sessão não deliberativa.

Durante o discurso do Sr. Duciomar Costa, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o 1º Vice-Presidente da Casa, nobre Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul. V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, também digníssimo Vice-Presidente da Casa, em primeiro lugar, quero comentar que hoje encaminhei à Casa projeto de lei que altera o Código Penal, garantindo modificações na Lei de Abuso de Autoridade e na Lei de Estatísticas Criminais, com o objetivo de coibir ações arbitrárias contra o cidadão negro. Agradeço às pessoas que colaboraram na elaboração da proposta, especialmente ao Dr. Hélio Silva Júnior, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB – São Paulo.

Eu registrei na última quinta-feira – e também na sexta-feira –, que viria à tribuna do Senado da República, se preciso fosse, todos os dias a fim de cobrar a votação imediata da chamada PEC paralela, que vai garantir a paridade, a transição, a aposentadoria para donas de casa, o vínculo do desempregado à Previdência, que vai atenuar a contribuição dos inativos, principalmente aqueles que são aposentados por invalidez, os que têm algum tipo de deficiência e também aqueles idosos que possuem as chamadas doenças incapacitantes.

Não quero acreditar, Sr. Presidente, que a Câmara dos Deputados romperá o acordo firmado entre o Senado da República e o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Tive informação ontem, domingo, que a matéria será votada no dia 13 e que há um movimento forte no bloco de apoio ao Governo para que a PEC não seja alterada. Espero que isso aconteça. Continuo confiando na palavra empenhada pelo Executivo e pelos 70 Senadores da Situação e da Oposição que, por unanimidade, naquela tarde, votaram a PEC paralela.

Senador Capiberibe, registro minha solidariedade a V. Ex^a porque entendo que V. Ex^a é um homem

que honra o Parlamento brasileiro, um homem que aprendi a respeitar no convívio longo de quase uma década – conheço sua história – e há um ano e meio no Parlamento. V. Ex^a honra a palavra empenhada; V. Ex^a é um homem que não mente. Faço essa sintonia porque estou muito preocupado com o processo instaurado contra sua pessoa que, no meu entender, não tem nenhuma procedência. Conheço a sua história e de sua esposa, por isso entendo que prevalecerá o bom senso. E V. Ex^a há de continuar aqui defendendo não somente o povo de seu Estado como também o povo brasileiro.

Por que usei esse termo mentira, Senador João Capiberibe? Porque senão os 70 Senadores teriam mentido aqui. Setenta Senadores votaram na PEC paralela, e todos vieram à tribuna: “Estamos votando porque acreditamos que ela será também votada na Câmara mediante acordo firmado com o Executivo”. Lembro-me das palavras do Líder Aloizio Mercadante e do Líder Tião Viana nesse sentido. Como V. Ex^a não mente, tenho certeza absoluta, é improcedente qualquer denúncia ou acusação que queiram encaminhar contra V. Ex^a. Também tenho certeza de que, quando os Senadores votaram na PEC paralela, votaram confiantes em que o acordo firmado seria cumprido. E, Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex^a foi um dos que colaboraram para que esse acordo se realizasse. Senador Geraldo Mesquita, Senador Valdir Raupp, aqui presentes, todos participaram dessa elaboração, trazendo benefícios aos servidores. E quero dizer, Senador Eduardo Siqueira Campos, que estou confiante em que o Governo cumprirá a sua palavra, e há de convencer aqueles poucos da Câmara que querem romper esse acordo.

Sr. Presidente, além de deixar registrada a minha solidariedade ao Senador João Capiberibe e a sua esposa, quero falar do salário mínimo. Senador Geraldo Mesquita, relator da matéria, casualmente também está aqui nesta sessão. V. Ex^a conversava comigo há pouco tempo e dizia que o seu parecer seria favorável. O projeto que encaminhamos e que já foi aprovado por unanimidade na Comissão de Assuntos Sociais e vai agora para a Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, é simples; ele apenas repõe a inflação do período que, no caso, é relativa aos últimos 13 meses e dá um reajuste real, Senador Eduardo Siqueira Campos, de 20 centavos. Será que haverá um Senador contra? E estou roubando as palavras do Senador Geraldo Mesquita que me dizia: “É impossível que exista algum Senado contra um reajuste de 20 centavos a hora”. Dá para tomar, quem sabe, um quarto de um cafezinho uma vez por ano. Esse é o aumento real que estamos propondo, entendendo que isso é possível, colocando

a inflação dos últimos 13 meses, porque é o período compreende de 1º de abril de 2003 a 1º de maio de 2004. Por isso 13 meses.

Nesse ponto, deixo muito claro que o Governo está cumprindo a sua palavra. Na discussão que tivemos no ano passado com o Governo, nos foi dito que a vontade dos aposentados e pensionistas e daqueles que ganham salário mínimo é de que a data-base voltasse para o dia 1º de maio. O Governo então está mantendo o que foi acordado. Também foi acordado – já que era a vontade dos aposentados de todo o Brasil, e eles foram ao Governo – à época com o Ministro Ricardo Berzoini e o Ministro da Fazenda. Conversei com ambos, que me disseram para ficar tranquilo porque seria encaminhado no sentido de que na Câmara fossem acatadas estas duas mudanças: data-base no dia 1º de maio e, por outro lado, o pagamento no 5º dia, o que é, sem sombra de dúvida, mérito do Governo. É como se aqui eu dissesse que o Estatuto do Idoso foi aprovado só por mérito do Senador Paulo Paim ou dos demais Senadores. Sabemos que nesse aspecto também o Presidente Lula e a base do Governo foram muito fiéis e tanto trabalharam como encaminharam pela aprovação do Estatuto do Idoso. É por isso que, nesta questão do salário mínimo, estou esperançoso de que construamos o entendimento com base no relatório que o Senador Geraldo Mesquita Júnior há de fazer, assegurando que o salário mínimo não fique, em hipótese alguma, abaixo dos US\$100.00.

Esses US\$100.00 já viraram uma simbologia em âmbito nacional. Alguns falam em R\$320,00; outros, em R\$300,00; outros, em R\$280,00 e, ainda outros, em R\$312,00. Por uma projeção que fizemos, se aplicarmos o reajuste de R\$0,20 a hora como aumento real, corresponderá – aqui ninguém faltará com a verdade – a R\$44,00 por mês. Se somarmos a inflação do período, mais esses R\$44,00, chegaremos a R\$312,00 mais ou menos – não temos precisão, já que precisaríamos aferir a inflação do mês de abril, que não está ainda publicada exatamente. Estamos numa expectativa muito boa de que chegaremos a esse entendimento.

Particularmente, confesso – e se o Presidente Lula e os Ministros estiverem ouvindo este humilde pronunciamento deste Senador do Rio Grande – que eu gostaria, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que não fosse por medida provisória para rompermos a história de qualquer projeto de alguma relevância ser por medida provisória; que seja por projeto de lei, que haja a participação do Governo. Sei que o Relator está disposto a estabelecer um amplo diálogo com todos os Ministérios necessários. Vamos aprovar, por meio de projeto de lei, um salário mínimo que contemple o mesmo percentual para aposentados e pensionistas,

até porque o Estatuto do Idoso estabelece que o idoso não poderá ser, em nenhuma hipótese, discriminado.

Na PEC principal, a que veio da Câmara, e também na paralela, está garantido o princípio da paridade, que assegura ao idoso o mesmo percentual dos que estão na ativa. Há toda uma lógica, eu diria, no sentido de que nosso aposentado, nosso idoso, não sofra discriminação no tocante ao percentual diferenciado.

É com orgulho que concedo um aparte ao Senador Geraldo Mesquita, Relator da matéria de interesse de cem milhões de brasileiros.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (Bloco/PSB – AC)
– Obrigado, Senador Paulo Paim. Quero dizer que o orgulho é meu, Senador, por relatar um projeto de sua autoria. Antes mesmo de chegar ao Congresso Nacional, sempre registrei – aliás como é do conhecimento de todos os brasileiros – o seu empenho, sua luta, sua garra, sua coragem. V. Exª jamais renunciou, jamais desistiu dessa luta histórica em favor da recomposição do salário mínimo do trabalhador brasileiro. Por essa razão, sinto-me honrado por ser o Relator de um projeto de tamanha magnitude, de tamanha importância. É hora de nos debruçarmos sobre essa questão vital, crucial, que diz respeito à vida do trabalhador brasileiro, do povo brasileiro. Quero crer que os ajustes necessários na economia foram feitos involuntariamente na busca de uma estabilidade dos fatores econômicos, de condições equilibradas para nossa economia. O nosso Governo, Senador Paim, involuntariamente inclusive, produziu alguns resultados indesejáveis. Veja V. Exª, Srªs e Srs. Senadores, que, involuntariamente e no afã de encontrar esse ajuste, essa equação tão difícil de ser perseguida, brindamos os bancos, por exemplo, com um lucro por eles jamais alcançado no País. Então, acredito, Senador Paim, que é hora de todos nós, Senadores, entidades de classe, Ministérios da área econômica, nos envolvermos nessa grande questão, nesse grande debate, para que possamos promover uma recuperação, mesmo que modesta, nada de extraordinário; como V. Exª propõe, um reajuste de R\$0,20 na hora trabalhada. Essa é uma proposta sensata, razoável, alcançável, realizável, que deverá sinalizar, sem dúvida nenhuma, a retomada das nossas idéias, dos nossos propósitos de distribuir renda neste País, para que possamos realmente “encher a boca” quando falarmos da nossa democracia. Na verdade, Senador, não me sinto à vontade para “encher a boca” ao falar da nossa democracia. Avançamos, sim. Temos aí situações consolidadas e conquistas que não podemos negar, mas a verdadeira democracia, Senador Paulo Paim, aquela em que todos tenham oportunidade, em que os trabalhadores recebam um salário justo, digno, e com ele possam sustentar suas famílias, para que

possam tocar suas vidas ainda está por se concretizar em nosso País. Essa é a democracia que temos que perseguir. Acredito que, com o projeto de V. Ex^a, poderemos sinalizar para a sociedade brasileira que é chegada a hora da retomada do compromisso profundo e sério que temos com esta Nação de produzir uma distribuição justa de renda, de terra, para que nosso País de fato possa se orgulhar da democracia que pratica. Obrigado pela oportunidade, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Geraldo Mesquita, agradeço o aparte de V. Ex^a.

Aproveito para citar, para que se registre nos Anais da Casa, matérias desse fim de semana da revista **Época**, do jornal **O Globo** e da **Folha de S. Paulo** que vão na mesma linha do pronunciamento de V. Ex^a, ao deixar claro que, na medida em que a renda do brasileiro cai, na mesma proporção aumenta a violência em nosso País. De acordo com a pesquisa 2001/2003, o ganho médio dos paulistanos caiu 18,8% e a oferta de trabalho, 22%. Enquanto que, nas ruas, furtos e roubos aumentaram quase na mesma proporção, até mais, 23%.

Por isso, Sr. Presidente, tenho dito que a melhor forma de combater a violência, a miséria e a exclusão social neste País e, conseqüentemente, a fome, é gerar emprego, distribuir renda e aumentar o valor do salário mínimo. Se dados demonstram que 100 milhões de pessoas neste País dependem do salário mínimo, calculem o quanto não aumentaria o mercado interno se 100 milhões de pessoas fossem beneficiadas pelo aumento do valor do salário mínimo. Entre esses, seriam beneficiados 12 milhões de aposentados e pensionistas, os que recebem seguro-desemprego; aqueles que têm o piso regional nos Estados, cujo parâmetro é o salário mínimo; o salário-família; os programas de cargos e salários das empresas, que têm como referência o salário mínimo; o piso das categorias que têm como referência o mínimo e, como falei no início, o desempregado que recebe o seguro-desemprego.

Senador Geraldo Mesquita, eu gostaria de apresentar mais um dado. O Governo, no meu entendimento, merece aplausos ao dizer que os servidores públicos que estão na base da pirâmide e recebem salários menores terão reajustes de até 30%. Depois, de forma escalonada, o Governo buscará pagar os atrasados aos outros servidores.

Como ninguém pode ganhar menos do que o salário mínimo, se aplicássemos 30% sobre os R\$240, teríamos o mesmo número que estamos propondo, ou seja, 20% e a inflação acumulada nos últimos 13 meses sobre o salário mínimo, algo em torno de R\$312.

Então, há uma lógica que aponta para a importância da valorização do salário mínimo como forma

de permitir que o nosso assalariado e o nosso desempregado vivam com mais dignidade.

É bom dizer também que um milhão de pessoas seriam beneficiadas, via Estatuto do Idoso, que determina que o idoso que comprovar que não tem como se manter terá direito, desde que tenha 65 anos, a receber um salário mínimo. Outros 700 mil, via Loas, também seriam beneficiados.

Sr. Presidente, esta Casa terá de debater o salário mínimo durante o mês de abril, já que os seu novo valor entra em vigor no dia 1º de maio, com medida provisória ou sem ela. Prefiro que não seja via medida provisória, mas via projeto de lei.

Àqueles que dizem que é sonho pensar que o nosso salário mínimo pode ultrapassar os US\$100, eu gostaria de lembrar apenas que tenho estado no Congresso Nacional há 18 anos, e, por três ou quatro vezes, já se ultrapassou a barreira dos US\$100 por meio de projeto de lei, nunca por meio de medida provisória. Quando a Casa pôde debater, quando construiu uma redação de entendimento, o projeto ultrapassou os US\$100. A própria Casa apontou as famosas fontes de recursos para que isso pudesse acontecer.

Por isso, Senador Geraldo Mesquita, Relator da matéria, concluo o pronunciamento, dizendo que estou confiante na sua capacidade de articulação, em seu poder de negociação para que o novo salário mínimo seja aprovado rapidamente. Seria a primeira vez, Senador Geraldo Mesquita, que um projeto dessa envergadura, atinente ao salário mínimo, partiria do Senado para a Câmara. Alguns imaginam que só pode vir projeto de lei da Câmara para o Senado. Embora haja controvérsias e algumas discussões, no meu entendimento, qualquer projeto de lei e até emenda constitucional podem partir do Senado. Creio que não haveria problema nenhum de iniciar-se na Câmara ou no Senado no caso de projeto de lei, não há nenhuma dúvida. Assim, aprovaríamos a matéria rapidamente e a enviaríamos para a Câmara, que por sua vez a aprovaria e a remeteria para o Presidente. Se a Câmara, legitimamente, entendesse que deveria alterar, que o fizesse. A matéria voltaria para o Senado, que emitiria o parecer final, e encaminharíamos, então, o projeto do salário mínimo para a sanção do Presidente.

Vou encerrar o discurso, Sr. Presidente, até porque quero ouvir os Senadores João Capiberibe, Antonio Carlos Valadares, para o qual cedi o tempo em uma permuta para que possa falar em assunto que mexe com todos nós: o mandato do Senador João Capiberibe. Ao encerrar, mais uma vez, quero dizer da minha total solidariedade ao Senador João Capiberibe. Tenho certeza de que o resultado final será positivo, não só para o Senador, mas também para a sua esposa, os

quais, por um procedimento de que discordo totalmente, estariam ameaçados de perder o mandato – repito, coisa que não acredito que vá acontecer.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o aumento da criminalidade em função do crescimento do desemprego e redução da renda do trabalhador foi o destaque neste final de semana em uma revista e mais dos jornais de circulação nacional.

Desemprego e baixa renda sempre andaram de mãos dadas com a criminalidade, mas como mostraram a revista **Época** e os jornais **O Globo** e **Folha de S. Paulo**, a estagnação econômica que o País amarga há quase uma década já teve impacto direto no aumento da criminalidade.

Estudo feito no município de São Paulo, analisando os 33 tipos de ocorrências policiais mais freqüentes revela que uma boa parcela delas acompanha quase mês a mês a variação nas taxas de desemprego e as quedas no padrão de renda do brasileiro.

De acordo com a pesquisa, de 2001 a 2003, o ganho médio dos paulistanos caiu 18,8% e a oferta de trabalho 22%, enquanto nas ruas furtos e roubos a transeuntes aumentaram quase na mesma proporção, 23%.

A situação é muito semelhante no Rio de Janeiro, onde foi apontada uma relação estreita entre queda de desemprego, queda de renda e aumento de assaltos no trânsito.

Como sabemos, o desemprego em alta comprime a renda e esta compressão salarial acaba realimentando o desemprego pela falta de consumo que faz as vendas desabarem e a produção cair.

Podemos dizer que com uma taxa de desemprego da ordem de 12% e uma perda do poder aquisitivo do trabalhador empregado de 16% no último ano, refletida de forma clara e direta na queda das vendas dos supermercados, a associação do aumento da criminalidade com o aumento do desemprego e a queda da renda exige desta Casa e do governo uma reflexão sobre a questão.

Estamos no mês de definições sobre reajustes dos vencimentos dos servidores públicos e do salário mínimo, que terá novo valor a partir de 1º de maio próximo.

Entendo que esta é uma excelente oportunidade para o governo, por meio da recuperação da renda,

influir na inversão dessa terrível associação crescente entre a criminalidade e o desemprego.

Com relação aos servidores públicos, o governo já definiu por um reajuste diferenciado que pode atingir índices próximos a 30% para os funcionários de menores salários ou que tiveram aumentos menores no ano passado.

Essa decisão do governo tem como mérito o reconhecimento da necessidade de aumentar os rendimentos dos servidores que estão na base na pirâmide salarial do setor público. Sinaliza igualmente uma política de distribuição de renda que merece os nossos aplausos.

Nada mais justo, pois esses servidores vêm enfrentando ao longo de quase uma década toda a ordem de dificuldades, porque os seus vencimentos estiveram praticamente congelados nos dois períodos de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso o que fez com que tivessem uma compressão de renda sem paralelo na história do País.

Ocorre que enquanto os percentuais de reajuste dos servidores públicos federais já são conhecidos, ainda ao se sabe qual índice será aplicado na correção do salário mínimo a partir de 1º de maio.

Com a nova data base do salário mínimo, objeto de projeto de minha autoria que unifica a sua correção com os benefícios dos aposentados, o reajuste obedecerá a um cálculo relativo a um período de 13 meses, já que o último reajuste se deu no dia 1º de abril do ano passado.

As informações de que dispomos indicam um aumento real acima dos 7,29% do índice inflacionário programado no Orçamento Geral da União deste ano, o que permitiria elevar o salário mínimo dos atuais R\$ 240,00 para perto de R\$ 270,00.

Para alcançar esse valor, o governo já teria embutido intencionalmente uma sobra de R\$ 3,6 bilhões nas despesas da Previdência Social, fazendo desta forma uma reserva no caixa do Ministério da Previdência para que o novo reajuste do salário mínimo seja absorvido sem maiores traumas pelo sistema de pagamento de aposentadorias e pensões.

Mas eu entendo que o mesmo raciocínio utilizado para o reajuste dos servidores públicos deve ser estendido ao valor do salário mínimo. Se aplicarmos a ele uma correção de 30%, dos atuais R\$ 240,00 o salário mínimo passaria em maio para exatos R\$ 312,00.

Esse percentual deve ser aplicado igualmente na correção de todos os benefícios da Previdência Social.

Se o governo fizer valer a isonomia na correção salarial àqueles trabalhadores de baixos rendimentos, além de praticar um ato de justiça os estará também

compensando das perdas que sofreram com o achatamento salarial provocado em grande parte pelo aumento do desemprego.

Esse reajuste fará de uma vez por todas o salário mínimo brasileiro atingir o patamar dos 100 dólares, que também reivindicamos ao longo dos anos também por meio de projeto de lei também de nossa autoria.

Com isso, a economia brasileira, uma das dez maiores do mundo, se livrará finalmente do estigma de pagar um dos mais baixos salários do planeta.

Tenho uma vida parlamentar dedicada à causa da recuperação do valor de compra do salário mínimo e que sou autor de projetos de lei que buscam fazer que sua equivalência atinja o patamar dos 100 dólares.

Vemos agora a oportunidade de se conseguir essa equivalência com a extensão da regra a ser utilizada pelo governo para a correção dos salários dos servidores para o salário mínimo.

Diante das perdas que se avolumam na renda do trabalhador brasileiro, notadamente daqueles que vivem de salário mínimo, o governo não pode renunciar a essa oportunidade histórica.

Acho também que é hora do Congresso Nacional participar em conjunto com os esforços do governo para buscar os recursos necessários a um reajuste mais digno para o salário mínimo.

Devemos lutar por um percentual de correção que permita a todos os trabalhadores de baixa renda, sejam servidores públicos ou que vivam de salário mínimo, como os da iniciativa privada e a esmagadora maioria dos aposentados e pensionistas do INSS, possam enfrentar com dignidade as suas despesas básicas alimentação, educação e saúde.

Com um reajuste de 30% sobre o salário mínimo estaremos encarando de frente a crise da economia brasileira e este seu terrível subproduto, o desemprego, que contribui com a queda da renda e agora se associa de forma direta com o crescimento da criminalidade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

**PRONUNCIAMENTO DO SENADOR
PAULO PAIM/PT – RS SOBRE PROJETO
DE LEI ALTERANDO O CODIGO PENAL E
DISCIPLINANDO A BUSCA PESSOAL SEM
MANDADO JUDICIAL**

Brasília, 5 de abril de 2004

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, estamos encaminhando à Mesa projeto de lei que altera o Código Penal, a Lei de Abuso de Autoridade e a Lei de Estatísticas Criminais, com o objetivo de coibir as ações arbitrárias do policial militar ou do

oficial de Justiça na abordagem do cidadão brasileiro, em especial afro-brasileiros.

O cidadão negro em particular é muitas vezes submetido a abusos e constrangimentos quando sem mandado a autoridade policial o aborda para identificação. O preconceito e o racismo levam com frequência a abusos de autoridade.

Temos que evitar abusos como o que deu cabo do dentista Flavio Sant'Anna em São Paulo, no mês de fevereiro deste ano, símbolo de uma violência que tem abatido muitos jovens negros inocentes.

Muitas pessoas contribuíram para elaboração desta proposta, mas gostaria de citar o Dr. Hélio Silva Júnior, presidente da Comissão de Direitos Humanos, da OAB de São Paulo.

Senador Paulo Paim, PT – RS.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos)

– Dentro do critério de intercalar os oradores inscritos com os listados para as comunicações inadiáveis, concedo a palavra ao primeiro orador para uma comunicação inadiável, o nobre Senador Ramez Tebet, por cessão do Senador Geraldo Mesquita. Logo em seguida, ouviremos as palavras do nobre Senador Valdir Raupp.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, os meus agradecimento ao nobre Senador Geraldo Mesquita.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quando comparecemos a esta tribuna, via de regra, é para discutir um assunto político, um assunto econômico. Mas o que me traz a esta tribuna hoje é algo diferente. Tenho certeza de que, se dependesse de votação, haveria unanimidade a respeito da matéria que vou abordar, mas, como dela não depende, naturalmente tem o aplauso desta Casa. E pergunto: quem não leu nos jornais ou não viu pela televisão, nos últimos dias, uma figura graciosa, que parecia voar, bela e eficiente? Era a figura de uma menina-moça, de uma pequena notável; era Daiane dos Santos, ao som do chorinho intitulado Brasileirinho, de Waldir Azevedo. Vimos essa menina-moça dar um verdadeiro show de técnica e de talento no Ginásio Riocentro, no Rio de Janeiro.

Mais belo e puro que o vôo de Daiane, somente sua simplicidade. Eu me emocionei duas vezes. Eu me emocionava com os seus vôos, com as suas piruetas, torcendo para ver como ela tocava o solo. Depois me emocionei também ao ver a sua simplicidade. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que moça simples! Vinda de família humilde, ela parecia não se empolgar com o resultado da competição. Conservou-se a mesma, não criou expectativas, como vejo muitas pessoas criarem na vida pública e em outros setores. Não. Quanto a uma

possível medalha de ouro nas Olimpíadas de Atenas, essa moça se comportou com a maior simplicidade, dizendo que lutaria e faria força para bem representar o nosso País.

Temos certeza de que ela saberá fazê-lo. As conquistas obtidas, Senador Paulo Paim, pela equipe brasileira, na Copa do Mundo de Ginástica, encerrada neste domingo, no Rio de Janeiro, foi o resultado de muito esforço, de muito treinamento e de muita dedicação, ao lado, naturalmente, do imprescindível apoio oficial, que deve ter havido sim.

Mais do que apoio oficial, deve ter havido determinação dos nossos atletas, que simbolizam a vontade do povo brasileiro e demonstram que temos qualidades, que, quando se oferece alguma condição de treinamento e oportunidades, sem dúvida, a bandeira do Brasil tremula mais alto do que qualquer outra.

Confesso a V. Ex^{as} que eu estava me preparando para ocupar esta tribuna por outras razões. Estou na fase final de elaboração do relatório da Lei de Falências, mas sucumbi a esse desejo de manifestar, aqui do plenário do Senado da República, a minha emoção e o meu contentamento. Faço aqui, penso eu, em nome do Senado, se as Sr^{as} e os Srs. Senadores me permitirem, uma justa homenagem a essa menina-moça que está emocionando o País com o seu vôo de borboleta. Quão bonitas são as asas de uma borboleta!

A emoção aumenta, Srs. Senadores, quando vemos o resultado de uma geração de atletas que está emergindo no País, que sabe superar obstáculos, preconceitos, falta de apoio, falta de infra-estrutura e todas as dificuldades rotineiras nas famílias de origem modesta. Quando vemos atletas como Daiane dos Santos, como Daniele Hypólito, seu irmão Diego Hipólito, lembramo-nos de outros ídolos que povoaram o imaginário nacional, a exemplo de Ayrton Senna, de Guga, do fenômeno Ronaldinho, sem mencionar o extraordinário Pelé, Tais atletas, sem dúvida, ajudaram o povo brasileiro a resgatar a auto-estima. Volto a repetir a emoção que senti, porque foi comovente também ver as mães das ginastas expressarem o sentimento de gratidão com o sucesso de suas filhas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, permitam-me homenagear aquelas duas mães, D. Magda, mãe de Daiane, e D. Geni, mãe de Daniele e Diogo Hypólito, pois elas representam os milhares de mães brasileiras que torcem anonimamente pelo sucesso de seus filhos, que esperam que eles recebam na escola o aprendizado necessário a seu futuro e que sonham com um emprego para eles. Além disso, essas mães conseguem multiplicar o orçamento familiar quando vão ao supermercado fazer compras para a família.

E aqui temos de abrir um parêntese para elogiar o conjunto de fatores que culminou com o ouro na ginástica artística. Sem a presunção de mostrar-me experto no esporte olímpico, é preciso saudar a Confederação Brasileira de Ginástica, o Comitê Olímpico Brasileiro, o técnico ucraniano Oleg Ostapenko, as ginastas, é claro – em especial a família Hypólito e a de Daiane dos Santos –, e também aqueles que não conseguiram medalhas, mas colaboraram para o êxito do nosso País.

Tenho que saudar o Ministro dos Transportes, que está anunciando a construção de novos centros esportivos, a exemplo do Centro de Treinamento de Cultura.

Sr^{as} e Srs. Senadores, já que estamos falando de esportes, temos que lembrar a proximidade dos jogos olímpicos de Atenas. Daiane dos Santos lembra, com muita humildade, que é preciso muito trabalho em equipe para os jogos olímpicos de Atenas. Trabalho em equipe significa espírito de luta, solidariedade e investimentos, não só para este ano, mas também para os jogos que serão realizados em 2007 no Rio de Janeiro.

Senador Paulo Paim, é preciso muito trabalho de base para que um país como o nosso revele ao mundo não somente craques no futebol – como em outros tempos –, mas ídolos em outros esportes.

Mais de uma vez já foi dito que o Brasil tem milhões de técnicos, e talvez eu esteja aqui refletindo o pensamento de cronistas especializados, lamentando apenas que nossa torcida só abra os olhos para esportes não-futebolísticos quando surgem atletas como esses que homenageio neste momento.

Quantas Daianes já não teríamos, caso o apoio oficial chegasse mais cedo? Quantos talentos não poderiam ser revelados com uma efetiva política de inclusão social por meio dos esportes? Quantos jovens já não estariam brilhando, estimulando que outros milhares seguissem os exemplos bem sucedidos caso tivéssemos, efetivamente, uma política nacional de esportes, para que essa prática fizesse parte do cotidiano de crianças, jovens, adultos e, por que não, também de idosos, Senador Paulo Paim?

Os esportes fazem parte da cultura nacional. São ferramentas de solidariedade e cidadania.

Estou feliz, portanto, por ocupar esta tribuna, por ter deixado outros assuntos de lado para aqui comparecer e expressar a alegria, o sentimento e a emoção de milhões de brasileiros que presenciaram nas telas – volto a repetir – aquele vôo de borboleta, fazendo piruetas ao som do “Brasileirinho”.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp, do PMDB do Estado de Rondônia.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento, eu gostaria de registrar a realização de um importante evento que ocorreu na capital do meu Estado, Porto Velho, nos últimos dias 02, 03 e 04. Refiro-me à III Conferência da Amazônia, com muitos debates, muitas discussões e muitos projetos.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que muitos frutos serão colhidos dessa reunião. Houve a interação de ONGs, entidades indígenas e Ministérios da República – estiveram presentes quatro ou cinco Ministros.

Ontem tive a oportunidade de ajudar na coordenação de um dos painéis, sobre a infra-estrutura do nosso País, principalmente na região amazônica. Meu Estado está sendo contemplado com projetos de envergadura, como as usinas do rio Madeira, Giral e Santo Antonio, a ligação do gasoduto Urucu-Porto Velho – para substituir por gás natural o óleo diesel da termelétrica de Porto Velho –, e também a interligação do sistema nacional de energia elétrica, ligando Porto Velho, Ji-Paraná a Jauru, no Mato Grosso.

O Estado de Rondônia agradece ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a seus Ministros por estarem empenhados nesses projetos tão importantes para a geração de empregos e renda para o povo do meu Estado e da Amazônia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que trago nesta sessão queria tê-lo abordado bem antes, mas, por uma questão de ordem de inscrição, só posso fazê-lo hoje. Entretanto, esse fato acabou sendo positivo, pois se trata do mesmo assunto e da mesma postura apresentada por outros nobres companheiros nos últimos dias.

No meu caso, também como alguns dos oradores que já debateram o assunto, fui Governador do meu Estado e, como praticamente todo governante, fui algumas vezes sobressaltado com notícias estaremcedoras vindas da sociedade ou da máquina pública estadual.

Agora, como Senador da República, fui surpreendido com a reportagem que revelava o ato criminoso de um ocupante temporário de cargo público. Porém, confesso, mais surpreso ainda fiquei com o volume de atenção que o Congresso Nacional deu e ainda está dando ao caso. Tudo bem que, no primeiro momento, passou-se a idéia de que, trabalhando no Palácio do Planalto, esse cidadão fosse parte de um esquema do próprio Governo. Mas, em apenas uma semana, viu-se

que essa era uma atitude isolada de um membro do Governo que, por sua conta e risco, extrapolara seus deveres e infringira a lei.

Relembrando os meus sobressaltos com notícias dramáticas – de que infelizmente, por algumas vezes, tomei conhecimento e para os quais tomei providências, enquanto Governador – concluí que, com o crescimento vertiginoso da população, precisamos reciclar alguns conceitos para sermos mais justos até mesmo com nossa própria classe; afinal, qual homem público não está sujeito a ter, hoje ou amanhã, um membro de sua campanha, ou até de sua equipe, envolvido em atos lamentáveis, proibidos e condenáveis?

E se eu, que governava um Estado com pouco mais de 1 milhão de habitantes e 50 mil servidores públicos, tive sustos e sobressaltos semelhantes ou assemelhados, a quantas piores notícias não está sujeito um Presidente da República? E de uma República que tem 176 milhões de habitantes e mais de 600 mil servidores espalhados por oito milhões de quilômetros quadrados. Ainda mais, Sr. Presidente, quando procuradores tentam conspirar contra o Governo, contra seu assessor direto, o Chefe da Casa Civil.

O fato é muito sério. Isso aconteceu comigo, em meu Estado, quando alguns membros do Ministério Público – não vou generalizar, pois, assim como no Poder Judiciário, no Ministério Público há homens sérios, a maioria absoluta, mas há alguns que não merecem respeito –, alguns promotores de Justiça tentaram forjar provas contra o meu Governo e contra o meu Chefe da Casa Civil. Pude observar o grau de irresponsabilidade de certas pessoas que, a partir de um fato, tentam desdobrá-lo em outros a fim de prejudicar um Governo.

Por causa dessa convicção, aventurei-me hoje a proferir uma conclamação que considero precoce de minha parte. Digo precoce, porque sei que nesta Casa há tantos senadores muito mais preparados, muitos mais experientes e muito mais importantes do que eu. Todavia, atendo a minha vontade interior de fazê-la.

Primeiro, peço e espero que esta nobilíssima Casa volte às suas tantas e urgentes atividades, deixando este caso a cargo das instituições públicas que existem para esse fim: a Polícia Federal e o Ministério Público! São instituições que merecem e precisam ter nosso respeito na execução do trabalho de apurar casos dessa natureza.

Afinal, além do desemprego, da violência, da falta de crescimento econômico, dos juros elevados e da elevação da dívida pública que estão estrangulando a paciência da nossa sociedade, o Senado Federal e o Congresso Nacional como um todo têm hoje uma

agenda de votações e discussões impossível de ser concluída neste semestre.

Portanto, ousou conclamar, senão a todos – o que seria impossível numa democracia – pelo menos a maioria dentre todas as Sr^{as} Senadoras e todos os Srs. Senadores a deixarmos aquele certo senhor onde ele nunca deveria ter deixado de estar: no anonimato. Retomemos, com celeridade, nossa pauta de votação e reformas, até porque um país que já está completando duas décadas de normalidade democrática, provada e aprovada em diferentes embates políticos e sociais, não pode permitir que um fato isolado, um erro de um servidor, paralise nossos trabalhos, como praticamente tem acontecido nas últimas semanas.

Nesse sentido, atrevo a fazer um apelo às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores, especialmente à base de apoio ao Governo no Senado, e a todos que concordam com que este fato seja apurado rigorosamente pelos órgãos policiais e judiciários, a fim de que voltemos às reformas e mudanças que o Brasil inteiro ansiosamente almeja e espera.

É claro que, na democracia, os partidos que não participam do Governo têm de aproveitar qualquer deslize, qualquer erro para fazer seu discurso, pois não podem mostrar ações de Governo, visto estarem na Oposição. E é claro que fiscalizar é dever de todos nós, e à Oposição esse papel é sempre mais possível, mais lógico e oportuno. Nós que fazemos parte da Bancada de sustentação do Governo precisamos ser mais unidos e mais aguerridos na defesa dele, para impor a sua agenda, a fim de que o Governo possa desenvolver o seu programa, na busca dos resultados, que raramente são imediatos e dependem da agenda positiva de quem governa e não de quem exerce a legítima oposição.

Ora, olhando a história do nosso País, veremos que houve muitos momentos em que um erro lamentável de um funcionário ou companheiro de quem está no governo monopolizou o País e mudou o seu rumo naquele momento para depois, mais tarde, vermos que a história teria sido mais bem escrita se tal fato ficasse circunscrito à sua pequenez, ou pelo menos à sua real dimensão, e não à magnitude que naquele momento o Congresso lhe concedeu.

Para não voltar demais na história nem tocar em feridas recentes e mal cicatrizadas, colho um exemplo dos meados de nossa história republicana, com o ato desesperado do chefe de segurança do Presidente Getúlio Vargas, que, pensando defender o Presidente da República, atentou contra a vida de Carlos Lacerda, então opositor de Getúlio Vargas. Somente décadas depois, ficamos sabendo que o Presidente nada tinha

a ver com essa decisão, com essa atitude criminosa, mas cuja repercussão acabou levando-o ao suicídio.

Num universo em que cada instituição é hoje integrada por centenas ou milhares de pessoas distintas, precisamos saber responsabilizar cada um pelos seus atos e não mais querer massacrar todo um governo por causa de uma atitude isolada.

Como político e como eleitor, sou testemunha de que quem maciçamente financiou a eleição do Presidente Lula foi a esperança da imensa maioria do povo brasileiro. Esperança da qual, como eleitos, todos nós somos também co-responsáveis, porque o povo não elege parlamentar só para fiscalizar ou criticar, mas também para legislar, mudar e aprovar tudo que é bom para o país e seu futuro.

Como o Presidente, também fui criado numa família simples do interior do Brasil, e se fui trabalhador rural, ele foi formado não na faculdade, mas nas dificuldades do sertão nordestino e na disciplina do operariado paulista. E a história da humanidade nos mostra que um cidadão com esse caráter e essa envergadura nunca decepciona, não vai nos decepcionar jamais.

Tancredo Neves, Sr. Presidente, que foi um dos maiores expoentes do meu Partido, do nosso grande Partido, o PMDB, agregou contrários e assim venceu a ditadura sem um só tiro ou uma única gota de sangue. Essa lição de tolerância e de parceria entre contrários pela mudança é o que me motiva. Quem passou o que o PMDB passou, nos últimos 22 anos, sabe que governar um país espoliado durante tantos séculos não é fácil, nem será fácil mudá-lo se acidentes individuais forem maior do que nossas instituições democráticas. E somente escreveremos corretamente nossa história se pensarmos mais na próxima geração, não na próxima eleição!

Encerro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registrando minha absoluta certeza de que o Presidente Lula é um timoneiro lúcido, firme, sério, determinado e capaz. Possui caráter e história, que não mudam tão rápido como alguns pensam. Sua Excelência me inspira absoluta confiança e me motiva a pedir também confiança a todas as senhoras, aos senhores e a todos os brasileiros.

Esperamos, o mais rápido possível, a retomada dos trabalhos, a retomada do crescimento do nosso País, para que possamos gerar renda e emprego para o nosso povo, que almeja e espera dias melhores em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, a Presidência gostaria de registrar a presença em nossas galerias dos alunos, professores

e coordenadores do Colégio Estadual Mariquita Costa, da cidade de Morrinhos, Estado de Goiás. Para nós, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma alegria a presença dos estudantes aqui em nossa sessão.

A Presidência aproveita também para cumprimentar o Serviço de Relações Públicas do Senado pelo eficiente trabalho realizado no acompanhamento das visitas.

Registro ainda a presença do Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Tocantins, Conselheiro Hebert Carvalho de Almeida, nas galerias de honra desta Casa.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Ribeiro, próximo orador inscrito, para uma comunicação inadiável. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para saudar o Dr. Hebert Carvalho, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Tocantins, que se encontra na tribuna de honra.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna na tarde de hoje para falar da agricultura tocaninense.

Vimos aquele Estado nascer, ou melhor, ajudarmos a criá-lo. Em 1988, quando foi criado nosso querido Estado do Tocantins, eu era Deputado Estadual. Fui o único Deputado Estadual que acompanhou politicamente o ex-Deputado Federal Siqueira Campos, nosso Governador por três mandatos, que lutou pela criação do Estado do Tocantins, sonho realizado em virtude da Constituição de 1988.

O que me entusiasma, Sr. Presidente, é que temos acompanhado, dia a dia, tudo o que vem acontecendo no meu querido Estado do Tocantins, sobretudo, na agricultura. Quando ouvíamos o Governador Siqueira Campos dizer que no Tocantins haveria barragens, que construiríamos oito, dez barragens para a geração de energia elétrica, que teríamos uma agricultura forte e também construiríamos a ferrovia Norte/Sul e a hidrovía Araguaia/Tocantins, enfim, tantas coisas boas que já aconteceram em nosso Estado.

A produção da agricultura, graças a Deus, a cada ano que passa se multiplica. Neste ano, há um crescimento de quase 400%, com referência aos anos anteriores. Isso se dá principalmente pela expectativa da continuação da construção da ferrovia Norte/Sul e sua conclusão, um dos compromissos do Presidente Lula. Temos a certeza de que Sua Excelência irá honrar esse compromisso, até porque tem falado sobre o assunto nos seus últimos discursos. No discurso da posse do novo Ministro dos Transportes, eu estava presente e ouvi quando o Presidente Luiz Inácio Lula

da Silva disse que faria as ferrovias e citou a Norte/Sul em primeiro lugar.

Com a grande possibilidade da construção da ferrovia Norte/Sul e terras baratas que ainda há no Estado do Tocantins. E terras boas, Senador Gerson Camata, para oferecer ao cidadão catarinense, paranaense, gaúcho, paulista, terras planas, que têm água em abundância. Em nosso Estado, agricultura caminha a passos largos.

Recentemente, tivemos duas grandes festas em projetos de plantio de soja, no Município de Santa Rosa do Tocantins, e no Município de Pedro Afonso. Estamos aguardando também a festa da soja deste ano – estive lá no ano passado – além do Prodecir (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), que funciona naquele Município. Portanto, estamos enxergando, acompanhando e participando de forma ativa do desenvolvimento da agricultura no nosso Estado. Isso nos deixa muito felizes, muito alegres, porque é com a agricultura que vamos tirar o País das dificuldades que vive. Se há um setor que deu certo e que está dando certo neste País é a agricultura. Por isso é muito importante que o Governo dê todo apoio para a agricultura brasileira.

O Tocantins não é diferente dos outros Estados. Cito o caso do Tocantins, Sr. Presidente, porque na nova fronteira do nosso País. Tantas coisas boas já foram construídas e feitas, como aqui já citei em outras oportunidades.

Quero aqui, Sr. Presidente, homenagear, neste meu rápido discurso, Raimundo Nonato Pires dos Santos, o Secretário da Agricultura que deixou a Pasta na sexta-feira para ficar livre, não para criar qualquer tipo de concorrência com a nossa atual prefeita da capital, candidata à reeleição. Está pronto para qualquer disputa. Na pessoa de Raimundo Nonato Pires dos Santos, quero homenagear os agricultores tocaninenses, aqueles que para lá foram levando o progresso e plantando não apenas soja, mas feijão, milho, enfim, os produtos que fazem parte não apenas da cesta básica, mas sobretudo estão destinados à exportação. Raimundo Nonato Pires dos Santos realizou um excelente trabalho junto aos agricultores tocaninenses nas áreas da pecuária e agricultura. Portanto, espero que o Governador Marcelo Miranda, ainda nesta semana, de hoje para amanhã, escolha um outro secretário que tenha a mesma capacidade e competência do nosso atual vice-governador Raimundo Boi e, sobretudo, que possa dar continuidade ao belíssimo trabalho que vinha realizando.

Fica aqui, Sr. Presidente, para encerrar, o meu convite aos agricultores gaúchos, na pessoa do Senador Paulo Paim; aos paranaenses, através do Se-

nador Alvaro Dias; aos paulistas e catarinenses, para que continuem vindo para o Tocantins. As portas estão abertas. Lá, empresário da indústria ou rural é recebido com tapete vermelho. Assim dizia o ex-governador Siqueira Campos, assim continua a dizer o Governador Marcelo Miranda.

Que venham para o Tocantins, porque o tocantinense está de braços abertos, ele precisa de emprego e trabalho, e é através da agricultura que vamos melhorar a vida do povo tocantinense e da população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Antonio Carlos Valadares, do PSB do Estado de Sergipe, que fala por cessão do nobre Senador Paulo Paim. V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado Federal está hoje sob ameaça de uma violência inaudita. Por força de um processo absurdo e estranho, de um pleito fundamentado em provas fragilíssimas e de juízos em flagrante desacordo com os fatos, um dos mais eminentes membros desta Casa se vê sob risco de cassação do seu mandato.

O Senador João Capiberibe, Líder do Partido Socialista Brasileiro no Senado Federal e Vice-Presidente Nacional do PSB, pode se tornar vítima de uma injustiça histórica. Nesse caso o próprio Senado estará sendo violentado, de uma forma como não se via desde os tempos em que foram retiradas de seus mandatos, legitimamente conferidos pela vontade popular, personalidades políticas nacionais da vida pública, tais como Juscelino Kubitschek ou Arthur Virgílio. Também está ameaçada a Deputada Federal Janete Capiberibe, a mais votada no Estado do Amapá, esposa do Senador João Capiberibe, que, sozinha, alcançou 10% dos votos válidos naquele Estado.

O processo que pode conduzir a esse desrespeito à cidadania foi iniciado pela Seção Regional do Partido de um rival político do Senador João Capiberibe, do PMDB, por ele derrotado nas eleições de 2002. Alega-se na acusação que houve compra de votos por parte do Senador e da Deputada. Não apenas é falsa, como falta a menor sustentação à grosseira manobra feita para simular essa compra.

O Ministério Público do Amapá, que atuou de forma extremamente rigorosa durante todo o período eleitoral, recusou-se a oferecer denúncia contra o Senador e a Deputada. Argumentou corretamente que

inexistiam nos autos provas que embasassem essa iniciativa.

A seção regional do Partido insistiu. O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, que tem históricas e conhecidas desavenças com o Senador João Capiberibe, julgou improcedentes todas aquelas alegações. Também os juízes do TRE constataram que não existiam provas capazes de incriminar o Senador de condenar a Deputada.

Observe-se que o próprio Presidente do Tribunal, ao iniciar seu voto, lembrou as desavenças que ele próprio, bem como outros integrantes do TRE, mantinham com o Senador eleito, como resultante de seguidos e públicos conflitos ocorridos durante os dois mandatos de governador exercidos por João Capiberibe. Como se vê, trata-se de um voto claramente insuspeito.

De que constam afinal as acusações? Primeiro: de se ter encontrado, em um comitê eleitoral do Senador e da Deputada, a quantia de aproximadamente 15 mil e 400 reais. Em se conhecendo os custos de uma campanha eleitoral no Brasil – e nos referimos aqui aos gastos legais, permitidos pela normas vigentes – trata-se de um montante relativamente pequeno. Nada há de ilegal em se contar com esses recursos, compatíveis, aliás, com a declaração apresentada à Justiça Eleitoral pelos candidatos, na conformidade dessas normas. A quantia seria aplicada na fiscalização da votação e da apuração, em lanches para os fiscais e assim por diante. Nada mais normal. Deu-se ênfase, na acusação, ao fato de existirem listas de eleitores no comitê. O que se imaginária encontrar em um comitê eleitoral? A lista dos jogadores do Flamengo ou a dos formados em Pedagogia na Universidade Federal do Rio de Janeiro?

A isso se somaram dois depoimentos de eleitoras, que alegavam ter recebido 26 reais cada uma, em duas parcelas, para votar no Senador João Capiberibe, na Deputada Janete e no candidato do PSB a Governador, Cláudio Pinho Santana, que terminou perdendo a eleição. As duas eleitoras fizeram questão de registrar em cartório esse depoimento, após tê-lo prestado à polícia local. Esse comportamento já seria o suficiente para levantar suspeitas. Por que as duas testemunhas tomariam a cautela de proceder a esse registro em cartório? Seria esse um procedimento usual, já que existem os órgãos competentes para tomar esses depoimentos e que têm validade legal? Sabemos que, pelo menos, agiu-se de forma suspeita com esse procedimento. Tudo isso contribui para as suspeitas de que se trata, Sr. Presidente, de uma verdadeira armação perpetrada contra o Senador Capiberibe e a sua esposa.

Esgotados os procedimentos no âmbito estadual – e os autores do processo recorreram ao Tribunal Superior Eleitoral – e os autores do processo são integrantes do PMDB do Amapá. Perderam a causa no Amapá e resolveram recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral, enviando o processo para o Ministério Público proferir seu parecer. Começam aí, Sr. Presidente, diversos procedimentos inusitados, como a postura do então Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, que contrariou a decisão do Ministério Público Federal do Amapá, que conhece de perto a causa em que se viu envolvido o Senador João Capiberibe e sua esposa. O Ministério Público, aqui em Brasília, tendo em vista a decisão do Dr. Geraldo Brindeiro, denunciou o Senador e a Deputada ao Tribunal Superior Eleitoral.

Conheço o Senador João Capiberibe de perto. Desde o início desse processo, preocupava-me. Falei sobre isso com o Senador. S.Exa, da forma mais inocente possível, disse-me: “Isso aí, Valadares, não tem nenhuma razão de ser; não tem nenhuma justificativa. Eu não tenho por que me preocupar, pois sempre agi com lisura.” E minhas preocupações cessaram.

Entretanto, uma vez mais, as provas para uma eventual condenação de ambos resumiram-se aos depoimentos de duas testemunhas. Por si só constituiriam um absurdo jurídico e um absurdo político.

Sr. Presidente, estamos próximos da eleição para Prefeitos e Governadores. Como participarão esses candidatos de uma eleição com tanto risco. Sabem que adversários derrotados poderão arranjar uma armação como esta, com duas testemunhas, ou três e – quem sabe? – tentar cassar o mandato de um Prefeito ou de um Vereador?

Qualquer detentor de mandato eletivo estaria, assim, permanentemente, sob o risco de perdê-lo, bastando para isso que um adversário conseguisse depoimentos semelhantes a esses.

Em outras palavras, em se aceitando esse tipo de alegação, os tribunais eleitorais estariam criando um esdrúxulo e eficaz mecanismo de violação da manifestação da vontade popular expressa nas urnas.

Ninguém foi mais favorável, Sr. Presidente, ao projeto que aqui foi tão debatido, projeto que terminou sendo aprovado pela Câmara e pelo Senado e depois sancionado pelo Presidente da República: o da captação de sufrágios. Recordo-me que esta Casa votou, por unanimidade, nessa proposição. Não só fui eu um dos grandes defensores mas também estou eu aqui avistando nesta sessão o Senador Pedro Simon, outro dos mais ardorosos defensores da causa.

O problema, porém, é ainda mais grave, Sr. Presidente. Em gravação apresentada ao Tribunal Superior Eleitoral pela defesa do Senador João Capiberibe e da

Deputada Janete Capiberibe, as duas testemunhas são flagradas em tentativas de extorsão. Tentam obter de forma ilícita dinheiro do Senador João Capiberibe: 20 mil reais. Essas testemunhas receberiam 20 mil reais, para desfazerem todo o depoimento que deram à polícia contra o Senador João Capiberibe; isso se recebessem 20 mil cada uma, teríamos a quantia de 40 mil reais. E mais 20 mil reais iriam para o intermediário, perfazendo um total de 60 mil reais.

O Senador João Capiberibe, tomando conhecimento dessa extorsão, levou a questão à Polícia Federal, denunciando o processo de violência que duas pessoas estariam ardilosamente perpetrando contra S. Ex^a. A proposta das testemunhas foi gravada, e elas confirmaram – está na gravação – que receberam uma ajuda do adversário do Senador João Capiberibe para dar esses depoimentos.

Sr. Presidente, de forma surpreendente, porém, a Procuradoria Eleitoral em Brasília ignorou todos esses fatos que estão acostados aos autos. Deu integral fé ao depoimento das duas testemunhas, o que, por si só, seria uma ingenuidade, senão um ato de má-fé. Não levou em conta que, tendo as duas testemunhas declarado que vinham sofrendo ameaças por parte dos adversários do Senador e da Deputada, solicitaram proteção policial para elas. Ao contrário, uma vez mais, inverteu as provas, argumentando que o Senador e a Deputada estariam ameaçando as testemunhas.

Há ainda mais um ponto em que se contrariam frontalmente as normas eleitorais e a jurisprudência. Considera-se indispensável, para a decretação da perda de mandato, não apenas a compra de votos mas também o comprometimento pessoal dos beneficiários. Ou seja, seria necessário estabelecer-se um vínculo entre o candidato e o ato da compra de votos. Seria impossível traçar esse vínculo no caso do Senador João Capiberibe e da Deputada Janete Capiberibe. Alegou-se, entretanto, que a funcionária de campanha que pagara os R\$26,00 às duas testemunhas era contraparente da Deputada – o que é falso – e que as pessoas que estavam no comitê eleitoral invadido haviam ocupado cargo no Governo do atual Senador Capiberibe. Por incrível que pareça, essas afirmações foram consideradas como prova de que o Senador e a Deputada tinham pleno conhecimento da operação de compra de votos.

Quem conhece a trajetória política do Senador João Capiberibe e da Deputada Janete Capiberibe conhece também sua honestidade e lisura no trato da coisa pública. Ambos têm mais de 40 anos de lutas políticas, iniciadas no combate à ditadura. Prefeito de Macapá e Governador do Amapá por dois mandatos, João Capiberibe foi um paladino da defesa dos re-

curios públicos. No Senado, uma das suas principais bandeiras, hoje, é o chamado Projeto Transparência, que constitui em disponibilizar, on line, todo o fluxo de verbas governamentais, de forma a permitir o pleno controle social das receitas e despesas. Foi, recorde-se, o responsável pela implantação desse sistema no Amapá. O Ministério da Ciência e Tecnologia, com dois sucessivos Ministros do PSB, implantou o sistema com S. Ex^a a identificar o Partido. Quando Deputada Estadual, Janete Capiberibe foi a única a devolver, de público, a quantia mensal de R\$7 mil recebida indevidamente por todos os integrantes da mesma legislatura.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Permite-me um aparte, Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Em breve darei o aparte a V. Ex^a.

Esqueçamo-nos, por um instante, de tudo isso. Esqueçamo-nos desse perfil de desprendimento, de honestidade e de fidelidade aos mais elevados princípios públicos, que levaram o Senador João Capiberibe e a Deputada Janete Capiberibe à luta armada, a dez longos anos de exílio e, mais tarde, a sucessivas vitórias eleitorais em seu Estado. Resta um absurdo quadro jurídico de inversão de provas ou de menosprezo destas, que se arrisca a conduzir a decisão em flagrante violação dos fatos.

Temos pouco tempo, Sr. Presidente. O julgamento do Senador João Capiberibe e da Deputada Janete Capiberibe pelo Tribunal Superior Eleitoral já foi iniciado. Já se registraram votos em favor da tese defendida pela parte contrária. Existe o risco concreto de cassação de seus mandatos, o que significaria, se ocorrer, uma violência contra a cidadania, um desrespeito à manifestação do eleitorado, um ato de arbítrio, em suma.

Quando se cassou o Senador Juscelino Kubitschek, quando se cassou o Senador Arthur Virgílio, esta Casa registrou os mais veementes protestos. Foi, porém, impotente para defendê-los, o que, na prática, significava defender a si própria, pelo estado de exceção que infelicitava o País.

Hoje vivemos em pleno Estado de direito, e o Senador Capiberibe foi um dos grandes timoneiros deste período de democracia que estamos vivendo. Como ele poderia ser vítima de um processo em que não teve iniciativa alguma, responsabilidade alguma, em uma democracia que ele próprio ajudou a construir? Seria a primeira vítima da democracia brasileira? Não acredito, Sr. Presidente, que o Tribunal Superior Eleitoral, na sua autonomia, na defesa intransigente dos postulados democráticos que sempre fez, permi-

tirá que essa violência seja cometida contra o nosso Senador João Capiberibe.

Senador Arthur Virgílio, em pouco tempo, darei um aparte a V. Ex^a, mas, em primeiro lugar, concedo-o ao nobre companheiro do Rio de Janeiro.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a sobe à tribuna para manifestar perplexidade, indignação, esse sentimento que permeia a consciência de todos aqui presentes. Conhecemos a trajetória política de João Capiberibe, e V. Ex^a disse muito bem que quem conhece a trajetória de João Capiberibe, de Janete Capiberibe, quem conhece a vida, a biografia desses dois brasileiros sabe da sua honestidade no trato da coisa pública. Desde o início do seu Governo, no Estado do Amapá, Capiberibe enfrentou a hostilidade dessas verdadeiras máfias, que se aproveitavam historicamente dos recursos do Estado para se locupletar. Ele enfrentou a situação com dignidade, com bravura, correndo riscos, porque estava enfrentando o Poder Judiciário e o Tribunal de Contas, que não mereciam a denominação de instituições. E ele as enfrentou bravamente. Conseguiu, enfim, completar seu mandato de forma brilhante, deixando um rastro de realizações tão formidáveis que garantiram sua eleição para o Senado Federal e a de sua esposa para a Câmara dos Deputados. Agora, estamos aqui surpreendidos por esse julgamento, que manifestaria a possibilidade não ainda a tendência de aceitação da tese dos corruptos, da máfia que se enraizou naquele Estado, como é do conhecimento da Nação. Não podemos imaginar que isso venha a ocorrer. Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento e pela afirmação de que não acredita que isso venha a ocorrer. Todos nós, Senadores, conhecemos João Capiberibe e também não acreditamos em um final infeliz. Além disso, manifestamos nossa indignação com o fato de o caso haver chegado ao ponto em que chegou. Parabéns a V. Ex^a. Estamos unidos na manifestação de apoio total ao Senador João Capiberibe e à Deputada Janete Capiberibe.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Roberto Saturnino, agradeço a V. Ex^a pela solidariedade espontânea ao nosso companheiro de partido, Senador João Capiberibe. V. Ex^a também acompanhou a trajetória política desse nobre parlamentar, repleta de honestidade, de correção e de coragem. Como Governador, enfrentou os grupos que estavam tomando conta do Estado por intermédio do narcotráfico, de influências nefastas, que transformaram o Estado do Amapá em um ambiente de corrupção. Foi S. Ex^a que varreu do Estado do Amapá todo esse ambiente negativo, que dava uma imagem péssima do Estado. Sua presença no Governo foi a garantia de

assegurar ao cidadão o direito de reclamar e de saber como o governante está gastando seu dinheiro, uma vez que S. Ex^a foi o primeiro Governador do Brasil a disponibilizar, na Internet, os gastos públicos de forma transparente.

Concedo um aparte ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos Valadares, sou neto de um magistrado que dá muito orgulho pelo nome que legou aos seus descendentes, aprendi a não questionar as decisões de última instância e, em qualquer instância, a procurar respeitar a Justiça. Longe de mim agravar a Justiça Eleitoral deste País. Apenas registro, e de maneira veemente, minha estranheza em relação a esse fato. E vou dizer a V. Ex^a um sentimento muito pessoal: quando o Deputado Ibsen Pinheiro foi cassado, após todo aquele escarcéu, toda aquela celeuma que jogou seu nome à lama, eu achava, na época, certamente achei amanhã e continuo achando hoje o Deputado Ibsen Pinheiro uma pessoa honrada. Eu dizia: Meu Deus, o Ibsen vai ser cassado e por muitas pessoas que tenho certeza não são melhores do que ele – até podem ser piores do que o Ibsen, que reputo um bom homem público. Isso me dava certa dor. Sou amigo pessoal do Senador Capiberibe, tenho por ele admiração, fui seu colega Prefeito, já militamos partidariamente juntos, acompanhei sua luta para que o Amapá tomasse rumos de decência na vida pública. Não importa qualquer relação de adversidade – meu Partido pode, eventualmente, discordar dele, e estarei com meu Partido em qualquer momento, em qualquer eleição no Amapá –, mas quero registrar que é preciso ter respeito por adversários. Entendo que o Senador Capiberibe tem honrado o seu mandato de Senador. É um homem que defende suas convicções, um homem independente e que tem tido um mandato que orgulhece, com certeza, seus conterrâneos, porque orgulhece aos que, como eu, são seus adversários. Portanto, revelo aqui a minha estranheza, em primeiro lugar, e a minha esperança – pois é um julgamento que não terminou – de que, neste País, procuremos efetivamente limpá-lo, mas com muito cuidado para, a pretexto da limpeza, não terminarmos cometendo equívocos. Ceifar o mandato do Senador Capiberibe, que me parece justo, que me soa equilibrado, que me soa transparente, isso me soa como violência. Digo isto de maneira desapaixonada – não sou correligionário, não sou companheiro de ala do Senador Capiberibe –, digo isto movido pelo meu senso de justiça. Não sinto que sobre aqui a presença do Senador Capiberibe; não sinto que S. Ex^a não tenha lugar nesta Casa; não sinto que S. Ex^a esteja abaixo dos seus colegas, a ponto de oitenta merecerem seus

mandatos e um não o merecer. Não sinto isso. Sinto que tem um lugar nesta Casa, sim, um lugar honroso para o Senador João Capiberibe. Portanto, torço muito para que Deus ilumine a Justiça eleitoral brasileira no sentido de tomar uma decisão que seja sábia, verdadeira e que vá ao encontro do sentimento de justiça que vejo que perpassa os segmentos desta Casa, de vários partidos, de amplos segmentos, a começar pelo discurso que V. Ex^a, como Líder do Partido, neste momento faz e que encontra aqui o meu apoio, a minha solidariedade. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Arthur Virgílio, quero agradecer o aparte de V. Ex^a e peço vênica para incluí-lo no conteúdo do meu discurso, principalmente pela sensatez e pelo equilíbrio com que V. Ex^a fez esse aparte, manifestando, inclusive, o desejo de que a justiça seja feita neste País.

Confio no Tribunal Superior Eleitoral, naquelas cabeças que compõem um tribunal que, efetivamente, tem resolvido muitas questões sérias neste País, como o problema da compra de votos. A meu ver, esse processo não se coaduna com a personalidade, com a figura do Líder do nosso Partido, Senador João Capiberibe, pelo seu passado e pela forma como atuou nas eleições seguidas em que se candidatou e como governador de Estado.

Concedo o aparte ao nobre e eminente Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Não há dúvida, Senador Antonio Carlos Valadares, de que há uma angústia no Congresso Nacional por uma causa que ninguém imaginava que chegaria ao ponto a que chegou. Não imaginávamos que o Senador João Capiberibe, que primeiro tinha uma biografia, uma história conhecida de todos pela atuação, pelo trabalho, pela dedicação, pelo esforço numa área difícil, que é elevar o nível da política ao campo da seriedade e da ética, haveria de encontrar dificuldades para conseguir o sucesso que conseguiu. Implementações como essa a que V. Ex^a se refere, que é incluir na internet, à vista de todos, as contas do Governo, uma experiência que somente agora outros Estados começam a copiar, é demonstração da clareza, da profundidade da forma de agir de S. Ex^a. É difícil imaginar certas coisas que ocorrem no Brasil. O Brasil é o país da corrupção, o país em que só vai para a cadeia ladrão de galinha, o país em cujos jornais vemos processos e mais processos, até de políticos importantes, que ocuparam cargos importantes – fala-se agora de uma CPI, da qual faço parte, mas que não sai do chão –, de remessa de bilhões de dólares para o exterior. Mas nada acontece. De repente, não mais que de repente, num

caso como esse, contra um cidadão ilustre, digno, sério, que envolve meia dúzia de centavos, que envolve uma pessoa de bem, num pleito de bem, de repente o Tribunal Superior Eleitoral entende por bem pinçar no meio de um processo algo para cassar o mandato de um Senador, que foi duas vezes Governador, por corrupção eleitoral. Sabemos que a quantidade de dinheiro envolvida em casos como esse é enorme. Não é preciso ser candidato a governador, a senador, a deputado federal, estadual ou a prefeito para saber que isso ocorre. Está escancaradamente provado que isso se passa em vários municípios. No entanto, nada acontece. Diz-se que o que está nos autos não existe. A grande verdade é que chega a soar mal querer atingir um homem da dignidade, da correção e da seriedade do Senador João Capiberibe, principalmente no Brasil, um país onde não se pune ninguém, onde não se toma conhecimento de nada. Fatos escandalosos se repetem. No entanto, pára o Brasil para assistir ao que está acontecendo com o Senador João Capiberibe pela fantástica quantia de R\$25,00 para a compra de votos e com o depoimento de duas cidadãs que quiseram voltar atrás em troca de dinheiro, o que não foi aceito. Confio no Tribunal. Creio que, às vezes, há fatos que acontecem quase que por uma determinação da fatalidade. O pedido de vista, quando a direção era uma... Parece-me que o voto que será dado pelo Sr. Relator, que pediu vista do processo, ao lado da repercussão negativa que deve ter sentido o Tribunal por parte de pessoas de bem, íntegras, não solidárias, não identificadas com o Partido do candidato, mas com a sua pessoa e a sua biografia, e estou convicto disso, parece-me que esse voto vai reverter os votos já dados. Creio que esses votos serão alterados pelo do Relator. Seria um fato cruel se nós, aqui, no Senado, que deveria ter cassado pessoas que eram para terem sido cassadas, pelas formas mais variadas, tivéssemos que ver sair daqui uma pessoa da integridade, da pureza, da singeleza, da competência do Senador Capiberibe, que não é uma flor de simpatia, pois é sisudo, fechado, compenetrado, mas que faz com terminemos admirando, apaixonando-nos pelo seu estilo, exatamente pela sua sobriedade, pela firmeza, pelas suas idas à tribuna de uma maneira racional, firme, sem paixões, usando bom-senso, defendendo as teses realmente importantes para este País. Nossa luta no sentido de transformar este País para que tenha vida no campo da ética é muito grande, nossa caminhada vai muito longe. Não vejo, nem com a Reforma do Judiciário, nem com o novo Governo que chegou aí, nada parecido que nos dê a entender que vamos começar a ver essa transformação no campo da ética. Mas por amor de Deus, se não estamos caminhando, se não

se estão vendo passos para melhorar, que não se faça a estupidez de um retrocesso tão grande como esse, que acredito sinceramente que não vai acontecer. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Pedro Simon, o depoimento de V. Ex^a é a prova mais demonstrativa do seu caráter, da sua personalidade de homem de bem, que sabe reconhecer o valor de outrem, que inclusive não tem a menor intimidade com V. Ex^a, mas que priva da sua admiração pelo comportamento ético e decente ao longo da vida pública e aqui no Senado Federal. E V. Ex^a é uma figura cujo depoimento sem dúvida alguma corrobora a expectativa que nós todos, que buscamos justiça, esperamos da atitude final do Tribunal Superior Eleitoral: que não descambe de forma alguma para cometer um ato de violência contra uma pessoa que não tem sequer, nesta eleição que passou, uma prova contrária ao seu procedimento, já que a própria pessoa do comitê disse, nos depoimentos, que o Senador Capiberibe nada tinha a ver com algum ato de tentativa de compra de votos. Nem a pessoa nem o Senador Capiberibe.

Não há nexos causal; não há prova nos autos mostrando que o Senador Capiberibe mandou comprar fulano ou sicrano. Não existe uma prova que identifique a vontade do Senador em comprar eleitores. Entretanto, S. Ex^a está sendo punido por algo a que não deu causa; para o que ele não tomou iniciativa; pela qual não tem responsabilidade alguma.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu poderia conceder mais dois apartes e, em seguida, encerraria o meu pronunciamento? Ao Senador Paulo Paim e ao Senador Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. Bloco/PSB – AC) – Último aparte, Excelência.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Antonio Carlos Valadares, sendo esta sessão presidida por um Parlamentar também do PSB, Senador Geraldo Mesquita, transformou-se em homenagem, e muito merecida, ao Senador João Capiberibe. Quem não conhece a história do Senador deveria ler os documentos a ela referentes. Noto que o Senador João Capiberibe, ao ser cassado e perseguido pela ditadura militar, poderia ter ido para a Europa, enfim, ter uma vida tranqüila no exterior, mas foi para a África com a sua esposa para ajudar o povo africano sem posses, humilhado, numa mudança de transformação social,

numa expectativa de uma sociedade justa. Quando S. Ex^a voltou ao Brasil, poderia também ter ficado tranquilo, mas foi ajudar o Governador Miguel Arraes com o único objetivo de buscar uma sociedade justa que atendesse aos interesses do nosso povo. Li parte da sua história como Governador, e também da sua esposa. Já usei a tribuna na abertura dos trabalhos. Nesta sessão, Sr. Presidente e Senador Antonio Carlos Valadares, tenho certeza de que, se fosse permitido que todos os Senadores falassem, seria unanimidade em todos os Partidos, da Situação e da Oposição ao Governo Lula, a total solidariedade ao Senador Capiberibe. Concluo, porque já usei o meu tempo durante os meus 20 minutos, em respeito ao nosso Senador, com as palavras do Senador Pedro Simon. Também acredito que o Tribunal vai rever essa posição, em nome da justiça. Tanto o Senador como a Deputada Federal, sua esposa, não serão condenados. Vai prevalecer o bom-senso, e a inocência de ambos haverá de ser provada. Fica aqui a nossa solidariedade. E tenho a ousadia de dizer ao Senador João Capiberibe que tenho certeza de que esta é a visão dos 81 Senadores e não somente deste que usa a palavra neste momento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. Bloco/PSB – AC. Fazendo soar a campainha.) – Senador Antonio Carlos Valadares, o Senador Ramez Tebet deverá ser o último aparteante, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu agradeço o aparte, Senador Paulo Paim. Em seguida, concederei a palavra ao último aparteante, Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Antonio Carlos Valadares, quando eu era Ministro da Integração Nacional conheci o Senador João Capiberibe, na qualidade de Governador, apresentando projetos e defendendo os interesses de seu Estado. Na minha convivência com S. Ex^a nesta Casa, posso testemunhar ser um Senador aguerrido com os mesmos propósitos de defender os interesses do Amapá e, mais do que isso, com uma trajetória, uma vocação, um elã para as causas democráticas. E quem o conhece – creio que o País inteiro – deve levar esse fato em consideração. Pode-se perceber por esta espécie de memorial que está aqui em minhas mãos que o Senador está ameaçado de cassação de mandato, porque teria sido acusado por duas testemunhas de dar a cada uma R\$26,00 para votar em S. Ex^a e na Deputada Federal que é sua esposa. Fico arrepiado, porque isso coloca em risco o resultado das urnas, até porque, nesta espécie de memorial que acabei de ler, consta também que, em uma fita gravada, essas mesmas testemunhas que afirmaram ter recebido R\$26,00 desmentiram o fato e disseram até o contrário.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Queriam R\$20 mil para negar o que haviam mentido.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Isso é estar-recedor! Senador, fico pensando o risco que corre o mandato de um Parlamentar, se é da forma que está aqui. Quero acreditar que ocorreu como está descrito aqui. E também sou daqueles que confiam no Poder Judiciário. Acredito na competência, na lisura e no senso de julgamento dos Ministros do Tribunal Superior Eleitoral, que não levarão o caso às últimas consequências e cassar um mandato de quem já está aqui atuando há mais de um ano. Como é possível?! É preciso ponderar esses fatos ao decidir uma causa. Veja bem, a eleição transcorreu em 2002; dois ou três dias depois já se sabia o resultado. Depois que foi vitorioso é que veio a denúncia. O TRE do Amapá julgou o caso em 2002, e estamos em 2004.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – E julgou favoravelmente ao Senador.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Sim. Parece-me, pelo que estou vendo aqui, volto a repetir, de uma fragilidade incontestável. E acho que V. Ex^a, como Líder do seu Partido, fez muito bem em ocupar esta tribuna.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Na verdade, estou defendendo o meu Líder, Senador Ramez Tebet. Fui líder o ano passado.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Ocorre que V. Ex^a é inexcusável em liderança.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Muito obrigado.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Assim acabo de prestar homenagem a dois Líderes, e o faço com sinceridade.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, agradeço a gentileza de ter permitido os apartes. Espero que, na continuidade desse julgamento, o Tribunal Superior Eleitoral, no uso de suas prerrogativas constitucionais, reconheça o direito constitucional de continuarem exercendo os seus mandatos essas figuras imortalizadas no Estado do Amapá, pela obras que edificaram, a Deputada Janete Capiberibe e o Senador João Capiberibe, aos quais presto a mais inteira e irrestrita solidariedade.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior, Suplente de Secretário.

A SR. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, em conformidade com o documento apresentado à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior) – V. Ex^a tem a palavra.

Em seguida, falará o eminente Senador Eduardo Siqueira Campos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvimos aqui muitos discursos e muitos apartes em defesa do Senador João Alberto Capiberibe e da Deputada Janete Capiberibe, e temos em mãos a seguinte moção de apoio da Terceira Conferência da Amazônia a esses Parlamentares:

Os participantes da Terceira Conferência da Amazônia, que se realizou na cidade de Porto Velho, tornam público o apoio ao Senador do Amapá, João Alberto Capiberibe, ameaçado com perda de mandato, conforme julgamento iniciado pela Corte do TSE, na sexta-feira última.

Diversos fatores indicam a existência de manipulação no ato de denúncia e, instaurado o processo, confirma-se que os próprios denunciantes afirmaram em juízo terem sido pagos para depor contra o Senador e sua mulher, a Deputada Federal Janete Capiberibe.

A Terceira Conferência da Amazônia acredita na avaliação apolítica e justa dos Srs. Ministros daquela Corte, impedindo que os adversários do Senador, que o acusam de fraude e corrupção eleitoral relativos ao Pleito de 2002, consumem um ato que consideramos uma ameaça à soberania do voto e da democracia amazônica.

Esse é o conteúdo da moção de apoio aprovada na Terceira Conferência da Amazônia ao Senador João Alberto Capiberibe. Nessa reunião, encontravam-se muitas lideranças. Ainda não me chegou às mãos o abaixo-assinado que elaboraram, mas sei que dele constam assinaturas bastante significativas, de personalidades, Governadores, Deputados, representantes de entidades, de organizações da sociedade, de organizações não-governamentais, enfim, de participantes da Conferência. O Senador Tião Viana, com quem falei há pouco, também estava presente ao evento.

Estamos lendo essa moção para que realmente fique registrado para o Plenário desta Casa o apoio da Terceira Conferência da Amazônia ao Senador João Capiberibe e à Deputada Janete Capiberibe.

Parece-nos que todos os discursos que transcorreram aqui, inclusive o último aparte, feito pelo Senador Ramez Tebet – que se referiu ao conteúdo de um memorial que tem em mãos –, deixam muito claro que esse fato significa uma ameaça ao processo democrático, caso se configure esse tipo de decisão. Esperamos que ela não se configure.

Realmente a história de João Capiberibe não condiz com esse tipo de procedimento. Por conseguinte, estamos confiantes e acreditamos que os Ministros do TSE certamente terão a clarividência e a justeza nas suas decisões.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. Bloco/PSB – AC) – Concedo a palavra ao eminente Senador Eduardo Siqueira Campos, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita, Sr^{as} e Srs. Senadores, meus caros telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado FM e da Rádio Senado Ondas Curtas, meu querido povo do Estado de Tocantins, quero fazer um registro principalmente fundamentado no fato de que Palmas é a mais jovem capital brasileira, não apenas porque foi a última a ser fundada. Segundo dados do IBGE e da Justiça Federal, Palmas detém hoje, dentre as capitais brasileiras, o maior percentual de eleitores na faixa de 16 a 24 anos, o que a torna ainda mais jovem do que as demais cidades brasileiras.

Quero dizer, Sr^a Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, que ainda na campanha de 1992, que me levou a ser o primeiro Prefeito eleito da cidade de Palmas, tive a alegria de fundar grêmios estudantis em todas as nossas escolas. Com o surgimento do primeiro núcleo universitário, fundamos, com os nossos jovens, os diretórios acadêmicos, depois os DCEs, e finalmente foi criada a primeira Secretaria Municipal da Juventude, cujo cargo de Secretário foi ocupado pelo jovem Rogério Ramos.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, após alguns anos, depois que outras capitais seguiram o exemplo de Palmas, criando Secretarias Municipais da Juventude, Rogério Ramos, autor de vários trabalhos publicados sobre políticas públicas para a juventude, foi eleito o melhor Secretário Municipal da Juventude de todas as capitais brasileiras. E Palmas sediou um encontro de políticas públicas para a juventude.

O trabalho foi tão frutífero e tão importante que sua expressão está marcada no plano diretor de Palmas, seja no projeto Cidade do Conhecimento – um projeto de inclusão digital –, seja no projeto das praças

de esporte, dos núcleos de esporte, ou nos programas Amigos do Meio Ambiente, Menina Mulher e Primeiro Emprego, que, de fato, no Tocantins, fazem com que o jovem venha a ajudar o Poder Público na formulação de políticas públicas para a juventude, nas diversas atividades que os acompanham.

Realmente, a passagem de Rogério Ramos pela Secretaria Municipal da Juventude foi tão exitosa que, em 2002, o então Governador Siqueira Campos criou a Secretaria Estadual da Juventude e levou-o para lá.

Atualmente, tanto a Prefeitura de Palmas tem a Secretaria Municipal da Juventude, como o Governo do Estado do Tocantins tem a Secretaria Estadual da Juventude. Portanto, essas políticas públicas estão sendo levadas a cabo em nível estadual e municipal, o que é uma alegria para a nossa juventude.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero citar o nome de todos que já ocuparam o cargo de Secretário da Juventude, tanto na Prefeitura quanto no Estado. Na Secretaria Municipal da Juventude, sucederam Rogério Ramos os jovens Luciano Coelho, Humberto Mascarenhas, Fábio Ramos e, por último, a Prefeita Nilmar Gavino Ruiz acaba de nomear – em função dos desligamento de Fábio Ramos, que deverá concorrer a uma das vagas da Câmara de Vereadores de Palmas – o jovem João Maurício Roriz, a quem quero prestar uma homenagem. Este rapaz, ainda que com sua pouca idade, vem se preparando, no campo da publicidade, do marketing político, em todos os cursos de formação de políticas para a juventude, como também em outros cursos NBA's voltados para o marketing político e se encontra totalmente preparado. Quero parabenizar a Prefeita Nilmar Galvino Ruiz pela escolha.

Presto a minha homenagem a João Maurício Roriz, atual Secretário da Juventude, e à atual Secretária Estadual da Juventude, Márcia Barbosa, que sucedeu Rogério Ramos, por firmarem convênios com a Justiça eleitoral a fim de facilitar, de incrementar a inscrição do eleitorado jovem de Palmas para as próximas eleições.

São muitos os programas, muitas as vantagens. As políticas públicas voltadas para a juventude têm sido proveitosas para o povo de Palmas e de Tocantins, tanto que a Prefeita Nilmar, Sr^a Presidente, vem recebendo muitos prêmios. Amanhã, S. Ex^a estará em Fortaleza, onde receberá mais um prêmio de gestão, pois vários de seus programas têm sido escolhidos como os melhores no âmbito nacional, não só os voltados para a juventude quanto os de administração pública e comunitária, resultado de um trabalho de equipe denominado Administração Comunitária, que trabalha com um Orçamento Participativo e discute com a comunidade, um exemplo para o Brasil.

Palmas é uma cidade de sucesso não só pela beleza física do seu plano diretor, entre a serra e um belo lago, mas muito mais pelas ações de todos que tivemos a alegria de administrá-la.

Fui o primeiro Prefeito de Palmas. A Cidade, à época 12 anos mais jovem, fez a opção de acreditar na juventude. Por isso, tenho lutado tanto neste plenário para que o Governo Federal encontre um meio de propor um programa que realmente confira o primeiro emprego a nossa juventude; um Fies que garanta verdadeiramente vagas nas universidades públicas e privadas para a maioria dos nossos estudantes, os negros, os deficientes, os oriundos das escolas públicas; e muito mais, garanta àquilo que prego: a cota social, que não discrimina pobres brancos, pardos, índios e de seus descendentes, assim teremos, majoritariamente, um quadro fácil de visualizar, a população negra, talvez a mais discriminada neste País.

Era essa a homenagem que gostaria de prestar a João Maurício Roriz, atual Secretário da Juventude, e à Márcia Barbosa, atual Secretária Estadual da Juventude no Tocantins.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Siqueira Campos, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Shlessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shlessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias, por 20 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento, gostaria de manifestar também a minha solidariedade ao Senador João Capiberibe e à Deputada Janete Capiberibe, sua esposa.

Não precisaria aqui destacar, já que é notório na Casa, a estima, a consideração e o respeito que granjeou em tão pouco tempo o Senador João Capiberibe, exatamente por sua postura ética e pela demonstração de uma vocação política de idealismo imbatível. Ao manifestar a nossa solidariedade, só podemos demonstrar a nossa crença no Poder Judiciário e a certeza de que o Superior Tribunal Eleitoral haverá de fazer justiça.

Senador, a nossa solidariedade.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não pretendia hoje voltar ao tema, mas me parece ser indispensável que o faça, já que é nosso dever de Oposição propugnar a transparência e a visibilidade dos atos públicos em respeito à sociedade brasileira.

O Governo, por meio de suas principais Lideranças, empenha-se de forma incrível com o objetivo de determinar o afastamento, o mais distante possível, de Waldomiro Diniz das principais Lideranças do PT e do Governo. Isso se torna cada vez mais impossível, uma vez que fatos novos revelam um vínculo estreito e muito forte de Waldomiro Diniz com o PT e suas principais Lideranças.

A **IstoÉ Dinheiro** traz reportagem extensa a respeito das ligações de Waldomiro Diniz com Luiz Gushiken, uma das principais figuras da elite governamental do momento. Eles foram sócios de uma fazenda em Goiás, há alguns anos, em um tempo em que se tratavam como irmãos. A revista estampa documento onde consta o endereço indicado por Waldomiro Diniz à época. Fui verificar, e o endereço é: SQN 302, Bloco "b", Apartamento 102. O Sr. Waldomiro Diniz da Silva indica esse endereço como o de sua residência. O Sr. Waldomiro Diniz não era Deputado Federal, mas, nesse endereço, residem Parlamentares.

Como não quero cometer nenhuma injustiça, não citarei o nome do Deputado que à época lá residia. Ainda não tive tempo de completar a investigação, mas, por meio do livro de registro dos Parlamentares daquela Legislatura, pude verificar que se trata da residência de um Deputado do Partido dos Trabalhadores.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a cada fato revelado comprova-se a relação estreita do Sr. Waldomiro Diniz com as atividades do Partido dos Trabalhadores e, por consequência, com as atividades do Governo Lula.

Outros sócios dessa Associação Fraterna Mundo Novo, além de Luiz Gushiken e Waldomiro Diniz, José Vicentine é assessor especial de Gushiken, Emerson Menin, lotado na Petrobras, também trabalha com Gushiken. À época apresentou como atividade assessor na Câmara dos Deputados em Brasília. Portanto, são companheiros de Partido e de Governo.

Não há como negar, Sr^a Presidente, que o Sr. Waldomiro Diniz privou da intimidade das principais Lideranças do PT e das principais Lideranças que integram o Governo Lula. Privou da intimidade, inclusive, do próprio Presidente da República.

O que é estranho ou irônico é que a entidade Associação Fraterna Novo Mundo, da qual se associaram alguns integrantes do PT, inclusive Waldomiro Diniz, tinha por objetivo criar uma nova sociedade próxima à natureza e livre do materialismo. Provavelmente, essa seita não conseguiu transformar Waldomiro Diniz, porque o escândalo, do qual é pivô, diz respeito ao materialismo, a esse desejo pelo dinheiro, à propina, à arrecadação para o caixa do Partido ou, quem sabe, para pessoas ligadas ao Partido.

Esse esforço, portanto, do Governo e das Lideranças do PT para escamotear a verdade, driblando a realidade para abafar a CPI e impedir a investigação, isso tudo, a cada dia que passa, vai-se tornando ainda mais ridículo diante da opinião pública brasileira, porque os fatos atestam a importância de Waldomiro Diniz na estratégia de poder liderada pelo Presidente Lula.

É claro que o esforço não se resume a essa questão de colocar bem longe das hostes petistas e do círculo governamental a figura, hoje execrável, do Sr. Waldomiro Diniz. O esforço vai além: da afronta à Constituição ao desrespeito ao Parlamento, abafando a CPI, é claro, negando direito à Minoria de fiscalizar o Governo por meio da Comissão Parlamentar de Inquérito. Se há uma prática usual no mundo do crime, a de desqualificar a testemunha ou quem denuncia, o Governo adota a prática de desqualificar quem investiga. Foi o que fez ao tentar desqualificar o Subprocurador-Geral da República, José Roberto Santoro.

Não discuto se ele agiu correta ou incorretamente. O relevante é que estava investigando. Se o método adotado por ele para investigar o fato não é o mais correto, discuta-se isso; mas tentar desqualificar a investigação a partir do método adotado por ele e, a partir da desqualificação da investigação, tentar isentar o Sr. Waldomiro Diniz do crime praticado extrapola o bom senso de qualquer ser humano razoável.

Portanto, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é por outra razão que repercute internacionalmente esse fato. Editorial do The New York Times dá conta de que a paralisia do Governo é consequência do escândalo Waldomiro Diniz.

Para nós que estamos mais próximos do Governo, observando-o atentamente na condição de oposicionistas, essa paralisia é anterior, não posterior. O Governo já estava paralisado. Agora, mais do que paralisado, o Governo está apático, omissor, encurralado e não encontra entusiasmo, não encontra forma de dinamizar a atividade administrativa para superar as dificuldades econômicas e sociais que vivemos no País. Portanto, se há uma repercussão internacional é em função da incompetência do Governo no trato da questão.

Se o Governo, em um primeiro momento, tivesse enfrentado a situação com ousadia e com objetividade e demonstrado sua posição de permitir a investigação policial e política, certamente a repercussão teria sido diferente, os efeitos não teriam sido tão devastadores. No plano externo, por exemplo, a credibilidade brasileira foi comprometida e, obviamente, criaram-se obstáculos à entrada de investimentos externos em nosso País, ou seja, reduziu-se o fluxo do capital estrangeiro na economia nacional, em detrimento do crescimento econômico do Brasil, da geração de empregos.

O escândalo poderia ter sido enfrentado pelo Governo com coragem. O Presidente da República deveria ter pedido à Base de sustentação do Governo no Congresso Nacional que assinasse a CPI de Waldomiro Diniz, para permitir a investigação desde o primeiro momento. Comissão Parlamentar de Inquérito não é contra governo correto! CPI pode ser contra governo incorreto, mas oferece atestado de boa conduta a governo ético. CPI pode condenar moral e politicamente um governo desde que seja desonesto.

Se o Presidente Lula acreditava na lisura de procedimentos do Ministro José Dirceu e dos demais integrantes do seu Governo, mesmo que não acreditasse na lisura de procedimentos do Sr. Waldomiro Diniz, deveria ser ele o principal incentivador da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as atividades do Sr. Waldomiro Diniz.

O Sr. Waldomiro Diniz queria uma sociedade próxima à natureza e livre do materialismo. Vou fazer uma brincadeira e creio que até tenho esse direito: talvez próxima dos bichos, porque, se era para ser próxima da natureza, quem sabe seria próxima dos bichos, já que sua atividade era arrecadar com bicheiros.

Sr^a Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, não é editando uma medida provisória às pressas, uma medida provisória que é um falso de natureza política para abafar um escândalo, a Medida Provisória dos Bingos, não é com a edição dessa medida, de forma incompetente, que o Governo vai resolver essa situação. A alternativa, sem dúvida, seria a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito. A intimidade do Sr. Waldomiro Diniz com o Partido dos Trabalhadores e seus integrantes e com o Governo é notória. O próprio endereço fornecido por ele é endereço de Parlamentar do PT em Brasília, na Superquadra Norte 302. Isso, sem sombra de dúvida, é mais um documento que comprova a relação estreita de Waldomiro Diniz com a Administração Federal.

Mas eu gostaria – e este era o objetivo de meu pronunciamento hoje – de voltar a falar da crise econômica e social que abala o País, porque isso, sim, preocupa, acima de tudo, o povo brasileiro. Essa deveria ser a preocupação maior do Presidente da República.

E parto de uma frase – uma delas, uma daquelas frases que já começam a integrar o anedotário político brasileiro – do Presidente da República. Ele afirmou em Mato Grosso do Sul: “Faremos mais do que muita gente fez em 500 anos”. Para que tanto, Presidente? Por que fazer mais do que muita gente fez em 500 anos? O Brasil não pede isso, o povo brasileiro não pede isso, não quer tanto. Não pedimos isso. Presidente, queremos apenas o possível. Não se exige que o Governo faça por 500 anos, e Vossa Excelência não tem o di-

reito de fazer esse tipo de promessa., que passa por deboche, por cinismo, por desrespeito, por agressão à inteligência dos brasileiros. Não é papel do Presidente da República agredir a inteligência dos brasileiros.

E vai além o Presidente:

Todos nós temos de estar na fase do ‘Lula Paz e Amor’. No momento certo, vamos provar com números o que aconteceu no País em quatro anos e o que aconteceu antes.

O Presidente da República não precisaria preocupar-se com esse tipo de prova. A população por si só comprova quando o Governo é empreendedor, quando o Governo realiza, quando o Governo alcança metas, objetivos, cumpre compromissos, quando trabalha e produz com competência. A própria população é testemunha disso.

E o Presidente vai além em Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul:

Os ‘ex’ não admitem que os outros estejam fazendo mais do que eles.

Mas fazendo mais o quê? Eu começo pelo Programa Fome Zero, que é, sem sombra de dúvidas, matriz do marketing do atual Governo. O Fome Zero apresenta um desempenho lastimável. Apenas uma das sete ações que sustentam o programa mobilizou recursos orçamentários no primeiro trimestre de 2004. Seis ações não mobilizaram um centavo sequer de recursos neste primeiro trimestre, e são dados do próprio Governo. Dos R\$417 milhões previstos para o Fome Zero, apenas R\$1 milhão e 100 mil foram usados no primeiro trimestre de 2004, numa das ações desse Programa. Isso é insignificante, chega a ser risível diante da imensa propaganda que se fez do Programa Fome Zero. Essa quantia corresponde a apenas 0,27% do orçamento do programa.

As demais seis ações tiveram execução zero. São elas: abastecimento agroalimentar; banco de alimentos; rede de restaurantes populares; educação para alimentação saudável; gestão da política de segurança alimentar e nutricional e resíduos sólidos urbanos. Zero de execução orçamentária. Nenhum centavo para esses itens do Programa Fome Zero. O Programa Acesso à Alimentação, de um total autorizado de R\$228 milhões, gastou apenas R\$1,1 milhão.

Sr^a Presidente, outros programas não saem do papel. Além do Programa Fome Zero, que é um fracasso rotundo, os programas de crédito, isenção fiscal, estímulo ao consumo, criados pelo Governo, em 2003, não atingem 10% do previsto. O Governo esperava injetar R\$6 bilhões na economia e acabou injetando apenas R\$500 milhões.

O programa para reanimar a economia, portanto, naufragou. A maioria dos programas anunciados teve efeito pífio ou nem saiu do papel. O financiamento para compra de caminhões, por exemplo, para o qual foram anunciados R\$2 milhões, ainda não saiu do papel. O Programa Modermaq, financiamento para compra de máquinas, cujo valor anunciado em dezembro foi de R\$ 2,5 milhões, também não saiu do papel. O empréstimo consignado para aposentados anunciado pelo Ministro Ricardo Berzoini, em setembro do ano passado, como verdadeira revolução no sistema de crédito do País não entrou em vigor. O financiamento de eletrodomésticos foi um fiasco. Emprestou R\$9 milhões apenas dos R\$200 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador e foi encerrado em 31 de dezembro por baixa demanda.

Portanto, não adianta haver programas de crédito se a renda está em queda. Não há candidato a crédito, quando não há renda! O Governo não pode desejar um milagre! Como o investidor brasileiro pode lançar mão de novos créditos, endividando-se mais, se não há renda, se não há consumo, se a economia não cresce? Obviamente, esses programas do Governo ficam no papel. Lamentavelmente, o que o Governo pretendia fazer para estimular a economia fracassou neste primeiro momento do Governo Lula. O que não fracassou foi o seu objetivo de arrecadar mais. O Governo fez com que a carga tributária crescesse no ano passado quase 1%, de 35,84% para 36,11% do PIB, o que não é pouco. Quase 1% do PIB é muito, Sr^a Presidente! São bilhões de reais de receita a maior. Nesse aspecto, o Governo tem sido competente. O Governo tem sido muito competente para arrecadar e tem sido incompetente demais para investir em favor do crescimento do País.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pela ordem.) – Sr^a Presidenta, peço minha inscrição, como Líder.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Vou conceder a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, como Líder do PPS. Logo após, usará da palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Geraldo Mesquita Júnior, por cessão do Senador Efraim Moraes.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer dois breves registros: o primeiro por sinal tem muito a ver com o Senador Geraldo Mesquita. Refiro-me à inauguração, amanhã, da nova rota do Correio Aéreo Nacional, que começa no Acre e vai atender justamente o Município de Manoel Urbano, Feijó, Tauruacá, Marechal Thau-

maturgo e Cruzeiro do Sul, a bordo de aviões C-98 Caravan, da Força Aérea Brasileira (FAB).

Quero pedir que toda a reportagem sobre a reinauguração, vamos dizer assim, do Correio Aéreo Nacional, seja transcrita como parte do meu pronunciamento. Como Senador da Amazônia quero registrar que o Correio Aéreo Nacional foi um marco importante na integração da Amazônia.

Espero que esse recomeço, que se dá pelo Estado do Senador Geraldo Mesquita e rapidamente atingirá os demais Estados da Amazônia, notadamente Roraima, ocorra, para que haja a integração mais rápida da Amazônia, considerando que as distâncias naquela região são continentais. Portanto, esse trabalho do CAN, que também leva médicos e assistência social àquelas comunidades mais distantes, será muito importante.

O segundo registro, lamentavelmente, não é tão bom quanto o primeiro. Trata-se da notícia publicada no jornal O Estado de S. Paulo de que o Brasil tem menos jovens no terceiro grau do que a Bolívia. Quero ler somente o início da matéria, que diz o seguinte:

Em se tratando de ensino superior, o Brasil está mais para a Bolívia ou para a França? Dependendo do seu ponto de vista, as duas respostas podem estar certas. A qualidade da pesquisa feita em algumas das melhores universidades públicas do País é comparável à de muitos países desenvolvidos europeus. Mas, quando se fala de acesso da população ao 3º grau, um outro Brasil aparece.

Somente 9% dos jovens entre 18 e 24 anos estão matriculados no ensino superior, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional (Inep). Na Bolívia, cuja economia é 61 vezes menor do que a brasileira, o índice é de 20%. Na Argentina, quase 40%.

Portanto, é um registro que fazemos, para chamar a atenção do novo Ministro da Educação e do Governo Lula, para modificar esse processo e realmente fazer com que o terceiro grau tenha as suas portas abertas, a fim de mais jovens tenham acesso a ele e possamos alterar esse quadro deplorável, pois hoje estamos perdendo para a Bolívia e para a Argentina.

Solicito que as duas matérias sejam transcritas como parte desse meu pronunciamento.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inc. I e § 2º, do Regimento Interno.)

MANAUS – A nova rota do Correio Aéreo Nacional (CAN) na região amazônica será inaugurada nesta terça-feira, no Acre, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Quase cem mil pessoas em áreas de difícil acesso serão beneficiadas, com atendimento médico e remédios que chegarão aos Municípios de Manoel Urbano, Feijó, Tauruacá, Marechal Thaumaturgo e Cruzeiro do Sul, a bordo de aviões C-98 Caravan, da Força Aérea Brasileira (FAB), adaptados para desembarcar cidadania na região.

O Presidente Lula chega amanhã ao Acre. Ele vai estar na cidade de Manoel Urbano, esperando a chegada da aeronave do CAN, que levantará voo de Rio Branco, capital do Acre, levando uma equipe de oito profissionais de saúde da FAB, entre médicos, dentistas e auxiliares de enfermagem. O novo modelo de operações do CAN terá como espelho os moldes do original, que, há décadas, tem sido fundamental para o atendimento médico a populações afastadas e como forma de integração em todo o País.

Em solenidade realizada, hoje pela manhã, na pátio do VII Comando Aéreo Regional (COMAR), foi feita uma homenagem, a toda a equipe que participará da missão inaugural. Uma placa foi inaugurada, pelo comandante do VII Comando Aéreo Regional, em Manaus, Major-Brigadeiro-do-Ar Cleonilson Nicácio da Silva.

Segundo Nicácio, o novo projeto do CAN prevê que as aeronaves da FAB, utilizadas nas novas linhas, poderão fazer o transporte de enfermos para hospitais com maiores recursos e os assentos vagos nos aviões poderão ser usados por pessoas que precisarem viajar.

“Vamos ter missões regulares transportando médicos especialistas e aproveitaremos para aproximar distâncias, integrando à sociedade os brasileiros que moram em regiões isoladas e sem recursos”, destacou Nicácio Silva.

Para o major Marcus Vinicius Bergo, coordenador da equipe de Saúde da FAB, que irá cumprir a missão nesta nova rota do CAN, o que eles vão encontrar pela frente é uma população carente de recursos, que, com a chegada da sua equipe, passará a contar com “uma mão do Estado” para diminuir o sofrimento, por causa do isolamento.

Assim que chegar à cidade de Rio Branco, o Presidente Lula participa do ato de inauguração do Hospital do Idoso, construído em parceria com o Ministério da Saúde. O hospital é o único da região Norte que terá atendimento direcionado a essa faixa etária. Na parte da tarde, depois de inaugurar a nova rota do CAN, no Município de Manoel Urbano, Lula embarca para Cruzeiro do Sul, onde inaugura o novo porto da cidade,

construído com o apoio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), com o objetivo de nesta cidade, o Presidente visitar as instalações do Hospital de Hansenianos e participa do lançamento de um programa nacional de erradicação da hanseníase, do Ministério da Saúde. O objetivo do programa é reduzir o número de casos no Brasil, atendendo às metas da Organização Mundial da Saúde – OMS. À noite, a comitiva presidencial retornará para Brasília.

As informações são da Agência Brasil

Brasil

Brasil tem menos jovens no 3º grau que a Bolívia

São Paulo – Em se tratando de ensino superior, o Brasil está mais para Bolívia ou para França? Dependendo do seu ponto de vista, as duas respostas podem estar certas. A qualidade da pesquisa feita em algumas das melhores universidades públicas do País é comparável à de muitos países desenvolvidos europeus. Mas, quando se fala de acesso da população ao 3º grau, um outro Brasil aparece.

Somente 9% dos jovens entre 18 e 24 anos estão matriculados no ensino superior, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Na Bolívia, cuja economia é 61 vezes menor que a brasileira, o índice é de 2000. Na Argentina, quase 40%.

Há quatro anos, o Congresso Nacional tentou mudar essa situação por meio de uma lei. O Plano Nacional de Educação (PNE) dizia que, até 2008, 30% dos jovens brasileiros teriam de estar na universidade. Isto é, algo em torno de nove milhões de pessoas. A meio caminho da conclusão das metas, o plano parece mera utopia. Pouco mais de três milhões estão hoje em universidades e faculdades do País.

Para tentar acelerar a inclusão, o Ministério da Educação (MEC) finaliza agora o programa Universidade para Todos, que pretende “estatizar” ainda neste ano entre 70 mil e 75 mil vagas nas instituições particulares.

As barreiras ao ensino superior são velhas conhecidas. A primeira delas se chama renda. No Brasil, cerca de 70% das vagas são oferecidas pelas particulares, cujas mensalidades variam em média no Estado de São Paulo entre R\$400 e R\$600.

Para muitos jovens em idade universitária, bolsas de estudo são a única alternativa. Mas aqui se chega a um problema. Não há um critério público de concessão de bolsas no País. Cada instituição faz sua regra. E isso prejudica muita gente”, critica Sérgio Custódio, um dos coordenadores do Movimento dos Sem-Universidade (MSIJ), organização não-governamental (ONG)

que promove cursinhos populares em 11 Estados e no Distrito Federal.

Embora o MEC oriente toda a educação – pública e particular – do País, não tem ingerência nesse capítulo. O ministério não sabe quantas bolsas são concedidas no Brasil – dado que, aliás, nem é compilado pelas diversas entidades do setor.

O MEC deixa que cada instituição particular defina critérios e quantidades.

A pressão por vagas no ensino superior cresce aceleradamente. Em 1991, 666.367 jovens se formaram no ensino médio. Em 2002, foram 2.065.722. Uma multidão advinda principalmente das classes C, D e E. Muitos até passam pelo processo seletivo, mas param na tesouraria.

Isenção – Há quase dez anos, a Fuvest vem concedendo isenção a estudantes carentes. Neste ano, foram 20 mil. É uma das formas da Universidade de São Paulo (USP) tentar aumentar a presença de alunos de baixa renda nas suas salas de aula. Segundo a pró-reitora de graduação, Sônia Penin, muito jovens nem sequer arriscam prestar o vestibular. “Uma parte deles porque talvez não possa pagar as inscrições”, comenta.

Marcos de Moura e Souza

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior, por cessão do Senador Efraim Moraes. S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra Presidente, Sras e Srs. Senadores, antes de mais nada, agradeço ao Senador Efraim Moraes por gentilmente haver cedido o seu tempo a mim, a fim de que eu pudesse fazer este pronunciamento que compreende três assuntos, um deles já abordado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, eminente Senador da Região Amazônica.

Amanhã, nós, acreanos, estaremos em festa, pois receberemos pela segunda vez como Presidente e talvez pela trigésima vez como amigo, irmão, companheiro, o Presidente Lula. No Estado do Acre, além da capital, Sua Excelência visitará dois Municípios: Cruzeiro do Sul, segundo Município do Estado, e o Manoel Urbano, Município pequenino, mas gostoso, aprazível, querido.

No Município de Manoel Urbano, o Presidente da República retomará uma ação ocorrida neste País anos atrás e, para nós, da Região Amazônica, fundamental: o relevante serviço prestado pelo Correio Aéreo Nacio-

nal em todo este País, particularmente na Amazônia. Temos dificuldades de toda sorte para transitarmos naquela pujante e tão bonita região.

O Presidente da República, ainda na capital, Rio Branco, vai inaugurar uma obra que sempre foi um sonho do nosso querido companheiro, Senador Tião Viana. Ele inaugurará o Hospital do Idoso, que, em boa hora, o Governador Jorge Viana conseguiu concretizar, com recursos repassados pelo Presidente da República. Ainda em Cruzeiro do Sul, no mesmo dia – uma maratona – o Presidente da República assinará atos importantes para o Estado do Acre no que diz respeito à transferência de recursos, inauguração de projetos, o pontapé inicial de projetos e iniciativas que contemplarão o nosso Estado de condições necessárias para que o nosso povo tenha cada vez dias melhores.

Todos nós acreanos, amanhã, estaremos festejando prazerosamente, repito, a visita do nosso querido companheiro, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Dois outros assuntos me trazem a esta tribuna, querida amiga Presidente, Senadora Serys Slhessarenko. Um deles trata de uma cobrança a esta Casa. Insisto em retomar o assunto porque o considero importante.

No último dia 23, pedi providências para que o Congresso Nacional cumpra o que prescreve os §§ 4º e 6º do art. 66, da Constituição Federal. O primeiro, como sabem V. Ex^{as}, estipula o prazo de 30 dias, a contar de seu recebimento, para que, em reunião conjunta, o Senado e a Câmara deliberem sobre os vetos do Presidente da República. E o segundo prescreve que, esgotado esse prazo sem decisão, “o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final”.

Lembrei também que, desde o ano 2000, o Congresso não aprecia os vetos que aqui se acumulam. E mostrei que o mais antigo deles foi apostado pelo então Presidente Itamar Franco, em 1994. Por fim, registrei pender de nossa deliberação nada menos de 190 vetos.

Senador Roberto Saturnino, não quero ser inoportuno, mas não posso deixar de afirmar que, se o Poder Legislativo se demite de seus deveres constitucionais e não cumpre os prazos a que está obrigado, que autoridade podemos ter nós que o integramos para cobrar dos demais Poderes acatamento à Constituição? Não sei, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que nos impede de dar cumprimento a nossos deveres ou que interesses entravam o simples ato de convocar o Congresso para dar consequência aos mandamentos constitucionais.

Na mesma oportunidade, entreguei à Mesa um requerimento de informações, indagando quantas deci-

sões do Supremo Tribunal Federal, proferidas em recursos extraordinários, declarando a inconstitucionalidade total ou parcial de dispositivos legais, tanto federais quanto estaduais, encontram-se também pendentes de deliberação do Senado. No mesmo dia, recebi ofício de nosso eminente Colega, Senador Paulo Paim, dando conta, na qualidade de Primeiro Vice-Presidente, que a informação consta do Banco de Dados do Senado. São nada menos que 97 ofícios, o mais antigo de 1983, referente, portanto, ao texto constitucional que precede a atual Constituição.

Como Suplente da douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sou testemunha da operosidade, da dedicação, do empenho e do zelo no exercício de suas funções, não só de eminente e ilustre Colega, Senador Edison Lobão, mas também de todos os que integram aquele órgão técnico. Sei que a quantidade de matérias legislativas que tramitam nessa Comissão transcende e muito a sua capacidade decisória. Mas se este é o empecilho que nos impede de cumprir outro de nossos deveres constitucionais, permito-me lembrar que os remédios aplicáveis estão ao nosso alcance. Tanto é possível criarmos uma subcomissão específica com essa finalidade, quanto a abriremos mão de nossa prerrogativa e a transferirmos para o Pleno do próprio Supremo Tribunal Federal, que tem a competência constitucional para declarar a inconstitucionalidade das leis e atos normativos federais e estaduais.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me um aparte V. Ex^a?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Com todo prazer, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, gostaria de me congratular com V. Ex^a pelos temas que escolhe. Preocupo-me também que os vetos não são votados nesta Casa. Agora que as medidas provisórias foram divididas, praticamente não se convoca o Congresso para a votação dos vetos. Apresentei uma emenda constitucional que estabelece que os vetos tenham a mesma tramitação dos demais projetos e da medida provisória, isto é, votação separadamente na Câmara e, depois, no Senado. Dessa forma, passa a tramitar como qualquer outro projeto e poderá ser votado. Se formos esperar a convocação do Congresso – estou aqui há muitos anos e, há muitos e muito anos que não se convoca regularmente o Congresso – porque os Deputados e Senadores se dedicam, respectivamente, à Câmara e ao Senado. Se conseguirmos aprovar esse projeto, pelo menos os vetos serão examinados e, se recusados em uma Casa, não precisarão ir para a outra, e assim por diante. De toda maneira, congratulo-me com V. Ex^a pelo tema que levanta, que é também preocupante. Temos que

cumprir todas as nossas obrigações e não apenas as principais. Parabéns.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Muito obrigado, Senador.

Faço votos de que seu projeto tramite com sucesso nesta Casa e também na Câmara, para que, definitivamente, possamos resolver essa questão que aflige a todos nós.

O que não me parece razoável, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que um ato do Supremo Tribunal Federal de 1983, declarando inconstitucional Decreto do Governador do Estado de São Paulo de 1974, esteja há 21 anos pendente de uma deliberação desta Casa. Tenho consciência de que não é apenas a demissão voluntária de nossos deveres que afeta nossa credibilidade, nossa popularidade e nossa confiabilidade. Mas também tenho a convicção de que o descumprimento das obrigações que nos impõe a Constituição não contribui para aumentá-las.

Peço desculpas a V. Ex^{as} pela minha insistência, mas peço a compreensão dos ilustres e eminentes Colegas para o cumprimento do que julgo, mais do que uma obrigação, um dever que me dispus a cumprir no exercício do mandato que aqui exerço. Nesse sentido, ou cumprimos o disposto no inciso X do art. 52 da Constituição, ou abrimos mão de nossa prerrogativa de suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional, por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, e a transferimos para o Pleno desse egrégio Tribunal.

O último assunto que me traz a esta tribuna, hoje, Sr. Presidente, é grave, é um assunto que envolve um companheiro e uma companheira nossa do PSB, Senador João Capiberibe e sua honrada esposa, Deputada Janete Capiberibe. Os dois são alvo de um processo que tramita no Tribunal Superior Eleitoral e que pode resultar em cassação.

Aqui, pego carona com o eminente Senador Arthur Virgílio, quando diz que devemos respeito aos órgãos do Judiciário. Digo a mesma coisa e digo mais: o tribunal que respeitamos é o tribunal cujas decisões consideramos com serenidade. Não me traz aqui qualquer propósito de interferir na decisão dos magistrados do Tribunal Superior Eleitoral. O que me traz aqui é a motivação serena de oferecer às S. Ex^{as}, aqueles magistrados, fatos que talvez lhes sejam desconhecidos e que precisariam ser levados em consideração.

O Senador João Capiberibe foi Prefeito de Macapá e Governador do Estado do Amapá por duas vezes. Trata-se de um cidadão que optou por se aliar ao povo humilde, em detrimento de interesses escusos, em detrimento da oligarquia sim, Senador Roberto Saturnino, que, em razão de sua atuação de Prefeito,

de Governador e hoje de Senador, sempre se sentiu incomodada. Os atos de S. Ex^a, enquanto no Poder Executivo daquele Estado, traduziram a ação das pessoas que são honradas na essência e que fazem da política o exercício de uma atividade ética, o exercício de uma atividade comprometida com os interesses maiores da população de seu Estado e deste enorme e querido País.

Relendo algumas anotações, reproduzidas aqui pelo eminente Senador Antonio Carlos Valadares, companheiro nosso do PSB, pensei em situações inusitadas. O processo se originou logicamente no Estado do Amapá. Ao chegar ao Tribunal Regional Eleitoral, o Presidente do TRE iniciou a justificativa do seu voto invocando as desavenças pessoais daquele Tribunal com o Senador Capiberibe – olha que coisa interessante! O Tribunal não acolheu as denúncias que foram formuladas contra o Senador Capiberibe e sua esposa, Deputada Janete. O próprio Presidente do Tribunal declinou de desavenças pessoais tidas com o eminente Senador e, mesmo assim, sustentou a improcedência da representação que foi promovida contra o Senador e contra a atual Deputada Janete.

Senador Capiberibe, qual é a acusação que lhe pesa? A de ter ou pretensamente ter tentado comprar um voto por 26 reais. Acho que cabe a nós Parlamentares, Senadores, pelo menos dar testemunho aos eminentes Ministros do Tribunal Superior Eleitoral de quem se trata, de quem é o Senador Capiberibe. O Senador Capiberibe é um cidadão que, no exercício do Governo do seu Estado, implantou “na marra” aquilo que ele pretende ser um dos projetos mais importantes que tramitam hoje no Senado: o chamado Projeto Transparência. Ele o implantou no Estado dele, ou seja, ele escancarou as contas do Governo do Estado para que quem tivesse acesso à Internet pudesse verificar da compra de um palito de fósforos à aquisição de serviços, obras ou bens de inestimável valor.

Um cidadão como esse, desprendido; um cidadão como esse, comprometido com a lisura no trato da coisa pública; um cidadão e um Governador que tratava com respeito a população de seu Estado! Como cabe na cabeça seja de quem for, que, de uma hora para outra, o Senador Capiberibe tivesse sido acometido de uma falha mental – pois só se poderia atribuir a isso – e enveredado por um caminho que ele desconhece completamente, um caminho que jamais trilhou, um caminho que leva à corrupção, que leva à malversação de recurso público, o caminho que leva a tudo o que, aqui nesta Casa, costumamos criticar como sendo reprovável de todas as maneiras num administrador, num político, num homem público neste País?

Hoje colhi neste plenário a manifestação de companheiros e companheiras do Senador Capiberibe, que deram um depoimento emocionante do que sabem sobre ele, do que sabem desse homem público desprendido, sincero, honesto, que pretende – e já me referi ao projeto que ele trouxe a esta Casa em boa hora: o Projeto Transparência – colocar as contas do Governo Federal na Internet, para que todo o cidadão brasileiro possa acompanhar, em tempo real, a origem do recurso, o dispêndio governamental, a aplicação do dinheiro que é fruto da arrecadação dos impostos. É esse cidadão que talvez, inadvertidamente, o Tribunal Superior Eleitoral, por desconhecer fatos relevantes como esse, esteja na situação de ter que considerar fatos tão pequenos, tão irrelevantes e falsos, Senador Saturnino, falsos porque há, como disse aqui o Senador Antonio Carlos Valadares, a constatação cabal, de conhecimento da Polícia Federal, de que pessoas se prestaram ao papel de testemunhar contra o Senador João Capiberibe e sua esposa e revelaram por último, recentemente, que teriam agido daquela forma, que teriam praticado aquele ato vergonhoso e reprovável por terem sido pagos.

Então, não se trata aqui de constranger o Tribunal. E eu disse aqui no início da minha fala: o TSE, como os tribunais superiores deste País, é constituído de eminentes Ministros e Ministras, pessoas de cuja honorabilidade e respeitabilidade como juristas e magistrados não restam dúvidas.

Senti-me no dever, além de prestar a minha solidariedade...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Senti-me no dever de trazer a minha solidariedade pessoal e este testemunho, que pelo visto é compartilhado por meus Colegas ilustres desta Casa, levando isso ao Tribunal. Sei que no Direito o que não está nos autos não está no mundo.

Creio que esse é um fato tão grave e relevante, que os demais Ministros que estão na iminência de oferecer seus votos nesse processo, ao tomarem conhecimento de fatos declinados da tribuna desta Casa, refletirão na perspectiva desses novos fatos, na possibilidade de reverterem esse julgamento, o qual já conta com 3 votos desfavoráveis, e, por fim, farão justiça à vida pública de um homem decente que tem honrado, no convívio conosco nesta Casa e com sua presença, este plenário, esta Casa e este Congresso.

Senador Arthur Virgílio, com muito prazer concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, estou sentado ao lado do

Senador José Jorge, o brilhante Relator da reforma do Judiciário. Dizia ao Senador José Jorge que foi muito coerente o voto que dei na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Já o resumirei. Votei a favor do controle externo do Judiciário, mas contra a perda de cargos decretada pela comissão que comporá o controle externo. Agi assim em relação ao Judiciário e em relação ao Ministério Público por entender que seria a quebra da prerrogativa de um poder. Coerente com essa posição, chego a imaginar que talvez o justo fosse todo esse processo ser instruído no Tribunal Superior Eleitoral e as conclusões, com a recomendação deste, serem remetidas para o Congresso para que pudéssemos analisar os autos, os fatos, com a acuidade que se espera de um político, com o respeito que um político que imagino sério deve ter pela recomendação feita por um tribunal superior. Estou tentando pegar a linha de minha própria coerência, ou seja, eu disse: vou dar a uma comissão composta por pessoas de fora do Judiciário o direito de determinar a perda de cargo? Ou aceito que essa comissão recomende ao Judiciário, decidindo soberanamente o que fazer? Logicamente, a recíproca teria que ser verdadeira. Alguém poderia dizer: "Espírito de corpo!" Não, já votei a favor da cassação do Sr. Sérgio Naya, do Sr. Hildebrando Paschoal. Não há essa figura de espírito de corpo quando abordo a questão pública. Muito menos sou corporativista. Isso aqui não é nenhum sindicato. Estou apenas tentando pegar o fio da minha coerência e dizer que se votei assim, não é muito fácil que me conforme com o que estou vendo. Se cuidei de preservar as prerrogativas do Poder Judiciário é por entender que é fundamental um judiciário que não tenha que abaixar a cabeça para o Executivo, para o Legislativo, nem para ninguém; é fundamental um ministério público que não tenha que abaixar a cabeça para ninguém e é fundamental, portanto, que olhemos também se estão completas as prerrogativas do nosso Legislativo, invertendo a mão e pegando o mesmo exemplo do voto que proferi na Comissão de Justiça. Obrigado a V. Ex^a pelo aparte e pelo discurso de companheiro leal que pronuncia.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Eu que agradeço, Senador Arthur Virgílio.

Concluo, Sr. Presidente, trazendo a solidariedade não só do companheiro Governador Jorge Viana ao Senador Capiberibe, mas também dos companheiros Senadores Tião Viana e Sibá Machado, do meu Estado, que me pediram que nesta oportunidade transmitisse o respeito e a solidariedade que S. Ex^a muito merece.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o Senador José Jorge, próximo inscrito.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também quero trazer uma palavra de solidariedade ao Senador João Capiberibe. Somos de partidos distintos, mas gostaria de dar o meu depoimento, da forma competente e tranqüila, maneira pela qual o Senador João Capiberibe exerce seu mandato.

Creio que certamente durante o período em que S. Ex^a exerceu seu cargo de Governador num Estado do Norte do País, onde estão os Estados mais novos do Brasil, portanto mais difíceis de governar, S. Ex^a agiu, como Governador e imagino que também como candidato, com a mesma tranqüilidade e com as mesmas condições que exerce aqui no Senado Federal. Acho que é uma coisa muito grave se retirar o mandato de um Senador e de uma Deputada que foram eleitos pelo povo.

Como Relator da reforma do Judiciário, eu gostaria de dizer exatamente o que o Senador Arthur Virgílio disse: achamos que, quando criamos o Conselho Nacional de Justiça, deveríamos fazer com que ele aprovasse a solicitação de cassação ou de tomada, no caso, do cargo de qualquer Juiz ou membro do Ministério Público, mas que a decisão final fosse dentro do Tribunal respectivo, onde aquele Juiz deveria ser julgado. Também concordo com o Senador Arthur Virgílio, penso que a Justiça Eleitoral deveria tomar uma decisão, que deveria ser encaminhada para o Senado Federal e para Câmara dos Deputados, que é o lugar correto onde os companheiros podem e devem ser julgados pelos atos que realizam. Aqui já cassamos muitos Senadores e Deputados – na época em que eu era Deputado –, mas com justiça, com direito de defesa, e não, muitas vezes, por fatos pequenos como parece ser esse caso. Minha solidariedade a V. Ex^a.

Sr. Presidente, eu gostaria hoje de aqui levantar algumas questões que estão ocorrendo no meu Estado. Infelizmente parece que o Estado de Pernambuco tem sido, em todo o Brasil, o Estado mais castigado pelo Governo do Presidente Lula. Isso é de se admirar porque, na realidade, Lula é pernambucano, apesar de ter-se transferido para São Paulo, como todos sabem. Infelizmente, o Estado de Pernambuco tem sido per-

seguido e não tem tido a devida resposta do Governo Federal em relação aos seus pleitos.

Vou dar um exemplo na questão das invasões de terra. Sabemos que no final de março passado, o Sr. João Pedro Stédile, dirigente máximo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, anunciou que teríamos no Brasil o “abril vermelho” e que todos os movimentos sociais iriam “infernizar” o Brasil.

Na verdade, aparentemente eles começaram por Pernambuco, Sr. Presidente, porque só neste fim de semana houve 24 invasões em nosso Estado. Hoje, Pernambuco é o recordista absoluto em invasões. Temos em Pernambuco 20 propriedades invadidas. Aliás, esses dados estão defasados, porque só no fim de semana foram 24: cinco em São Paulo, três no Mato Grosso, e assim por diante.

O que se verifica é que, muitas vezes, as propriedades invadidas são produtivas; não há reação no sentido de diálogo com as pessoas que estão invadindo. A cada dia, o número de siglas dos invasores aumenta. Hoje em Pernambuco não temos mais o MST, que é minoritário.

Diz matéria do jornal **O Globo**, intitulada “Sopa de letras para identificar movimentos de sem-terra. Aumento do desemprego no campo multiplicou organizações que lutam pela terra em Pernambuco”:

O aumento do desemprego em áreas urbanas e rurais, a falência das usinas da região canavieira e a lentidão com que a reforma agrária vem sendo executada podem ser apontados como os principais fatores da crescente demanda por terra em Pernambuco. A pressão vem aumentando desde a década de 80, quando as usinas da Zona da Mata começaram a entrar em processo de falência, reduzindo a menos de 80 mil os 240 mil empregos que geravam na região [...]

Era na Zona da Mata que se concentrava, até dois anos atrás, o maior número de acampamentos de trabalhadores rurais dos sem-terra [...] Em Pernambuco, embora seja a organização mais atuante e barulhenta, o MST é só mais uma delas. Além dele, o Incra administra ocupações e reivindicações de Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Trabalhadores de Agricultura de Pernambuco (Fetape), Movimento dos Agricultores Sem Terra (Mast), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra (MTBST), Movimento dos Trabalhadores Brasileiros (MTB), Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL),

Movimento dos Trabalhadores Rurais (MTR), Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos do Brasil (MTRUB), Organização da Luta no Campo (OLC), União dos Agricultores de Pernambuco (Uape) e Cooperativa dos Sem Terra (Coopterra). [...]

São essas quatorze instituições que invadem terra no Estado de Pernambuco.

O Incra, órgão que era um ponto de discussão e de debate, hoje em dia não é mais respeitado. Seus representantes foram nomeados pelo Governo. Tanto no âmbito nacional quanto no estadual, são pessoas oriundas dos próprios movimentos dos sem-terra. O Instituto, em Pernambuco, preocupa-se, cada dia mais, não somente com a produção agrícola, mas com o direito de propriedade e com a própria capacidade de investimento das pessoas do campo. Ninguém mais compra terra em Pernambuco, com medo de a propriedade ser invadida, e quem tem terra não investe mais, porque, depois de 24 horas do investimento, a terra é invadida.

Então, pedimos ao Governo do Presidente Lula que tome providências em relação a isso, porque invasões sempre existiram, mas agora a situação se ampliou de forma desmedida. Somente em um fim de semana, mais de 8 mil pessoas invadiram mais de 24 propriedades. Portanto, é preciso encontrar uma maneira de combater esse estado de coisas de forma legal e democrática, garantindo-se o direito de propriedade, o direito de produzir e de investir, previsto na Constituição.

Há dois dias, o Presidente Lula disse que ninguém faria reforma agrária na marra, que ela seria feita segundo as leis vigentes. Todavia, não é o que está ocorrendo em Pernambuco. Lá ninguém está obedecendo às leis, nem respeitando o Presidente da República. Há uma clara falta de autoridade. É necessário, pois, que o Presidente tome uma providência real no sentido de acabar com essas invasões no Brasil inteiro, particularmente no Estado de Pernambuco.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, vários Estados da Federação, inclusive Pernambuco, foram prejudicados pelo fato de a União ter dado prioridade a Estados do PT em transferências voluntárias. No ano passado, o montante de transferências voluntárias feitas pelo Governo para os Estados foi o mesmo do ano anterior. Mas as prioridades foram bastante diferenciadas, segundo a origem política de cada um dos Governadores dos Estados brasileiros. Por exemplo, os Governadores do PT, que são quatro dos Estados do Acre, do Piauí, de Mato Grosso do Sul e de Roraima, tiveram um aumento médio de 84% nessas transferências, de 2002 para 2003; os Governadores do PPS

tiveram 30% a mais; os do PMDB, 20% a mais; os do PSDB, 13% a mais. Por outro lado, os do PFL tiveram 14% a menos de transferência em relação aos anos anteriores.

Eu gostaria de falar especificamente sobre o nosso Estado de Pernambuco. Pernambuco, que, no ano de 2002, teve R\$205 milhões em transferências não obrigatórias, teve R\$124 milhões no ano passado. Portanto, o Estado teve 40% a menos de transferência, somente de um ano para o outro. O Estado da Bahia – o Senador Antonio Carlos Magalhães deve ter visto isto –, que teve, no ano de 2002, R\$158 milhões, teve R\$ 110 milhões em 2003, portanto, 30% a menos.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Se V. Ex^a me permitir, também vou tratar desse assunto.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ótimo.

Quando comecei a tratar do assunto, V. Ex^a não havia chegado. Quando o vi, sabia que V. Ex^a trataria do assunto, pois nunca deixa passar nada da Bahia, como eu também nunca deixo passar nada de Pernambuco, inclusive atendendo conselho de V. Ex^a, que, quando cheguei aqui, disse-me: “Fale sobre tudo, mas não se esqueça de Pernambuco!”

Então, o que verificamos é que há uma forma política de se dividirem esses recursos, e uma forma política injusta, porque, na verdade, alguns programas encontram-se completamente paralisados. No caso de Pernambuco, por exemplo, a construção do metrô está paralisada. Agora foi assinado um contrato mínimo para, de certa maneira, ir-se enganando, porque, na prática, sua construção está paralisada.

Outra questão é a reconstrução das casas. Com as chuvas, com as cheias havidas em Pernambuco e em outros Estados do Nordeste, o Governo Federal resolveu criar um grupo de trabalho composto por 9 Ministros. Parece que são muitos, mas, se lembrarmos que o Governo tem 34, até que o número é pequeno. Pois criou-se o grupo de trabalho composto por nove Ministros, e não se fez algo que sempre se fazia, não somente durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, mas durante outros governos anteriores, que era a edição de medida provisória sempre que havia uma calamidade pública em determinado lugar, para oferecer àqueles Estados e Municípios um montante de recursos que lhes permitisse atender, com a velocidade necessária, as situações ocorridas.

Estou aqui com um jornal que diz: “Reconstrução de casas atingidas por chuvas terá mais R\$43,7 milhões”. “Verba servirá para recuperar 6.602 moradias em quatro regiões do País”.

Quando se lê isso, a pessoa que teve sua casa destruída pensa que esse dinheiro foi liberado, que chegou às mãos dos Governadores e dos Prefeitos.

Mas isso é apenas uma autorização para que a Caixa Econômica realize todo um projeto perante as prefeituras e os Governos estaduais para reconstruir essas casas.

Então, o período entre a notícia do jornal e o começo da reconstrução dessa casa será de seis meses a um ano. Enquanto isso, as pessoas que tiveram sua casa destruída ficarão sem ter onde morar. Isso está ocorrendo em todos os Estados do Nordeste e vai acontecer também em Santa Catarina. Se não houver uma medida provisória permitindo que esse dinheiro chegue às mãos dos Prefeitos ou dos Governadores, essas casas jamais serão reconstruídas, porque os Prefeitos não têm condições, em um prazo razoável, de cumprir essa burocracia.

Sr. Presidente, no Estado de Pernambuco, o número de invasões aumenta todos os dias. Só neste fim de semana vermelho, digamos assim, foram invadidas 24 propriedades. Ninguém compra ou vende terra, ninguém investe em propriedade agrícola, para não ficar à mercê dessas invasões.

Em segundo lugar, os orçamentos não estão sendo realizados. O Estado de Pernambuco está recebendo muito menos do que recebia no passado, não apenas no último ano, mas nos últimos dez anos. O ano de 2003, dos últimos dez anos, foi o pior para Pernambuco em termos de recepção de recursos federais. Aí houve uma cheia, e o Governo prometeu ajudar na reconstrução das casas. Não está ajudando em nada! O Ministro Ciro Gomes, que cuida da defesa pública, sequer compareceu ao Estado de Pernambuco. Ele não vai aos lugares onde esses fatos ocorrem. Houve uma cheia no Nordeste, mas ele disse que não iria lá, porque não estava disposto a fazer propaganda. Houve um furacão, violento, o que nunca havia ocorrido no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, e ele não foi ver a desgraça da população daqueles dois Estados. Então, não há dinheiro nem solidariedade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para resumir o que eu gostaria de dizer e encerrar o meu pronunciamento, eu gostaria de pedir ao Presidente Lula que comece a governar e tome as providências necessárias para que essas questões sejam resolvidas não só em Pernambuco e nos demais Estados do Nordeste, mas também em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, no Brasil inteiro.

Eu poderia dizer hoje que, apesar de o Presidente Lula ser pernambucano, nunca houve um Presidente tão ruim para Pernambuco como esse. Pode ser até que venha um pior. E observem, Srs. Senadores, que o Governo completa 16 meses no final deste mês. Se multiplicarmos 16 por três, obteremos 48 meses, isto é, um Governo inteiro. O Governo completa um terço

do seu tempo e não age, apenas promete e pede que tenhamos paciência.

Nós temos paciência. Todos os políticos, em princípio, somos muito pacientes. Eu sou um dos mais pacientes. Na realidade, a nossa paciência está-se esgotando por falta de iniciativa. Só há iniciativa para impedir a CPI do Waldomiro. Há mobilização, todos ficam contra, mas, na realidade, para trabalhar, para resolver os problemas do País, não há Governo.

O Governo montou uma equipe de 35 Ministros. Sr. Presidente, esse deve ser o maior Governo do mundo. E ainda há uma promessa, ou melhor, uma ameaça de se criarem mais dois. Quando há um assunto qualquer, aparecem três Ministros no mesmo lugar. Por exemplo, quando mataram aqueles fiscais do INSS, chegaram ao local dois Ministros, pois cada um acreditava que deveria comparecer. Quando ocorreu uma cheia em Petrópolis, se não me engano, estavam lá três Ministros. Para tudo há muito Ministro, mas nada se resolve.

Portanto, apelo para que o Governo tome uma atitude quanto a essas questões do Nordeste, porque, até agora, as ações são iguais a zero.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, pela Liderança do PFL, conforme requerimento já apresentado à Mesa, e, em seguida, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador José Jorge proferiu um discurso importante sobre temas que também abordarei em razão de sua natureza e gravidade.

Primeiramente, devo falar da discriminação que o Governo vem fazendo com os Estados governados pelo PSDB e, principalmente, pelo PFL. Considero até uma prova de ingratidão para com a Bahia, em primeiro lugar, pela votação que Sua Excelência obteve naquele Estado, em segundo lugar, porque a Bahia foi responsável, nesta Casa e na Câmara dos Deputados, pela aprovação dos projetos de maior importância do Governo Federal no ano passado. Portanto, vê-se na edição de ontem do jornal O Estado de S. Paulo que a Bahia talvez seja o Estado mais prejudicado, na medida em que há uma grande diferença entre o que recebeu em 2002 e 2003.

Vejam V. Ex^{as}: governos do PT – Acre, 4.6% a mais; Piauí, 50.5%; Mato Grosso do Sul, 285%. Depois vêm os governos do PPS, 19% e 40%. Entre os governos do PMDB, Pernambuco é o que mais sofre: 39.4% negativos. E trata-se do PMDB, aliado do Go-

verno, portanto não poderia ser tratado desta forma. Depois vêm o Paraná e todos os outros: Rio de Janeiro, 45.8% – parabéns, Sr. Presidente –; Rio Grande do Sul, 55.8%; Distrito Federal, 86%. No PSDB, Pará, -58.7%; Rondônia, 128% – já deve ter aderido ao Governo –; Tocantins, 18%; Ceará, -27.7%; São Paulo, -28.6%. Há ainda os do PFL: a Bahia lidera com 30.6%, depois vem São Paulo, do Governador Geraldo Alckmin, com -28.6%.

Vê-se, assim, que não há uma justiça em relação ao pagamento das verbas voluntárias. O próprio jornal **Folha de S. Paulo** mostra que recursos petistas subiram 84%, da Oposição, 6%. A matéria intitula-se “União prioriza Estados do PT em transferência voluntária”. E aparecem os retratos de dois grandes governadores, que são Paulo Souto, da Bahia, e Geraldo Alckmin, duas vítimas das transferências voluntárias do Governo Federal.

Passa-se para outro jornal. “Aos amigos, mais da metade” é o título. E diz: “Em ano eleitoral, oito capitais administradas pelo PT têm 58.1% de transferência da União”. É assim, claro, São Paulo tinha que ser a maior. Dona Marta Suplicy ainda terá empréstimos aqui para serem votados. Recife, R\$10.807.000,00 (dez milhões oitocentos e sete mil reais), Aracaju, Goiânia, Belém, Belo Horizonte, e aí vai. Não se vê uma capital da Oposição. A Bahia, que sofre com o tal metrô, só teve R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais). A matéria vai adiante, mostrando essa situação. Manaus, talvez por causa do Líder Arthur Virgílio, tem só R\$2.173.841,00 (dois milhões cento e setenta e três mil oitocentos e quarenta e um reais).

É uma situação que não pode mesmo continuar, porque esta é uma federação. O Presidente da República tem obrigação de saber isso. E o Ministro Antonio Palocci, a quem admiro bastante e que obteve uma consagração, nesta Casa, por todos os Partidos, na última quarta-feira, deve fazer isso com mais equidade. Não pode fazer o que está fazendo, segurando recursos do metrô, abrindo mão de dinheiro já contratado pelo Banco Mundial.

O Banco Mundial fez um protesto para o metrô da Bahia de US\$32 milhões. E o Governo Federal abriu mão desse valor, por intermédio do Ministro Antonio Palocci, seu procurador – nem sequer foi o procurador principal, mas o procurador adjunto. Para fazer essas misérias, tem sempre que colocar o adjunto. Portanto, é o procurador adjunto.

Além disso, Sr. Presidente, o que se nota, infelizmente, é que as invasões aqui mencionadas pelo Senador José Jorge não ocorrem apenas em Pernambuco. Anteontem, na madrugada – como gosta o Subprocurador José Roberto Santoro –, invadiram

a Veracel, uma empresa de celulose, e derrubaram 1.300 pés de eucalipto. Cerca de 1,8 mil sem-terras tomaram conta do local, infernizando, avermelhando o Brasil, como disse o João Pedro Stédile.

Isso não pode continuar! É preciso haver reações. A Justiça tem que ser rápida na reintegração de posse, usando o aparato policial. Tem que usá-lo, pois não podem ser descumpridas as ordens judiciais. Há várias invasões onde as Polícias não entram com medo de uma ação do Governo. Isso não pode continuar! Isso tem que acabar! E acabar mesmo, se o Presidente Lula quiser governar.

Tenho ajudado o Governo e, por isso, tenho autoridade para falar. Eu o tenho ajudado demais, contrariando às vezes meu Partido, mas o faço conscientemente, porque o Brasil está acima dos partidos.

Quem tem inteligência e conhece os militares – porque vivi muito, já os conheço bem –, sabe que eles estão em baixa, porque o Governo, não só o Fernando Henrique como o atual, não aparelhou as Forças Armadas e nem melhorou seus salários. Trata-se de um caso grave. As esposas dos militares foram para a Praça dos Três Poderes reclamar, com faixas violentas e ameaçadoras. O fato é grave, porque o problema vai se avolumando, aos poucos, e o respaldo eleitoral do Presidente Lula, maior do que o de qualquer Presidente, em todos os tempos, começa a decrescer, em função de Sua Excelência não olhar esses fatos, que são fundamentais para o País.

Todos queremos ajudar o Presidente da República, mas queremos ajudá-lo sabendo que Sua Excelência também está ajudando o Brasil. No entanto, com a equipe que tem, este País não vai para frente. Há quatro ou cinco Ministros competentes, entre os quais, o Ministro Antonio Palocci. Porém, temos que saber que a realidade é que são 35 ou 36 Ministros que não têm competência, porque não estavam acostumados a governar. Governar é uma experiência que se adquire no trabalho diário do Governo. Quem não tem essa experiência, quando chega ao Governo, tem três ou quatro pessoas nos seus ouvidos, infernizando mais ainda o seu desconhecimento.

Portanto, neste instante, quero pedir ao Presidente da República que tome conhecimento das minhas palavras. E também quero dizer que a revista Época publicou um retrato meu, por um fax que passei para o Ministro José Dirceu, pedindo para que acabasse uma injustiça, que era a demissão...

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

Observem que esse assunto ocupou duas páginas. Um fax pedindo que se tornasse sem efeito, depois de examinar, a demissão do Sr. Clésio Rolin, do

INSS. Não era demissão, mas aposentadoria que foi feita sem inquérito, foi feita sem defesa, que qualquer Tribunal derruba. No entanto, o Ministro Berzoini – que é perverso com os velhos, dirá com os moços – continua o mesmo, continua como o homem que não dá o primeiro emprego, continua...

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Excelência, tenho vinte minutos, mas vou atender a V. Exª.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Exª dispunha de cinco minutos, Senador Antonio Carlos Magalhães, e V. Exª já ultrapassou o tempo em quase oito minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Perdoe-me, Srª Presidente. Eu tinha certeza de que, falando na Ordem do Dia, eu disporia de vinte minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Esta sessão é não-deliberativa, Senador. V. Exª teria cinco minutos, mas já ultrapassou o tempo em praticamente oito minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Obedecerei a V. Exª.

Concluo dizendo que o Ministro Berzoini continua o mesmo, mesquinho, incapaz, perverso. S. Exª fez perversidade no INSS com os idosos, agora fará o mesmo com todo o Brasil, no Ministério do Trabalho. S. Exª não merecia ter o primeiro emprego, mas já teve dois. Em qualquer que um que assuma, vai fracassar e macular o Governo do Presidente Lula, a que V. Exª pertence.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Roberto Saturnino, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pela ordem.) – Srª Presidente, solicito a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio, pela Liderança da Minoria, por até cinco minutos.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Agradeço a gentileza do Senador Arthur Virgílio, por ter me concedido a palavra antes do seu pronunciamento, e cumprimento o Senador Antonio Carlos Magalhães, pelas colocações muito bem feitas.

Venho a esta tribuna, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, para dizer que uma das grandes conquistas de Brasília – cidade que completará 44 anos no dia 21 de abril – foi o Fundo Constitucional das Cidades, que

garante recursos para as áreas de educação, saúde e segurança da Capital de todos os brasileiros.

Tivemos um problema quando foi encaminhado a esta Casa, para o Orçamento, o valor total do fundo, que é calculado de acordo com a receita corrente líquida da União. Houve um erro de entendimento, por parte do Ministério do Planejamento, que prejudicou em quase R\$240 milhões o valor total do fundo para todo o ano de 2004.

Quero dizer que fui muito bem recebido em audiências com os Ministros Antonio Palocci, Guido Mantega e José Dirceu, sempre trabalhando para que pudéssemos consertar esse erro, um erro de cálculo, de variação do mês, calculado de forma errada.

Gosto sempre de registrar quando um Parlamento é bem atendido e tem retorno para seus pleitos. E efetivamente o Governo Federal encaminhou, na quinta-feira, a correção do fundo, por meio de projeto, incluindo o verdadeiro patamar dos R\$183 milhões, e ainda encaminhará uma lei complementar com os R\$60 milhões restantes. Com isso, ficamos dentro do valor, calculado a menos, de R\$240 milhões.

Por isso, em nome da população de Brasília, em nome dos professores, dos médicos da cidade, que acabam de ganhar um plano de cargos e salários e terão reajuste a partir de hoje, dia 05 de abril, em nome de quase 70 mil servidores que compõem essa grande massa de assalariados nas áreas sociais vitais para o desenvolvimento da nossa cidade, faço um reconhecimento e agradeço a eficiência. Inclusive, na última quinta-feira, tivemos um encontro com o Ministro Aldo Rebelo, já no final da noite. Conseguimos, então, editar e publicar a correção do Fundo.

Deixo registrado, em nome de Brasília, os agradecimentos pela compreensão do Governo por ter admitido o erro e tê-lo consertado a tempo. Trata-se de um erro que poderia prejudicar milhares de servidores, e, agora, em contrapartida, irá beneficiá-los.

Cumprimento os quatro Ministros mencionados pela lisura, competência e pelo tratamento que dispensaram à coisa pública, a um bem da nossa cidade.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr^a. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT.) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, quero desculpar-me com V. Ex^a por ter ultrapassado bastante o tempo. Foi um equívoco de minha parte. Preparei um discurso de vinte minutos, e ultrapassei meu tempo. No entanto, creio que V. Ex^a deve ser tolerante com todos os que ultrapassarem o

tempo nesse tipo de sessão. É até bom para o Senado que a sessão não acabe tão cedo em um dia de segunda-feira.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Arthur Virgílio. S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, reforço minha preocupação com o caso do Senador João Capiberibe. Considero que a matéria deve ser estudada com afinco por esta Casa.

Estou muito apreensivo por imaginar que se possa aplicar um remédio potencialmente excessivo para um fato que, supostamente, não mereceria. Mas voltarei ao assunto amanhã. Como estamos conversando muito sobre o caso, quero novamente reafirmar a preocupação e apreensão com a sorte que está sendo jogada desse excelente homem público, o Senador João Capiberibe.

Duas matérias publicadas no fim de semana fazem registro preocupante das dificuldades do Governo Lula e do País neste momento.

Uma é do **The New York Times**, desse último domingo, dia 4, cujo título é: “Esforços Brasileiros de Progresso Atolam em Escândalo Político”.

A palavra inglesa **mire** significa tanto atolar – em bom português –, ir para o brejo, quanto chafurdar, no sentido moral, enlamear a reputação de alguém ou a própria.

Lamento muito que a trajetória do Governo Lula comece a ser descrita nesses termos, não por algum opositor raivoso, mas pela imprensa estrangeira, no caso um dos quatro ou cinco jornais mais importantes do mundo, com currículo respeitável de objetividade e apreço pelos valores democráticos. Diga-se que o **The New York Times**, como praticamente toda a imprensa estrangeira, tem acompanhado com bastante simpatia a novidade do operário e metalúrgico e seu Partido dos Trabalhadores no poder.

Lamento esse revés do Presidente Lula, por quem tenho estima e respeito. E lamento ainda mais pelo Brasil, quando vejo aparecer lá fora a percepção de que não só o Governo Lula, mas o próprio País – nossos “esforços de progresso”, como diz a matéria – pode ir parar no atoleiro.

Não acredito que nosso destino seja o atoleiro. Meu Partido, tampouco, acredita nisso. Mas, para desviar do atoleiro, é preciso saber que ele existe como possibilidade real. Eis aí verdade indesmentível.

Voltando à matéria do jornal, o **lead** é:

Um escândalo de corrupção, que se amplia no Brasil, praticamente imobilizou o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cuja força já vinha sendo erodida pelo fraco desempenho da economia durante o seu primeiro ano de mandato.

Depois, Sr^a Presidente, vêm o relato sumário do escândalo, as fitas de Waldomiro Diniz, a queda de popularidade do Presidente e o seguinte trecho, que, a meu ver, põe o dedo na ferida:

Diz o **The New York Times**:

O Sr. Diniz foi demitido e está sendo investigado e a atenção se voltou para o chefe dele, José Dirceu de Oliveira e Silva, o todo-poderoso Ministro palaciano a quem o Presidente chama de “capitão do meu time”.

Vários apoiadores do PT vieram a público dizer que eles haviam alertado o Sr. Dirceu e outros líderes partidários sobre irregularidades na arrecadação de fundos de campanha, mas que foram ignorados ou punidos”.

Peço-lhes um pouco de paciência, Sr^{as} e Srs. Senadores, e leio mais algumas linhas do **The New York Times**:

“O Sr. Dirceu disse recentemente que, no que lhe diz respeito, o assunto Diniz é “um caso encerrado”, porque a investigação concluiu que “este Governo não rouba e não deixa roubar”. Quando os repórteres não se deram por satisfeitos com essa resposta e continuaram a pressioná-lo, ele perdeu as estribeiras, chamou-os de “bando de mal-educados e incivilizados” e acusou a Oposição de tentar “destabilizar” o primeiro governo de esquerda eleito no Brasil.

Mas com os meios de comunicação antenados, cada semana parece trazer novas revelações de irregularidades financeiras na trilha do Partido dos Trabalhadores no poder. O ex-diretor de loterias do estado do extremo sul do país afirmou que foi forçado a pressionar empresários do jogo a contribuir ilegalmente para a campanha do partido, e procuradores estão levando adiante o inquérito sobre o que dizem ser um esquema multimilionário de propinas no Estado de São Paulo.

“Eu não acho que ele seja o único”, disse Fernando Ferro*, congressista do Partido dos Trabalhadores.

E quem registra a opinião do Deputado Fernando Ferro é o **The New York Times**, não sou eu.

Do mesmo Estado natal do Sr. da Silva” – referindo-se ao Sr. Diniz – ‘Infelizmente, há muito disso no Partido dos Trabalhadores, e há muito mais gente que ainda vai criar problemas para o Governo’.

Fecho aspas agora para o Deputado Ferro e para o **The New York Times**(*).

Até aqui, Sr. Presidente, limitei-me a transcrever as duras observações e conclusões do **The New York Times** e reafirmo um alerta que talvez agora seja ouvido, por vir de fora.

A outra matéria, Sr. Presidente, foi publicada pela revista **Veja**, um dos veículos mais relevantes da imprensa nacional, com respeitáveis credenciais de independência e densidade. Intitulada: “Mais Perguntas e Nenhuma Resposta”, a matéria constata que as investigações sobre Waldomiro não avançam, depois de 50 dias, e a confusão só aumenta com as novas suspeitas e conjecturas trazidas pela gravação da conversa do Procurador José Alberto Santoro com o Sr. Carlos Cachoeira.

Tentando organizar a possível confusão na cabeça de seus leitores, a revista resume em três pontos “o que falta explicar no caso Santoro” e “o que falta explicar no caso Waldomiro”.

Sobre o Procurador Santoro, as perguntas são:

- 1) Ter-se-ia ele “se esmerado em casos que sempre resultaram em situações positivas para o PSDB, em especial para José Serra?”
- 2) Ele “trabalha com motivação política?”
- 3) “Como a fita vazou?”

E sobre Waldomiro:

- 1) “... como um sujeito envolvido” – palavras da **Veja** – “com bicheiros pôde ser instalado no coração do Palácio do Planalto?”
- 2) “Como Dirceu pôde conviver doze anos com Waldomiro sem jamais desconfiar ... e ainda ignorar o primeiro alerta sobre as suas irregularidades surgidas no ano passado?”
- 3) “Waldomiro agia por conta própria ou era peça de uma engrenagem financeira maior?”

Sem dúvida, são perguntas demais e respostas de menos. Durma-se com um barulho desses. Vá o País dormir, acordar, trabalhar ou procurar emprego, investir, produzir ou pagar impostos com suspeitas tão graves no ar. Ruim para o País, bom talvez para quem prefere manter suspeitas no ar – mesmo se desgastando politicamente e correndo o risco de desacreditar

as instituições – do que encarar as respostas e arcar com as suas conseqüências.

Não estou aqui para engrossar ainda mais a nuvem de incerteza sobre o País. Já pairam dúvidas demais, conjecturas demais – até mesmo grotescas teorias conspiratórias – a conturbar o ambiente político. Eu gostaria de trazer só respostas – de preferência, respostas que desmentissem as suspeitas. Infelizmente, não tenho todas as respostas e nem poderia tê-las.

Sobre a conduta do Procurador Santoro, Sr^{as} e Srs. Senadores, S. S^a, ele próprio, deve responder e, pelo que se noticiou, já está respondendo junto à Corregedoria do Ministério Público. Sobre o caso Waldomiro, além, evidentemente, do próprio, o Ministro José Dirceu deveria responder, mas de nenhum dos dois se ouviu até agora nada parecido com esclarecimentos.

Posso responder pelo meu Partido e pelo Presidente José Serra, na parte que lhes toca. O PSDB nunca buscou – nem acredita haver recebido – tratamento favorecido do Procurador Santoro ou de qualquer outro Membro do Ministério Público. Ao contrário, se houve um governo que contou com a vigilância cerrada desse órgão, ultrapassando muitas vezes os limites do razoável e até do defensável, esse foi o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e, portanto, o Governo do PSDB.

Quem nesta Casa ignora a perseguição implacável, o verdadeiro linchamento moral a que foi submetido o ex-Ministro Eduardo Jorge por alguns procuradores, com estímulo e assistência pressurosa de alguns Congressistas, de alguns Líderes da Oposição da época? O Senador Heráclito Fortes leu aqui, na última sexta-feira, artigo assinado pelo então Presidente de Honra do PT Luiz Inácio Lula da Silva, em que este dá a sua parcela de contribuição a esse processo de destruição de reputações. Tudo isso para, no final, se verificar que os alegados “indícios veementes” contra o ex-Ministro eram pura espuma, abundante para impressionar a opinião pública, mas insuficientes para preencher sequer uma denúncia concreta sobre qualquer ilicitude.

Esse não é o único exemplo. Lembram as Sr^{as} e os Srs. Senadores o escândalo que levou à demissão do Ministro dos Esportes, Rafael Grecca, hoje, por sinal, membro da base de apoio ao Presidente Lula no Paraná? O enredo é parecido: a partir de algumas notinhas plantadas aqui e ali e de matéria momentosa de uma revista semanal, desabaram sobre a cabeça do Ministro “suspeitas gravíssimas” de envolvimento com a chamada máfia do vídeobingo. O mesmo Procurador, “implacável”, de sempre se pôs em campo, correndo atrás dos holofotes. Nada foi provado, mas o Ministro foi destruído moralmente.

Temos, nós do PSDB e do Governo Fernando Henrique, muitas e boas razões para querer ver os motivos e as ações do Ministério Público completamente livres da suspeita de viés político-partidário.

Permitam-me, no entanto, registrar testemunho que, de maneira paradoxal, torna-se relevante no caso atual. Refiro-me à entrevista que o Sr. Luiz Francisco – ele mesmo! –, concedeu, neste fim de semana, ao **Jornal do Brasil**, produzindo veemente defesa de seu colega Santoro. Outra reviravolta da história? Nem tanto. A entrevista não surpreende a quem conhece o respeito profissional de que o Sr. Santoro desfruta entre membros do Ministério Público, aí incluídos vários que têm ou tiveram simpatia pelo PT ou até a ele foram filiados, como o Dr. Luiz Francisco.

O Procurador Santoro pode ter cometido erros – não quero prejudicar. Mas, se os cometeu, sinceramente, não creio que a motivação tenha sido político-partidária. Acredito que a motivação tenha sido profissional, a partir do combate ao crime organizado e suas ligações com o Estado brasileiro. Por toda uma série de indicadores, é muito difícil acreditar que o Procurador tenha se omitido e fechado os olhos no exercício de sua missão, para favorecer algum Partido, Governo ou candidato.

Falando em nome do PSDB e do Presidente José Serra, para afirmar ao Senado que acompanharemos com atenção e muita tranquilidade os procedimentos do Ministério Público no sentido de apurar e, se for o caso, punir as faltas atribuídas ao Procurador Santoro e a dois de seus colegas mais jovens.

Com a mesma tranquilidade, porém com absoluta firmeza, torno a repelir a manifestação do Sr. Ministro da Justiça, quando usou a palavra “conspiração” para qualificar a conversa de Santoro com o Sr. Carlos “Cachoeira”. Por um momento o Ministro parece ter se deixado levar pelo cacoete profissional de defesa, a quem é lícito exagerar e, de certa forma, até torcer os fatos na apresentação da versão do seu cliente. Sua Excelência negligenciou a responsabilidade de membro do Governo precipuamente encarregado de velar pela normalidade e tranquilidade institucional do País, condição honrosa que requer equilíbrio nas atitudes e prudência na escolha das palavras.

Com veemência ainda maior, Sr. Presidente, repilo a tentativa infeliz e reiterada do atual Governo de arrastar o Presidente do meu Partido para o atoleiro que até **The New York Times** detecta na gestão Lula. E isso com base em quê? Em conjecturas, em ouvir dizer, em insinuações tênues e mal ajambradas, que, francamente, desmerecem o julgamento de maturidade que deveria merecer quem se elegeu para dirigir por quatro anos um País complexo como o Brasil. Insinua-

ções, Sr^{as} e Srs. Senadores, que não resistiriam e não resistirão a cinco minutos de debate político sério.

Infelizmente, nesse nevoeiro, novas indagações não respondem a perguntas, já velha de 50 dias, sobre o caso Waldomiro Diniz e suas possíveis ramificações para dentro do Governo e do PT, aludidas na matéria do **The New York Times** e bem sintetizadas pela Revista **Veja**.

“Como um sujeito envolvido com bicheiros pôde ser instalado no coração do Palácio do Planalto?”, pergunta a **Veja**.

Com efeito, digo eu, por que o Ministro José Dirceu deixou de ser informado pelo serviço de informação do Governo acerca dos antecedentes de Waldomiro Diniz, antes de nomeá-lo na subchefe da Casa Civil? Lembrem-se que, àquela altura, Waldomiro Diniz já estava indiciado na Justiça por irregularidades na Loterj. A Abin teria falhado? Ou será que a relação entre os dois, o Ministro e o trapaceiro, era de tal natureza sólida, a ponto de se ter dispensada a investigação de praxe sobre quaisquer nomeandos para cargos de confiança governamental?

A segunda pergunta da revista **Veja** é: “Como é que o Ministro Dirceu levou doze anos sem suspeitar de um auxiliar tão próximo?” Digo eu – e me pergunto –, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde quando o Ministro Dirceu sabia das suspeitas sobre Waldomiro? Como Presidente do PT, teria ele tomado conhecimento das suspeitas, quando o Sr. Luiz Eduardo Soares, candidato a vice-Governador pelo PT, levou-as ao conhecimento da direção partidária, durante a campanha eleitoral de 2002? O que exatamente Dirceu teria querido dizer, quando, pouco depois, teria interpelado Luiz Eduardo Soares por estar “criando dificuldades”? Que força maior teria atuado sobre a Governadora Benedita da Silva, impedindo-a de afastar Waldomiro da Loterj, embora, segundo consta, perturbada até as lágrimas, quando Luiz Eduardo Soares lhe levou as graves denúncias?

E depois, quando os questionamentos vieram a público, por meio de uma revista, por que Dirceu, ainda assim, não afastou Waldomiro? Por que não mandou sequer investigá-lo e, em vez disso, deixou que o próprio denunciado pedisse às autoridades competentes para ser investigado? Que providências tomaram essas autoridades – a Controladoria, do Dr. Valdir Pires; o Ministério da Justiça, do Dr. Bastos; a Procuradoria da União? Ao longo de mais de seis meses, até que o escândalo estourasse com a divulgação das fitas incriminadoras, o Ministro José Dirceu alguma vez, cobrou resultados ou ao menos pediu informações sobre o andamento das investigações?

Pergunta da revista **Veja**: “Waldomiro agia por conta própria ou era peça de uma engrenagem financeira maior?” Volto eu próprio a falar. Indago à Casa se não é de nos darmos conta da enorme gravidade aí contida; se não é de oferecermos resposta contundente à imprensa e a tantos milhões de brasileiros inquietos e perplexos. Onde vai parar a pista que leva de Waldomiro a Rogério Buratti? Será esse novo personagem, dirigente da articulação, ex-assessor de notáveis próceres petistas na Assembléia Legislativa de São Paulo e ex-Secretário Municipal em Ribeirão Preto, em gestão do PT, outro “estranho” no ninho do PT? E a semelhança entre a ação de Waldomiro na Loterj e o que teria sido exigido do Sr. José Vicente Brizola na direção das loterias do Estado do Rio Grande do Sul, em 2002? É mera coincidência? Como se encaixa nesse quebra-cabeça o depoimento do irmão do Prefeito Celso Daniel? Ele atribui o assassinato do Prefeito a um esquema de cobrança de propina na Prefeitura e revelou ter ouvido de um dos participantes do esquema, Secretário Municipal de então, que o dinheiro se destinaria à campanha do PT e era entregue, diretamente, à direção partidária. Repito, Sr. Presidente, são muitas dúvidas, e muito graves, pairando sem resposta sobre as nossas cabeças.

Dá para entender a paralisia do Governo e a perplexidade de seu Partido. Antes, porém, que a percepção do **The New York Times** vire realidade irretratável em nossos “esforços pelo progresso” do Brasil acabem indo para o atoleiro, formulo três apelos: primeiro, aos que nos observam do lado de fora do Congresso, longe da Praça dos Três Poderes, no País real, a quem, em última análise, paga o pato das crises. A eles eu peço: confiem no Brasil! Não confundam a tibieza de um governo com a fraqueza do País. Aos trabalhadores, aos empresários e aos investidores, proclamo que temos aqui uma Oposição tão responsável quanto vigilante. Contem com ela na defesa do Brasil.

Faço um segundo apelo aos membros do Congresso, especialmente aos meus colegas Senadores: não nos omitamos! Se a Polícia se declara de mãos atadas; se o Ministério Público Ministério Público foi posto sob suspeita; se a sindicância feita pelo Planalto limitou-se a reconhecer fatos já sabidos e publicados, onde mais o País poderá obter respostas? Temos a responsabilidade indeclinável e intransferível de usar agora, já, esse instrumento de investigação que é a CPI, averiguando tudo e todos que possam estar envolvidos ou ligados, ainda que indiretamente, ao escândalo Waldomiro Diniz.

Por fim, dirijo-me ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para lhe pedir respeitosamente: encontre-se com sua missão, Presidente, que é governar o Bra-

sil, longe da mediocridade de fazer média das várias facções do seu próprio Partido. Confie no País e em si próprio, Presidente Lula, para tirar seu Governo do impasse e colocá-lo no rumo do cumprimento das suas promessas.

Ao Presidente, reafirmamos: defenderemos o seu mandato até o último dia, nos limites da Constituição, movidos pela crença que temos na democracia. Mas não abriremos mão – porque isso seria renunciar ao nosso próprio mandato – do dever oposicionista de fiscalizar o seu Governo, apontando erros e cobrando omissões. Ainda que isso nos obrigue a mil vezes repetir neste Plenário as perguntas que a Nação coloca, que o mundo começa a fazer a respeito do Brasil.

Ainda que o encadeamento dessas perguntas possa assumir ou desenhar contornos de uma realidade que, sinceramente, preferimos que não se confirme.

Sr^a Presidenta, uso o tempo de que ainda disponho para dizer que, depois de muita meditação, tomei uma atitude, que se transformará amanhã em requerimento de convite para a Comissão de Fiscalização e Controle de duas importantes figuras públicas deste País.

Cheguei a pensar, Senador Pedro Simon, em fazer um requerimento pedindo a presença de Waldomiro, Carlos Cachoeira, GTech, Altamir, do Palácio do Planalto, José Dirceu, Santoro, Serra Azul, Avelar e José Serra. Cheguei a pensar nisso. Entretanto, um assessor de muita acuidade me disse: “Senador, esse é o tipo de requerimento de quem não quer que ninguém venha à Casa. São muitas pessoas; não vem ninguém”.

Portanto, Senador Pedro Simon, Sr^a Presidente Senadora Serys Slhessarenko, apresentarei amanhã requerimento de convite para que a Comissão de Fiscalização e Controle ouça, sobre esse tema, apenas duas pessoas: o Ministro José Dirceu e o Presidente do meu Partido, ex-Senador José Serra. Assim, acabaremos, de uma vez por todas, com a impostura. Alguém está com impostura e saberemos, na Comissão de Fiscalização e Controle, quem é. Não aceitamos esse Plano Cohen*, que funcionou por algum tempo, quando se inventou, no Estado parafacista que Vargas dirigia, algo que seria a conspiração comunista para tomada do poder. Em setembro de 1937, o Plano Cohen foi – entre aspas – apreendido pelas Forças Armadas, e inocentes foram punidos. O País viveu momentos que levaram à decretação da ditadura, uma terrível e sanguinária ditadura do grande homem público que foi Getúlio Vargas. Porém, com ditadura não é possível compor. Devo dizer que sua ditadura foi, de fato,

terrível e sanguinária, como sanguinária e terrível é qualquer ditadura.

Estou dizendo que esse Plano Cohen não convence Serra nem o PSDB. E nada mais justo, nada mais limpo do que dois homens sobranceiros comparecerem à Comissão de Fiscalização e Controle. O ex-Senador José Serra virá. Certamente o Ministro José Dirceu também haverá de vir. Não é necessário fazer circo. Não precisam vir os dois juntos. Poderá ser no mesmo dia em hora diversa. Aqui então poderemos checar as verdades de um – e já deveria ter vindo ao Congresso o Sr. José Dirceu – e checar as verdades do outro que se sente vítima, ele sim, de uma conspiração; que se sente vítima, ele sim, de um Plano Cohen; que se sente vítima, ele sim, de uma impostura, de uma inverdade. Portanto, se é verdade este ditado da minha avó de que quem não deve não teme, tenho certeza absoluta de que não haverá rolo compressor que impeça a presença dos dois. Convocarei, pedirei por convite a José Serra e a José Dirceu que compareçam. Aí a verdade se revelará. Volto a minha querida e falecida avó: se tiver alguém podre que literalmente se quebre para que o Brasil permaneça no seu caminho de busca do seu melhor destino.

Muito obrigado, Sr^a Presidenta, era o que eu tinha a dizer.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr^a Presidente, peço a palavra como Líder.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Como 1^a Vice-Líder, na ausência da Líder, concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino por cinco minutos

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabamos todos de escutar, com atenção e respeito, o pronunciamento do Líder Arthur Virgílio, que, com base em matérias recentes, publicadas no **The New York Times** e na revista **Veja**, aduziu novos comentários e nova proposta para o chamado caso Waldomiro.

Quero dizer a todos, à Casa e a S. Ex^a mesmo que não vejo mais razão para aduzir aqui novos argumentos, de vez que não há novos fatos a respeito do caso, cujas consequências estão sendo apuradas pela Polícia Federal. Por conseguinte, não cabe dar respostas à revista **Veja**, a indagações, especulações, interpretações e comentários sobre o mesmo fato. Isto é, não há fatos novos. Não quero dar respostas à proposta do Senador Arthur Virgílio. Trata-se de uma proposta honesta, séria, que será estudada na Comissão de Fiscalização e Controle e decidida em seu âmbito. Mas não me cabe, neste instante, fazer nenhum co-

mentário sobre o que disse S. Ex^a a respeito do caso Waldomiro, com base nas indagações e interpretações da revista **Veja**.

Quero aproveitar, Sr^a Presidente, para me referir aos comentários e à matéria do **The New York Times** e dizer que esse que é o maior jornal do planeta e que, sem dúvida, tem grande prestígio internacional não tem a isenção que ele mesmo se atribui quando se trata de assuntos que tocam, pelo centro ou pela periferia, os interesses da nação norte-americana, especialmente os interesses dos grandes capitais daquele País.

Recentemente, por exemplo, durante a invasão do Iraque, o **The New York Times** defendeu teses que hoje estão sendo exibidas como mentirosas a respeito da existência de armas de destruição em massa no Iraque. Sem verificações mais aprofundadas, aceitou e defendeu teses expostas pelo Governo americano para justificar o ato que, até agora, não tem respaldo nem justificativa sob o ponto de vista de defesa da tranquilidade ou da segurança do povo americano.

Assim também, Sr. Presidente, penso que não deve estar agradando nada aos grandes capitais da nação norte-americana a ação do Presidente Lula em âmbito internacional, sim, quanto à defesa límpida, clara e firme dos interesses brasileiros na discussão da Alca, por exemplo. Toda a ação do Presidente Lula no sentido de se abrirem novos mercados para as exportações brasileiras, especialmente na China, na Índia e na Rússia, deve estar preocupando os grandes capitais que hegemonomizam a política norte-americana.

Portanto, os comentários do **The New York Times** devem ser vistos sempre sob o prisma da defesa tradicional que faz dos interesses da Grande Nação do Norte, especialmente dos interesses econômicos dos grandes capitais que hegemonomizam a política norte-americana. E cabe a nós, brasileiros, colocar pelo menos em dúvida afirmações a respeito de fatos que conhecemos melhor do que eles, porque lidamos com tais fatos no dia-a-dia, e não aceitar comentários, informações e interpretações daquele grande jornal, não obstante sua dimensão, seu prestígio, enfim, o caráter de órgão quase planetário, difundido largamente por todo o conjunto de nações ocidentais.

Era o que gostaria de dizer, Sr^a Presidente, repetindo que, quanto à proposta do Senador Arthur Virgílio de convocar ou convidar Ministros para a Comissão de Fiscalização e Controle, o PT a considerará, e seus representantes na Comissão discutirão e votarão segundo o que lhes parecer mais conveniente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr^a Presidente, fui citado e, de acordo com o art. 14, gostaria de usar a palavra por cinco minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, por cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma explicação pessoal. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, a intervenção elegante do Líder do PT, Senador Roberto Saturnino, na verdade, reconhece o básico, o direito que tem o Líder do PSDB...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador, por favor, cite meu nome por acaso; cite meu nome em seu pronunciamento para que eu tenha alguma chance. Cite meu nome. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Citei o Senador Pedro Simon ainda agora, e volto a citar. O Senador Pedro Simon, cujo projeto de resolução estará sendo votado dentro de mais algum tempo, poderá devolver à Minoria o direito de realizar CPIs no País. De maneira bem simples, vejo o Governo se escondendo neste País, mas, de maneira bem simples. Vejo o Governo se escondendo atrás de um biombo. Vejo o Governo procurando todo o diversionismo possível, a ponto de urdir um novo plano Cohen*, mais canhestro ainda do que o primeiro e tão mesquinho quanto aquele. Refiro-me ao Plano Cohen de 1937, fantasma comunista a justificar a ditadura que Vargas implantaria, a ditadura do Estado Novo. Desta vez, visa a macular o Presidente do meu Partido.

Vou dizer com muita franqueza, Sr. Presidente: tenho plena confiança no Presidente Serra. Se porventura fosse verdade isso, ele não seria Presidente do PSDB. Não seria mesmo. Meu partido não contemporizaria com isso. Dessa forma, com a anuência dele – e eu não precisaria da anuência dele para exercer meu mandato –, estou pedindo a vinda ao Senado do Ministro José Dirceu, que haverá, de maneira sobranceira, de desmontar, peça por peça, as acusações, as suspeitas que têm pesado sobre ele próprio, e faço o convite ao Senador José Serra, para que ele venha aqui e ouça da Oposição tudo que a Oposição quiser dizer a respeito dele. E estaremos aqui para participar do debate. Entendo que esse é o melhor pingão nos is – se o Ministro Dirceu gosta de pingão nos is, esse é o melhor de todos.

Portanto, mantenho minha posposta e lhe digo mais: não interfiro na opinião do Senador Saturnino sobre o **The New York Times**. Apenas presto esclarecimento ao Senador, ilustre representante do Rio de Janeiro. Não tenho nenhum interesse em defender o **New York Times**, não me perco nem atacando nem defendendo jornal qualquer do meu País. Reconhe-

ço em todos o direito de divulgar suas informações. A democracia foi feita para isso, e quem consolida a democracia é a imprensa vigilante. Mas apenas um dado: o **The New York Times** não está impedido de manifestar sua opinião e, na opinião dele, o Governo Lula marcha para o caos. Ele não está impedido de ver que há crise na Venezuela. Por outro lado, se é verdade que o jornal **The New York Times** apoiou aquilo que pode ser uma impostura do governo americano, que levou à guerra do Iraque, as tais armas químicas, é verdade também, Senador Roberto Saturnino, que tomou a decisão aberta de, em editorial, apoiar a candidatura do Senador John Kerry, do Partido Democrata, ou seja, ele está claramente rompido com a candidatura Bush – quem sabe até sabe até pela análise crítica que esteja fazendo de S. Ex^a.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, já concluo.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Vou prorrogar a sessão por dez minutos, para que V. Ex^a possa concluir o seu discurso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Portanto, respeito a opinião que tem o Líder do PT acerca de qualquer assunto e, no caso, do jornal **The New York Times**, que leio e consulto, como consulto outros órgãos importantes da imprensa mundial, porque eles existem para nos informar e para tirarmos as nossas conclusões. A conclusão tira cada um com sua consciência.

Deixo bem claro que o essencial do meu pronunciamento foi dizer que o ex-Senador José Serra está disposto a vir aqui. Imagino que o Ministro José Dirceu também. Então, podemos fazer uma sessão reunindo os dois, não precisa circo, não. Não precisa ser os dois juntos. Não é uma acareação. Aqui não é uma delegacia de polícia. Fala um, fala outro, e todos perguntam a qualquer um dos dois aquilo que o Senado quer ouvir, aquilo que a Nação precisa saber. E que paremos com a impostura, porque vejo a tentativa de ligar o Presidente do meu Partido a grampos como um plano Cohen*, e plano Cohen acaba em ditadura, e ditadura é algo com que não compactuo, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, a Sra. Serys Silhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alberto Silva, 2º Secretário.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, gostaria de me inscrever como Líder.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, gostaria também de me inscrever pela Oposição.

O SR. PRESIDENTE PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, o primeiro a falar sou eu, porque fui citado e tenho direito a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Com a palavra o Senador Pedro Simon, para explicação pessoal. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho aqui por uma obrigação, para dizer que está se armando um esquema que acho muito perigoso: a tentativa de atingir a Procuradoria-Geral da República, instituição que considero da maior importância.

Já se afirmou que essa, na Assembléia Nacional Constituinte, talvez tenha sido a instituição que tenha saído com mais poderes, com mais condições de exercer a sua atividade.

Neste País, que tem tantas questões a serem equacionadas; neste País, onde se levantam tantas dúvidas com relação ao funcionamento do Congresso Nacional, do Poder Executivo, do Poder Legislativo; neste País em que se fala tanto em impunidade, a Procuradoria-Geral da República, na minha opinião, é um órgão que tem agido com o maior cuidado e que desfruta do maior respeito por parte da sociedade brasileira.

Nós, do Congresso Nacional, temos de olhar a Procuradoria com a importância que ela merece, com a possibilidade de investigar, denunciar e fazer com que as questões possam ir adiante. Projeto de nossa autoria, embora alterado, obteve no Congresso uma votação da maior importância. Antes, para que um parlamentar fosse processado era necessário obter licença do Senado, se Senador, ou da Câmara, se Deputado. Por unanimidade, o Senado e a Câmara aprovaram que isso já não é necessário. O Procurador-Geral da República pode denunciar-nos porque somos iguais a qualquer outro cidadão. Essa é uma demonstração de que a Casa não tem preocupação e está disposta a levar adiante as investigações.

Agora ocorre esse fato que envolve o cidadão que ocupa o cargo de assessor da Casa Civil. De uma hora para outra, vejo os meus irmãos do PT, que durante os oito anos do Governo Fernando Henrique – período em que estive neste parlamento – foram os maiores defensores da Procuradoria, os que estavam mais unidos a ela, os que traziam mais elementos a essa

instituição, os que mais vinham a esta tribuna trazer discussões, propostas, idéias, teses da Procuradoria, de repente defenderem, como defende o Ministro da Justiça com a maior tranquilidade e firmeza, a lei do cabresto, a lei que tira a liberdade e a autonomia do Ministério Público. Estamos vendo a determinação do PT no sentido de que como está não pode continuar e que temos de alterar as regras da Procuradoria. Creio que não há como deixar de reconhecer que equívocos podem existir.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Existem muitos, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Equívocos

podem existir, e muitos.

Vejo o caso de prefeitos. Muitas vezes, o jovem procurador, recém-saído da faculdade de Direito, denuncia um prefeito, que termina sendo condenado por um absurdo. A Constituição estabelece que o prefeito é responsável pelo não cumprimento daquilo que é sua obrigação, mas, muitas vezes, ele não tem condição material para fazer isso. O prefeito é condenado por não ter condição material de garantir a limpeza, de garantir uma série de coisas. No entanto, o promotor busca sua condenação. Porém, querer impedir a ação do procurador, querer impedir a ação daquele que denuncia o que de errado acontece é diferente. Há uma diferença imensa entre essas duas situações. Não podemos aceitar isso. Penso que a Procuradoria-Geral da República é uma instituição sagrada. Os equívocos devem ser apurados. Temos um homem de primeira grandeza: o Procurador-Geral atual, que não é como o “arquivador” anterior. Trata-se de um homem que denuncia. S. Ex^a está tomando providências com relação ao caso para saber o que houve. Essa caminhada no sentido de barrar a Procuradoria, de calar a boca dos procuradores, de encerrar suas atividades, de determinar que Procurador não pode participar do processo, tem que ficar de braços cruzados, assistindo, como aconteceu no caso do PC Farias, em que a Polícia Estadual de Alagoas desmoralizou a prova, ridicularizou-a, reduzindo-a a zero deliberadamente, para que, quando chegasse à Justiça, sobrasse zero para apurar.

Por isso estou aqui para trazer a minha solidariedade à Procuradoria, para dizer que o Procurador-Geral do Estado é homem da maior competência e credibilidade e que também não aceito a lei de querer encerrar, calar a boca, colar esparadrapo na boca do Promotor e do Juiz para que não possam falar e o processo ande em sigilo. Se ainda agora, quando se sabe, se toma conhecimento, ninguém é condenado, imaginem quando o processo correr em sigilo, quando nenhum Procurador puder abrir a boca, quando

ninguém puder saber de coisa alguma do que está acontecendo.

Venho a esta tribuna dizer que confio na Procuradoria, confio na independência dos Poderes, confio que nas Comissões Parlamentares de Inquérito, eles têm um papel a desempenhar, e nós, a nossa parte, que, se Deus quiser, haveremos de levá-la adiante.

Sr. Presidente, peço que o discurso que eu ia pronunciar seja publicado na íntegra. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE NA ÍNTEGRA DISCURSO DO SR. SENADOR PEDRO SIMON*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje a esta Tribuna para tratar de um tema da maior relevância para o futuro deste País. Está em jogo, neste momento, a permanência do Ministério Público brasileiro como instituição essencial para a Justiça. Há quem quera, agora, aproveitar os atuais problemas internos daquela instituição para denegri-la e para retirar dela alguns de seus poderes.

O Ministério Público, em especial o Ministério Público da União, saiu fortalecido na Constituinte de 1988. O MPU cresceu muito nesses 15 anos, prestou grandes serviços a Nação e acabou ganhando - em função de suas conquistas - inimigo poderosos. Há quem não goste do Ministério Público na Justiça. Há quem não goste do MP na classe política.

Agora, quando vem a público a transcrição das fitas em que os procuradores Santoro e Serra Azul interrogam o senhor Carlos Cachoeira cresce a polêmica. A linguagem usada na fita – que tinha o evidente objetivo de pressionar o bicheiro – foi criticada por todos, indistintamente. O Procurador-geral Cláudio Fonteles ordenou uma investigação. Se os procuradores erraram – e essa polêmica é muito forte dentro do Ministério Público –, acabarão sendo punidos por sua corporação. No entanto, muita gente poderosa, aproveitando esse episódio, quer enfraquecer o Ministério Público. É contra esta manobra que quero aqui erguer minha voz.

Há muita gente agora querendo agora fazer ressuscitar a chamada Lei da Mordaca, que visa justamente calar os procuradores, impedindo que divulguem para imprensa fatos que descobriram em suas investigações. Quando a Lei da Mordaca foi ensaiada, no governo FHC, houve um vibrante repúdio da sociedade a esta manobra insidiosa. Uma das vozes mais fortes era a do Partido dos Trabalhadores. No entanto, agora, parece que o PT – no poder! – refaz sua posição. E quer a Mordaca para os procuradores.

O PT anda incomodado com as investigações de procuradores e promotores não só no caso Waldomiro, mas também na caso Celso Daniel, o assassinado prefeito de São André.

Na minha opinião, o Ministério Público tem que ser independente para poder atuar. Sem liberdade, não atua. Vira peça de decoração.

Todos sabem que, hoje em dia, um dos maiores problemas brasileiros é justamente a falta de um sistema jurídico eficiente. O MP é um dos poucos ramos da Justiça brasileira que vem atuando. Suas ações são reconhecidas pela população. Com a Lei da Mordada, mais do que o Ministério Público perderá o povo brasileiro. Povo que, aliás, tem pouquíssima confiança no sistema judiciário, mas que confia no Ministério Público, como mostram recentes pesquisas de opinião.

Agora, em função do Caso Waldomiro, também está sendo contestada na Justiça a capacidade de o Ministério Público levar adiante investigações criminais. O objetivo é claríssimo e semelhante ao da Lei da Mordada: manietar o Ministério Público. A meta silenciar os procuradores e promotores.

Nenhuma instituição é perfeita. O Ministério Público não é perfeito porque é formado por homens. E os homens erram. E erram muito. No entanto, os erros de uns poucos procuradores e promotores não podem servir de justificativa a essas iniciativas de inimigos do Ministério Público, que, como já disse, são muitos e poderosos.

Temos que aperfeiçoar o Ministério Público, isso sim. Pessoalmente, sempre lutei pelo aperfeiçoamento e ampliar a atuação do MP. E, com esse objetivo, tomei muitas iniciativas legislativas, tais como:

A PEC Nº 21, DE 1999, que acrescenta ao art. 98, um parágrafo único, com a seguinte redação:

Parágrafo único. Nas infrações penais de relevância social, definidas em lei, a instrução será feita diretamente perante o Poder Judiciário, sendo precedida de investigações preliminares, sob direcionamento do Ministério Público, auxiliado pelos órgãos da polícia judiciária.

As investigações criminais feitas pelas delegacias policiais, muitas vezes, esbarram na lentidão e na burocracia do sistema legal brasileiro. Quando se trata de delitos que envolvem crime organizado e outros de relevância social, como as fraudes ao INSS, ao seguro obrigatório de veículos, à manipulação de medicamentos e tantos outros, as investigações mostram-se mais lentas e ineficientes, criando uma sensação de impunidade, como se o país não fos-

se capaz de deter as quadrilhas que lesam a nossa sociedade.

A criação de um procedimento específico para estes delitos busca acelerar o processo investigatório realizado pela polícia judiciária e dotá-lo de um maior número de armas para o combate ao crime organizado. O inquérito policial, que é mera peça informativa, com a participação do representante da sociedade no sistema judiciário, o promotor ou o procurador de justiça ganha mais força e agiliza a instrução criminal, culminando com o julgamento mais rápido do processo.

Ademais, a participação do Ministério Público (promotoria e procuradoria) assegurará uma fiscalização mais rigorosa de todos os procedimentos realizados na fase do inquérito, evitando possíveis erros que possam comprometer o bom andamento do processo penal. O propósito deste projeto, que já foi objeto da PEC nº 15/95 - também de minha iniciativa - é de evitar que esses bandidos poderosos se beneficiem da morosidade do nosso sistema penal, quando em verdade cometem delitos de extensão assustadora ao atingirem todo o corpo social.

Os princípios a serem fixados na Constituição Federal devem estabelecer regras que racionalizem a investigação criminal e o julgamento dos delitos, principalmente no tocante ao crime organizado e às demais infrações penais de relevância social, buscando maior celeridade e eficiência, tão reclamadas pela nossa sociedade. Para tanto, solicito a meus ilustres pares o apoio a esta proposição.

A PEC Nº 74, DE 1999, que altera o § 1º do art. 128 da Constituição Federal (do Ministério Público), que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 128.

§ 1º. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, indicado em lista tríplice pelos seus pares, e nomeado pelo Presidente da República após aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, para mandato de dois anos, permitida uma recondução. (NR)

O Ministério Público é, nos termos da Constituição Federal, instituição permanente, incumbindo-lhe, com autonomia funcional e administrativa plenas, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Até 1988, ano em que foi promulgada a Constituição Federal, a Procuradoria-Geral da República, não raro, fez as vezes da Advocacia-Geral da União. A instituição desse último órgão pela nova Carta, estru-

rado pela Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, decorreu do forte argumento de que os assuntos judiciais e extrajudiciais da União não deveriam comprometer a independência funcional **erga omnes** da Procuradoria-Geral no zelo da coisa pública, contra quaisquer entes ou pessoas.

O Ministério Público não é integrante do Poder Judiciário, como alguns equivocadamente supõem. Tampouco é parte dos Poderes Executivo ou Legislativo. Esse organismo interpoderes, verdadeiramente suscitado pela Constituição Federal de 1988, vem, desde então, assumindo, para a Nação brasileira, a função de zelar pelos interesses públicos, entre esses, os dos próprios Poderes constituídos. Para desempenhar suas funções constitucionais, o Ministério Público jamais poderia integrar o complexo de órgãos dos três Poderes da União, sob pena de negar a sua independência e autonomia assentadas na Constituição Federal.

Dessa forma, não há porque o Procurador-Geral, que desempenha o cargo de Chefe do Ministério Público da União, ser, além de nomeado, também indicado pelo Presidente da República, eis que essa indicação compromete a autonomia da qual haure as forças que explicam sua existência. Sem independência e autonomia, não há Ministério Público.

Essa é a razão para não se atrelar aquele cargo aos interesses de gestão do Chefe de Governo. Assuntos presidenciais, razões de Estado e políticas partidárias devem ter tratamento tão isento que não dependam da personalidade do ocupante do cargo de Procurador-Geral. A ausência de interseção entre os três Poderes e o Ministério Público, preconizada nesta Emenda, garantirá nova sistemática, em que a indicação se dará por lista triplíce, originária do próprio corpo de procuradores.

Por fim, a proposta de Emenda prescreve uma única recondução ao cargo de Procurador-Geral. São escopos da medida operar a renovação e afastar o personalismo que naturalmente se desenvolve com a continuada aproximação entre os ocupantes de postos de comando e o Chefe da Procuradoria. Essa proximidade agrega prejuízo a matérias de interesse público, entre as quais a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis que, por sua natureza, devem receber tratamento exclusivamente técnico.

As duas PECs ainda não tiveram acolhimento na Reforma do Judiciário, ao passo que a tese da Mordança vem, infelizmente, ganhando corpo.

Outra tese em curso é a criação de um órgão de controle externo para o Ministério Público, a exemplo do que está sendo proposto para a magistratura.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero fazer um alerta aos cidadãos brasileiros. É preciso que todos estejam atentos a essas insidiosas iniciativas contra o Ministério Público. É preciso preservar – com todos os seus poderes atuais! – essa instituição que grandes serviços vem prestando ao país, especialmente nos últimos quinze anos. Temos que prestigiar o Ministério Público. Temos que dar ao Ministério Público os meios necessários para que desempenhe cada vez melhor o seu trabalho. Temos que votar leis para aperfeiçoar essa instituição. O que não se pode permitir é que certas pessoas aproveitem episódios isolados para tentar enfraquecer o Ministério Público.

Na minha opinião, os ataques ao MP só beneficiam maus cidadãos, os que descumprem as leis, os que corrompem e os que são corrompidos e os que assaltam os cofres públicos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– V. Ex^a será atendido.

Prorrogo a sessão por mais dez minutos, para que o Líder do Governo possa se pronunciar por cinco minutos, e o Senador Tasso Jereissati também.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– O Senador Tasso Jereissati pode falar antes de mim, pois já estava aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– Com a palavra o Senador Tasso Jereissati, por cinco minutos.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Senador Aloizio Mercadante. Eu queria aproveitar este tempo para fazer alguns comentários, tanto sobre o discurso do nosso Líder, Senador Arthur Virgílio, quanto sobre as palavras do Senador Antonio Carlos Magalhães, já que as duas situações estão envolvidas no meu universo de preocupações.

O Senador Arthur Virgílio falou aqui do que está acontecendo em relação à Procuradoria, assim como o Senador Pedro Simon. Todos lamentamos profundamente atos que sabemos, não de agora, mas do passado recente. Durante todo o Governo Fernando Henrique Cardoso, no Estado do Ceará, Procuradores usaram e, mais do que usaram, abusaram dos seus poderes para fazer política, atacaram facilmente para aparecer nos jornais, ser manchete e ter os seus 15 minutos de fama.

Isso, no entanto, não dá a esta Casa nem a nós, do Senado Federal, a perspectiva de querer diminuir o papel – que tem sido importantíssimo para a mora-

lização do Estado brasileiro – dos Procuradores Públicos, e não é isso que queremos. Não podemos nem devemos permitir que esses episódios recentes sirvam para isso, com o objetivo de calar durante os próximos anos a Procuradoria, que tem sido extremamente válida no seu trabalho de esclarecer à opinião pública os malfeitos na vida pública brasileira.

Por essa razão, não concordo quando se tenta tirar a credibilidade geral de todos, de maneira que nada fica esclarecido, dizendo que ninguém tem credibilidade. Dessa maneira, ninguém tendo credibilidade, nada fica esclarecido. Portanto, se esquece tudo e nada se pune. A meu ver, esse argumento só faz reforçar a necessidade de investigações para que sejam esclarecidas as coisas.

Sr. Presidente – e meu nome, de certa forma, esteve em recente reportagem da revista **Veja** –, quero deixar claro que não acredito que o ex-Ministro José Serra esteja envolvido em qualquer tipo de atividade de escuta ou grampos telefônicos, até porque isso não é do seu estilo, não é das suas convicções políticas e morais, que conheço muito bem. No entanto, penso que o conjunto de coisas, tanto o episódio Santoro quanto o episódio Waldomiro precisam ser esclarecidos. E não podemos deixar passar em branco o que está acontecendo.

Por outro lado, gostaria de reforçar as palavras do Senador Antonio Carlos Magalhães, e com um tom até de revolta, quando li nos jornais, durante o fim de semana, o que acontece com os orçamentos dos Estados não governados pelo PT. O meu Ceará teve os seus recursos dramaticamente reduzidos, recebendo importâncias muito inferiores a de Estados menores, com população muito inferior à do Estado do Ceará. Coincidentemente, são Estados governados pelo PT.

É inadmissível, Sr. Presidente, que a essa altura, quando acreditamos alcançar os mais avançados estágios da democracia, o Governo faça discriminação como essa, como se um povo fosse de um Partido, e o outro, de outro Partido político. Não podemos aceitar isso.

Garanto a V. Ex^a, Sr. Presidente, que quanto à Bancada do Estado do Ceará, vou chamar aqui a sua responsabilidade de representante do Ceará a Senadora Patrícia Saboya Gomes, o Senador Reginaldo Duarte e todos aqueles representantes de Estados que foram e estão sendo discriminados por não pertencerem ao Partido do Governo.

Fernando Henrique Cardoso, com certeza, estabeleceu um novo padrão de civilização no poder brasileiro, um novo padrão de relacionamento, em

que não havia esse tipo de discriminação. Espero que termine esse tipo de ação que, em determinados casos, atrasada, retrógrada e inaceitável, não podemos aceitar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado ao Líder Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Com a palavra, por cinco minutos, o Líder Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) –

PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE.

(Art. 201, §2º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho pelo prazo de três minutos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste instante, associo-me à Senadora Serys Slhessarenko, que, na semana passada, fez um pronunciamento para que prevalecesse o acordo da votação da PEC paralela na Câmara dos Deputados.

Quero dizer que também fui um daqueles que colaboraram para que, além da Emenda 67, tivéssemos a Emenda 77 que é, justamente, a emenda da PEC paralela, aquela que promove, de certa maneira, a possibilidade de uma transição para o servidor público, no que toca à sua aposentadoria, à paridade. Afinal, todos esses temas foram parar na PEC paralela por um verdadeiro mutirão que se formou neste Senado Federal. Mas, agora, Sr. Presidente, surpreendentemente, na Câmara dos Deputados, está a se ignorar, totalmente, o que foi feito, o acordo realizado e tudo volta a estaca zero. A denúncia da Senadora Serys Slhessarenko é oportuna, e não podemos permitir que isso aconteça, pois criamos uma expectativa imensa. Cada vez que chegamos aos nossos Estados somos procurados por servidores públicos que acreditaram que, depois da aprovação da Emenda 67 aqui, tivéssemos a aprovação, na Câmara dos Deputados, da Emenda 77, aprovada, por unanimidade, nesta Casa. Portanto, este é o nosso apelo em que lembro o discurso de nossa Senadora, lembrando a luta do Senador Paulo Paim. Acima de tudo, quero dizer esta causa passou a ser de todos. O ganho fiscal é mínimo. Chegou-se a essa conclusão e provou-se matematicamente. Não se pode entender que isso agora

venha a sofrer um retrocesso como está ocorrendo na Câmara dos Deputados.

Faço um apelo, portanto, em nome do bom relacionamento das duas Casas, mas sobretudo em nome do servidor público, para que possamos ter a aprovação, dentro do que se assimilou no acordo, da Emenda Paralela nº 77.

É o que venho trazer neste instante, homenageando a luta de todos e sobretudo a do Senador Paulo Paim, da Senadora Serys Shlessarenko e de muitos outros. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Sobre a Mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Garibaldi Alves Filho.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 399, DE 2004

Requer Voto de Aplauso a um dos mais insígnies magistrados brasileiros, que ora se aposenta do cargo de Juiz do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, ao qual prestou relevantes serviços e cuja vida digna é modelo para a Magistratura nacional.

Requeiro nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao insigne Magistrado brasileiro DR. José Baptista Vidal Pessoa, que, depois de relevantes serviços prestados à Justiça Brasileira, incluindo a Justiça Eleitoral, aposentou-se por idade do cargo a que se dedicou ao longo de tantos anos.

Por completar 70 anos de idade, o Desembargador José Baptista Vidal Pessoa, aposenta-se do Tribunal de Justiça do Amazonas, deixando ao meio forense do País um dos mais dignificantes exemplos. Justo, como devem ser os Juízes, correto, como deve ser pautada a vida de todo ser humano, o Dr. Baptista Vidal convida-nos, como legisladores, a repensar a idade-limite para aposentadoria compulsória dos juizes. Limitá-la a 70 anos pode, como é o caso desse notável magistrado, representar prejuízo para o enriquecimento da cultura jurídica, que, no mínimo, perde em experiência.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado, ao Tribunal de Justiça do Amazonas e ao Governo do Estado do Amazonas.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se pelo notável exemplo de cidadania e dignidade que o

Dr. José Baptista Vidal Pessoa oferece à Magistratura brasileira e à própria Pátria como um todo. Exemplar em seus julgamentos, persistente no propósito de modernizar a Justiça, esse digno amazonense foi um dos primeiros a acreditar que o processo de votação eletrônica poderia, sim, avançar floresta adentro, bastando vontade e patriotismo. De fato, quando se iniciaram os estudos para a implantação do voto eletrônico, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, o Dr. José Baptista Vidal Pessoa não se conformou com o projeto original, que, na prática, excluía o Amazonas dessa modernização. Ele veio a Brasília e aqui, junto ao TSE, provou que a idéia poderia ser mais abrangente. Foi um vitorioso. Mas a vitória maior foi para o Amazonas e para o Brasil. As urnas, mesmo movidas a bateria, navegaram sobre canoas e chegaram ao coração da Grande Floresta. E isso só ocorreu pela persistência de um grande homem, que agora se retira da vida pública e que, após a quarentena, haverá de se dedicar à advocacia. Se o Amazonas perde seu concurso, o meio forense ganha uma grande e digna figura, que, não tenho dúvidas, estenderá à vida privada o mesmo zelo e a mesma dedicação que marcaram sua presença no Tribunal de Justiça do Amazonas.

Esse grande magistrado presidiu alguns pleitos eleitorais, com exemplar lisura, amplamente reconhecida. Essa conduta, por todos admirada, é um bom exemplo a que a Nação pode recorrer sempre que vêm ao exame propostas modernizadoras para o Poder Judiciário.

Estou certo de que o Senado da República, ao deferir este Voto de Aplauso a um digno magistrado do Amazonas, presta também homenagem maiúscula à Justiça de todo o País.

O Dr. José Baptista Vidal Pessoa tem quatro filhos, três deles também advogados e um igualmente Juiz.

Sala das Sessões, 5 de abril de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio, por dois minutos, para uma comunicação inadiável.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, neste momento, estou iniciando uma crise de asma. O que não me faz bem é precisamente o carpete, o ar-condicionado e os ácaros, mas não poderia nunca deixar de estar presente neste momento, porque a homenagem ao Desembargador José Bap-

tista Vidal Pessoa é mais do que justa. Arrazoei o que penso sobre ele no requerimento que será levado à análise dos meus pares.

Devo dizer que isso sintetiza a admiração que temos por esse insigne magistrado. Se cabe – e sei que cabe – o voto de louvor a José Baptista Vidal Pessoa pela sua vida íntegra, pela sua vida correta, pela sua vida inatacável, em não sei quantas décadas de vida pública, cabe também dizer que nunca houve acusação alguma, rasura alguma, nada que pudesse pesar de longe contra a sua honorabilidade.

Não deixo de registrar, neste momento, um certo voto de pesar, porque a Justiça brasileira perde um magistrado exemplo, perde alguém que, se não fosse esta camisa-de-força da compulsória aos 70 anos, contrariando a própria lógica da evolução das condições de vida, hoje, da longevidade a mais dos brasileiros, essa compulsória poderia ser estendida para os 75 anos. Lutei por isso, quando trabalhamos a reforma da Previdência, e venho falando disso, desde quando se aposentou um querido amigo que foi Diretor-Geral da Câmara, Paulo Afonso, no Tribunal de Contas da União. Perder Paulo Afonso foi muito ruim para o Tribunal de Contas da União, que tem figuras excelentes a representá-lo. Perder José Baptista Vidal Pessoa foi muito ruim para o Amazonas.

José Baptista Vidal Pessoa, não fosse desembargador do meu Estado, volto a repetir, íntegro e culto, e não estou aqui a cometer exagero algum, estou a dever adjetivos de encômios a esse ilustre brasileiro, fosse ele paulista ou mineiro, estaria no Supremo Tribunal Federal. Ele possui farto conhecimento jurídico e reputação mais do que ilibada. Passou pela vida pública e não enriqueceu. Não se enriquece na vida pública, mas em trabalho legítimo de empresa ou pelas vias que a Justiça condena. E ninguém mais do que José Baptista Vidal Pessoa, a vida inteira, condenou aqueles que usavam de poder político ou de poder público para enriquecer.

Portanto, é com bastante emoção, com bastante saudade, com bastante respeito que aqui proclamo que José Baptista Vidal Pessoa daqui a pouco estará advogando. Os meios forenses ganharão um excelente advogado. Começou sua vida como brilhantíssimo advogado criminalista. E perde a magistratura assim. Preencher essa lacuna não é nada fácil. Presidiu alguns pleitos no Amazonas, inclusive aquele que disputei para prefeito. Jamais vi algo tão liso, tão limpo, tão correto, tão escorreito, tão puro, tão justo. Tenho por ele uma grande amizade pessoal. Se ele tivesse que algum dia me julgar, ele teria, e sei que o faria, que se julgar sus-

peito. Não poderia me julgar porque desenvolvemos, ao longo dos tempos, uma amizade muito querida, muita fraterna.

E aqui faço um apelo ao Senado Federal para que transforme esta homenagem, que não deveria ser apenas de um humilde parlamentar do Amazonas, como eu, mas uma homenagem do Senado como um todo porque, de fato, é alguém que fez o básico, aquilo que todos deveriam fazer. É homenageado porque nem todos o fazem. E não me refiro a juízes. Eu me refiro a políticos, a juízes, a empresários, a quaisquer. Ele apenas, durante sua vida, do começo ao fim, fez uma coisa simples, que não mereceria talvez nem o elogio, mas eu o elogio porque nem sempre a regra tem prevalecido, nem sempre a regra tem sido essa. José Baptista Vidal Pessoa foi apenas um homem, um grande homem, basta ser um homem; foi apenas um grande magistrado, um grande brasileiro, alguém que, do começo da sua vida, brilhante aluno que foi, até esse epílogo na magistratura – ele que recomeçará como advogado depois da quarentena – apenas cumpriu estrita e rigorosamente com seu dever.

Por isso, essa homenagem que julgo que deva ser muito mais do que minha – minha homenagem seria pouca, é uma homenagem do admirador, do amigo – deveria ser uma homenagem do Senado como um todo, a reconhecer um valor do Norte do País que, mais do que um advogado, era um jurista e, mais do que um jurista talvez ou ao lado de ser um jurista, é um jurisconsulto, alguém que tem muito ainda a emprestar da sua experiência para que o Brasil democrático consolide o verdadeiro respeito à lei, o verdadeiro respeito pela Justiça.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso, Senador Arthur Virgílio.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Garibaldi Alves Filho.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 400, DE 2004

Requeiro nos termos regimentais seja também submetido ao exame da Comissão de Educação o PLC 89, de 2003, após concluída sua apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das sessões, 5 de abril de 2004. – Senador **Valdir Raupp**.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Garibaldi Alves Filho.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 401, DE 2004

Nos termos do artigo 43, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal requeiro que seja considerado como licença para tratamento de saúde do dia 6 de abril a 20 de abril, conforme atestado em anexo.

Sala das Sessões, 5 de abril de 2004. – Senador **Gerson Camata**.

REQUERIMENTO Nº 402, DE 2004

Nos termos do artigo 43, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a concessão de licença para tratar de assuntos de interesse particular sem remuneração de 21 de abril a 4 de agosto de 2004.

Brasília, 5 de abril de 2004. – Senador **Gerson Camata**.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– Os requerimentos lidos serão apreciados oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, João Alberto Souza, Romero Jucá, Sérgio Guerra, Antero Paes de Barros, Valmir Amaral e Edison Lobão enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

NUM GOVERNO QUE NÃO LEVA NADA A SÉRIO, O PRESIDENTE LULA VIRA SHAZAM E DIZ QUE FARÁ EM 4 ANOS MAIS DO QUE FIZERAM EM 500

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Nação brasileira vive em sobressalto, com as surpresas, infelizmente negativas, que o Governo petista do Presidente Lula a todo instante mostra sua verdadeira face, inerte e rigorosamente vivendo sob o manto pretensamente protetor da propaganda.

Nesse último final da semana, ao inaugurar em Bonito (MS) um aeroporto inacabado, Lula, uma vez mais, tentou encobrir o que caracteriza seu Governo, a letargia, torpor ou indolência, já nem se sabe mais o que é exatamente essa administração. Pelas aparências e pelas seguidas manifestações improvisadas do Presidente, o povo está achando que é pura preguiça. Pode ser também incompetência.

O mal deste Governo é que ninguém, nele, leva a sério e com responsabilidade suas atribuições.

O País está soçobrando e, não obstante, aqui mesmo neste Plenário, lideranças governistas preferem acreditar nas mentiras espalhadas pela propaganda de Duda Mendonça, confiantes em que o povo não observa o que, realmente, ocorre no Brasil.

O articulista Daniel Piza, que escreve aos domingos em **O Estado de S.Paulo**, começa seu artigo desta semana com estas palavras:

Quem imagina que não exista um vasto contingente de indignados não só com os rumos econômicos e políticos do Brasil, mas sobretudo com os culturais e morais, está muito equivocado.

O povo não é tolo. Diante de tanta garbolece, que mais cheira a fanfarrice do nosso Presidente, o povo acaba enveredando pelo único caminho que vê à frente: a apatia.

Não é à-toa. Afinal, mais parece irresponsabilidade ou, no mínimo, o distanciamento da realidade, o que disse Lula em Bonito: “Faremos mais do que muita gente fez em 500 anos.” Vou fazer os cálculos para, em outra oportunidade, dizer a Lula o que, então, diante desse juramento, ele terá que fazer em quatro anos.

Essa frase está nos jornais de sábado passado. O que pensar: só resta concluir que, a partir de agora, o Presidente Lula já pode dizer Shazam!, a famosa frase do Capitão Marvel, personagem do mundo de fantasia, o mundo dos gibis.

Agora, o povo brasileiro fica sabendo que o Presidente reúne as energias de sabedoria de Salomão, da força de Hércules, do vigor de Atlas, do poder de Zeus, da coragem de Aquiles e da velocidade de Mercúrio. O próprio Shazam. O Shazam brasileiro.

A seguir, transcrevo, para que constem dos Anais do Senado da República, as matérias a que fiz referência, começando pelo artigo de Daniel Piza:

PREDOMINA MENTALIDADE DE NÃO LEVAR NADA A SÉRIO

Daniel Piza

Quem imagina que não exista um vasto contingente de indignados não só com os rumos econômicos e políticos do Brasil, mas sobretudo com os culturais e morais, está muito equivocado.

Não se trata apenas do desespero do desempregado, ou do sujeito que cada vez mais vê o salário ficar abaixo das contas, ou dos pais que temem pelos filhos nas cidades violentas. O pior é ver aumentar a sensação de que fazer o bem, ser correto, querer crescer como pessoa, não vale a pena. E esta sensação é o maior problema que o Brasil vive hoje, pelo que significa de ofensa à dignidade e pelo que implica perda de critério e ânimo. Escrevi na semana passada que o lamentável desdém do presidente Lula e de sua equipe pela educação – em todos os sentidos, da cortesia e elegância até a capacidade de planejar e agir – está em sintonia com uma mentalidade que se percebe na mídia, em programas como Big Brother Brasil, que se traduz na arrogância do ignorante, aquele que não sabe e nem se importa de não saber. Poderia ter citado muitos outros exemplos, mas vou escolher só mais um, rapidamente: há uma estreita associação entre o refrão de Zeca Pagodinho, “Deixa a vida me levar/Vida leva eu”, e sua atitude – que não foi apenas a de uma vítima dos publicitários maquiavélicos – no episódio da troca de cervejas. A cultura brasileira sempre gostou de elogiar a leviandade, confundindo-a com alegria, leveza, espontaneidade, esperteza e outras virtudes.

Nos mais de 70 e-mails que recebi ao longo da semana, a revolta não vai apenas contra o governo inerte e inane de Lula ou contra sua pessoa, mas contra isso que o leitor Fernando Antoniazzi chama de “celebração da ignorância”, visível no presidente, em sua equipe, nos mais diversos meios de comunicação – e também no dia-a-dia deste país tropical. Ana Teresa e Edmundo Salgado contam que

ouviram um de filhos ou alunos a pergunta que não pára: “Estudar pra quê?” Com tanta gente por aí dizendo que não estudou e chegou “lá”, a começar pelo presidente da República, não haveria de ser de outro jeito. Como se um país se fizesse de políticos, modelos e jogadores de futebol.

“Existe no nosso país um clima geral de raiva e rancor contra quem estuda, contra quem se dedica”, escreve Lúcia Carvalho. Luiz Eduardo Siqueira vai na mesma linha: “A gente se sente meio otário por estudar anos a fio e ouvir um sujeito, chefe de Estado e de governo, que se jacta de saber muito pouco.” Outro leitor, que se assina “brasileiro, mineiro”, conta que tem mais de 40 anos e, depois de 25 anos com carteira assinada, está há 18 meses na informalidade.

“Me desdobrei e conciliei trabalho, família e estudo.” Hoje, formado em Administração, mal pode sustentar os dois filhos. Sergio Rodrigues lembra a “primariedade das esquerdas” citando projetos de parlamentares do PT como o de acrescentar a palavra “amor” na bandeira (Suplicy) e confiscar salários a partir de R\$ 7,6mil (Nazareno Fonteles). E Juan Atalla Gonzalez, que se diz “um iletrado caminhoneiro”.

Sr. Presidente, desejo, ainda, ocupar esta tribuna neste momento para registrar a entrevista concedida pelo Senador Tasso Jereissati ao Jornal do Brasil, de 22 de março do corrente, onde o ilustre senador do PSDB alerta para o risco de governabilidade e de instabilidade que o país atravessa em função da falta de percepção do Partido dos Trabalhadores e da base aliada sobre a responsabilidade de se estar no governo.

Na entrevista, o senador Tasso Jereissati mostra seu espírito público ao fazer a seguinte afirmação: “Nós fomos colocados na oposição pelo voto popular e, portanto, não podemos fazer uma oposição à custa do país”.

Para que conste dos **Anais** do Senado, requeiro, Senhor Presidente, que a entrevista publicada no **Jornal do Brasil**, de 22 de março do corrente seja considerada como parte deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

TASSO JEREISSATI, SENADOR

“Falta um processo de coesão e liderança”

SÔNIA ARARIPE

O senador cearense Tasso Jereissati (PSDB) não se arrepende de ter feito o papel de bombeiro ao defender, semana passada, a política econômica e o ministro da Fazenda, Antônio Palocci. “Sou oposição. Mas há um risco de governabilidade, de instabilidade. E com isso que me preocupa, com o meu país”. De temperamento sereno, confessa

não ter se reconhecido quando bradou no Senado, no dia 11, defendendo a apuração das denúncias de corrupção no governo. De Fortaleza, por telefone, critica a divisão do chamado núcleo duro do PT e a postura do governo ao lidar com a crise. “O partido foi irresponsável, lançando aquele manifesto, mas o governo também tem parcela de culpa. Falta um processo de liderança e coesão. É preocupante”.

– O senhor, um senador de oposição, se arrependeu de ter atuado como bombeiro, defendendo o governo, a política econômica e o ministro Antônio Palocci?

– Fiz e faria novamente. Por várias razões, mas a mais importante é a preocupação com o país. Percebe-se em setores de dentro do governo e dos partidos da base aliada uma certa falta de percepção exata da responsabilidade de ser governo. Quando se é governo, algumas ideias próprias mais audaciosas têm de ser colocadas, no máximo, dentro de uma discussão interna. E o fiz também quando percebi um objetivo concreto de desestabilização do ministro Palocci, que, no entendimento de todo mundo que tem um pouco de responsabilidade, é uma loucura. Deixei bem claro que essa posição não significava uma adesão ao governo. Talvez seja isto parte da causa do que está acontecendo dentro do governo: uma adesão que não tem nenhuma base programática ou filosófica. É fisiologismo puro.

– Mas o Sr. não acredita que, de alguma forma, o governo é culpado por este resultado, por causa da forma que está administrando a crise atual?

pela própria retórica de campanha, causou um profundo receio na comunidade internacional. E o Palocci recuperou a credibilidade e deu estabilidade para que o governo tivesse condições de governar com normalidade, apesar de eu achar que existem muitos reparos a serem feitos, principalmente na questão das políticas de juros e tributária. Tirar esse pedestal é voltar para todo um clima de desconfiança e de uma falta de perspectiva de projeto para o país. A sociedade não pode ficar sem essa perspectiva. Ao meu ver, seria caótico.

– O Sr. questionou os juros, a carga tributária. Faz críticas então à política econômica?

– Esta política de juros tem sido maléfica para o país, sem dúvida nenhuma. Demorou-se

“O ministro Antonio Palocci deu estabilidade para o governo”

muito tempo num patamar muito alto sem necessidade. E isso é praticamente uma unanimidade. No esforço de criar a credibilidade que o país precisava voltar a ter, o Banco Central ficou fazendo uma política equivocada e muito independente. Existem já condições para que o ministro da Fazenda comece a pressionar o BC por uma política um pouquinho mais ousada.

– Fui muito além do meu ponto (risos). Mas o PT tem que se convencer de que é governo e governo busca a estabilidade. Quando perde, em vez de tentar defender os seus pontos de vista, responder aos críticos, até os que eventualmente querem ajudar, vem com ameaças, com dossiês, com bombas e com chumbo grosso. É o tipo de jogo contraproducente para o governo e inaceitável da nossa parte. Absolutamente inaceitável porque fomos governo durante muito tempo e engolimos críticas quando tinha de ser. Sem querer apontar canhão para ninguém que viesse nos criticar.

– O Sr. assinou a CPI dos Bingos. Continua acreditando na sua instalação?

– Sim. Assinei a CPI e digo que esse esclarecimento tem que ser dado. Já apareceu outro fato: a ligação de um outro empresário. A questão da Grech tem de ser esclarecida. Se isso não for feito em curtíssimo prazo, a CPI virá. Cedo ou tarde.

– Que opinião o Sr. tem sobre esse episódio envolvendo o nome de um ex-assessor do ministro José Dirceu?

– É difícil dizer. Por isso é tão

popular e, portanto, não podemos fazer uma oposição à custa do país.

– Quais os temas da pauta do Congresso o Sr. acredita serem os mais importantes?

– A reforma do Judiciário está no Senado e é fundamental. A reforma política, a cada dia que passa, prova ser urgente. Não é possível não convivermos com essa troca de partido e governação da oposição, em que pessoas são cooptadas e formam esse tipo de base sem a menor consistência.

– Que avaliação o Sr. faz da luta no governo por mais empregos e pela volta do crescimento?

– A questão dos juros tem sido fundamental. Por culpa única e exclusiva do BC nós já perdemos o primeiro trimestre. Porque não havia nenhuma razão externa que justificasse a manutenção dos juros em níveis tão elevados, assim como não houve nenhuma justificativa

para as atas do Copom, que colocou todo mundo em polvorosa. Isso foi muito sério. Agora, a meu ver, existe um fator que já começa a segurar o crescimento, fora os juros: a percepção de que não existe um governo coeso e

– Claro. Quem deu a luz verde para que isso acontecesse foi o próprio partido do governo quando faz uma nota oficial completamente sem compromisso com o governo, como se não fizesse parte dele. E dentro do governo fica clara uma desunião muito grande. Esta faltando um processo de coesão e liderança, o que é muito preocupante, pois se o governo não tiver capacidade de se recuperar desta crise, logo no início de mandato, será muito ruim para o país.

– Que impacto este processo de instabilidade tem na economia real? Menos investimentos? O Risco Brasil pode subir?

– Viemos em um processo eleitoral em que o PT, por causa de seu discurso histórico e até

– Nos últimos dias o governo demonstrou mais um ato de hesitação. Anunciou o aumento da alíquota da Previdência para pagar dívidas passadas e, neste fim de semana, acabou recuando. Não é uma sinalização que atrapalha?

– Sem dúvida. O governo demonstra em determinados momentos falta de convicção do que está fazendo e, como já falei no Senado, de uma estratégia de longo prazo. Vamos continuar na oposição e críticos, absolutamente críticos, mas apostamos na capacidade de recuperação do governo.

– O ministro José Dirceu está fazendo falta?

– Não sei dizer. Aquele contexto do chamado núcleo duro do governo é muito complicado e eu não consigo entender, não. Confesso minha falta de capacidade para entender como é que eles funcionam ali.

– O Sr. discutiu com o também senador Aloizio Mercadante. Seus amigos se surpreenderam com aquele bate-boca público. Não é do seu temperamento. O Sr. também se estranhou no dia seguinte?

importante o esclarecimento. Pessoalmente, como eu disse e como dizem todos do PSDB, há uma convicção intacta da honestidade de todos os ministros do governo. Agora, para que isso fique claro a toda a população brasileira, é necessário o esclarecimento. Que houve corrupção, parece que sim. Que não é um caso isolado e que havia uma teia – ali embaixo, não no coração do governo – de tentativas de corrupção, parece que está ficando muito claro. Que o ministro José Dirceu e outros tomaram medidas para estancar isso aí, também me parece claro. Mas isso precisa ser bem investigado.

– Qual é o papel da oposição hoje?

– As pessoas se acostumaram no país, principalmente com o PT, com uma oposição completamente destrutiva, que torce pelo quanto pior melhor, que impede as ações do governo e que vê na destruição do governo, mesmo que seja à custa da destruição do país, uma vitória. Nós iniciamos o nosso tipo de oposição que, claramente, é diferente. Fazemos oposição, sim. Nós fomos colocados na oposição pelo voto

vicção do que está sendo feito. Esse passa a ser um ingrediente até mais grave do que os juros.

– Esta crise terá impacto nas próximas eleições?

– É evidente que o PT já perdeu a música. Este ano vai ser diferente. Pode ser até que o PT eleja grande número de prefeitos em outubro. Mas no ano que vem, as eleições terão uma conotação política diferente. Não vai ter mais aquele partido que prometia o paraíso na terra em 24 horas contra os que lutavam no chão, prometendo o que é possível. Havia uma diferença de expectativa muito grande. Essa diferença acabou. Agora o PT, na melhor das hipóteses, virou um partido igual aos outros.

“Há uma adesão dos aliados ao governo, que não tem nenhuma base programática ou filosófica. É baseada no fisiologismo puro”

“Fomos governo por muito tempo e engolimos críticas quando tinha de ser. Sem querer apontar canhão para ninguém que viesse nos criticar”

Incontinência verbal assola o país

Definitivamente o governo não sabe usar as palavras. O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, já teve oportunidade, por duas vezes, de dizer o que quisesse depois da eclosão do caso Waldomiro. Deu entrevista a uma revista semanal, depois desabafou diante de prefeitos do PT, quando avisou: em 30 dias falará tudo! O governo, que já andava aos trancos e barrancos, acabou jogado de volta ao centro do redemoinho. Por mais 30 dias.

No dia da posse, o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, aderiu às críticas do presidente de seu partido à condução da política econômica e reclamou dos juros. Isso

quando nem mesmo o mais gabaritado integrante do PL nos quadros do governo, o vice José Alencar, ousa fazer seus habituais comentários sobre o tema. No dia seguinte, o Copom deu uma abaixadinha.

Como se houvesse uma síndrome que atinge ministros recém-empossados, Amir Lando, da Previdência, solidarizou-se de forma absolutamente desastrosa com o presidente da República. Lula havia reclamado, há uma semana, da herança maldita que o obrigava a pagar a correção nos benefícios de aposentados e pensionistas, algo em torno de R\$ 12 bilhões. Pois o ministro lançou como primeira hipótese aumentar a contribuição de quem paga mensalmente ao INSS? A grita foi imediata, de colegas ministros ao próprio presidente, obrigado a soterrar oficialmente a ideia. Mas o estrago já estava feito. Lando já tinha falado demais.

Como falou demais, ainda que para uma plateia não muito numerosa, o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. Em reunião com parlamentares ligados ao setor agrícola, de nuit e seu ódio em relação ao ministro do Planejamento, Guido Mantega. Ele fazia escutado por uma fila de mais de 60 km de caminhões lotados de soja. Rodrigues tentou avisar antes ao governo que uma greve estava sendo gestada e atrapalharia as exportações. Não lhe deram atenção. A pequena plateia ouviu e passou o recado adiante.

Não é o caso de se pregar o voto de silêncio aos ilustres integrantes do primeiro escalão. Mas não

Discurso de ministros só faz gerar tensão

é possível que o chefe de todos eles não se dê conta de que tais ocorrências só ajudam a espalhar a impressão de que há um desgoverno onde deveria haver governo, que ninguém se entende, que egos inflados disputam o melhor lugar ao sol, que não há mais um chamado "núcleo duro", mas um ajuntamento de cabeças duras. E, diante deles, um país à espera de solução para problemas seculares e recentes.

Tão desagradável quanto constatar a inabilidade dos ministros no trato com os fatos é perceber outra perigosa dificuldade: compor os quadros nos escalões inferiores da hierarquia do poder. O ministro da Agricultura reage ao do Planejamento movido pela preocupação de dotar sua pasta de gente suficiente para fiscalizar produtos que, hoje, respondem pelo mais significativo montante de dólares arrecadados pelo Brasil e num mundo em que a qualidade da

mercadoria de origem vegetal e animal beira a paranóia.

É preciso mais gente, e gente qualificada. Como é preciso na Embrapa, um dos núcleos de excelência no país e que não pode ser vitimado por nomeações em que a avaliação deixou de ser técnica ou científica para tornar-se sindical. Os efeitos podem ser nocivos para o país. Como nocivas serão as consequências de não se investir em gente qualificada para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. No ano passado havia dez fiscais para julgar projetos geradores de impacto ambiental. Hoje são 70. Para as necessidades de investimentos, infra-estrutura e as condições naturais a serem preservadas no país o número ainda beira o ridículo.

Com um partido como o PT e a base governista agindo como agem, a oposição fica deslocada de seu papel. Chegamos ao ponto de o país assistir, perplexo, o senador Tasso Jereissati subir à tribuna para fazer uma defesa lúcida da governabilidade diante das ameaças lançadas por quem deveria dar sustentação a Lula.

É hora de o presidente, escorado nos índices de confiança superiores aos de seu governo, apoiado pela maciça votação recebida há quase dois anos, pôr ordem na casa. Para valer. E, sem medo de ser feliz, ficar menos suscetível aos acordos políticos e jogos de interesse para montar o Ministério que o Brasil esperava ver quando pespegou em seu voto a palavra mudança.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA.

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os problemas que se abateram sobre a população atingida pelas enchentes que recentemente assolaram o País eram previsíveis. Previsíveis e evitáveis; se não evitáveis, pelo menos, suas dimensões poderiam ter sido menores. Não é a primeira vez que rios transbordam, casas são invadidas, destruídas ou levadas pelas águas, culturas agrícolas inutilizadas e Prefeituras imobilizadas por falta de equipamentos e recursos. Em dezembro de 1995, no Estado de Santa Catarina cerca de 27 mil habitantes ficaram desabrigados por causa das chuvas que castigaram 37 Municípios da região, em Belo Horizonte, dez crianças morreram por causa de enchentes. Em 1996, foi a vez da região serrana do Rio de Janeiro e São Paulo, quando deslizamentos mataram crianças e adultos. Em 1997, no norte, noroeste e no planalto do Rio Grande do Sul. Em março de 1999, São Paulo viveu dias de pânico, quando as ruas se encheram de água. A lista das tragédias poderia continuar, fazendo referência

aos anos 2000 e 2001, novamente em Santa Catarina e São Paulo. No ano em curso, a mesma sucessão de desgraças. E a mesma caravana de autoridades representantes do Estado, percorrendo os locais atingidos, os mesmos sofrimentos da população, as mesmas ações emergenciais, as costumeiras promessas de solução definitiva de sempre. Mas, infelizmente, tudo tem ido para o esquecimento, e tudo tem voltado a se repetir nos anos seguintes.

O Brasil, há anos, assiste a um êxodo rural sem precedentes, as cidades incham, alargando e alongando suas periferias pobres, sem planejamento, sem saneamento, sem moradia digna, sem assistência e sem controle públicos. Quais são as administrações públicas, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, de posse de mapeamento de suas regiões de risco e quais as que elaboraram e dispõem de planos para encaminhamento e orientação dos que afluem para suas periferias, lá construindo barracos, ou casas para morar? Quais exercem controle sobre o uso do seu solo?

Ninguém, nenhum governo tem o poder de controlar os desarranjos do tempo ou os determinismos da natureza, mas todos, especialmente a administração pública têm o dever de planejar, prever e pôr em prática ações voltadas para a proteção dos cidadãos, em particular os pobres, de sempre os mais vulneráveis e expostos aos horrores das catástrofes. Para os mais pobres, as calamidades são sempre mais trágicas. Desgraça pouca nunca foi prerrogativa deles.

Devemos reconhecer, Senhoras e Senhores Senadores, os recursos são poucos para as necessidades que se impõem. No entanto, diante de calamidades não há tempo a perder, é preciso estabelecer prioridades e agir com rapidez, pois existem famílias desalojadas, sem comida, expostas a doenças, amontoadas em prédios públicos, sem o conforto mínimo, tristes e desesperançosas.

São milhares nessas condições corridas às pressas de suas moradias, para não morrerem afogadas.

No Nordeste, ironicamente, ao flagelo da seca juntou-se, em 2004, a tragédia das enchentes. Rios intermitentes transbordaram inundaram, destruíram e mataram. Em alguns momentos os sertanejos são expulsos pela seca, em outros, são postos a correr pelo excesso de chuvas. Segundo dados divulgados pela imprensa, a Secretaria Nacional de Defesa Civil dispõe de 32 milhões de reais para socorro das vítimas, cuja liberação, no entanto, dependerá da rapidez da análise dos planos de trabalho elaborados pelas Prefeituras, desde que elaborados na forma das exigências estabelecidas.

No Estado do Maranhão, de acordo com dados que recebi da Gerência de Estado de Desenvolvimento de Cidades e Municípios, foram desalojadas 26. 132 pessoas, em 31 Municípios localizados nas bacias hidrográficas dos rios Mearim, Tocantins, Parnaíba e Balsas: Açailândia, Afonso Cunha, Alto Parnaíba, Araiões, Arame, Bacabal, Balsas, Benedito Leite, Brejo, Buriti, Buriticupu, Caxias, Codó, Coelho Neto, Duque Bacelar, Formoso da Serra Negra, Imperatriz, Luiz Domingues, Magalhães de Almeida, Milagres do Maranhão, Mirador, Parnarama, Pedreiras, Pirapemas, Santa Quitéria do Maranhão, São Bernardo, São Francisco do Maranhão, São Mateus, Trizidela do Vale e Timon. Mil e quatrocentas e dezessete casas a construir; cinco mil e vinte e duas a reformar; milhares de cestas básicas colchões, cobertores e vestuário a distribuir.

Nesses Municípios, as aulas estão suspensas, porque as escolas foram transformadas em abrigos; os setores de emergência dos hospitais estão congestionados; as rodovias, cujo estado já era precário por falta de conservação, ficaram intransitáveis e as Prefeituras, impotentes, sem equipes, sem máquinas e sem recursos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o momento é de desafio. Desafio, prioridade e pressa. Urgência e ação.

Diante de fatos tão dolorosos para a população, não mais se pode retardar a montagem, no País, de um amplo sistema de políticas de prevenção e de informações. Informações sobre meteorologia, vazões do sistema hídrico, perdas em função de desmatamentos e uso do solo, evaporação etc São necessários novos métodos, nova visão; A administração federal precisa abandonar essa tradição de reagir, apenas diante de emergências, de forma atropelada e imprevidente. É preciso prever, planejar, fazer e controlar; para estancar essa corrida atabalhoada aos reparos. São diárias as advertências dos cientistas sobre mudanças climáticas, inclusive localizadas, sobre a necessidade de o País se adaptar, estruturando-se para prevenir as adversidades. Prevenir é prover em tempo oportuno. É agir com base no conhecimento da realidade e da história próprias, Prevenir e prover é possuir clarividência, sensibilidade e seriedade administrativas.

Era o que tinha a dizer!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho fazer comentário sobre questão muito atual, muito polêmica, uma questão ética da maior relevância, que foi tratada, de modo sucinto, em artigo publicado pela revista **Bioética**, que é editada, por sua vez, pelo Conselho Federal de Medicina.

O artigo intitula-se “Estatuto do Embrião”. Como se depreende pelo título, ele aborda o complexo tema que diz respeito ao valor que se atribui ao embrião humano, questionamento que se tornou ainda mais premente em razão do advento das novas técnicas médicas que permitem a fertilização artificial **in vitro**, técnica amplamente usada, hoje em dia, por casais com dificuldade de terem filhos pelo método natural. Tal questão ética, discutida no artigo, talvez pudesse ser resumida pela seguinte pergunta: **em que medida um embrião humano, especialmente um embrião humano in vitro, tem direito inalienável à vida?**

O artigo a que me refiro é assinado por Daniel Serrão, professor de Bioética e Ética Médica da Faculdade de Medicina do Porto, em Portugal.¹ Aliás, os artigos dessa edição da revista **Bioética**, do segundo semestre de 2003, vêm assinados ou por médicos e professores portugueses ou por seus pares brasileiros, uma vez que resultaram do II Encontro Luso-Brasileiro de Bioética, simpósio patrocinado pelo Conselho Federal de Medicina.

1 SERRÃO, Daniel, “Estatuto do embrião” *in* **Bioética**. Conselho Federal de Medicina, vol. 11, nº 2, 2003, Brasília.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não tenho intenção de discutir em profundidade sobre tema tão complexo, que certamente exige competência específica, e que está vazado em vários campos do saber humano, como a Filosofia, o Direito, a Biologia e a Medicina. É um tema multidisciplinar, abrangente.

Mas não gostaria de deixar passar a oportunidade, — a par de elogiar a iniciativa do Conselho Federal de Medicina de promover o encontro entre médicos brasileiros e portugueses, bem como da revista *Bioética* de suscitar a discussão de tão relevante tema, — de acompanhar as linhas gerais do artigo do Dr. Serrão, de modo a me ilustrar sobre algo a respeito de que, em breve, poderemos ser convocados, como legisladores, a nos pronunciar.

Pois bem. O autor parte da definição de *zigoto*, que é o primeiro estágio de formação do embrião. Diz que *zigoto* “é uma célula única, na última fase de fecundação, quando já estão unidos os dois conjuntos de cromossomos, um proveniente do gameta masculino; o outro, do gameta feminino”. É importante tal definição, porque o zigoto já é vida humana. O *embrião*, segundo o autor, é o “*zigoto [nas] fases sucessivas do seu desenvolvimento até o fim do processo de implantação*”, e aqui ele se refere ao método de inseminação artificial, que é o foco da questão ética suscitada pelo artigo.

Cumpra dizer que tais definições são as adotadas pelo Grupo de Trabalho do Conselho da Europa, o qual tem a incumbência de preparar o Protocolo Europeu para a Proteção do Embrião e do Feto.

Por que é importante a definição de *zigoto*? Para estabelecer, sempre de acordo com o autor, que “a natureza biológica de pertença à espécie humana é adquirida quando o zigoto está constituído”. Pois o zigoto, — por assim dizer, o começo do embrião, — é o produto da fertilização de um ovócito por um espermatozóide. Nele já estão contidas todas as informações genéticas que permitirão o desenvolvimento continuado do embrião até tornar-se feto, até tornar-se nascido; a rigor, até a morte do ser humano que teve, nele, no zigoto, seu começo.

Importa, portanto, afirmar, — e agora passo a falar em embrião, fase de desenvolvimento em que está incluído o zigoto, — que “o *embrião humano, in vivo ou in vitro, tem natureza biológica, desde a fase de zigoto até o término do processo de implantação, e sua natureza biológica não se altera pelo fato de os observadores externos passarem a chamar-lhe feto, recém-nascido, criança, jovem, adulto ou velho*”.

Então, resumindo o problema, — e agora uso minhas próprias palavras, — o zigoto e, mais ampla-

mente, o embrião já são **ser humano**, já são **vida humana**, não em termos potenciais, mas em termos atuais. Isso quem nos diz é a biologia. Assim, à luz da ciência, para responder se é legítimo ou não, se é moral ou não, eliminar os embriões que não são aproveitados no processo de inseminação artificial, para responder se é lícito ou não, se é moral ou não, usar os embriões supranumerários para pesquisa científica, não vale o argumento de que eles ainda não são vida humana, não vale o argumento de que eles são menos *humanos* do que um ser humano em idade infantil ou adulta. Não! Já são ser humano! E isso quem nos diz, repito, de forma insofismável, é a ciência biológica.

Vale notar, para que fique bem claro, que a questão que estou discutindo não tem nada a ver com biotecnologia, com manipulação genética de embriões humanos. Essa é outra questão. Aqui se trata de embriões que são resultado da união de um ovócito e de um espermatozóide, sem que haja qualquer manipulação do código genético. Apenas são fertilizados **in vitro**.

Por essa via, chego ao ponto mais interessante do artigo do Dr. Serrão, ponto que, me parece, deve nortear a discussão acerca da moralidade envolvida no aproveitamento científico de embriões supranumerários. É que a posição no sentido de que é ético o aproveitamento desses embriões, — posição com a qual o Dr. Serrão parece simpatizar, — deve-se basear não em uma diminuição do estatuto biológico do embrião, que, como disse, já é vida humana, mas, sim, no argumento de que há outros valores que têm o efeito de sobrepor-se ao valor *vida do embrião*. A essa posição o autor do artigo chama *gradualista*, justamente porque estabelece graus pelos quais são hierarquizados, na escala de valores, o valor *vida do embrião* e outros valores.

Em contraposição aos gradualistas, estariam os chamados *personalistas*, segundo os quais o valor *vida humana*, embrião ou não, tem valor absoluto, não sendo legítimo sua diminuição em nome de outros valores. Para serem coerentes com seu princípio, — e sou eu quem o diz, — os personalistas teriam de ser radicalmente contra, por exemplo, a pena de morte e contra qualquer forma de aborto, a não ser talvez aquele decorrente de risco de vida da mãe, caso em que se teria de optar entre duas vidas.

Não pretendo, Sr. Presidente, como disse, esgotar um assunto com tal amplitude, mas tão-somente expor os termos de um problema complexo que foi muito bem descrito, em artigo, pelo professor português Daniel Serrão.

O Globo, 23-3-2004

Dessa forma, finalizo este discurso ao mencionar quais seriam os valores, — de acordo com a posição ética defendida pelos gradualistas, — capazes de *fazer sombra* ao valor representado pela vida humana do embrião, a qual, para os personalistas, têm peso absoluto.

Pelo que pude compreender do artigo, um desses valores seria o conhecimento, conhecimento que a pesquisa com embriões proporcionará, conhecimento que, por sua vez, pode e deve resultar em preservação de outras vidas que estariam ameaçadas sem o progresso científico. Há uma posição pragmática aqui, um pragmatismo que, em última análise, se fundamenta, também, no valor da vida humana. Ora, já que os embriões supranumerários necessariamente morrerão, pois não serão desenvolvidos no útero, é melhor que o façam tendo alguma utilidade de importância fundamental, como é a pesquisa científica com fins humanitários.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pelo pouco que descrevi do artigo em comento, dá para se ter uma idéia de quanto essa discussão é complexa e abstrata. O desenvolvimento científico está sempre propondo novas questões éticas, aplicadas a situações de fato, as quais os legisladores têm a obrigação de responder. Essa é uma marca de nosso tempo. Devemos estar preparados para essas questões. No fundo, foi isso que tanto me chamou a atenção no artigo do Dr. Daniel Serrão.

Era o que tinha a dizer.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Os pingos nos is”, de autoria do jornalista Merval Pereira, publicado no jornal **O Globo**, de 23 de março do corrente.

O artigo, que solicito seja dado como lido e considerado como parte integrante deste pronunciamento, mostra os ataques do Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, ao PSDB, aos senadores Tasso Jereissati, Antero Paes de Barros e Arthur Virgílio e ao governo Fernando Henrique Cardoso.

O Ministro, ao analisar a crise política provocada pelo seu ex-assessor, Waldomiro Diniz, tenta transferir os problemas que, na verdade, tem origem na própria administração federal ou em sua base de apoio político.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

OS PINGOS NOS IS

Uma noite de insônia, neste fim de semana, lendo a íntegra do discurso do senador Tasso Jereissati pronunciado na semana passada, bastou para apagar qualquer traço de condescendência que o chefe do Gabinete Civil, José Dirceu, porventura tivesse em relação ao PSDB. Ele identifica no discurso do senador cearense, que foi tido como de defesa do ministro Palocci contra os ataques do próprio PT, mais agressões ao governo do que outra coisa qualquer.

“O Tasso Jereissati no discurso insinua que o governo tem relações com o crime organizado”, comenta Dirceu, indignado, citando o trecho em que o senador tucano fala de “uma promíscua relação de escalões inferiores do governo do PT com grupos absolutamente descomprometidos com o interesse público, alguns com raízes até no crime organizado”.

A análise que faz da atuação do senador cearense, uma dos principais líderes tucanos, na crise que o envolveu depois das denúncias contra seu ex-assessor Waldomiro Diniz, é dura e cheia de ressentimentos:

“O Tasso foi fraco e se submeteu à estratégia do Arthur Virgílio (líder do PSDB no Senado) e do Antero (Paes e Barros, senador que assina o pedido de CPI para o caso Waldomiro Diniz), que é suicida. Eles tentaram desestabilizar o governo”, acusa Dirceu. Segundo ele, os líderes do PSDB “deram corda” ao senador sergipano Almeida Lima quando este anunciou que teria graves acusações contra o governo. E ainda tentaram ligar a morte do primo-irmão de Paes e Barros ao pedido da CPI para investigar o caso Waldomiro.

“O Arthur Virgílio é mais irresponsável que o Almeida Lima. Eles brincaram com a economia naquele dia, o PSDB foi o mais radical”, comenta Dirceu, identificando os que haviam brincado com o perigo, como denunciou em recente discurso.

O ministro José Dirceu acha que o governador de Minas, Aécio Neves, teve um comportamento equilibrado nos últimos tempos, assim como o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. Mas atribui essas atitudes a “razões de pragmatismo político”: “Não podiam ter outro comportamento, governador de estado

hoje sem o governo federal não agüenta um mês”, comenta.

José Dirceu nega que tenha mandado recados ao ex-presidente Fernando Henrique, como deputados de suas relações informaram semana passada: “Não existe essa coisa de se aproximar do PSDB. Se aproximar do PSDB é aceitar que somos ineficientes, não temos governabilidade, o país está sem projeto, o governo está sem estratégia, e a política econômica está errada.”

Voltando ao discurso do senador Tasso Jereissati, que ele ironicamente chama de “discursinho de oposição responsável”, José Dirceu lembra que ele fala que apóia o ministro Palocci mas diz que a política econômica está errada. “Eu não tenho ilusão nenhuma com o PSDB”, diz ele, para em seguida aditar um comentário de quem voltou a cuidar dos interesses partidários full-time: “E além de tudo eles vão disputar as capitais conosco.”

Dirceu chega a lamentar essa separação, lembrando que trabalhou com o PSDB nas reformas e pensava que ia continuar assim. “Ninguém pode se queixar de mim na relação com o PSDB e com os governadores. Não houve discriminação com eles na distribuição de emendas. Pega o R\$ 1,7 bi que o presidente assinou em convênios, o maior investimento do governo federal em infra-estrutura até agora, e vê como está o PSDB lá. Vê se no governo deles acontecia isso. Vê como o Alckmin trata os prefeitos de São Paulo do PT.”

Segundo o ministro, o governo apoiou e sustentou governos estaduais do PSDB. “Eles eram oposição, mas havia um acordo de procedimento. Eles derrubaram isso com essa política totalmente irresponsável.” Dirceu não tem dúvidas: “Queriam me derrubar, queriam desestabilizar o governo, não venham agora falar o contrário. Não dá para apagar o que aconteceu nesses quarenta dias.”

Apesar de todo ressentimento, ele nega que tenha feito ameaça ao PSDB quando disse que dentro de mais algum tempo colocará “os pingos nos is”. “Não tem ameaça nenhuma. Não falei deles. Eu quero colocar os pingos nos is nesse negócio do Ministério Público no Brasil. Não vou deixar isso barato não. O Ministério Público vem fazendo violências legais a todo momento e continua”, denuncia Dirceu.

Segundo soube, um procurador foi na Caixa Econômica Federal, e retirou de lá os

livros de visita da instituição, sem mandato de busca e apreensão. A intenção seria conseguir provas de que o ex-assessor de José Dirceu, Waldomiro Diniz, esteve lá com o bicheiro Carlos Cachoeira.

O chefe do Gabinete Civil se refere ainda ao novo processo sobre a morte do prefeito de Santo André, Celso Daniel: “Eles montaram aqui em São Paulo um segundo processo totalmente ilegal sobre a morte do Celso Daniel. Eles montaram o primeiro, foram eles que assinaram, eles que apresentaram para o juiz, eles que sustentaram a acusação.”

Dirceu garante que nunca usou o Ministério Público para fazer ilegalidades. “Eu ia ao Aristides Junqueira, apresentava para ele as denúncias. Todas as denúncias que apresentei tinham provas e foram apuradas. E larguei mão disso já há oito a dez anos”, garante.

O chefe do Gabinete Civil, voltando ao comando das ações do governo, aponta sua metralhadora giratória para o governo Fernando Henrique quando fala do problema dos bingos: “Esse problema não foi criado por nós, é um esqueleto do Fernando Henrique.”

Segundo ele, a Caixa Econômica Federal fazia o serviço dos bingos sozinha, e foi com a privatização do serviço que surgiu a GTech, empresa internacional acusada de irregularidades com o ex-assessor Waldomiro Diniz: “Nós consertamos a Gtech e vamos consertar os bingos”, afirma Dirceu, sem entrar em detalhes de como se resolverá o problema dos bingos depois de o presidente Lula ter comparado a legalização do jogo com a legalização da prostituição infantil.

Segundo Dirceu, o governo Fernando Henrique “desorganizou toda a estrutura legal do país e permitiu a maior ilegalidade que já houve, com os bingos funcionando sem regulamentação, facilitando a entrada do crime organizado e do narcotráfico”.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna hoje para, mais uma vez, tratar do caso Waldomiro Diniz e suas repercussões. Com relação ao contrato entre a Caixa Econômica Federal e a empresa GTech, o jornal **O Globo** publicou duas matérias, nos dias 17 e 18 de março, que mostram como o governo continua agindo para abafar o caso.

As matérias, intituladas “Diretores da CEF terão de depor no Senado” e “Governistas evitam depoimen-

to de ex-vice da CEF", mostram toda a articulação do governo para evitar o depoimento de um ex-funcionário da CEF que afirmou que o Banco teria condições de assumir a área de processamento de dados, serviço este feito pela Gtech.

O jornal **O Globo** cita, ainda, que os diretores da empresa Gtech solicitaram proteção policial, alegando que estão se sentindo ameaçados em virtude das denúncias que envolvem o contrato.

ESCÂNDALO NA PROPINA: Segundo Renan, situação está insustentável e constrangimento da bancada era enorme

Diretores da CEF terão de depor no Senado

Governo articulou o convite para conter a irritação de senadores com o sepultamento da CPI dos Bingos

Gerson Camarotti

• **BRASÍLIA** Preocupado com a pressão da oposição para conseguir as últimas duas assinaaturas para apresentar a CPI do caso Wladimir Diniz, o governo agiu rápido. O presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), apresentou um requerimento convidando a diretoria da Caixa Econômica Federal para prestar esclarecimentos sobre a renovação do contrato entre o banco e a empresa Gtech, que gerencia os jogos lotéricos da Caixa. A iniciativa acabou atropelando um requerimento semelhante apresentado no dia anterior pelo PFL.

Pressionado pelos senadores do partido, o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), alertou ontem o governo de que a situação estava ficando insustentável e que o constrangimento da bancada era enorme. Ele falou pelo telefone com o chefe da Casa Civil, José Dirceu. No fim da manhã, Renan Calheiros teve um encontro com o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e em seguida almoçou com o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Renan: limite para segurar CPI foi ultrapassado

Nas três conversas, Renan foi direto e disse que existe limite para segurar uma CPI e que es-

concluindo, Senhor Presidente, requeiro que as matérias em anexo integrem este pronunciamento e, assim, passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

te limite já havia sido ultrapassado. Ele também alertou que o partido não poderia passar para a História como sendo o responsável por barrar a CPI, até porque a manobra para evitar a CPI dos Bingos já havia causado um grande estrago na imagem do partido. Para diminuir a pressão da oposição, o governo aceitou a convocação do presidente da Caixa, que deve prestar esclarecimentos na próxima terça-feira.

A convocação feita por Ney Suassuna acabou irritando o vice-presidente do PFL, senador José Jorge (PE), que no dia anterior havia apresentado um requerimento semelhante, convocando os diretores da Caixa para prestar esclarecimentos no Senado.

— O governo tem todo o interesse na transparência. Foi feito um convite ao presidente da Caixa, Jorge Mattoso, e já foi aceito. A Caixa quer esclarecer todo o episódio — disse Aloizio Mercadante.

Hoje, a oposição tentará fechar um acordo para encaminhar um projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que altera o regimento interno do Senado e permite que o presidente da Casa possa indicar membros para CPIs caso isto não seja feito pelas lideranças. Os senadores Simon e Jefferson Peres (PDT-AM) devem apresentar hoje ao STF um mandado de segurança assegurando a realização da CPI dos Bingos no Senado. ■

ESCÂNDALO DA PROPINA: *Presidente de comissão admite que decisão teve por objetivo acalmar o debate no Senado*

Governistas evitam depoimento de ex-vice da CEF

Senadores Jefferson Peres e Pedro Simon protocolam uma ação no STF contra arquivamento da CPI dos Bingos

Gerson Camarotti

• **BRASÍLIA.** O governo anusa nos bastidores para evitar a convocação do ex-vice presidente de Logística da Caixa Econômica Federal Mário Haag na Comissão de Fiscalização e Controle do Senado. A pedido do senador João Alberto (PMDB-MA), o nome de Haag foi retirado do requerimento apresentado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-FB) e aprovado pela comissão na terça-feira. O objetivo dos governistas é impedir que Haag repita o depoimento que prestou à Polícia Federal sobre a renovação do contrato da Caixa com a Gtech para gerenciar loterias.

Informações de Haag contradizem atual vice

No depoimento ao qual o GLOBO teve acesso, Haag apresenta documentação mostrando que a Caixa já teria condições de assumir a área de processamento de dados, serviço feito pela Gtech. As informações de Haag contradizem o depoimento do atual vice-presidente

da Caixa, Paulo Bretas.

Para evitar um protesto da oposição, Suassuna, que preside a comissão, resolveu convocar apenas o presidente da Caixa, Jorge Mattoso, que vai depor na terça-feira. Ele admite que a decisão foi para acalmar o debate no Senado.

É preciso evitar que a Comissão de Fiscalização e Controle transforme numa linha de galera disse o senador.

Pelo requerimento original também seriam convocados Bretas e o vice-presidente de

Controladoria, João Alcemir Cornelius. A interferência do governo causou forte reação da oposição. O vice-presidente da PFL, senador José Jorge, que apresentou um requerimento na Comissão de Assuntos Econômicos para convocar a diretoria da Caixa, disse que vai insistir na presença de Haag.

Se não, em vez de debate será uma simples palestra do presidente da Caixa.

O líder do PDT no Senado, Jefferson Peres (MS), e o senador Pedro Simon (PMDB-RS)

protocolaram ontem uma ação no Supremo Tribunal Federal contra a decisão do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), de não indicar integrantes da CPI dos Bingos.

— Trata-se de defender o direito da minoria, independentemente da vontade da maioria — disse Peres.

Já Simon voltou a criticar o veto do governo à CPI.

— Até no auge do governo Gêfê, quando o MDB tentou instalar a CPI da energia nuclear, conseguiu com a oposição Arena.

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros, criticou o gesto do senador Pedro Simon de insistir com a CPI.

— Se o senador Simon está tendo essa crise existencial, está tremendo, é um pesadelo dele. Nessas horas, você costuma conviver com muitos vampiros, muitas pessoas que querem aparecer sem pensar no país, no governo, nos partidos e nas instituições.

COLABOROU Isabel Braga

Diretores da Gtech pedem proteção à União

Rovai e Lino Rocha alegam que estão se sentindo ameaçados.

Jaílton de Carvalho

• **BRASÍLIA.** O diretor comercial da Gtech, Marcelo Rovai, e o ex-presidente da empresa, Antônio Carlos Lino Rocha pediram ao Ministério Público Federal para serem incluídos no Programa Nacional de Proteção a Testemunhas, do governo federal. Caso considere plausíveis as justificativas do pedido, o procurador da República Marcelo Serra Azul deverá enviar o pedido à secretária nacional de Direitos Humanos, vinculada à Presidência.

A decisão sobre assuntos desta natureza cabe a uma comissão formada por representantes do secretário do Ministério da Justiça e do Ministério Público. Rovai e Lino Rocha fizeram o pedido ao pro-

curador-geral da República, Claudio Fonteles, na sexta-feira passada, pouco antes de prestarem depoimento ao delegado César Nunes da Polícia Federal.

Eles alegam que estão se sentindo ameaçados em virtude das denúncias sobre a suposta tentativa de cobrança de propina feita pelo ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, Waldomiro Diniz. Segundo Rovai, Waldomiro teria exigido a contratação do advogado Rogério Buzatti para garantir a renovação de contrato da Gtech com a Caixa Econômica Federal.

Empreiteiros foram ouvidos pela comissão de sindicância

Investigadores da PF vêm o pedido com reservas. Eles acreditam que os executivos estão tentando fazer o papel de vítimas numa tentativa de escapar de um possível processo por corrupção de servidores públicos. Segundo um dos investigadores, as respostas de Rovai e Lino Rocha aos delegados foram cuidadosamente elaboradas de forma a livrar a empresa de qualquer

responsabilidade nas transações com Waldomiro.

— O depoimento deles pareceu muito bem ensaiado — disse um dos investigadores.

Ontem, Rovai e Lino Rocha foram ouvidos pela comissão de sindicância encarregada de investigar supostos irregularidades de Waldomiro. A comissão deverá entregar nos próximos dias ao ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, o resultado da apuração. O prazo inicial dada à comissão termina no sábado, mas poderá ser renovado por mais um mês.

Se for encontrado indício de que Waldomiro cometeu irregularidades quando trabalhava na Casa Civil, o ex-assessor deverá ser submetido a um processo disciplinar. Se forem encontrados indícios ou provas de que ele cometeu algum crime em virtude do cargo de subchefe, Aldo Rebelo deve enviar o assunto ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal.

COMUNICADO: Bernardes de la Pez

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o dia 28 de março é duplamente significativo para os profissionais que exercem atividades ligadas à indústria cultural. É que nessa data se comemoram o Dia do Revisor e o Dia do Diagramador, duas categorias profissionais da maior importância no mundo contemporâneo, no qual a informação não é mero deleite, mas um produto imprescindível a toda e qualquer sociedade.

Nos primórdios da História, Sr. Presidente, nossos antepassados prescindiam de um sistema eficaz de comunicação, em especial da comunicação de massa, já que essa ação se dava basicamente no plano interpessoal e por meio de um sistema de signos rudimentar. Nas sociedades contemporâneas, a vida cotidiana seria absolutamente impensável sem um sistema de comunicação ubíquo e permanente.

O diagramador tem um amplo campo de atuação, seja na atividade jornalística, seja no ramo da editoração. Sua função consiste em programar o leiaute das capas e das páginas de uma publicação, de forma a dar-lhe aspecto agradável e a facilitar a leitura. Distribuindo os textos, as fotos e ilustrações, e utilizando os recursos gráficos ou visuais disponíveis, ele procura facilitar a comunicação com o leitor, em conformidade com a hierarquia das matérias.

A diagramação, freqüentemente, se confunde com a programação visual, que tem largo emprego em desenho industrial, em mensagens e filmes publicitários e em diversas outras áreas de comunicação social. Com o avanço tecnológico, o diagramador passou a dispor de modernas ferramentas para executar seu trabalho no campo da editoração eletrônica, incluídos aí programas de computador bastante disseminados, como o Page-maker, o CorelDraw, o Animator Gift e o Photoshop.

Com sua arte, Sr. Presidente, o diagramador não se torna importante apenas para o leitor, mas para a própria empresa onde trabalha, contribuindo, por exemplo, para aumentar a tiragem de uma publicação ou para ampliar as vendas de um determinado produto. É por isso que a diagramadora Zélia de Oliveira, em depoimento ao IBGE, afirmou com entusiasmo: “A profissão de diagramador é muito gratificante. Quando vemos um produto final, seja ele um jornal, uma revista, um livro ou um folheto, a emoção é a mesma. Criar e pensar na visão que as pessoas terão com o seu trabalho e a ilusão criada atualmente com programas de editoração são fascinantes.”

Por sua vez, a função do revisor consiste em procurar no texto a ser publicado, ou mesmo difundido por meio eletrônico, incorreções gramaticais e erros de ortografia, pontuação e digitação. É o revisor quem

dá segurança aos profissionais que elaboram o texto, os quais, por mais competentes que sejam, estão sujeitos a erros. Alguns erros, por vezes, de tão sutis ou imponderáveis, passam até mesmo pelo chamado “olho clínico” do revisor, o que dá a noção das dificuldades dessa tarefa.

Em seu livro **Jornal, História e Técnica**, Juares Bahia, decano do jornalismo brasileiro e autor de vários livros sobre essa nobre atividade, pontificava: “Uma peça da redação, o trabalho da revisão está tão intimamente ligado ao jornal e é tão indispensável quanto qualquer outro setor fundamental. Todavia, pode-se dizer que é a função mais simples e mais rotineira na produção jornalística.” Ao qualificar a revisão de função “simples”, Bahia não pretendeu desmerecer a tarefa, mas apenas delimitar seu espaço na complexidade da produção jornalística. Tanto é assim, Sr. Presidente, que mais adiante ele mesmo acrescenta: “A revisão está identificada com a composição. A correção do estilo, a obediência à ortografia, o original de leitura agradável, o formato comum, a clareza do texto aproveitam tanto ao revisor quanto ao operador. Um não é menos responsável que o outro, na soma de atribuições que detêm.”

Há que se levar em conta, ainda, que o trabalho de um revisor não se limita à redação de um periódico, como lembra Renato Barraca, revisor, copidesque e tradutor: “O revisor – afirma – é um profissional que lê de tudo, o tempo todo, goste ou não da leitura a que é obrigado em razão do seu ofício. Assim, um dia ele enfrenta um livro de medicina, no outro um de engenharia, depois uma obra sobre política internacional ou a epidemia de dengue no Rio de Janeiro. Isso tudo de olho na gramática, no estilo, na concordância e na uniformização da obra; além disso, tem de reservar um tempo para estudar um pouco, dar uma reciclada no inglês, se atualizar com os jornais, as notícias, enfim, manter-se vivo e alerta.”

“Ele não pode errar – acrescenta Barraca –, mas tem de achar no texto os erros dos outros, e não é muito estimado pelos redatores; mesmo assim, essa é uma profissão que está longe de acabar, pois no Brasil nunca se errou tanto ao escrever como agora.”

Grandes jornalistas brasileiros se revelaram após passar pela “cozinha” do jornal, como era chamada a revisão antigamente. O mesmo ocorreu com grandes escritores, entre os quais sobressai o nome de Machado de Assis. Autodidata, Machado de Assis se formou trabalhando como revisor e percorrendo as estantes do Real Gabinete Português de Leitura, até se transformar num dos expoentes máximos da literatura brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a homenagem que se presta todo dia 28 de março aos revi-

sores e diagramadores é uma forma de homenagear, igualmente, o jornalismo, a arte e a cultura brasileira, tão importantes são as atividades desempenhadas por essas categorias. Nesse momento, quero me associar àqueles que homenageiam os revisores e diagramadores, fazendo votos para que sua contribuição ao nosso entretenimento, à nossa informação e à nossa cultura seja sempre reconhecida por todos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a informação, amplamente divulgada pela imprensa, de que o governo federal vai liberar recursos de três bilhões de reais para atender à situação caótica das rodovias, está despertando amplas esperanças entre aqueles que se preocupam com a ruínosa deterioração da nossa malha rodoviária.

Na verdade, chegamos a um ponto de não mais reivindicar da União simplesmente a recuperação das estradas deterioradas: o pleito, agora, é de que sejam reconstruídas, pois na maioria delas não há mais solução técnica de reparos, tal o estado de abandono a que foram relegadas.

Se se desse ouvidos às sugestões e proposições que se registraram no Senado e na Câmara dos Deputados nos últimos dez anos, o governo federal teria se sensibilizado com as nossas ponderações de que as rodovias brasileiras, não sendo conservadas no devido tempo, iriam decuplicar os custos para a sua normal utilização.

É exato o que está acontecendo. Não se deu prioridade à conservação das estradas federais, não obstante a sua gravíssima importância econômico-social. E agora, para recuperá-las, exigem-se recursos equivalentes a uma nova construção de cada rodovia, tal o estado em que muitas se encontram.

Os três bilhões de reais anunciados darão, segundo o próprio Ministro dos Transportes, para socorrer a metade das que precisam ser recuperadas.

E eu espero que essa recuperação não se resuma às chamadas “operações tapa-buraco”.

Do Maranhão, Sr. Presidente - onde repercutiu com muito otimismo o anúncio da liberação de recursos -, tenho recebido pungentes apelos para fazer chegar ao conhecimento do Presidente Lula da Silva a esperança de que Sua Excelência não esqueça, desta vez, o nosso Estado, e determine que parte de tão vultosos recursos seja destinada à recuperação, quando menos, da BR-316. Essa rodovia, de relevante importância para a economia maranhense, está praticamente intransitável. Os que são obrigados a enfrentar buracos, barreiros e desmoronamentos levam mais de

uma hora para percorrer, entre inúmeros riscos, simples 25 quilômetros.

Uma situação, pois, de calamidade - que cito apenas como exemplo -, que cai exatamente numa região que depende da 316 para tocar à frente sua vida econômica.

A minha esperança é a de que esse apelo de multidões maranhenses, que tanto confiaram no dinamismo do presidente que elegeram, seja prontamente atendido, não se permitindo que parte dos recursos a serem liberados deixe de atender populações por estarem distantes dos centros dirigentes do país, embora tão atuantes quanto as que mais o sejam.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 157, DE 2003
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 157, de 2003, que *altera o inciso IV do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes.*

Parecer sob nº 323, de 2004, de Plenário, Relator-Revisor Senador Renan Calheiros, pela admissibilidade da Medida Provisória e, quanto ao mérito, pela sua aprovação, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2004, que oferece, e pela rejeição das emendas apresentadas perante a Comissão Mista.

– 2 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 19, DE 2004
(Proveniente da Medida Provisória nº 161, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2004, proveniente da

Medida Provisória nº 161, de 2004, que *acresce os arts. 1º-A e 1º-B à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, com o objetivo de regulamentar a partilha com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios da arrecadação da Contribuição e Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (CIDE), e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador João Alberto Souza (PMDB/MA)

– 3 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 162, DE 2004
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 162, de 2004, que *abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 3.400.000.000,00, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador Rodolpho Tourinho (PFL/BA)

– 4 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 20, DE 2004
*(Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004, que *altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.*

Relatora revisora: Senadora Ideli Salvatti (BLOCO/PT-SC)

– 5 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 21, DE 2004
*(Proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2004, prove-

niente da Medida Provisória nº 164, de 2004, que *dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências*

Relator revisor: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

– 6 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 23, DE 2004
*(Proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, que *dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004.

Relator revisor: Senador Cristovam Buarque (Bloco/PT-DF)

– 7 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 22, DE 2004
*(Proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2004, que *proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas, conhecidas como “caça-níqueis”, independentemente dos nomes de fantasia e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004.

Relator revisor: Senador Maguito Vilela (PMDB-GO)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 10 minutos.)

(OS 12244/04)

**AGENDA CUMPRIDA
PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
SENADOR JOSÉ SARNEY**

**5-4-2004
Segunda-feira**

15:00 – Posse do Ministro Edson Vidigal como Presidente do Superior Tribunal de Justiça

Plenário do Superior Tribunal de Justiça
SAS – Quadra 6 – Lote 1

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA
2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2004
DIA 1º DE MARÇO DE 2004,
SEGUNDA-FEIRA, ÀS 14H,
NA SALA Nº 2 DA ALA SENADOR NILO COELHO**

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião Extraordinária do CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, realizada em 1º de março de 2004, segunda-feira, às 14h, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho, destinada a: ITEM 1 – Exposição do Dr. ALEXANDRE GHEVENTER, Assessor do Dr. JOÃO GRANDINO RODAS, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, sobre o papel e a atuação do Conselho Administrativo na defesa da ordem econômica e da livre concorrência, particularmente no que se refere à questão da concentração da propriedade dos meios de comunicação social no Brasil; ITEM 2 – Exposição do Dr. DENIS LERRER ROSENFELD, Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sobre o tema Concentração da Propriedade dos Meios de Comunicação Social no Brasil.

Estiveram presentes os Srs. Conselheiros:

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO – Presidente
Representante da sociedade civil

PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO
Representante das empresas de rádio

ROBERTO WAGNER MONTEIRO
Representante das empresas de televisão

FRANCISCO PEREIRA DA SILVA
Representante da categoria profissional
dos radialistas

BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA
Representante da categoria profissional dos artistas

GERALDO PEREIRA DOS SANTOS
Representante das categorias profissionais
de cinema e vídeo

CARLOS CHAGAS
Representante da sociedade civil

RICARDO MORETZSOHN
Representante da sociedade civil

Esteve presente, também, a Conselheira **ASUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE** (representante da sociedade civil, suplente).

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Boa-tarde. São 14 horas e 20 minutos. Declaro aberta a reunião extraordinária do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional.

Lembro aos Srs. Conselheiros que as reuniões do Conselho são transmitidas pela TV Senado, às sextas-feiras, à tarde, e às segundas-feiras, pela manhã.

Dou ciência ao Conselho que tive reuniões com o Sr. Ministro das Comunicações, para tratar da pauta de questões da comunicação, e convidei S. Exª para estar conosco, discutindo com o Conselho, na reunião do mês de abril.

Estive com o Presidente da Anatel e convidei S. Sª para discutir com os Srs. Conselheiros no mês de maio.

Pretendo trazer, no mês de julho, o Ministro da Justiça, para uma troca de impressões.

Com o Ministro das Comunicações e com o Presidente da Anatel, chamei atenção sobre três problemas que me parecem crucial em relação às questões que temos debatido neste Conselho: o primeiro deles é a questão da rádio e tevê comunitária, que são compromissos com a democracia. Tudo parece sugerir que a democracia está mais bem-atendida com um sistema mais amplo de comunicação, comunitária, por rádio ou por televisão. É claro que regulado, com outorgas, evitando que rádios piratas possam se aproveitar disso, para terem favores econômicos.

Mas, tenho dito a S. Exªs que esse é um problema, na minha visão, datado, porque com a tevê digital haverá canais de sobra para fazer essa transmissão. Então, não se trata de estabelecer uma nova regulamentação sobre a matéria, mas definir como vamos conviver nesses três anos que nos separou de uma tevê digital. Pessoalmente, penso que há uma diferença grande entre transmissões que estão interferindo em outras transmissões e transmissões que não interferem em nada. Então, não posso compreender porque movimentamos o aparelho estatal quando a transmissão não está interferindo em comunicação

nenhuma. Esse foi um dos temas tevê digital. Minha preocupação decorre de uma certa inação do Governo na interação com a sociedade civil. Os membros do Conselho Consultivo não foram sequer definidos pelo Poder Público. Precisamos ter a ambição – essa foi a impressão que levei ao Ministro – de ser grande. Em vez de sermos o último sistema do planeta que vai trabalhar, por exemplo, com MPEG2, vamos ser o primeiro sistema que vai trabalhar com MPEG4. Avançar. Para isso, é preciso que a sociedade civil participe desse esforço. Penso que isso atende melhor ao objetivo do interesse coletivo.

E a última preocupação que levei ao Ministro das Comunicações e ao Presidente da Anatel é com relação ao nosso sistema legal, caótico. Há uma única lei dirigindo a Anatel, que é a Lei da TV a Cabo nº 8.972, de 1995, que é regida pela Resolução nº 272/01, e a TV por Assinatura não tem lei, está em um anexo à Lei nº 9.472/97 e mais, MMDS, SCD, SCM, nem portaria têm. E a profusão de outorgas vai se sucedendo. Em algum momento, o Poder Público terá que regular essa matéria. Haverá direito adquirido por todos os lados. O sistema é caótico, e é preciso dar um freio de arrumação enquanto é tempo.

Na Inglaterra, a OFTEL virou a OFFCOM, compreendeu que era inútil perder tempo separando telecomunicação de comunicação social. De qualquer forma, ao externar essas impressões pessoais, convidei essas duas autoridades para que venham aqui debater conosco. Eles perguntaram qual a pauta e eu respondi que seria melhor deixar uma pauta livre, em que eles pudessem dizer o que quisessem, como compreendem esse problema no Brasil e depois cada um de nós pudesse dizer o que está pensando e, dessa interação, poderia vir a luz.

Tenho o prazer de convidar para que tenha assento à Mesa o Dr. Alexandre Gheventer, Assessor do Dr. João Grandino Rodas, Presidente do Cade, do Ministério da Justiça.

O Dr. Alexandre Gheventer é especialista em políticas públicas e gestão governamental e coordenador da Comissão de Acompanhamento a decisões do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Formou-se em Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, é Mestre em Economia pela mesma Universidade, Mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio, Doutor em Ciência Política pelo mesmo instituto. Atualmente, além do trabalho no Cade, ministra aulas de economia no IESB.

Tenho um prazer especial porque, há muito tempo, também fui presidente do Cadê. E continuo com muito carinho com esse órgão de defesa da concorrência.

Passo a palavra ao Dr. Alexandre Gheventer, que discorrerá sobre como o Cade está enfrentando a questão da concentração dos meios de comunicação, especialmente em relação a alguns processos que já estão – os jornais anunciam – sob exame do Cade. Estimaria que ele desse, ao lado da visão conceitual, também informações ao Conselho de quais são os processos que estão em exame hoje no Governo Federal e qual a atitude que o Cade tem em relação a esse Conselho.

O SR. ALEXANDRE GHEVENTER – Boa-tarde, senhoras e senhores, é um prazer estar aqui como representante do Cade. Certamente, se não fosse por problemas de agenda, o Dr. João Grandino Rodas teria o maior prazer também de participar de um tema tão importante sobre o processo de concentração em comunicação social.

Vou falar rapidamente em termos de fatos, em termos conceituais sobre o sistema brasileiro de defesa da concorrência e traçar alguns pontos sobre a questão de como tratamos o processo de concentração e talvez alguns elementos na parte de comunicação social. Como o tema dado foi concentração, acabei não me preocupando muito em saber – talvez fosse interessante, vejo isso agora – como andam os processos de conduta. Alguns de fato estão no Cade, já distribuídos aos Conselheiros, envolvendo contrato de exclusividade, etc. Acabei me atendo mais à questão da concentração.

De qualquer forma, havendo demanda por mais informações, posso encaminhar posteriormente e ter maiores informações sobre esses processos, pelo menos em termos de andamento. Poderia adiantar sobre o mérito eventualmente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Quanto à DirecTV você pode falar antes mesmo que alguém se pronuncie.

O SR. ALEXANDRE GHEVENTER – A defesa da concorrência no Brasil existe já há um bom tempo. Desde 1962, temos o Cade, como o maior órgão de defesa da concorrência. O processo de análise de operações de concentração já é algo mais recente. Na verdade, apenas a partir dos anos 80. Com a Lei nº 8.884, de 1994, o Cade passou a ter competência para analisar operações de concentração entre empresas, até então restrita à análise de processos anticompetitivos. O sistema brasileiro de defesa da livre concorrência é basicamente constituído por três órgãos: a Secretaria de Acompanhamento Econômico, a Secretaria de Direito Econômico e o Cade.

O Cadastro Especial de Auditores Independentes – CEAI, da Fazenda, e a SDE, do Ministério da Justiça,

têm por função realizar todo um processo investigatório, ou seja, a análise para dar subsídios aos julgamentos do Cade, que é o órgão julgador. Agora, os pareceres da Ceai e da SDE não são vinculativos à decisão do Cade. Desde que o Cade fundamente, ele pode tomar decisões divergentes e isso, de fato, tem acontecido. O Cade tem tomado eventualmente decisões mais leves ou decisões mais severas em relação aos órgãos anteriores.

O objetivo da defesa da concorrência é, via de regra, embora haja uma discussão sobre isso, o da manutenção de ambientes saudáveis. Imagina-se que a manutenção da concorrência irá proporcionar menores preços e um maior número de alternativas. Enfim, a garantia de pluralidade para consumidores; diversidade de bens e serviços.

Vou falar rapidamente sobre quais são os critérios de análise do Cade para operações de concentração. No Cade, no Brasil, pela Lei nº 8.884, temos o que poderíamos considerar, embora não esteja explícito na lei, o que chamamos de regra da razão. As concentrações, mesmo o monopólio, em última análise, não podem ser consideradas ilegais. Há sempre uma análise de custo-benefício para toda operação. Por um lado, existe economia de escala; por outro, você tem poder de mercado. Você tem balancear eficiências, ganhos dinâmicos em termos de preços com eventuais efeitos anticompetitivos.

De acordo com a lei, particularmente o art. 54 da Lei do Cade, as concentrações podem ser admitidas desde que se preencham algumas condições. Em primeiro lugar, se aumentar a qualidade, produtividade, eficiência e desenvolvimento tecnológico. Esse é o § 1º do art. 54.

Em segundo lugar, cumulativamente, que os benefícios sejam distribuídos equitativamente com consumidores. E interpretamos isso no seguinte sentido: os benefícios seriam distribuídos com os consumidores. Uma operação de fusão, muitas vezes, implica em redução de custos. Se for demonstrado que essa redução de custos terá um impacto positivo para os consumidores, como, por exemplo, na redução de preços, pode ser admissível a aprovação, ainda que gere concentração.

No § 3º do art. 54, outra condição seria de que a redução não implique eliminação da concorrência de parte substancial do mercado relevante. Isso seria importante e a lei foi até bastante sábia no seguinte sentido: operações que gerem substancial concentração não deveriam ser aprovadas, pelo menos pela nossa lei. Poderíamos interpretar dessa forma. Operações que gerem grande concentração não podem ser aprovadas, pelo menos na forma como estão. Podem ser aprovadas com restrições ou desconstituídas. Nunca aprovadas integralmente, porque podem... Certamente, se consideraria que a possibilidade de dano é muito

elevada frente a qualquer benefício que poderia essa operação causar.

Finalmente, temos ainda uma última condição: que sejam observados os limites estritamente necessários para atingir os objetivos visados, ou seja, se existirem alternativas para que a empresa possa obter resultados do tipo eficiência, redução de custos etc., sem que seja pela concentração, essa condição não estaria sendo atendida.

Essas quatro condições são cumulativas, isto é, deve-se atender a essas quatro condições. Assim, as concentrações são admissíveis, desde que atendidas essas condições. Eventualmente, há a previsão da lei, se for do interesse nacional. Estou sem a lei, não sei qual é o termo exato. Se for do interesse nacional, poder-se-ia considerar apenas três das quatro condições, e não as quatro. Então, existem critérios claros para serem analisadas as questões de concentração, podemos dizer, fundamentadas no que chamamos de regra da razão. As operações passam pelo crivo, pela análise dos custos e benefícios sociais da operação.

Vou falar um pouco sobre a comunicação social dentro da chamada política antitruste. O processo de concentração nos meios de comunicação social tem implicações de natureza política e cultural que, com certeza, fogem ao campo de atuação, à análise do Cade, embora não sejam fundamentais. O Cade faz uma análise sob o ponto de vista do mercado, ou seja, sob o ponto de vista do impacto, da concentração sobre o bem-estar dos consumidores. Evidentemente, a concentração nesse segmento tem implicações fundamentais em termos de restrições ao direito de informação, etc. Esse tipo de consideração, embora seja muito importante, normalmente o Cade não faz. Restringe-se mais à análise do mercado, dos impactos econômicos da operação e não propriamente dos impactos culturais e políticos, embora sejam, sem dúvida fundamentais.

Ao menos em tese – até porque não temos tantos casos de operações relevantes –, ainda não chegou ao julgamento do Cade qualquer operação onde haja concentração. Falo das relevantes, das que implicam grande concentração. O caso da Sky e da DirecTV está começando a ser analisado somente agora. Ainda está muito incipiente, não chegou ainda ao Cade. Está em processo de análise e investigação na Anatel.

Sob o ponto de vista do mercado, o segmento de comunicação social é um monopólio diferenciado. Há poucas redes privadas se destacamos a liderança das Organizações Globo. Vale tanto para a TV Aberta quanto para a TV por Assinatura. Na TV Aberta, temos a Band, o SBT, a Record e outras que detêm quase a totalidade das concessões no segmento.

Nas TV por Assinatura também se têm verificado uma elevada concentração. Mais uma vez, remetendo-me ao caso Sky e DirecTV, vai haver – eu não poderia dizer como tem seguido – uma discussão de natureza analítica a respeito de qual seria o mercado relevante, na sua dimensão produto, por exemplo, geográfica. Dependendo do que se considerar mercado, em termos de produto que está sendo atingido, pode-se ter uma grande concentração ou não. Se considerarmos que um produto é mais restrito, pode-se chegar, de fato, a uma elevada concentração. É algo que ainda está sendo discutido pelos órgãos que estão analisando, particularmente a Anatel, que fez toda essa análise do mercado relevante, de barreiras à entrada.

No processo de concentração passa-se por algumas etapas. A primeira etapa é saber qual mercado está sendo afetado pela operação. E nem sempre é um objeto fácil de estudo. Por vezes, existem controvérsias para se chegar a um acordo sobre qual mercado está sendo atingido, afetado, qual sua dimensão-produto, sua dimensão geográfica, porque isso nos dá o primeiro indício de aquela concentração gerar poder de mercado ou não. É evidente que, se a concentração for baixa, já se descarta qualquer processo de análise posterior, mas, a partir de determinado parâmetro – na nossa lente, considera-se que haja uma concentração de mercado a partir de 20%, o que já nos estimula a continuar no processo de investigação –, isso já é um indício de que devemos aprofundar a análise.

A análise do grau de concentração no mercado não termina aí. Acabamos tendo de analisar também o grau de barreiras à entrada nesse mercado que está sendo afetado. Pode haver situações de grande elevação – não estou dizendo que seja esse o caso, falo de uma forma geral –, de grande concentração de mercado, e ainda assim não existirem grandes dificuldades à entrada de novas empresas. Nesse caso, não se poderia considerar que a empresa tivesse poder de mercado ou que pudesse impor qualquer tipo de abuso, eventualmente derivado dessa concentração. Então, devemos – digamos – qualificar a concentração com uma análise posterior às chamadas barreiras à entrada: qual o grau de dificuldade de entrada de novas empresas no segmento?

Também não posso adiantar, no caso específico, qual será a posição dos órgãos, já que ainda está em processo de investigação. Certamente não creio que a entrada seja livre. Também não posso dizer que seja impossível, uma vez que se trata de um oligopólio. Certamente, a entrada é difícil, mas merece uma investigação mais detalhada, uma avaliação mais precisa, mais qualitativa das barreiras à entrada, inclusive das possibilidades do tempo de entrada de novas empresas. Não poderia adiantar isso, até porque não temos

também casos anteriores nos quais nos pudéssemos basear, algo ocorrido no Cade em relação a esse segmento. Ainda não temos jurisprudência sobre o tema; então, fica difícil um julgamento tanto sobre mercado relevante como sobre barreiras à entrada, embora possamos discutir livremente sobre esse tema, à mesa, num debate mais livre, mais teórico, acadêmico. No entanto, não do ponto de vista prático do processo, porque nem tenho acesso a isso.

Quanto a essa questão de barreiras à entrada, há algo interessante, porque a obrigação de manter a competitividade sistêmica é do Cade e do Sistema Brasileiro de Defesa à Concorrência, mas não depende apenas dele. Muitas barreiras à entrada são estruturais do próprio mercado, mas podem até ser de natureza regulatória ou política. Então, podem existir elevadas barreiras à entrada – parece-me que é o caso, mas posso estar enganado –, de natureza política, por exemplo, relacionadas aos critérios e limites para a concessão de TV. Talvez pensar em criar limites para as concessões ou tornar mais precisos os critérios de distribuição, levando em consideração a concorrência, já facilitaria muito o trabalho dos órgãos antitruste, sem dúvida. Parece-me, até mesmo pelos especialistas do ramo, que, historicamente, o Estado tem contribuído para uma maior concentração do setor, em termos de comunicação social. É isso que vemos, pelo menos nos textos acadêmicos e nos artigos especializados. Há uma concordância de que o Estado facilitou, pelo menos, que se chegasse a uma tal estrutura. Certamente outras pessoas e outros especialistas têm condições de traçar muito melhor essa trajetória histórica do que eu.

Finalmente, também chamo a atenção para o fato de que o processo de concentração em comunicação social é um fenômeno mundial, não ocorre apenas no Brasil. É uma preocupação das autoridades antitruste nos Estados Unidos, onde há uma divisão de mídia específica. Agora, é claro que o Federal Trade Commission, o órgão antitruste americano, tem cem vezes o orçamento dos órgãos de concorrência, tem uma estrutura muito maior e pode se dar ao luxo de ter uma divisão somente para a mídia, além de ter o seu próprio órgão regulador de telecomunicações, um órgão antitruste tem uma divisão específica. Também há leis específicas na comunidade européia; na Itália, assim como aqui, existem processos, campeonato italiano de liberar o acesso a outras tevês, assim como no Brasil, também existem no resto do mundo.

É claro, evidentemente, que o controle dos meios de comunicação extrapolam muito a esfera do mercado, que é o âmbito do Cade. Implica instrumento de poder, restrição ao direito de informação e tal. São temas relevantes. Espero contribuir, pelo menos na dimensão econômica, para o debate em termos de

aprofundar como o Cade pode tratar operações de concentração.

Fico à disposição para perguntas e debates e agradeço o convite e a gentileza. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Quem primeiro pediu a palavra foi o Conselheiro Roberto Wagner.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, quero apenas um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Tantos quantos queira.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Eu gostaria de saber como age o Cade, quem o aciona, de que forma age. É impulsionado? Como se tornam parte do Cade?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Com a palavra o Conselheiro Roberto Wagner.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Meus parabéns ao Dr. Alexandre.

Estou acompanhando um caso específico na SDE. Trata-se de um autor –alguém comum do povo –, e os réus são a CBF, o Clube dos Treze, a Rede Globo e a Rede Bandeirantes.

Na petição inicial, esse alguém comum do povo questiona a exclusividade de canais de televisão na compra de torneios de futebol. No argumento dele, cuja petição é interessante, a Rede Globo adquire, in totum, os jogos do campeonato e só os passa a sabor de sua grade de programação. Então, tem jogos às quartas-feiras, às quintas-feiras, aos sábados e aos domingos. A Rede Globo comprou o pacote inteiro e, em tese, tem direito de exibir o jogo que lhe convier.

Os direitos de exibição da primeira luta do Mike Tyson contra Evander Holyfield foram vendidos para o Pay-per-View, nos Estados Unidos. De sorte que só puderam assistir àquela luta as pessoas que tinham a SportTV, por meio do Pay-per-View. A Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, em seguida a isso, fez votar uma lei extremamente interessante que diz, em tese: “Todo evento esportivo, dentro ou fora dos Estados Unidos, em que se tocar ou cantar o hino nacional americano, é obrigado a ceder o sinal a uma TV Aberta”.

Esse caso que estou acompanhando na SDE ainda não foi julgado, mas trata exatamente disso. Em tese, não seria concentração, mas abuso do poder econômico, que eu adquirisse todos os grandes eventos, pela minha capacidade econômica, e levasse ao ar tão-somente aquilo que eu desejasse, em detrimento

das pessoas que estão em casa e que gostariam de ver aqueles eventos nas suas televisões.

Anteontem, eu estava em Sauípe, assistindo àquele torneio de tênis, e na volta eu peguei a **Folha de S. Paulo** e li uma matéria extremamente interessante que tem muito a ver com o que estamos discutindo. Ela dizia que a Rede Globo de Televisão, apesar de ter uma audiência média de 32 pontos, obteve, em 2003, 78% da mídia dos comerciais.

Fiz análise, pelo Direito Econômico, e o que apresento ao Dr. Alexandre como consideração é que, evidentemente, o Estado brasileiro estaria, em tese, impedido de pagar 78% por algo que dá 32. Quer dizer, as verbas do Estado brasileiro teriam que ser absolutamente técnicas, porque há um componente de verba técnica e de verba política.

Agora, por exemplo, se um grande supermercado quiser comprar mais por menos, a questão é de direito privado.

Estou aqui, Dr. Alexandre, apenas apresentando temas que conheço e que são relevantes. Com relação a essa questão da aplicação das verbas de publicidade do Estado brasileiro, penso que, em algum momento, o Cade será chamado a opinar para proibir que a aplicação seja política. Que ela seja claramente técnica, deixando de fora as verbas publicitárias do mundo financeiro privado, que são uma questão de cada empresa.

Finalmente, Dr. Alexandre, sobre essa possibilidade de ocorrer, no Brasil, o que aconteceu nos Estados Unidos com a união da Directv com a Sky, pelos dados, havendo no Brasil a associação da Directv com a Sky eles teriam, em satélite, 75%, ou um pouco mais, dos assinantes.

Pergunto, então, ao Dr. Alexandre, se nesse caso – porque a Conselheira Berenice fez uma pergunta que achei fantástica –, o Cade opera **ex officio** ou mediante provocação? E nos dois casos que estamos a tratar, sobre aplicação da verba do Estado, se ex officio o Cade ele poderá examinar, amanhã, a seguinte hipótese: aplicação de verba publicitária do Estado brasileiro pela opção política e não pela opção técnica. Em segundo lugar, se o Cade poderá examinar **ex officio** a viabilidade e o interesse nacional dessa operação da Directv com a Sky, que vai resultar em 75% dos assinantes das TV por satélite.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Antes de passar a palavra ao Conselheiro Carlos Chagas, ocorre-me angústia que me acompanha desde o ano passado.

Apenas oito ou nove estados da Federação disputam o Campeonato Brasileiro pela Série A.

Entretanto, por contrato, só pode haver jogo de futebol domingo no campeonato nacional da série A. Em Pernambuco, em tantos outros estados, há um hábito cultural fundamental que está sendo rompido, os times locais, não podem jogar aos domingos.

Pergunto-me se não poderíamos trazer aqui o Ministro dos Esportes para debater essa questão. Estou vendo que não apenas eu tenho preocupações. Se os companheiros Conselheiros também tiverem angústias desse tipo, quem sabe possamos trazer aqui o Ministro para conversarmos sobre questões ligadas à comunicação. (Pausa.)

Se não há manifestação em contrário, entrarei em contato com o S. Ex^a para que venha aqui conversar conosco sobre essas questões. O País fica dividido entre Brasil oficial, que é o País dos estados mais ricos, mais forte economicamente, que têm futebol domingo, e a rafaméia, obrigada a ficar assistindo aos sábados, rompendo-se um hábito cultural tão importante como esse.

Isso enquanto o meu Náutico ainda não se organizar. Espere, Cruzeiro, para ver esse timezinho se organizar.

Passo a palavra ao Conselheiro Carlos Chagas.

O SR. CARLOS CHAGAS (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, tenho certeza de que essa sua dúvida será oportuna e rapidamente resolvida pelo Supremo Tribunal Federal.

Dou os parabéns ao Sr. Alexandre Gheventer, mas não pelos motivos dados pelo Conselheiro e amigo Roberto Wagner Monteiro. Dou os parabéns pela franqueza e, com todo respeito, Sr. Alexandre Gheventer, o senhor mostrou para nós a desimportância do Cade nessa questão fundamental. Quando falamos de concentração dos meios de comunicação, não estamos voltados, nem exclusiva nem especificamente, para o lucro, para o mercado; estamos voltados para uma questão muito mais fundamental, que é a política.

Agora, permita-me também, com todo o respeito: o senhor declarou no início que o monopólio, em alguns casos, não pode ser considerado ilegal. O monopólio nas comunicações é inconstitucional; a Constituição proíbe o monopólio, não o admite.

A mesma coisa quando o senhor falou de oligopólio diferenciado. Meu Deus do Céu, permite-me, se têm um minuto, contar uma história: o velho professor Sobral Pinto, preso pela ditadura em Goiânia, foi trazido para Brasília, já velho, e aqui, preso num quartel, o comandante do quartel o chamava, às noites, para jantar na sua mesa, e o Dr. Sobral acedia, jantava, mas sempre calado. E o Coronel, com outros presos também, inclusive o saudoso Carlos Castello Branco,

pontificava e falava da democracia à brasileira; falava de um novo regime de que o Brasil precisava, e, num belo momento, o Dr. Sobral não agüentou, bateu na mesa e disse: “Olha aqui, Coronel, o que conheço é peru à brasileira, que o senhor está nos servindo agora; democracia não tem adjetivo. Democracia ou é ou não é”. A mesma coisa para o oligopólio: oligopólio é ou não é. Diferenciado, com todo respeito, discordo.

Por último, o senhor deixa claro, nas atribuições do Cade, a prevalência absoluta do mercado, sem outros valores, que são muito mais importantes do que esse. Embora não pretendesse fazer uma comparação, devo dizer que imaginávamos que o Cade fosse um rio caudaloso que divide duas margens, impedindo que de um lado se tivesse acesso ao outro lado. Mas o Cade parece mais um córrego daqueles bem pequeninos. Desculpe ser tão duro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras do Dr. Carlos Chagas.

Dr. Alexandre, não preciso fazer sua defesa, mas, para ser justo, Conselheiro Chagas, devo dizer que o conferencista disse ser esse o primeiro caso que está sendo examinado pelo Cade e também afirmou que os critérios por ele referidos eram históricos e refletiam, na sua maneira de ver, as formas utilizadas. Assim, até que seja julgado o primeiro caso, penso que podemos suspender momentaneamente esse vaticínio e acalantar a esperança de que outros critérios interfiram.

Dr. Alexandre, é visível que uma concentração de meios de comunicação é socialmente mais relevante do que uma concentração no reino dos refrigerantes, por exemplo. Lembre-se de decisão tomada pela Federal Trade Commission. A Pepsi-Cola comprou um refrigerante chamado Seven Up e a Coca-Cola, um refrigerante chamado Dr. Pepper –, apesar do nome que tem sabor de café – a Federal Trade Commission mandou devolver ao mercado os dois refrigerantes por considerar que não corresponde ao interesse coletivo uma concentração no reino dos refrigerantes. Viemos aqui na ilusão, na esperança de que meios de comunicação sejam mais relevantes do que refrigerantes. Portanto, esperamos que essa má idéia do Dr. Carlos Chagas não se materialize na posição que o Cade tomar.

Concedo a palavra ao Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma observação referente ao assunto abordado por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Posteriormente lhe concederei a palavra.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Dr. Alexandre pela explanação e identificar dois pontos que me deixaram preocupado, seguindo o raciocínio do Conselheiro Carlos Chagas. O primeiro, se refere ao comprometimento político em algumas decisões tomadas na área de comunicação, principalmente nas questões de concessão de rádio e televisão. O segundo, e o Dr. Alexandre foram muito francos em identificar e esclarecer, para todos nós, o não-aparelhamento do Cade para identificar e pontuar o tamanho e o comprometimento socioeconômico que se delineia dos meios de comunicação, principalmente a televisão, muito além das questões econômicas, como o que foi colocado pelo Conselheiro Carlos Chagas.

Aqui faço uma provocação que considero oportuna, mas um pouco atrasada: como poderemos aparelhar de forma adequada o Cade para que consiga identificar e medir o impacto socioeconômico sobre os usuários, os consumidores, que somos nós, no caso da televisão, os telespectadores. Os danos ou os benefícios poderão ser considerados imensuráveis ou não, dependendo da questão e do caso específico. Como nós, juntamente com o Conselho de Comunicação Social, podemos contribuir com o Cade e com os órgãos competentes, visando aparelhar o Cade para que tenha condições de identificar o impacto, os prejuízos e os benefícios socioeconômicos para a população e para o usuário em relação aos meios de comunicação?

Identifiquei algo muito sério no que o senhor disse. É nossa obrigação, da sociedade e do Conselho, nesta Casa, provocar os órgãos competentes para que propicie ao Cade condições para identificar isso, já que hoje não as tem, como foi exposto pelo senhor.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço o Conselheiro Geraldo.

Antes de passar a palavra ao último expositor, Conselheiro Paulito, concedo a palavra à Conselheira Assunção Hernandes.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Serei rápida.

O evento com repercussão política é obviamente o que mais pode ser traduzido em consequências econômicas, porque a política é o exercício do poder. No momento em que essa decisão traz repercussões na área política, em consequência acarretará resultados de ordem econômica. Era somente essa a minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras da Conselheira Assunção Hernandes.

Passo a palavra ao Conselheiro Paulito.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, inicialmente tenho uma dúvida que é a razão inclusive de estarmos todos aqui reunidos, porque se já partirmos do pressuposto de que existe a concentração nos meios, não há por que estarmos todos aqui reunidos e discutindo. Entendo que este é o assunto em pauta, razão pela qual não se pode partir do pressuposto, até porque no meu ponto de vista isso não ocorre, de que existe concentração nos meios de comunicação social.

O segundo ponto, Sr. Presidente, é com referência à competência do órgão para fazer a avaliação deste aspecto, quer dizer, tenho dúvidas quanto à competência do Cade para avaliar os critérios da comunicação social. Eu não podia perder a oportunidade, em que pese o enorme respeito que tenho pelo companheiro, pelo profissional Roberto Wagner, de me manifestar em função de uma apresentação que há pouco fez, de que a participação de mercado tem uma correlação direta com o volume de verba investido. No meu ponto de vista não tem. O fato de uma determinada empresa ter uma participação na audiência, no mercado de “x” por cento não significa que obrigatoriamente ela deva ter uma participação no volume equivalente de verbas nela aplicado.

Entendo que outros fatores influem nisto, como o perfil de público, adequação do produto anunciado ao perfil naquele determinado momento, o que faz com que o assunto seja muito mais complexo do que uma pura e simples correlação.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras do Conselheiro Paulito.

Passo a palavra ao Dr. Alexandre Gheventer, que responderá aos Srs. Conselheiros e, ao fim, apresentar as suas despedidas. Antes de fazê-lo, quero lhe agradecer. O senhor nos emprestou o brilho da sua juventude com evidente espírito público, e o Conselho lhe é muito grato.

O SR. ALEXANDRE GHEVENTER – Queria agradecer as perguntas, que são muito interessantes. Começo pelas críticas ao Cade, pelo Dr. Carlos Chagas, por quem tenho grande admiração.

Vou começar pela questão da política, de uma forma geral. Evidentemente, o Cade, como qualquer órgão de Governo, não está isento de injunções do mundo da política. Aliás, acho que nem deveria, porque, senão, cairia no mundo da tecnocracia. O Cade tem uma função que está

sendo delegada pelo legislador, pelo mundo da política, uma vez que os Senadores não podem realizar política diretamente, não têm tempo. Então, há a delegação dessa tarefa. Inclusive, está sendo discutido um projeto de lei sobre a reforma das agências reguladoras, para que haja um contato maior entre agências regulatórias, incluindo o Cade – embora ele não seja uma agência reguladora típica, como a Anatel, que trata especificamente de um problema, ele é uma agência reguladora do mercado – no sentido de estabelecer mecanismos de controle social e trocas, enfim, afinar, no melhor sentido, as políticas do Cade no que se refere às suas diretrizes com a política que assim deve ser considerada. O Cade tem uma lei, a qual deve seguir, e a aplicação dela deve ser realizada de maneira técnica, a princípio.

Como ele consideraria a política? Por exemplo, se o Cade identifica que há fortes barreiras à entrada de novas empresas que decorrem de fatores políticos, ele tem a obrigação, senão de proibir, porque ele não tem essa capacidade de se impor a outros órgãos, seja do Executivo, seja de qualquer outro órgão governamental, mas de levantar a questão, incitar o debate, fazer recomendações, levar propostas de alteração e aperfeiçoamento da legislação nesse sentido. Sem dúvida, o Cade, identificando barreiras à entrada de natureza política, tem a obrigação de chamar a atenção para isso. Vai levar em consideração que a concentração se deve por essa razão e não por outra. É nesse sentido.

Há algo mais pontual sobre se esse monopólio é inconstitucional. V. S^a deve estar falando em monopólio privado. Temos os monopólios naturais, que são regulados pelas agências. Os monopólios privados que seriam...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Dos meios de comunicação?

O SR. ALEXANDRE GHEVENTER – Dos meios de comunicação. Se a obtenção do monopólio se der por algum tipo de aquisição, fusão ou operação, o Cade deveria – é uma opinião pessoal, não represento o órgão, que tem seis conselheiros e um Presidente – impedir a operação ou, pelo menos, criar fortes restrições a essa operação porque, sem dúvida, a monopolização pode gerar efeitos muito fortes. Não sei se as eficiências, decorrentes de grande escala, compensariam. Inclusive, no § 3º do art. 54 está bem claro: seja admitida, desde que não implique a eliminação de concorrência de parte substancial do mercado.

O Cade não proíbe, por exemplo, se o monopólio se dá de forma na qual o sujeito for mais eficiente do que o outro. Se, por meios leais, ele conquistou mercados, é claro que, eventualmente, concorrentes podem

entrar com processos e contestar se, realmente, o ganho da concentração via competição se deu de forma leal ou não, restritiva ou não. Isso vai ser discutido, mas, se isso demonstrar que ocorreu porque era mais eficiente, era a melhor empresa, acho que o Cade não tem como penalizar o monopólio obtido dessa forma, a não ser por meios artificiais, seja por alguma conduta abusiva ou aquisição que resulte na monopolização.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A idéia de que não se possa ter limite para o avanço a partir da competência não é algo consensual no resto do mundo.

O SR. ALEXANDRE GHEVENTER – Mas está na nossa lei, digamos...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Mas a lei do Cade não tem que ver com isso. É um tema muito específico, e se algumas afirmações que V. S^a faz valem consensualmente sob uma visão econômica no resto do mundo, outras não valem.

O SR. ALEXANDRE GHEVENTER – Eu estava falando, em tese, de uma forma geral, não pensando especificamente em um segmento de comunicação social que tem implicações de natureza, inclusive, democrática e que extrapolam o mercado de refrigerantes, por exemplo.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Passarei a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner, só referindo que a AT&T cresceu, na competência, e foi dividida em sete mini-AT&Ts, mega-AT&Ts, tanto que ganharam o nome de Baby Bells, uma delas, a própria AT&T. Ela não comprou nada, mas cresceu, avançou na competência dela. Mesmo no campo econômico, o governo de um país pode achar conveniente que ele diminua. Então, mesmo no campo econômico, nos Estados Unidos, há exemplos de empresas que cresceram demais e que o governo mandou dividir. Só essa AT&T foi dividida em sete de uma vez, tal era o seu tamanho.

Antes que V. S^a continue e para auxiliá-lo a comentar os incidentais, passarei a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner e ao Conselheiro Paulito, que vão referir a essas questões levantadas por V. S^a.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO – Sr. Presidente, só quero aderir ao que o Conselheiro Carlos Chagas disse e ao que o Dr. Alexandre estava mencionando, em tese, sobre monopólios e oligopólios.

No caso presente, meio de comunicação, a discussão nem procede, porque a proibição é constitucional. O Cade não pode sequer examinar se existe ou

não existe, se pode ou não pode. Então, como ilação, o que pode ou não pode no Cade está correto.

No nosso caso presente, essa discussão não deve prosperar, porque não se pode falar nem em monopólio, nem em oligopólio. O art. 220, § 5º menciona: “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”.

Assim, essa discussão não existe. Se estivermos discutindo se o Carrefour tem ou não tem, se o Pão de Açúcar tem ou não tem é outra história, mas no caso presente, o que o Conselheiro Carlos Chagas disse, e entendi bem, que não há fala nem discussão que faça com que esse assunto vá para o Cade, porque há um impedimento constitucional claro.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Com a palavra o Conselheiro Paulito, por favor.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – A propósito, Sr. Presidente, penso que a observação do Conselheiro Roberto Wagner vem bem a propósito, até porque é importante que se esclareça que a Sky e a DirecTV são empresas de serviços de telecomunicações e não de radiodifusão; portanto, não são empresas de comunicação social. É importante deixar isto muito claro: são empresas de telecomunicação. O setor de radiodifusão tem amparo constitucional e uma diferenciação na própria Constituição da República Federativa do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Com a palavra o Conselheiro Roberto Wagner Monteiro.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Aí já vamos entrar naquela outra discussão. Entendo que tudo aquilo que é transmissão de conteúdo é radiodifusão. Se é por tevê fechada ou por tevê aberta não interessa. O capítulo que trata da radiodifusão trata da comunicação social. Transmissão de conteúdo, no meu entendimento, pela Constituição, é radiodifusão. Sky e DirectTV, ao transmitirem conteúdo, não é telecomunicação, mas radiodifusão, e, sendo radiodifusão, não são permitidos nem o monopólio, nem o oligopólio.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Sem contar que a Lei nº 4.117, de Radiodifusão – define rádio e televisão aberta como serviço de telecomunicação.

Depois de tantas interferências, passo a palavra ao Dr. Alexandre Gheventer, para que possa, finalmente, completar em paz a sua exposição brilhante.

O SR. ALEXANDRE GHEVENTER – Quando falei em oligopólio, parece ser um fato. Há a concentração das concessões para televisão, no caso, e para rádio – particularmente para televisão. Claramente isso se-

ria um oligopólio, que se define por poucas empresas dividindo o mesmo mercado, economicamente.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, peço apenas um segundo, pois não posso permitir que se fique no ar...

O SR. ALEXANDRE GHEVENTER – Oligopólio é o oligopólio de mercado...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Por exemplo, no caso de São Paulo, são sete canais de TV Aberta. Não podem ser oito. Os setes de São Paulo pertencem a sete donos. Então, não há concentração em São Paulo.

O SR. ALEXANDRE GHEVENTER – Com sete já há oligopólio.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – São sete donos de sete canais. Não poderia haver oito nem nove. Somente sete. No Rio de Janeiro, são sete canais de sete donos. Em Brasília, são seis canais de seis donos. Não há concentração porque a possibilidade técnica de TV Aberta em VHS são sete. Na cidade de São Paulo, dos sete, não existe uma empresa com dois canais; no Rio, não existe uma empresa com dois canais; em Brasília, não existe uma empresa com dois canais, assim como em Minas Gerais. Então, não há concentração. Esse assunto vem à tona, às vezes, e fico um pouco irritado porque é um assunto que, por acaso, conheço e vejo que é um assunto tratado meio fora da realidade.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Está bem explicado. Dr. Alexandre, o exemplo é ruim. Se você acredita que sete é oligopólio, somente pode acreditar se, por via legal, for possível converter esses sete em 15, 20 ou 30. Mas, não há 15, 20 ou 30 sinais de televisão. Há somente sete. Então, ou são sete ou não é nada, porque mais do que sete não podem existir. Para esse fim, não se pode dizer que sete seja oligopólio. Para esse fim, com toda franqueza, o Conselheiro Roberto Wagner tem toda razão.

O SR. ALEXANDRE GHEVENTER – Podemos discutir depois. O oligopólio se define por poucas empresas atuando no mesmo mercado. De forma teórica e geral, é isso. Eu me referi ao termo “diferenciado”, porque há outro termo econômico. Há oligopólio homogêneo e oligopólio diferenciado. O cimento, em geral, é oligopólio homogêneo, bem como o petróleo, com algumas diferenças. É diferenciado porque o conteúdo de cada emissora é diferenciado; então, a competição se dá dessa forma, se assim se pode dizer.

Há uma pergunta aqui sobre o Cade. Ele tem buscado particularmente suprir essa falta de recursos.

Realmente, ele tem poucos recursos, se comparado com o FDC, embora essa comparação seja injusta, tendo em vista o tamanho da economia norte-americana. Mesmo assim, há uma diferença brutal em termos de orçamento, de número de pessoas. No FDC há 20 pessoas para um processo; aqui, é o inverso, pois há uma pessoa tratando de vários processos, simultaneamente. Tentamos compensar isso cooperando com a Anatel, no que se refere ao nosso tema antitruste, aproveitando a estrutura da Anatel nesse sentido.

É claro que há discussão sobre a melhoria do Cade, dos órgãos de concorrência, de criação de carreira permanente, que extrapola a discussão mais específica, em termos de comunicação social, e já adentra em uma outra seara.

Em relação a como ocorre o processo no sistema brasileiro de concorrência. Temos dois tipos de processo: um se refere a processos de conduta anticoncorrencial, de denúncias, digamos assim, no caso de cláusula de exclusividade.

O processo é aberto na Secretaria de Direito Econômico. Quem tem competência para instaurar é a Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça. Ele instaura o processo, faz toda investigação; eventualmente pode, querendo, pedir para o Ministério da Fazenda algum tipo de parecer mais específico. Após ter feito toda avaliação e investigação, é encaminhado ao Cade para julgamento. Ou seja, o Cade não instaura o processo, ele o julga, porque tem a competência para julgar. O Cade não pode instaurar **ex officio** um processo, ele tem que solicitar à Secretaria de Direito Econômico, ao Secretário, que no caso seria o Sr. Daniel Goldberg, que tem a competência para instaurar o processo administrativo.

O Cade tem toda liberdade – é claro – de interferir no acompanhamento do processo, mas quem o instaura é a Secretaria de Direito Econômico.

No caso de operações de aquisição em telecomunicações, como Sky e DirecTV, o processo se inicia na Anatel. Se for em qualquer outro segmento ou mercado que não uma agência regulatória, seria na Secretaria de Direito Econômico, onde há um parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico e da Secretaria de Direito Econômico. No caso de telecomunicações, tudo isso é centralizado na própria Anatel, que faz toda investigação, seja do ponto de vista jurídico ou econômico, e leva ao Cade.

Existe o prazo para análise da operação, que precisa ir a julgamento num prazo de 120 dias. Eventualmente, esses 120 dias podem se estender, como vimos recentemente no caso da Nestlé/Garoto, por exemplo, porque o órgão precisa fazer diligências e sempre que ele assim age interrompem-se os prazos, que acabam

se estendendo um pouco mais. Mas, de qualquer forma, existem prazos para serem cumpridos.

Então o processo, no caso de telecomunicações, é levado na Anatel. Lá é feita toda investigação e posteriormente levado ao Cade, que leva ao Plenário, depois. Ele tem 60 dias, dentro do prazo, para levar ao Plenário e julgar aquela operação de concentração. Esse seria o procedimento usual.

Havia perguntas referentes à questão da verba publicitária, além de outras considerações sobre processos. Parece-me, mais uma vez, que o Cade não tem poder de proibir isso ou aquilo para qualquer outro órgão do Governo, de uma forma geral, mas pode fazer recomendações nesse sentido. Se ele observar que eventualmente essa simetria na distribuição de verba publicitária – eu estou “chutando”, evidentemente – ou chegar à conclusão de que isso pode causar algum dano quanto à concorrência, fará a recomendação. Eu acho que ele não tem como proibir ou se impor a um outro órgão, mas pode estabelecer recomendações e, via debate, tentar aperfeiçoar os mecanismos de lei, para reverter essa barreira, essa dificuldade e facilitar essa conduta.

Creio que respondi.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Chico Pereira.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – É exatamente no fechamento aqui, não se trata de pergunta. Eu entendo que o telespectador, por exemplo, ficou bastante perdido nessa discussão e nós nos deparamos, mais uma vez, com algo mais. E, enquanto integrante do Conselho de Comunicação, não sei como fazer, mas, gostaria de sugerir que, nesse debate acerca da atuação do papel do Cade, ficou alguma coisa entre o céu e a terra, sobre a concentração de propriedade, que é preciso ser aprofundado, porque estamos batendo de bico.

Acho que já temos comissão de mais. Isso não é uma CPI, mas já temos cinco comissões e, comparando com as comissões parlamentares de inquérito, estamos no limite, ou seja, já temos cinco, temos que dar conta de uma para podermos limpar a área para criarmos outra. E vejo uma necessidade premente – já quero deixar pautado, Sr. Presidente –: que façamos melhor discussão do que está exatamente acontecendo. O Dr. Alexandre falou corretamente sobre o Cade, onde ele vem atuando, e o limite dele é esse. Se queremos realmente entrar nessa discussão de forma a fazer evoluir alguma coisa nova, é preciso que sirvamos, pelo menos, de catalisador nesse processo.

Quanto à concentração de propriedade, no que tange ao Cade cumprindo tão-somente a sua tarefa,

há um tipo de preocupação, e nós aqui estamos com outro. Para chegarmos pelo menos à média aritmética disso, temos que achar o denominador comum, para somar essa fração. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao nosso companheiro Chico Pereira as suas palavras shakespearianas e agradeço ao Professor Alexandre Gheventer. E, por favor, o Conselho está à disposição para o que precisar. Muito obrigado pela sua participação.

O SR. ALEXANDRE GHEVENTER – Obrigado. Eu é que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Em seqüência, vamos, imediatamente, ouvir a palavra do Professor Denis Lerrer Rosenfield. O Professor Denis Lerrer Rosenfield é Doutor pela Universidade de Paris; Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; pesquisador do CNPq; editor da revista **Filosofia Política**; já fez conferências nas Universidades de Stanford, nos Estados Unidos; Monique e Berlim, na Alemanha; Argentina e Portugal. É coordenador da Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; é articulista dos jornais o **Estado de S. Paulo** e o **Globo**; colaborador da **Folha de S. Paulo** e do **Correio Braziliense** até um ano atrás, quando ocorreu mudança editorial naquele jornal. Tem vários livros e artigos publicados em Português, Francês e Espanhol; mais de 100 artigos sobre democracia brasileira e análises políticas nos principais jornais do País.

Com a palavra o Dr. Denis Lerrer Rosenfield que nos falará a respeito do tema “Concentração da Propriedade dos Meios de Comunicação Social no Brasil”.

O SR. DENIS LERRER ROSENFELD – Boa tarde. Primeiramente, Srs. Conselheiros, gostaria de agradecer ao Conselho de Comunicação Social e ao seu Presidente, Sr. José Paulo Cavalcanti Filho, pelo convite. E, dado o exíguo tempo, vou entrar diretamente no ponto.

Passarei à minha exposição: A mídia e a democracia:

I. A questão democrática

Colocação do problema. O Brasil demonstra uma estranha persistência das idéias socialistas que, por todo o mundo, tem dado mostra de um progressivo desaparecimento da cena pública. Aqueles que ainda se reivindicam do socialismo seja se reivindicam da socialdemocracia, seja são os nostálgicos do comunismo ou do “socialismo real”. Os primeiros partem do reconhecimento da sociedade de mercado e das instituições democráticas, sendo, na verdade, o que a tradição

marxista e/ou comunista denominava de “reformistas” ou “renegados”. Não se pode, portanto, pensar uma sociedade pautada por um ideário socialdemocrata fora das leis do mercado, baseada no mérito e na concorrência, e fundada na idéia de que a revolução consiste numa quebra da democracia, produzindo opressão e um tipo de violência estatal. Os segundos procuram pura e simplesmente restaurar uma sociedade baseada na violência estatal, no desaparecimento do mercado e no não respeito de instituições democráticas. Para eles, a democracia carece de valor universal, sendo, quando reconhecida, um instrumento de conquista do poder, preâmbulo de sua posterior supressão. O mercado, ao ser destruído, é preliminarmente considerado como o pior dos males, uma espécie de maldição capitalista que seria assim exorcizada.

Quando da elaboração da idéia marxista de socialismo e de comunismo por Marx e Engels, surge uma proposta que era, então, considerada generosa de transformação da sociedade capitalista, como se essa fosse incapaz de resolver os problemas sociais, estando numa condição cujo percurso anunciava a sua ruína próxima. Temos, portanto, uma idéia, que procurava se identificar à da verdadeira humanidade, uma idéia que os seus defensores diziam científica, e um diagnóstico, que seguiria essa cientificidade, segundo o qual o capitalismo sucumbiria vítima de suas próprias contradições. Ora, a realidade contrariou o diagnóstico, pondo em questão a cientificidade apregoada, que se revestia de expressões como “materialismo histórico” e “materialismo dialético”. O capitalismo não apenas não desapareceu como se fortaleceu, mostrando virtualidades insuspeitas para os seus alcos mais contundentes. Ademais, como a experiência dos países europeus ocidentais mostra à sociedade, o capitalismo foi igualmente capaz de resolver os problemas sociais que épocas anteriores tinham sido incapazes de fazer. Além disso, desenvolveram instituições democráticas que permitiram resolver os problemas das lutas pelo poder por vias não violentas, instituições essas fortemente apoiadas na cena pública, com a participação cada vez maior do conjunto dos cidadãos.

Esse diagnóstico, no caso o verdadeiro, demorou, porém, a ser feito, dada a influência de intelectuais, partidos políticos, sindicatos e de certos meios de comunicação, que ocultaram, durante décadas, as atrocidades cometidas em nome dessa “generosa” proposta de transformação social. Pense-se em intelectuais do porte de Sartre, nas ações dos partidos comunistas, de seus líderes tidos por heróis, em sindicatos que seguiam ordens comunistas e nos meios de comunicação que se diziam “independentes”, tudo atribuindo a uma maquinação “capitalista” e “americana”

na". Nesse meio tempo, o Komiterm, órgão de relações exteriores do partido comunista da União Soviética, infiltrava seus agentes pelo mundo, afirmando os seus interesses partidários e nacionais como se fossem os verdadeiros interesses universais¹. A realidade foi, no entanto, mais forte e, quando ruiu o muro de Berlim, em 1989, as últimas ilusões foram embora. O que a realidade escancarava, a razão não podia mais não reconhecer. Raymond Aron tivera razão em sua polêmica contra Sartre.

O Brasil e o mundo. Alguns remanescentes, no entanto, permaneceram. Num estranho processo histórico, é como se o Brasil tivesse permanecido à margem desse processo, como se não pertencêssemos à história do mundo ou essa não tivesse nada a nos ensinar. Quando ouvimos discursos de determinados políticos, ficamos com a impressão de que nada aconteceu no mundo, ou como se o "mundo" fizesse parte de um outro "planeta", por ora desconhecido para nós. Os que reconhecem, pelo menos verbalmente, as atrocidades do "socialismo real", o fazem apenas para considerá-las um mero acidente de percurso, algo que não atinge o próprio conceito de socialismo ou comunismo. É como se o "socialismo ideal" fosse uma verdade religiosa. Veja-se, entre nós, a persistência de símbolos como Cuba, Fidel Castro e Che Guevara. Tem-se, assim, uma idéia, na verdade do tipo religioso, uma idéia teológica-política, que, em seu caráter absoluto, resiste a qualquer prova de realidade. Os que a defendem aderem religiosamente a ela. Não é casual, neste sentido, que, no Brasil, os seus adeptos provenham, em parte, de meios religiosos.

Ora, Marx e Engels não eram homens religiosos, mas de profundas convicções científicas. Toda a sua contenda com os "socialistas utópicos" estava baseada num determinado corpo teórico que deveria ser verificado pela experiência, pela prática. A própria crítica ao capitalismo fundava-se num minucioso estudo das condições reais desse regime de produção e de seus pensadores mais eminentes. Não esqueçamos que a obra principal de Marx, **O Capital**, tem o subtítulo de "Crítica da economia política". No confronto com a filosofia de Hegel e com os economistas político clássico nasce o pensamento de Marx e Engels. Para eles, ou uma teoria se verificava por sua experiência ou era equivocada e deveria ser abandonada. No Brasil, porém, só temos os maus discípulos de Marx, pois a religiosidade tomou o lugar da ciência e a adesão incondicional ao socialismo tomou o do pensamento. A idéia de socialismo continua a ser tida por válida e nada se considera seriamente das experiências do socialismo real².

Logo, a idéia de socialismo continua no topo mítico do que deve ser a sociedade, a qual vem acompanhada de um olhar complacente sobre todas as atrocidades em seu nome cometidas, enquanto a democracia é objeto da crítica mais mordaz, como se fosse meramente "formal", "liberal" e "burguesa", incapaz de resolver os problemas sociais e políticos e, aí sim, contra toda a evidência histórica. Ou seja, a experiência bem sucedida dos países capitalista-democráticos é simplesmente desconsiderada, e desconsiderada em nome de uma idéia socialista que não vingou em lugar nenhum do mundo. **Mutatis mutandis**, essa posição corresponde a uma postura de tipo religiosa: mede-se o mundo a partir da idéia de uma sociedade perfeita, sem considerar que: 1) as experiências feitas em seu nome foram desastrosas; 2) o ser humano é de natureza desejante e egoísta, precisando dar satisfação a essas suas pulsões vitais.

Clareza intelectual. Talvez uma das mais urgentes tarefas da política brasileira consista no esclarecimento do conceito de democracia, pois agentes de cores partidárias contrapostas dele se utilizam com propósitos completamente distintos, como se não falassem a mesma linguagem, embora suas palavras sejam as mesmas. Será que falam da mesma coisa?

Sartori assinala justamente que de todos os sistemas políticos, "a democracia é o que depende de forma mais crucial da clareza mental"³. Os equívocos dos conceitos, em uma democracia, fazem, evidentemente, parte do jogo político, pois cada partido ou organização quer tirar o maior proveito possível do uso que faz das palavras. Logram-se convencer estrategicamente algumas pessoas com palavras, sem nos darmos ao trabalho de explicitar o seu significado, produzir determinados efeitos que nos são proveitosos. Pensando em tais comportamentos e conseqüências numa escala coletiva, podemos nos dar conta da importância que se deveria conceder ao significado das palavras. Contudo, num certo sentido, podemos considerar que, na esfera pública, essa equivocidade é inevitável, porque estamos situados precisamente no terreno da doxa, da opinião. A política não é o terreno da ciência.

1 Cf. a esse respeito, no Brasil, o livro de William Wack (Camaradas. São Paulo, Companhia das Letras, 1993) sobre os comunistas brasileiros e suas vinculações com a então União Soviética

2 Emblemáticas, neste sentido, são as declarações de jovens líderes do MST, que defendem claramente a instalação no Brasil de um regime como o de Cuba ou o da extinta União Soviética. Cf. revista *Época*, MST Eles querem Revolução. Nº 268, 7 de julho de 2003. Não esqueçamos tampouco que, de uma forma mais velada, a direção do MST compartilha das mesmas idéias.

3 Sartori, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada*. 1. O debate contemporâneo. São Paulo, Ática, 1994, p. 15.

Entretanto, o uso equívoco de certos conceitos, normais numa certa medida, não pode ultrapassar determinados limites que poriam em perigo o próprio uso de conceitos, equívocos ou não. Uma sociedade totalitária, por exemplo, que tudo controla, prescinde desse uso equívoco de conceitos, pois ela está baseada na violência estatal-policia com a conseqüente abolição da cena pública. Se não há opinião pública, não há por que preocupar-se com o uso equívoco dos conceitos. Se uma sociedade democrática funda-se nela e essa, por sua vez, no uso do discurso, tudo o que leva ao esclarecimento de propostas e idéias, por mais duro e penoso que seja, faz parte do seu modo de funcionamento. Devemos, porém, distinguir aqui a ambigüidade no uso corriqueiro e mesmo político dos conceitos da ambigüidade que diz respeito aos princípios do jogo democrático. A democracia, para sobreviver, não pode pactuar com determinadas ações que ponham em questão os princípios mesmos sobre os quais se assenta. Democracia não é libertinagem, muito menos arbítrio em relação a si mesma. Logo, todo comportamento político que conduza a um questionamento dos princípios mesmos da democracia ou, dito de outra maneira, enfraqueça as suas propriedades centrais, termina por ser, na verdade, um comportamento antidemocrático. Eis por que o esclarecimento do conceito de democracia é central para a colocação do problema da mídia e, de uma forma mais geral, para a compreensão dos processos políticos de nosso país.

A democracia é eminentemente um conceito político, que diz respeito ao modo de organização das relações de poder dentro de uma determinada sociedade. Ela não pode, tampouco, ser confundida com outras formas de organização das relações humanas, que prescindem ou não podem estar baseadas no conceito de igualdade política. Por exemplo, uma família não é uma instituição democrática, pois o seu modo de funcionamento está baseado na hierarquia. Os pais, por exemplo, não consultam os filhos para saber se esses devem ir ao médico em caso de doença ou se devem ou não ir à escola. Não há consulta ou assembléia de votantes para determinar se uma pessoa deve ou não ser tratada ou educada. Trata-se de algo hierarquicamente decidido. Da mesma maneira, quando entramos num avião não deliberamos sobre quem deve ser o piloto. Este já se encontra previamente designado por cursos feitos que lhe conferiram uma determinada aptidão, segundo uma forma de organização empresarial. Devemos, pois, evitar transferir um conceito cuja significação é política para esferas em que não

funciona esse sentido específico e determinado de igualdade.

Minar os princípios. O questionamento dos princípios democráticos depende de determinadas épocas e do modo particular graças ao qual cada sociedade se representa e organiza as suas relações. Podemos dizer, em linhas gerais, que, depois das experiências totalitárias, de cunho nazista e comunista, houve, nas sociedades ocidentais, uma valorização da democracia e dos valores e princípios sobre os quais se assenta. Do horror dos genocídios surgiu – ou ressurgiu – uma forma – que se pretende universal – de organização das relações políticas entre os homens. O processo, porém, não foi livre de equívocos, pois os derrotados, em particular os comunistas e afins, no ato mesmo de se inclinarem diante do novo regime, o fizeram com o intuito de miná-lo no futuro. E esse ato de contrição visava a solapar as bases mesmas da democracia e começou a ser feito em nome da mesma democracia e com a utilização dos seus instrumentos⁴. Uma forma de levar a cabo esse trabalho de destruição da democracia consiste em ampliar de tal maneira o seu significado que ele termina por servir a qualquer propósito, inclusive o da supressão do regime que lhe dá sustentação. Ou seja, se o conceito de democracia se dilui, se ele se presta a qualquer finalidade, ele perde o seu significado e, ao perdê-lo, se torna um mero instrumento nas mãos daqueles que procuraram suprimir esse regime político.

Podemos também dizer que o Brasil vive um processo que, em muitos aspectos, pode ser dito de uso ambíguo dos princípios da democracia. Atualmente, por exemplo, muitos dos que eram opositores da ditadura militar sustentam, hoje, que o fizeram em nome da democracia, contra toda evidência histórica⁵. Não há traços de documentos ou propostas partidárias que defendiam a democracia como um valor universal. Pelo contrário, a proposta desses grupos consistia no estabelecimento de uma sociedade comunista no Brasil. Se a democracia veio a ser defendida, ela o foi por razões táticas, ou seja, visando ao estabelecimento de eleições baseadas em processos de livre expressão e de livre organização sindical e partidária. Ela foi valorizada como meio e não como fim em si mesma. Historicamente, pode-se, portanto, dizer que a democracia veio a se construir como um valor universal entre nós, embora determinados atores políticos continuem a fazer dela um uso meramente instrumental.

4 Ibid.: “A democracia ainda tem inimigos; mas, agora, a melhor forma de evitá-la é fazê-lo em seu nome e com seu próprio nome.”, p. 19.

5 Cf. Daniel Aarão. Entrevista concedida a Elio Gaspari.

Podemos aqui aduzir um outro exemplo: os atores que vivem reduzindo os processos democráticos à mera questão de números ou apontam para as “imperfeições” da democracia representativa, tida por formal, visando a substituí-la pela democracia participativa, são, na verdade, os que procuram miná-la por dentro. Se a questão do número fosse central na definição da democracia, deveríamos considerar os regimes totalitários como “democráticos”, dado o assentimento popular que produziram. Da mesma maneira, os que criticam o caráter “formal” da democracia ou seu caráter “liberal” são também os que a consideram uma mera forma burguesa de dominação, que deveria ser substituída por uma “outra” forma de democracia, a popular ou “direta”, na verdade dominada por um partido que se apropria do aparelho do Estado.

A força das idéias. Idéias não são produtos neutros, meros reflexos de nossos comportamentos ou de processos sócio-econômicos. Evidentemente, podemos dizer que elas expressam nossos desejos ou estão também a serviço de relações sócio-econômicas ou políticas⁶. Muitas vezes idéias são formas indiretas de satisfação dos desejos⁷. Elas são, no entanto, mais do que isso, porque conformam nossa visão do mundo. Elas atuam, por sua vez, sobre os desejos e sobre as relações sócio-econômicas. Graças a essas formas de interação, elaboram-se os processos de transformação das relações humanas, que passam a se pautar por outras concepções, idéias e ideais. Na verdade, jamais abordamos o mundo de uma forma direta, entendendo por direta uma abordagem que carecesse de idéias ou que as formasse pela primeira vez nesse contato. Sempre conhecemos a partir de determinadas idéias e concepções, que tanto exprimem nossa forma de vida como a ela conferem um determinado enfoque. Idéias estão enraizadas em nossas formas de vida, fazem dela parte, mas constituem, por assim dizer, a sua parte racional, aquela que é capaz de elaborar justificações e conferir novos cursos às ações. Nosso olhar do mundo é sempre conformado por uma determinada ótica, recortando determinados aspectos e descartando outros, pondo em realce certas propriedades e menosprezando outras. Aquilo que “existe”, o que consideramos como “realidade”, é produto de uma forma de atribuição. Vemos sempre o mundo a partir de uma determinada perspectiva que orienta a nossa ação e fortalece ou não nossas convicções.

A disputa por idéias torna-se central tanto para fazer progredir uma sociedade quanto para obstaculizar o seu desenvolvimento. Idéias orientam a ação num determinado sentido ou num outro. Elas podem seja liberar novos processos, seja impedi-los. Tudo depende do modo graças ao qual são formadas, elaboradas e

aceitas. Por exemplo, insistir no valor do “socialismo” ou do “comunismo” pode ser um fator importante no fazer com que uma certa sociedade se imobilize, vítima de suas contradições internas ou de uma certa concepção de que o Estado deve tudo controlar, inclusive a vida particular das pessoas e as relações de mercado. Por outro lado, pensar que as relações entre o Estado e a sociedade civil devem ser redesenhadas pode ser um indicativo de que novas idéias estão sendo geradas, suscetíveis de fazerem com que as funções estatais, privadas e sociais, sejam compreendidas diferentemente, dando lugar, praticamente, a novas formas de organização das relações entre os homens. Se a sociedade e o Estado se apresentam hoje de uma determinada forma, essa configuração é o resultado de um longo processo histórico que terminou por concretizar certas idéias e não outras.

Fundamento normativo da democracia. A democracia tanto pode ser considerada como um conjunto qualquer de regras, contraposto a um outro conjunto de regras, quanto como um conjunto de regras normativamente orientado.

No primeiro caso, poderíamos fazer uso de proposições descritivas, que apresentariam quais são essas regras em uso em determinadas sociedades ocidentais, de tipo capitalista, as quais são colocadas ao lado de outras sociedades de tipo teológico-político, ou de partido único, totalmente controladas pelo Estado, e assim por diante. Extrairíamos da observação certas regras que nos permitiriam definir uma determinada sociedade como democrática⁸ à diferença das demais. Assim, teríamos eleições periódicas, rotatividade do poder, direito das minorias que podem se tornar maioria amanhã e direitos que asseguram essa forma de participação. Entretanto, não poderíamos inferir, dessas propriedades que fazem parte do conceito de democracia assim construído, nenhum juízo de valor, como se essa forma de organização política fosse, de alguma maneira, superior a outras formas de organização política. Por exemplo, não poderíamos, nessa linha de argumentação, dizer que uma sociedade democrática é melhor do que uma sociedade comunista, ambas sendo alternativas igualmente possíveis de disputa pelo poder.

6 Marx. Prefácio à *Crítica da economia política*. In: Oeuvres philosophiques. Paris, Gallimard, 1982.

7 Hobbes, Thomas. *Leviatã*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, Coleção os Pensadores, São Paulo, Editora Abril, 1983, e Freud, S. *Para além do Princípio do Prazer*. Rio de Janeiro, Imago e o Malestar na Civilização. Rio de Janeiro, Imago.

8 Bobbio, Norberto. *Qual socialismo?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

No segundo caso, introduziríamos considerações de ordem valorativa, fundadas na própria idéia democrática, permitindo assim diferenciá-la de outras formas de organização das relações de poder. Assim, dizemos que a democracia está baseada na *Declaração dos Direitos humanos*, o que introduz no fundamento dessas regras uma concepção universal de homem, independentemente de considerações de religião, cor, credo ou sexo. Trabalhada nessa perspectiva, a regra democrática é vista na perspectiva de sua justificação, de tal maneira que, em qualquer situação, cabe sempre a pergunta sobre se uma determinada regra vale apenas para um grupo, para a sociedade como um todo ou para a humanidade no seu conjunto. Enfocada sob essa ótica, a democracia é considerada como tendo um valor universal⁹ e não apenas instrumental. Logo, o conceito de democracia se torna indissociável dos conceitos de liberdade e de igualdade. Liberdade em suas acepções de liberdade política, de pensamento, de expressão, de imprensa, de religião, de organização sindical e partidária. Igualdade em suas acepções de igualdade de todos perante a lei, de oportunidades e de exercício dos direitos de todos.

Em consequência, a dificuldade de elaboração e de compreensão da democracia reside em que as regras que a constituem não são valorativamente neutras, mas embutem ideais que foram gradativamente se concretizando nas formas de organização política. Por exemplo, a ninguém ocorreria hoje, numa sociedade democrática, negar o direito de voto às mulheres. Consideramos esse direito como algo perfeitamente “natural”. Ocorre, contudo, que esse “natural” é histórico, produto de um longo percurso que fez com que, politicamente, as mulheres caíssem dentro do conceito de humanidade e dele não fossem alijadas. Se as sociedades democráticas se fundam numa idéia universal de humanidade, uma parte dela não pode, evidentemente, ficar excluída. Logo, esse fato, o direito universal das mulheres, é moldado por uma determinada idéia. Fatos políticos, particularmente os de sociedades democráticas, são “moldados por valores”¹⁰.

Democracia e representatividade. A democracia é fruto de um longo aprendizado histórico¹¹, no qual se concretizaram diferentes experiências políticas, orientadas, genericamente, por um ideal, segundo o qual as lutas pelo poder, inerentes ao ser humano, poderiam ser equacionadas por meios pacíficos, via utilização de determinados procedimentos por todos reconhecidos. Remotamente, sempre se utiliza o “modelo” da Atenas clássica, como se esse pudesse ser, de alguma forma, reutilizado no mundo contemporâneo. O que a Atenas clássica nos oferece é uma idéia de regramento dos conflitos políticos, baseada numa assembléia pública

que permitia o encontro e o face a face dos cidadãos, e cujas decisões, uma vez tomadas graças ao uso da razão e do discurso, passavam a ser válidas para todos. Observe-se igualmente que a escolha dos dirigentes e governantes era feita por sorteio. Ora, as condições de exercício da democracia ateniense residiam numa pequena comunidade territorial, organizada segundo valores comuns, da filosofia à religião, passando pela arte, e numa forma de estipulação de quem era cidadão. Sob essa ótica, as mulheres, os metecas e os escravos (ou seja, o mundo do trabalho) estavam excluídos da cidadania. Ademais, como se depreende dessa situação, não havia partidos políticos, nem eleições como as conhecemos hoje. Ou seja, a democracia ateniense só pôde vicejar, e por pouco tempo, em uma época completamente diferente da nossa. Hobbes¹², crítico mordaz dessa forma de democracia, identificada por ele como direta e não representativa, atribuiu-lhe a instabilidade que vicejava nessa pólis, o seu caráter arbitrário e a responsabilidade por sua curta existência graças às lutas fratricidas que lá se desenvolveram.

A noção de democracia representativa nasce de uma constelação histórica onde confluem:

a) o tamanho do território e a densidade populacional. Como vimos a propósito da democracia ateniense, a sua forma de participação estava baseada num território exíguo, de baixa densidade populacional, o que viabilizava a reunião das pessoas, o conhecimento mútuo e um tipo de discussão que possibilitava o diálogo. Pelas condições físicas, esse tipo de democracia só é viável em pequenas comunidades, de tal maneira que, cessando essas condições, essa forma democrática deixa de existir. Nas condições dos grandes Estados, da dimensão territorial de um Brasil e cuja população soma mais de 150.000.000 de habitantes, coloca-se como uma questão incontornável a representação política, baseada na delegação de poderes. Observe-se ainda que, sob essas condições, não cabe tampouco falar de democracia direta ou participativa em cidades com centenas de milhares de habitantes, quando não de milhões;

b) a separação entre a esfera privada e a pública. Uma democracia de tipo direta ou participativa exige que os indivíduos ocupem-se necessariamente da política, sob pena de se virem alijados das decisões políticas ou de não terem seus interesses mais

9 Cf. Coutinho, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. E Rosenfield, Denis L. *O que é democracia*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

10 Sartori, op. cit., p. 13.

11 Ibid, p. 7

12 Hobbes, Thomas. *De Cive*, Petrópolis, Vozes, 1993.

imediatos satisfeitos. A questão poderia ser colocada de uma outra maneira: por que deveriam os cidadãos se ocupar todo o tempo de problemas políticos? A idéia de uma politização completa da sociedade é uma idéia nova, como se fosse necessária uma revolução das relações sociais, que seria a culminação desse processo de politização. Ou seja, essa idéia vem associada a uma outra, a saber, a sociedade deveria ser submetida a um processo de “revolução cultural” cujo objetivo seria a mudança de mentalidades, condição prévia de uma mudança política mais abrangente. Ora, modernas sociedades de mercado estão baseadas na idéia de que os cidadãos podem escolher participar ou não de assuntos políticos. Para isso, há a representação, onde, mediante delegação de poder, alguns indivíduos, os políticos, têm como função principal tratar da coisa pública. Os demais cidadãos, mediante processos de controle como as eleições, podem se dedicar a seus afazeres privados, tendo como único objetivo a sua satisfação material e particular;

c) o trabalho. Com as sociedades modernas, o trabalho deixa a esfera familiar, como era o caso na pólis grega, e toma conta das relações sociais. O trabalho torna-se uma condição mesma da sobrevivência de todos, e não somente daqueles que tinham nesta sua função única, como era o caso dos escravos. Ou seja, a sobrevivência material e, de uma forma mais abrangente, a vida em geral são consideradas não apenas como condições das relações sociais, mas o seu usufruto depende da livre escolha de cada um. O trabalho toma conta da vida de cada um e coloca-se assim o problema do que fazer com o seu fruto e o da utilização do tempo livre. A jornada de trabalho em todos os países desenvolvidos tende a ser cada vez menor. O entretenimento, por exemplo, é uma opção dos indivíduos que, fora da esfera do trabalho, podem dedicar-se ao que mais lhes aprouver. Se quiserem, por exemplo, escolher, na televisão, um filme, um programa de auditório ou um noticiário, essa escolha permanece estritamente individual e não pode – nem deve – ser regulamentada pelo Estado;

d) a competição. A moderna sociedade de mercado está baseada na competição, no mérito, de tal maneira que as condições de sucesso em muito dependem da persistência, da perseverança, da formação individual e da emulação, sob regras que exigem a atenção constante de todos. Ademais, num mundo globalizado, o patamar de competição adquire um nível mais elevado, de tal maneira que o concorrente não é mais o indivíduo próximo, de certa forma o vizinho, mas uma pessoa ou empresa anônima que influencia as decisões de cada um. E anônima em escala planetária. Sob essas condições, a utilização do tempo das

pessoas é deixada ao arbítrio de cada um, a política podendo entrar ou não entre aquelas condições que tornam o emprego do tempo individual mais seguro e mais profíquo. Mesmo as formas ditas de orçamento participativo podem ser vistas sob essa ótica, pois, por exemplo, a limpeza de uma praça ou a criação de uma nova creche não teriam porque depender da participação dos cidadãos. Para isso elegem prefeitos e vereadores, além de pagarem impostos que mantêm toda uma burocracia estatal;

e) a cena pública. Uma sociedade democrática contemporânea baseia-se em um espaço livre no qual se forma a opinião pública. Disputas partidárias, por exemplo, consistem em lutas regradas pelo poder que têm nos cidadãos os seus árbitros, os que decidirão os vencedores. As opiniões e convicções de todos os atores – e não apenas dos políticos – se formam em um espaço de confrontação e composição que tem na palavra e na imagem os seus elementos de conformação. Elabora-se toda um conjunto de idéias e valores mediante os quais a sociedade se representa, se imagina e, assim, se pensa, tendo como resultado aquilo que viemos a considerar como o senso comum, que é tão comum quanto o denominador comum de diferentes discursos, sentimentos e imagens. Eis por que é tão importante a conquista da opinião pública, pois graças a ela adesões se constroem e certas ações se fazem possíveis. Pode-se, de certa maneira, dizer que a democracia representativa se caracteriza pelo modo através do qual a consciência de cada um é formada pela opinião pública e como essa se materializa via determinada delegação de poder e desenho das relações entre a sociedade civil e o Estado;

f) a mídia. A disputa pela consciência de cada indivíduo, tanto do ponto de vista político, quanto empresarial, torna-se assim central na perspectiva de estruturação das sociedades contemporâneas. A imprensa, o rádio, a televisão, o celular e a internet mudaram completamente o modo através do qual as pessoas vêem e são vistas, o modo graças ao qual se compreendem e compreendem os demais. O mundo do face à face direto tornou-se um mundo de relações indiretas. Se durante séculos, a imprensa e os livros em geral eram o modo privilegiado de acesso à informação e às formas de vida em geral, com a transmissão rádio-visual e, mais recentemente, com o mundo digital, as formas de escuta e de visão mudaram radicalmente. Em ondas radiofônicas, as pessoas se acostumam a escutar determinados locutores e podem, via telefone, fax ou email, participar de determinados programas, produzindo assim uma forma de interatividade. Na televisão, a imagem aparece com força, tornando-se, inclusive, o “testemunho” de determinados fatos, que

terminam por formar a consciência individual, o juízo que cada um faz dos outros. O pensamento estrutura-se aqui pela imagem e a sua conquista torna-se uma meta daqueles que, no Estado, procuram dar forma a certas políticas governamentais. Os grupos econômicos, por sua vez, tanto podem procurar retratar a realidade como induzir certos comportamentos, segundo determinadas estratégias, tudo dependendo do compromisso que tenham com a verdade. Na internet, esses processos são ainda mais potencializados, pois um outro elemento é introduzido: a interatividade, com meios multimidiáticos, graças ao uso do computador. Eis por que a luta pelo controle e regulamentação desses meios de comunicação se torna uma das matérias mais candentes da discussão atual.

Democracia de referendo. O desenvolvimento dos modernos meios de comunicação, sobretudo com a interatividade, recoloca-se a questão de que “muitos” ou “todos” poderiam decidir sobre assuntos concretos se fossem consultados. “O espaço digital” seria aqui um substitutivo do “espaço geográfico”, viabilizando uma outra forma de participação. A democracia de referendo seria um tipo de democracia direta que poderia vir a realizar-se em sociedades contemporâneas, na medida em que ela permite superar a questão geográfica e populacional que impediam uma decisão autônoma do indivíduo no que diz respeito aos problemas centrais da política. O problema, contudo, reside nesse tipo de participação com suas condições específicas, pois não é a mesma coisa, por exemplo, que os cidadãos de um país decidam sobre grandes temas específicos, produtos de uma longa discussão, e a prática por assim dizer usual e cotidiana do referendo, que introduziria outras questões. No primeiro caso, a participação por referendo seria um complemento da democracia representativa em assuntos de alta mobilização e importância, sem que as condições da representação fossem alteradas. No segundo caso, haveria uma completa modificação dessas condições, com a própria transformação, senão abolição, da democracia representativa.

Os problemas aqui residiriam em que: a) a decisão caberia a indivíduos isolados que não interagiriam com os demais, como era o caso da democracia ateniense. Um indivíduo atomizado, confrontado com sua própria máquina, decidiria a partir daquilo que lhe foi colocado ou imposto, sem que houvesse uma troca de opiniões. Não esqueçamos que a troca de opiniões seria uma condição da participação direta. Um indivíduo numa tal posição seria particularmente manipulável por aqueles formadores de opinião que elaborariam as questões a serem decididas e as suas condições. Perde-se o processo da interação, do face a face, capaz de alterar as opiniões individuais, dando lugar a um processo

de elaboração coletivo¹³, particularmente sujeito ao controle político-midiático; b) os indivíduos poderiam ser assim facilmente manipuláveis por processos de resposta imediata a impulsos midiáticos, que suprimiriam o tempo necessário à formação do pensamento e à elaboração do juízo. Ademais, com o predomínio da imagem, a realidade vista se sobrepujaria às realidades não vistas, que constituem o terreno próprio da política. Por exemplo, ninguém “vê” a liberdade embora ela seja um princípio que norteia a ação ou deveria norteá-la. Ou seja, poder-se-ia criar um sistema de estímulo/resposta que faria a economia da reflexão, abrindo espaço para uma maior independência da versão sobre os fatos versados. A participação política poderia tornar-se uma espécie de behaviorismo político, reduzindo o comportamento humano a um sistema de estímulo digital que se apresentaria como “livre”; c) a participação individual seria, num grande país, completamente diluída, de tal maneira que os ganhos da relação dita direta seriam contrabalançados por uma menor participação¹⁴, pois a atomização seria levada ao seu extremo. O conjunto dos cidadãos seria um conjunto de indivíduos ainda mais isolados uns dos outros, que perderiam o trabalho da mediação política realizado pelo governo representativo. Não esqueçamos que eleições são o produto de um longo processo de formação da opinião pública que passa por partidos políticos, por instâncias representativas como o parlamento e o judiciário e pelos meios de comunicação. Logo, não se poderia dizer que a democracia de referendo seja participativa nem representativa, por ser suprimida essa forma de intermediação; d) os direitos das minorias terminariam por não ser reconhecidos, na medida em que não se constitui um espaço público, representativo, onde esses direitos poderiam se afirmar. Maioria e minoria seriam apenas nomes que qualificariam “vitoriosos” e “derrotados” virtuais num processo extremamente volátil, que não permitiriam a sua consolidação e superação. Ou seja, perder-se-ia precisamente a forma de constituição dos “direitos” das minorias, pois essas sobrepujariam possivelmente, num segundo momento, a “maioria” anteriormente constituída. Pode-se dizer que uma democracia de referendo seria uma democracia de maiorias voláteis, suscetível de ser controlada diretamente por pequenos grupos que controlariam os meios de comunicação, o que poderia levar, a longo prazo, à supressão da própria competitividade. A “volatilidade” termina por apagar a distinção entre “maioria” e “minorias” com os direitos e instituições a ela relacionados.

13 Sartori, op. cit., p. 157

1414 Ibid, p. 159

Três posições sobre a democracia. Vejamos sucintamente três posições sobre a democracia, para que possamos melhor avaliar o que está em questão:

1. Aristóteles. Aristóteles¹⁵ dividia os regimes políticos em três tipos, cada um tendo, por sua vez, uma forma degradada. Havia os “bons regimes políticos”, aos quais correspondiam a monarquia, ou governo do melhor, a aristocracia, ou governo dos melhores, e a “politéia” (república seria talvez uma tradução adequada), ou governo da maioria, entendida como os melhores em número muito elevado. A consideração normativa era determinada pela “causa final”, ou seja, a finalidade constitutiva da polis enquanto voltada para a realização do bem-comum, independentemente de que fosse conduzida por um, por alguns ou pela maioria. Em todo caso, a questão dos “melhores” e a da “boa” cidade não poderiam ser escamoteadas, sob pena de que a polis já não mais realizasse a sua finalidade, o que seria equivalente a que os seus membros voltassem a um estágio pré-político, digamos pré-cultural, caracterizado pelo jogo bruto da violência. Assim, as formas degradadas dos “bons” regimes políticos se caracterizavam pelo uso indiscriminado da violência, seja em proveito de um, de alguns ou da maioria, correspondendo, respectivamente, à tirania, à oligarquia e à democracia. Segundo sua formulação, a democracia nada mais seria do que o despotismo da maioria, conduzida por demagogos que em seu nome falam. Ou ainda, a democracia poderia ser também definida como o governo dos demagogos, dos mestres do discurso;

2. Hobbes. Confrontado a essa formulação, Hobbes¹⁶, leitor atento de Aristóteles, a considerou como infundada, pois os regimes políticos não se caracterizam por uma consideração de ordem valorativa, sempre difícil de se determinar. Os regimes políticos se definem apenas por uma questão de nome, envolvendo, descriptivamente, o governo de um, o governo de alguns ou o governo de muitos ou da maioria. Desaparece, então, a distinção aristotélica entre “bons” e “maus” regimes, tudo dependendo de um ato de nomeação dos que se sentem, por exemplo, descontentes e empregam, assim, um termo que consideram pejorativos. Por exemplo, os descontentes com o governo de um só o consideram uma “tirania”. Os que lhe são favoráveis o consideram uma monarquia e assim por diante. No entanto, Hobbes introduziu um outro critério de discriminação dos regimes políticos, partindo de uma definição do Estado, cuja finalidade consiste em assegurar a paz pública e em evitar a morte violenta. Se o Estado cumpre essa sua função central, tanto faz que ele seja governado por um, por alguns ou pela maioria. Poderíamos mesmo dizer que essa é uma questão empírica, dependente do

modo mediante o qual cada sociedade, segundo sua história e sua forma de representação de si, organiza as suas relações de poder. Em todo caso, sublinhemos que Hobbes, ao tratar da democracia, não visa ao que entendemos por democracia representativa, mas sim à forma ateniense de democracia direta. Para ele, com efeito, a democracia ateniense era um regime político que produzia a instabilidade institucional, sendo essa, na verdade, a causa de sua vida curta. Insistamos sobre esse ponto: a democracia, para Hobbes, corresponde à forma direta, desorganizada e instável da participação, para ele fonte inesgotável de conflitos, e se tornando, portanto, incapaz de assegurar a segurança pública. Em sua concepção, a democracia representativa corresponderia a uma forma de delegação ordenada de poder, com formas estritas de controle, que poderiam desembocar seja no governo de um (presidente da república, por exemplo), de alguns (um conselho ou governo parlamentar) ou da maioria (numa modalidade mais complexa de estabelecimento);

3. Hegel. Hegel¹⁷, por sua vez, era claramente partidário de um governo representativo, baseado numa divisão de poderes que convergia na figura do monarca, a quem cabia a decisão final dos assuntos de governo. Na verdade, ele procura apresentar uma forma de organização política do Estado que leve em conta tanto a questão do número, quanto a dos melhores. Eis por que ele atribuirá tanta importância à cultura, à formação do homem. A sociedade deveria se articular ao Estado segundo instâncias representativas, que permeariam as relações sociais e políticas, reservando a cada uma delas funções definidas, sem que uma pudesse usurpar ou se sobrepor às das outras. Ele não aceita a atomização própria da sociedade moderna, que retira o indivíduo do seu grupo familiar, social e profissional. Neste sentido, pode-se dizer que as esferas sociais, jurídicas, policiais e, mais propriamente, de governo guardam as suas esferas próprias de atuação, todas concorrendo à conservação do Estado e da sociedade no seu conjunto. Na esteira de Hobbes, cabe ao Estado assegurar a paz pública, evitando que os homens caiam no estado de natureza, na guerra de todos contra todos, o que pode produzir-se em tempos de guerra civil ou de guerra entre Estados.

15 Aristóteles. Política I. The Complete Works of Aristotle, The Revised Oxford Translation. Princeton/Bollingen Series LXXXI, 1, 1995. Org. H. Barnes. Cf. também meu livro Lições de filosofia política. Porto Alegre, L & PM, 1996.

16 Hobbes, op. cit.

17 Hegel. Princípios da Filosofia do direito. Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 1971.

Muito se tem dito de sua posição antidemocrática sem que se dê a atenção devida ao que ele entende por democracia. Para ele, democracia significa democracia direta¹⁸, ou seja, a eliminação das formas representativas que instaura uma forma de governo despótico, sem as correspondentes mediações sociais e políticas. Mais especificamente, ele tinha em mente a “ditadura jacobina”, ou seja, o governo do terror sob Robespierre. Logo, a equação era constituída pelos termos democracia, democracia direta e terror jacobino. O descontrole revolucionário era identificado à democracia direta, ou àqueles que falavam em nome do povo e impediam que surgisse um Estado capaz de organizar as relações políticas entre os homens, evitando o uso indiscriminado e arbitrário da violência. Por sua vez, as formas do governo livre eram a monarquia constitucional e a república, baseadas em regras e instituições que estruturavam representativamente as relações sociais e políticas.

O governo do povo. O que pode bem significar essa expressão, senão que ela se apóia sobre uma ficção, uma espécie de operador que nos permite identificar, segundo a concepção vigente, aqueles que “deveriam” governar. Ou seja, segundo uma determinada concepção de povo, viremos a organizar um tipo determinado de “governo”. Isto é mais ou menos equivalente a dizer que o governo do povo é o governo feito a partir de uma certa definição, na verdade um nome, que serve às mais distintas conveniências políticas. Esse equívoco proveniente da palavra “demo” se deve a que nem o percebemos mais, pois há uma certa tendência enraizada em nosso senso comum de que o povo é constituído por uma classe ou grupo social mais desfavorecido. Se explorarmos, porém, o seu significado, veremos que sua definição se torna progressivamente mais problemática, podendo surgir um descompasso entre aquilo que consideramos como democracia e uma certa concepção de povo veiculada ao lado ou separadamente dessa consideração¹⁹.

A grande dificuldade consiste em determinar “quem é o povo”²⁰, pois essa palavra abriga uma multiplicidade de conotações, cada uma delas podendo dar lugar a posicionamentos distintos, alguns conduzindo mesmo à negação da democracia. Se tomarmos as acepções correntes de “povo”, veremos que a discordância surge assim que procuramos definir mais precisamente essa palavra. “Povo” pode ser tomado como significando os “trabalhadores”, os “desfavo-

recidos”, os “excluídos”, ou ainda, a “maioria” de um determinado país.

O significado de “trabalhadores” é difícil de circunscrever. Se um partido se diz “dos trabalhadores”, ao que se visa com tal expressão? Trabalhadores significam apenas trabalhadores manuais, de uma indústria automobilística, por exemplo, ou trabalhadores de um escritório de informática, cujos salários são bem superiores aos de uma indústria como a mencionada? O que os une do ponto de vista de seus interesses? Desempregados, por sua vez, não são “trabalhadores”, senão potencialmente, por estarem excluídos do mercado do trabalho. Neste caso, um partido desse tipo não responderia aos interesses dos “desempregados”? Ou os “trabalhadores” são os funcionários públicos, alguns dos quais têm privilégios corporativos que são recusados a outros trabalhadores. Estamos, então, utilizando o conceito de trabalhadores de uma maneira equívoca. E profissionais liberais, médicos e advogados, por exemplo, são também “trabalhadores”. Se o salário de uns for 100 vezes o salário mínimo de outros, podemos dizer que são “trabalhadores” no mesmo sentido? Empresários seriam ainda considerados “trabalhadores” ou não? O que denota o conceito trabalhador?

Se dissermos que o “povo” é constituído pelos “desfavorecidos” ou “excluídos”, estaremos utilizando essa palavra em uma outra acepção. Diremos que ela representa uma fração da população que excluiria, por sua vez, o conjunto dos funcionários públicos, dos trabalhadores sindicalizados, dos profissionais liberais, de profissionais autônomos, dos professores, dos militantes partidários orgânicos e dos empresários. Ficaríamos com uma franja populacional que excluiria uma outra parte da mesma população por esta cair sob uma outra acepção de povo. Poderíamos ter assim um “governo do povo” contra uma ampla parte da população, inclusive de trabalhadores, que não poderia, por definição, fazer parte deste poder. Em suma, uma espécie de “povo” contra “povo”. Os conceitos orientam as formas mediante as quais se estruturam as relações de poder.

18 Hegel. “Reformbill”. In: Politische Schriften. Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 1966.

19 Sartori, op.cit., p. 40-59, sobre o significado da palavra povo.

20 Cf. para uma excelente colocação desse problema, Sartori. Ibid., p. 40-58.

Se dissermos que o governo democrático ou governo do povo é o governo da maioria, nos defrontaremos com o problema de determinar como se constitui essa maioria, sem a desvantagem de uma definição que cobriria somente uma parte da população como povo. A constituição dessa maioria poderia, portanto, ter como condição um mero conjunto de indivíduos, que estabeleceria a base possível de um cálculo. Neste caso, coloca-se a questão de como os indivíduos, enquanto indivíduos, podem ser consultados no que diz respeito aos assuntos políticos. Temos, então, a vantagem de prescindir de uma definição, cujo modo de elaboração poria em marcha aqueles que controlam essa definição e dizem falar em seu nome. Com o recurso do cálculo baseado em individualidades independentes, as eleições se tornam momentos de constituição dessas majorias, onde se misturam, enquanto indivíduos e não como todos orgânicos, “trabalhadores”, “desfavorecidos”, “excluídos”, “não trabalhadores”, “favorecidos” e “incluídos” em torno de um determinado procedimento de escolha de políticas governamentais e de dirigentes.

Os regimes totalitários foram o exemplo mais claro do que significa um grupo de políticos, organizado em um partido centralizado, falar em nome do todo. Os comunistas, em particular, foram os mestres desta arte de discurso. Em nome de uma abstração, de uma ficção, no caso a de representarem os “proletários” ou, mais usualmente hoje, o “povo” ou os “excluídos”, eles terminaram por usurpar o poder do Estado sem nenhum tipo de controle e voltando, inclusive, a violência contra os mesmos “proletários” ou “povo” que diziam representar. Em sua caminhada para o poder e, depois, no seu exercício, eles vieram a controlar totalmente os meios de comunicação como instrumento mesmo de sua dominação. Os mestres da palavra, os demagogos, viram nos meios de comunicação o modo mais apropriado de conquista e de conservação do poder, pois, assim, controlavam as consciências de todos, impondo-se, simultaneamente, como os “representantes” do povo.

Como estava proibida qualquer meio de verificação dessa “representação auto-outorgada”, a mensagem difundida radiofonicamente, por meio da imprensa e televisamente, com a ajuda de imagens, quando este meio foi criado em alguns países que mantinham ainda um regime totalitário ou aparentado, tornou-se uma condição do exercício deste tipo de poder. Nestes regimes, eleições não eram “necessárias”, pois os dirigentes se diziam ser o povo: eles “eram” o povo. Logo, bastava a eles se consultarem. Na Alemanha nazista havia também um completo controle da população via rádio, de tal maneira que ocorria uma com-

pleta identificação entre o “Führer” e o “povo”. Fidel Castro, por sua vez, consulta apenas a si mesmo e aos seus colegas do politburo, alguns parentes seus, como o próprio ministro da Defesa, Raul Castro. Neste sentido ainda mais restrito, a própria “família” pode ser o setor central do povo. O exemplo da Coreia do Norte é particularmente eloquente neste sentido, pois o poder se transmite hereditariamente lá. As ditaduras direitistas da América Latina seguem um processo do mesmo tipo. Eis por que eles proíbem eleições livres, pois essas romperiam com essa identificação entre “o povo” e a “elite partidária”, introduzindo numa cena feita assim pública novos atores.

Esse tipo de poder apóia-se numa ilimitação, numa ausência de controle, de tal maneira que os seus detentores não são propriamente “representantes”, pois há em curso uma identificação entre o dizer-se poder e o ser poder. Quando um poder se exerce em nome do povo e esse “em nome de” é apropriado por uma elite partidária que se atribui essa forma de dizer, todos os que não fazem parte desse enunciado tornam-se adversários e virtuais inimigos. O poder que se pretende absoluto não admite forma nenhuma de contestação e, menos ainda, aquela que pode minar os seus próprios fundamentos. Se observarmos o dizer daqueles que procuram implantar, em dimensões nacionais, uma forma de “democracia direta”, impossível por definição, como vimos, em países de ampla extensão territorial e grande densidade populacional, constataremos que eles visam, na verdade, a uma autonomização dessa fala, desse discurso, de tal maneira que possam se apresentar como os verdadeiros democratas, no ato mesmo de eliminação das formas indiretas de representação. “Democratas” contra a democracia.

O “povo”, uma vez abandonada essa forma de consideração, pode ser visto como um conceito que permite adotar uma regra de procedimento para definir uma certa maioria sob certas condições históricas e políticas. A sua condição, no entanto, reside em que se deixe de lado uma formulação unitária de povo, como significando um determinado grupo populacional à exclusão de outros, e se adote uma outra concepção, a saber, a de que o governo do povo é o governo de uma certa maioria constituída por indivíduos que decidem, quais indivíduos, os assuntos políticos em processos eleitorais, que pressupõem determinadas condições de exercício da liberdade. Os indivíduos votam em situações sempre mutáveis, de tal maneira que uma maioria, hoje formada, pode tornar-se minoria amanhã. Faz-se preciso, entretanto, para que esse jogo eleitoral possa ter lugar, regras que assegurem a todos os mesmos direitos para que esse jogo eleitoral

possa ter lugar. “Povo” torna-se assim uma regra de procedimento eleitoral, que envolve certas condições como liberdade de expressão, pluralismo de propostas e liberdade de organização política. Eis por que os meios de comunicação não podem ser controlados pelo Estado, embora fiquem a mercê de forças políticas e econômicas que procuram trazer para o seu lado os resultados eleitorais. De qualquer maneira, regras são adotadas com o intuito de permitirem, por mudança de opinião dos indivíduos, a reconstituição de novas maiorias via defesa dos direitos de minorias que, amanhã, podem, por exemplo, ganhar uma eleição, alterando a relação de poder vigente.

Logo, chega-se, por essa via, à concepção de um governo representativo, que limite o poder e estabeleça meios de revogação daqueles que o exercem sob as condições de uma maioria estabelecida segundo circunstâncias determinadas. O poder, nessas condições, não pode ser um governo absoluto, pois o seu exercício depende de formas de controle, de regras, que estabelecem, periodicamente, formas de verificação de novas maiorias por intermédio da eleição dos mesmos ou de novos representantes. Todo o processo, inclusive nos interstícios eleitorais, consiste, no seu aspecto político, em estabelecer formas de validação ou de contestação dos que, neste momento, exercem o poder, dos que estão em posse – por definição provisória – da representação. Jamais se deve abandonar a concepção de que o povo, organicamente, não passa de uma ficção, a sua função consistindo em uma regra, em um procedimento, apoiada numa idéia aberta à sua reformulação e recontextualização. Por exemplo, numa determinada época, a idéia de povo excluía as mulheres, em outra, as incluiu, o que altera, e decisivamente, uma apuração eleitoral com o comparecimento de outras cidadãs, que são doravante objeto de uma adesão possível, objeto de convencimento de uma determinada proposta política.

Opinião pública e crença. A opinião pode perder a sua volatilidade quando se ancora na crença²¹ e deixa de ser propriamente opinião para ser um conjunto fixo e imutável de valores que não admite contestação. Com efeito, a opinião se distingue da **epistème**, do saber, do conhecimento científico, por carecer de uma comprovação, que é levada a cabo por este último através de provas e demonstrações. No caso da matemática, de uma forma *a priori* e, no caso das ciências experimentais, de uma forma **a posteriori**. Quando

se tem uma opinião, não necessariamente esta é ou pode ser objeto de demonstração. Pode-se, portanto, dizer que opiniões são formas fracas de conhecimento, que podem se tornar fortes mediante procedimentos demonstrativos, o que as elevaria a uma forma propriamente dita de conhecimento. No que diz respeito à opinião pública, que se trata de um ente coletivo, não temos o recurso da demonstração ou da prova, pois o que esse ente coletivo se representa como verdade ou realidade é algo exposto a um número virtualmente infinito de fatores que o torna essencialmente mutável. Num mundo digital, essa complexidade é ainda maior, pois as formas de influenciar a opinião pública por intermédio dos meios de comunicação de massa são cada vez maiores. Não é possível falar de opinião pública “científica” ou de conhecimento científico público no que tange à organização política dos homens.

O próprio da opinião pública é ser mutante, não sendo possível eliminar o que é essa sua característica própria, estruturante de uma cena democrática. Num certo sentido, ela compartilha, com o conhecimento científico, a propriedade de mudar, de verificar, de ir atrás da verdade, produzindo a dúvida e o que poderíamos denominar um saudável ceticismo. Se nossas representações são cambiantes, se nossas representações são mutáveis, esses processos poderiam conduzir a uma posição intelectual de cautela diante daquilo que procura se apresentar como definitivo ou como a verdade acabada. A opinião pública poderia preencher precisamente essa função de ser considerada uma forma de sabedoria, a que reluta em acreditar em qualquer coisa, salvo naquela que pode ser cientificamente provada, tendo, portanto, passado por mentes racionais, livres, que exerceram e continuam exercendo o direito de duvidar. Ora, o perigo que ronda a opinião pública é, porém, outro, o das verdades pretensamente definitivas, o dos dogmas, o das crenças indubitáveis, o da eliminação desse seu caráter mutante. Em consequência, quando o político comparece na opinião pública sob a forma de crenças definitivas, quando o religioso em suas formas mundanas toma conta da representação das pessoas, corre-se o risco de que a opinião pública se torne crença pública e a democracia cesse de existir.

21 Sartori, Giovanni. Homo videns. Televisão e pós-pensamento. Bauru, Edusc, 2001, p. 53. “Quando, porém, tais opiniões se tornam convicções profundas e profundamente radicadas, então devem ser chamadas de crenças...”.

Eleições e liberdade de opinião. Acostumamos com o ritual das eleições como fazendo parte de uma regra fundamental de sociedades democráticas. A sua importância é de tal maneira crescente nas sociedades contemporâneas que até regimes ditatoriais se vêem na necessidade de recorrer a ela como forma de legitimação tanto interna quanto externa. Até em Cuba há “eleições”. Esses arremedos de “eleições” se traduzem via de regra por “aprovações” quase unânimes dos ditadores via falsificação de resultados e ausência das condições que fazem com que uma eleição possa ser verdadeiramente democrática, a saber, pluralidade de partidos, liberdade de organização política e, sobretudo, direito irrestrito à informação, num livre jogo de formação da opinião pública. “O poder de eleger é por se uma garantia mecânica da democracia; a garantia essencial é constituída pelas condições em que o cidadão obtém as informações e é exposto à pressão dos formadores de opinião”²².

Coloca-se como questão central do exercício da democracia o acesso à informação, a pluralidade de fontes e o direito de cada um de fazer ou não uso de suas prerrogativas políticas. Mais genericamente, a questão reside em que uma sociedade democrática deve estar assentada na liberdade, sob pena de perder progressivamente as propriedades que a caracterizam. E a liberdade em sociedades midiáticas, na era digital, está intimamente associada ao direito de opinião e ao modo em que essa é constituída, onde entram em jogo seus elementos e condições. Entre esses, destacam-se os meios de comunicação, a sua forma de propriedade, a relação da sociedade com o Estado, as fontes de programação e seus modos de regulamentação. A **res publica** contemporânea é uma **res midiática**.

Isto significa que a coisa pública, contemporaneamente, depende ainda mais da maneira mediante a qual ela é dita, vista e ouvida, num fluxo de informações jamais visto na história da humanidade. A coisa pública encontra-se progressivamente suspensa a um modo de dizer, ver e ouvir de extrema volatilidade, configurando o pensamento de múltiplas maneiras e submetendo-o a mudanças incessantes, sem que se saiba ao certo, muitas vezes, do que se está falando. Ou seja, em sociedades midiáticas, o espaço para rumores e versões as mais disparatas é progressivamente maior, tornando difícil confrontar o fato com a versão, pois basta a manipulação de uma imagem para que o olhar se desloque para um outro pensamento. Sociedades midiáticas são muito mais propensas a versões e a manipulações.

A formação da opinião pública. Para caracterizar a formação da opinião pública, Sartori retoma uma

imagem de Deutsch, segundo o qual essa formação se faz sob o modelo de uma cascata, constituída de vários níveis que constituem piscinas, onde as opiniões são elaboradas, alteradas, sempre segundo diferentes prismas, até a chegada final nos indivíduos receptores e/ou agentes no processo de dar ou não acolhida ao que foi assim transmitido. Entenda-se a transmissão como alteração, transformação contínua, de cuja variabilidade surge aquilo que denominamos opinião pública. Uma sociedade democrática faz coexistir esses diferentes níveis que interagem a partir dos meios de comunicação de massa. Pode-se, neste sentido, dizer, que os meios de comunicação de massa e os formadores de opinião²³ constituem duas “piscinas” centrais desse sistema de cascata.

Ocorre que essas “piscinas”, num mundo globalizado, operam simultaneamente em vários lugares, de tal modo que se poderia dizer, a escala planetária, que cada uma delas é o desaguadouro de outras piscinas que não fazem necessariamente parte de um mesmo sistema de cascata. Os meios de comunicação em um mundo digital são de propriedade muitas vezes multinacional, com sistema cruzado de acionistas, refletindo os interesses tanto de um grupo local quanto de outro país ou países, senão os dois simultaneamente. Os formadores de opinião, embora se expressem na língua de um país determinado, lêem, vêem ou escutam notícias em vários idiomas, segundo um sistema que forma a sua própria opinião dentro de uma escolha particular de televisões, rádios, jornais, revistas e internet. Os vasos comunicantes são virtualmente infinitos. Pode-se mesmo falar de um certo abismo da informação, dada a sua enorme potencialidade e diversificação. Se tomarmos, num caso como o Brasil, o sistema de televisão aberto e fechado, nem a língua é única, pois se o português é a língua falada no sistema aberto, o inglês, o espanhol, o francês e o alemão compõem o fechado. Se expressa aqui um outro enfoque cultural, próprio do feitio de cada um desses idiomas e do modo de vida de cada um desses países. Se hoje, no Brasil, boa parte da discussão se centra na regulamentação da televisão aberta, qualquer decisão nessa área é necessariamente provisória, dado o avanço da televisão fechada. Nos EUA, por exemplo, mais de 85% dos lares têm televisão fechada, enquanto, no Brasil, situa-se em 7,5%, contando Cabo, DTH e MMDS. A TV a Cabo conta com 2.1 milhão de assinantes, com o percentual de 4,5%²⁴.

22 Sartori, Democracia, p. 124.

23 Ibid., p. 133

24 Trata-se de 3,5 milhões de assinantes segundo dados ABTA, setembro de 2003, de um total de 46 milhões de domicílios com TV no país, conforme o IBGE.

Assinalemos igualmente que a formação da opinião pública se faz por agentes locais²⁵, que submetem as informações recebidas à sua própria forma de elaboração, visando a um público muito mais próximo e muito menos atomizado. A mídia e os agentes locais estão intimamente associados às comunidades às quais pertencem. Pense-se, por exemplo, na multiplicidade de rádios e jornais locais em pequenas e médias cidades, que obedecem a seus próprios interesses e enfoques. O prisma local não é necessariamente o regional, o nacional e o internacional, o que ajuda a relativizar a onipresença de uma única imagem ou idéia central numa sociedade livre, submetida precisamente à confluência desses diferentes prismas e modos de recebimento.

A piscina universitária. As universidades constituem, por sua vez, piscinas nesse sistema de cascatas que compõe a opinião pública. Elas são, nas sociedades contemporâneas, um dos lugares privilegiados de formação dos formadores de opinião. Dela saem os educadores, que terão papel decisivo na formação das consciências infantis, juvenis e dos próprios estudantes universitários. Da mesma maneira, os profissionais da mídia são, via-de-regra, formados em universidades, seja em escolas de jornalismo, seja em outros institutos e faculdades, onde se forma também uma certa concepção de mundo e da cultura, que virá a orientar a própria atividade jornalística e midiática em geral. E essa formação terá um curso próprio no dia a dia da atividade profissional, independente freqüentemente daquela que poderia vir a ser a orientação desejada do proprietário de um meio de comunicação determinado.

Tomemos o caso do Brasil. Nas universidades brasileiras, com particular destaque para as universidades públicas, reina incontestemente um predomínio do que poderíamos qualificar genericamente de idéias de “esquerda”. Políticos em campanha, que não defendem essas posições, raramente se aventuram nos campi universitários. O próprio Ministro da Educação Paulo Renato, do governo FHC, não visitava as universidades, o que é bastante revelador do clima então instaurado. A irradiação universitária tem sido tão importante que ela chega, inclusive, a contrarrestar o que poderia ser a opinião, por exemplo, dos proprietários dos meios de comunicação. Tomemos o caso das últimas eleições presidenciais, com a vitória de Lula. Digamos, como é “denunciado” por intelectuais de esquerda, que os grandes proprietários da mídia foram contra o candidato do PT e admitamos uma condição dessa “denúncia”, a saber, que esses proprietários não seriam apenas uma piscina desse sistema de cascata, mas um grande lago no qual desaguariam todas as piscinas. Se essa formulação fosse correta, jamais Lula teria sido eleito presidente da república. Há, portanto, uma autonomia dessa piscina no processo de formação da opinião pública que a torna independente de uma outra piscina, a dos proprietários dos meios de comunicação.

Ora, o que temos observado é que a piscina universitária tem sido fortemente influenciada por posições partidárias, o que termina também repercutindo nas salas de redação da mídia em geral, ou seja, essas salas de redação sofrem uma forte influência de partidos políticos, à revelia, digamos, das posições próprias dos proprietários desses mesmos meios de comunicação. A questão que se poderia, por sua vez, colocar é a de se a universidade não perde uma de suas funções básicas ao se perfilar majoritariamente a uma postura partidária particular. Sabemos que a tarefa fundamental da universidade consiste em voltar-se para o conhecimento, e um tipo de conhecimento determinado, cuja característica básica é a sua pretensão de validade universal.

A doutrinação educacional. As escolas de ensino básico e médio, público e privado, seguem normalmente livros textos, didáticos e para-didáticos, que moldam a mente de nossas crianças e jovens. Neles, termina por se plasmar uma determinada concepção da história, do mundo, das relações humanas, da cultura, da sociedade e da política. Muito daquilo que hoje “vemos”, é produto dessas visões que nos foram inculcadas. Um olhar, mesmo superficial, desses textos mostra um claro viés doutrinário, privilegiando o marxismo em geral, aí incluindo as suas formas vulgarizadas, tais como correspondem à decadência teórica dessa concepção no transcurso do século XX. O Brasil, curiosamente, coloca como novidade interpretativa o que, nos países em que a influência comunista foi mais importante, como a França, é hoje considerado ultrapassado como visão da história ou da educação. Pode-se dizer que a educação brasileira é permeada por um forte viés de esquerda, particularmente presente entre os professores de pedagogia e história²⁶. Os primeiros, repetidores de Paulo Freire e tendo feito como esse uma “escolha” pelo “oprimidos”, terminaram por produzir um comprometimento doutrinário e partidário nas escolas brasileiras. Em nome da liberação, procuram sufocar a liberdade. Faculdades de pedagogia se desenvolvem pelo país afora segundo um mesmo modelo doutrinário dominante, o que explica em boa medida a simpatia que o MST encontra no magistério e nos estudantes. Os segundos são responsáveis por livros textos de forte conotação marxista, que privilegiam essa abordagem em todos os períodos históricos apresentados. Até a revolução inglesa, de conotação fundamentalmente político-religiosa, é “explicada” em termos “econômicos”. É nítida a postura de posições anticapitalistas que estruturam a maior parte desses textos, o que termina reforçando o caráter doutrinário e não livre da educação. Neste sentido, pode-se dizer que a educação brasileira já se faz enviesada doutrinariamente, a que tem repercussões decisivas na formação da opinião pública.

25 Ibid., p. 133.

26 Cf. Hayek, F. “History and Politics” in *Capitalism and the Historians*. The University of Chicago Press, 1954, p. 3-29. “The Intellectuals and Socialism”, in *Studies in Philosophy, Politics and Economics*, 1949, p. 178-194.

Estrutura dos meios de comunicação. Sartori assinala justamente que as “condições que permitem uma opinião pública relativamente autônoma podem ser resumidas em dois títulos: a) um sistema de educação que não seja um sistema de doutrinação; e b) uma estrutura global de centros de influência e informação plurais e diversos”²⁷. A diversidade de enfoques e abordagens nos diferentes meios de comunicação é uma condição central de uma opinião pública autônoma, confrontada à pluralidade das influências. Isto implica a boa formação de jornalistas e uma pluralidade de proprietários, o que não significa necessariamente a diluição da propriedade, sobretudo numa sociedade capitalista estruturada segundo a acumulação de capital, que obedece inclusive a imperativos tecnológicos. No que diz respeito à formação de jornalistas, defrontamo-nos aqui com uma questão de cultura, de formação, que não pode ficar limitada, como é o caso ainda no Brasil, à formação obrigatória desses profissionais em escolas de jornalismo. Um bom jornalista econômico se forma numa escola de jornalismo ou em uma faculdade de economia? Ademais, devemos ter presente a doutrinação existente em boa parte desses centros de formação, tendo como resultado comprometimentos ideológicos em redações, que deveriam ter uma maior fidelidade à verdade, aos fatos. Análises deveriam ser mais imparciais ou, pelo menos, permeadas por confrontações baseadas em outros enfoques. No que diz respeito à pluralidade de proprietários, deveria haver entre esses uma competição semelhante à dada pelas condições do mercado²⁸, onde se faça a luta por audiência, publicidade, segundo o desempenho de cada empresa ou meio de comunicação. Pode-se, neste sentido, dizer que não há sociedade livre sem economia de mercado e, mais precisamente, não há comunicação livre sem o mercado da comunicação. A competição estabelece formas públicas de controle e favorece a pluralidade. Dito isto, deve-se evitar dois escolhos: o de pensar que a democracia coincide com a fragmentação e diluição da propriedade, o que acarretaria a dissolução dos grupos existentes e a sua recomposição por influências políticas ou por grandes grupos internacionais que não deixariam de intervir numa situação deste tipo; e o de pensar que a excessiva concentração coincide com uma sociedade de mercado na medida em que termina por aboli-la.

Uma visão pessimista do “homo videns”. Sociedades de massa são fortemente influenciadas pelos meios de comunicação, em particular pela televisão, pelo vídeo, que termina por impor uma preponderância da imagem sobre a palavra e, em particular, sobre a palavra escrita. Uma tal transformação é uma novidade histórica, que alteraria os termos de formação da cultura, mudando, inclusive, o homem tal como hoje o conhecemos. O homem de Gutenberg estaria sendo substituído pelo homem televisivo, que seria um novo tipo antropológico. Sartori suscita uma questão de fundo: o que acontece quando a imagem toma o lugar da palavra escrita? O que sucede quando o mundo visível,

através de televisão e computadores, toma o lugar do livro? Ou ainda, o que sucede quando essa forma de realidade visível é considerada como sendo a realidade “tout court”, quando sabemos que o domínio do real é bem mais amplo do que esse recorte “televisivo” e sua forma de produção?²⁹ A sua tese consiste em que o “vídeo está transformando o homo sapiens produzido pela cultura escrita em um homo videns, no qual a palavra vem sendo destronada pela imagem”³⁰. Logo, uma análise do mundo contemporâneo deveria centrar-se numa pesquisa sobre o instrumento em si, sobre o tipo de mensagem que vem a formar a opinião de cada um. A sua formulação é marcada, aliás, por um forte pessimismo, pois o predomínio do visível sobre o inteligível conduziria a um empobrecimento do pensamento, na medida em que a televisão propiciaria um “ver sem entender”, ou seja, destruiria mais saber e entender do que os transmitiria³¹.

Sartori retoma uma formulação de Cassirer, quando esse assinala que a melhor caracterização do homem é a que o define como “homem simbólico”, pois essa definição é mais abrangente do que a de “homo sapiens”, recortando todo o espectro da vida cultural do homem. Com efeito, ela daria melhor conta da religião, da arte e da política, que são formas culturais em que se faz expressamente presente o elemento simbólico. A comunicação, ao se fazer por sons, imagens e signos, produz um tipo de mensagem que estrutura tanto sapiencialmente como simbolicamente o homem, tudo dependendo, então, da forma de elaboração dessa mensagem. Se pegarmos a definição corrente da televisão como sistema de radiodifusão por sons e imagens, observaremos mais detidamente o peso que o simbólico vai ter por intermédio da mensagem televisiva, que sempre produz um impacto sobre o telespectador, o impacto visual que tende a tomar conta de nosso pensamento. Ora, sabemos que o “visual” é apenas uma forma de acesso à realidade, e muitas vezes a mais superficial. Ademais, quando vemos uma realidade por intermédio de imagens, sabemos ou podemos saber que ela é produto de um determinado recorte, de um certo enfoque que foi privilegiado. Pensemos aqui tanto na edição de um filme quanto na escolha das imagens que irão ao ar num noticioso televisivo. Ao escolher certas imagens, um diretor opta por aquilo que vai aparecer como uma determinada “realidade”. As palavras que acompanham essas imagens vão, por sua vez, enfatizar o que foi intencionalmente escolhido para ser visto e ouvido, conformando o pensamento desta maneira. E quando toda uma sociedade começa a se organizar apenas sob essa forma sonora e imagética, surge precisamente a questão de qual “realidade” será vista e em torno de qual pensamento se estruturará a opinião pública.

27 Sartori, op.cit., p. 139.

28 *ibid.*, p. 139.

29 Sartori, *Homo videns*, p. 7-8.

30 *Ibid.*, p. 7-8.

31 *Ibid.*, p. 8-9.

No limite, a formulação de Sartori reside em que, num mundo essencialmente televisivo, as imagens e as palavras que as acompanham seriam meramente denotativas, estando no lugar de coisas concretas, visíveis. Neste sentido, desapareceria a questão mais claramente conotativa, relativa ao significado das palavras, e, mais especificamente ainda, aos conceitos abstratos, que não podem ser vistos (nação, Estado, liberdade, por exemplo). É como se o mundo contemporâneo estivesse regredindo para uma etapa pré-inteligível, eminentemente visual, a do mundo sensível, imediato, em detrimento do mundo inteligível. Poderíamos, também no limite, pensar numa língua carente de conceitos abstratos, guiados somente pela relação imagem/coisa representada, onde, a rigor, só deveriam entrar nomes individuais ou nomes de pouco alcance geral. Nesta perspectiva, não se poderia tampouco falar de nomes ou conceitos universais.

Se é bem verdade que estamos aqui diante de um novo fenômeno, que pode apresentar aspectos ameaçadores ao que se considerava cultura até então, uma análise do instrumento em si, do vídeo, poderia também sinalizar outras formas de desenvolvimento, tributárias elas mesmas do tipo de televisão que se introduz. Ou ainda, num mundo multimidiático, com interação entre diferentes “instrumentos”, como já é o caso da internet, pode-se também suscitar a questão de se essa nova mudança tecnológica não poderia afetar esse domínio da imagem. A internet e sua conjunção futura com a televisão inclusive permitem recuperar a palavra escrita através de notícias, artigos de diferente complexidade e livros. Estudos recentes apontam que crianças acostumadas com a internet desenvolvem uma propensão à leitura e à sociabilidade, diminuindo o seu tempo de exposição à televisão. Deve-se ademais assinalar o perigo de tudo atribuir à televisão, pois a formação dos homens é amplamente tributária da educação, a qual ensina a cada um disciplinar as suas ocupações, sinalizando um tipo determinado de formação cultural. Uma criança que desenvolva, por exemplo, o hábito de leitura na escola poderá perfeitamente contrabalançar outros tipos de influência.

Visibilidade e existência. A televisão potencia um processo visual que constatamos diariamente em nossas vidas. O ato de ver cobra uma relevância especial. Tendemos por uma inclinação natural a atribuir evidência àquilo que vemos, de tal maneira que a nossa noção de realidade é tributária, de certa maneira, de uma soma desses veres, como se tudo o mais não existisse³². Graças a essa nossa inclinação,

viemos a atribuir existência a determinados “fatos” e não a outros, estabelecendo, assim, as bases sobre as quais elaboraremos nossos juízos de valor, dizendo de uma determinada ação ou política que ela é “boa” ou “má”, “justa” ou “injusta”³³. Também somos mais chocados por uma imagem vista do que por uma mensagem transmitida por rádio ou jornal, o que modula diferentemente nossas reações, emoções e sentimentos. A imagem de um acidente automobilístico pode nos chocar muito mais do que o genocídio em Ruanda, pois esse último “interessa” menos os meios de comunicação e a opinião pública ocidental. Ou, talvez, porque não há ninguém lá filmando essas atrocidades quando ocorrem. E a questão da imagem se transmuta em qual tipo de imagem segundo uma forma determinada de escolha – ou de não escolha –, pois sociedades livres, baseadas na competição e na pluralidade, possibilitam que um número virtualmente infinito de coisas possa ser mostrado, entrando em pauta uma multiplicidade dos fatores, dos jornalistas aos proprietários dos meios de comunicação, passando pela cultura de uma nação e sua forma específica de cena pública. De qualquer maneira, o jogo do mostrar não está previamente delimitado, como ocorre em sociedades totalitárias ou ditatoriais, que partem de posições dogmáticas previamente assumidas e que não podem ser contestadas. Surge, então, um fenômeno paradoxal, segundo o qual sociedades livres se punem de certa maneira por aquilo que mostram de si mesmas, enquanto sociedades fechadas podem, para o exterior, fazer o jogo de que nada de anormal lá está acontecendo. Pense-se na experiência comunista no século XX, onde o fechamento interno era idealizado externamente como prova de uma melhor sociedade. E intelectuais de peso fizeram esse jogo mortífero. “Mesmo de maneira involuntária (mas sem se preocupar com esse fato) a televisão penaliza os países livres e protege implicitamente os países que não gozam de liberdade, onde na realidade as ditaduras governam matando”³⁴. Se mortes não são vistas, é como se não existissem. Eis por que também os regimes totalitários ou ditatoriais não permitem a filmagem de seus atos. Alguém já viu uma transmissão televisiva dos fuzilamentos em Cuba?

32 Sartori, Homo videns: “Para o homem diante da televisão é suficiente o que vê, e aquilo que não é visto não existe”, 71.

33 Rosenfield, Denis Lerrer. Retratos do mal. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003.

34 Sartori, Homo videns, p. 75.

Mídia televisiva e partidos. A televisão não apenas retrata o mundo segundo um prisma determinado, como induz comportamentos e produz realidades conforme aquilo que é mostrado. Nela, os fatos são, por assim dizer, ainda mais diluídos, pois ela persegue o caráter cambiante da opinião pública, tanto do ponto de vista publicitário quanto do ponto de vista político. Tomemos esse último como exemplo a propósito das pesquisas de opinião quando das eleições. A pesquisa, ao atuar como uma espécie de medida de um determinado posicionamento em curso, interage com o que foi medido, influenciando-o, e às vezes decisivamente. Ou seja, a televisão apresentaria “mudanças que em larga escala ela própria promove e inspira”³⁵. A própria noção de voto útil é derivada de uma certa forma de mensuração de disputas políticas que, assim fixadas em determinados candidatos ou partidos, induz o eleitor a fazer uma opção que não seria necessariamente a sua se não tivesse sido objeto deste tipo de influência. Fica assim difícil, sobretudo em momentos eleitorais, de alta combustão, distinguir o elemento descritivo do performativo, pois grande parte dos cidadãos se deixa influenciar por pesquisas de opinião, fazendo sua o que é, na verdade, uma opinião alheia. O que o povo pensa pode se tornar o que os meios de comunicação induzem a pensar, transferindo assim uma parcela expressiva de poder a esses últimos.

Esse processo, no entanto, não depende apenas do papel da televisão abstratamente considerado, mas de contextos culturais nos quais ele está inscrito. A influência política da televisão depende dos costumes políticos, do modo mediante o qual uma determinada sociedade se encena, se põe televisivamente em cena. Sartori sugere uma interessante correlação entre a influência televisiva e a maior ou menor estruturação dos partidos políticos. Assim, nos EUA, onde o sistema partidário é fraco, a influência da televisão é muito grande, personalizando nos candidatos a força desse meio de comunicação, logo, a sua imagem. Na Inglaterra, onde o sistema partidário é forte, a influência da televisão é bem menor³⁶. A personalização política seria uma variável de uma maior ou menor estruturação do sistema partidário, que favoreceria, então, uma maior ou menor influência da televisão na formação político-eleitoral da opinião pública. Outras variáveis políticas também interfeririam nesse processo, como o modo do sistema eleitoral e os sistemas presidencialista ou parlamentarista de governo. Para o nosso propósito atual, convém assinalar que a presença maior ou menor da televisão depende de outras variáveis, partidárias e eleitorais, que potencializam ou não a sua influência ou mesmo a restringem.

No caso brasileiro, onde temos um regime presidencialista e um sistema partidário pouco estruturado, com base programática precária na sua maior parte e uma extrema mutabilidade de parlamentares, que trocam frequentemente de partido ao sabor de interesses meramente particulares, a influência da televisão tende a ser muito maior. Logo, não basta assinalar, como tem sido feito entre nós, que a influência política da televisão

é muito grande se os problemas da reforma política não forem abordados seriamente. Ou seja, a constituição de uma cena pública democrática é o resultado de um balanceamento de vários fatores, dos midiáticos aos políticos, passando pelos sociais, econômicos e culturais. Neste sentido, de nada adiantam as diatribes contra uma pretensa oligopolização ou monopolização dos meios de comunicação se os problemas de fundo do sistema partidário brasileiro não forem enfrentados.

II. Empresas, mídia e concentração

A discussão sobre o caráter específico das empresas de mídia envolve questões econômicas e tecnológicas, nacionais e internacionais, atinentes ao modo de organização de sociedades democráticas. O debate vem então a centrar-se no pluralismo da comunicação e na característica propriamente pública dessas empresas, pois, de um lado, elas são empresas como quaisquer outras, obedecendo à sua lógica específica e, de outro lado, elas têm uma influência decisiva sobre a consciência das pessoas, sobre o modo de formação da opinião pública. Mais recentemente, essa discussão tem tornado-se pública a partir de uma comparação com o que acontece nos EUA, em particular no que diz respeito aos problemas da propriedade cruzada. Começemos, portanto, por esse ponto.

EUA e Brasil. Contextos diferentes. Ressaltemos, preliminarmente, que os meios de comunicação no Brasil nasceram privados, ao contrário, por exemplo, do que ocorreu em boa parte da Europa, como na França e na Itália, por exemplo, onde essas empresas eram estatais. Nesses países, o contexto da discussão e, logo, da regulamentação, foi determinado por essa passagem do público ao privado, com as questões atinentes à história e aos costumes de cada país. Fica, portanto, difícil extrapolar a experiência desses países, na medida em que ela possui esse contorno específico. Os problemas de transição de empresas estatais para privadas envolvem um conjunto de regras muito distinto dos que provém de uma regulamentação de empresas voltadas para o mercado. Ademais, naqueles países, a pluralidade não estava assegurada por esse monopólio estatal, enquanto, entre nós, ela vigorava, desde o início, pela competição. A Record, os Diários Associados, a Globo, Band, SBT, Rede TV, CNT e Gazeta foram desde sempre empresas privadas, o que conferiu a nosso país uma lógica específica, a de empresas baseadas no mercado e usufruindo uma concessão pública. O primeiro movimento estatal ocorre com a encampação da Rádio Nacional pelo Estado Novo. Depois, durante o regime militar, uma série de emissoras públicas foi criada³⁷. É, portanto, digno de nota essa tradição empresarial privada nos meios de comunicação, pois ela destoa da tradição brasileira, fortemente marcada por empresas estatais e pela ingerência do Estado nos assuntos econômicos. Ou seja, trata-se de algo a ser valorizado e não desprezado.

35 Ibid., p. 57.

36 Ibid., p. 94.

37 Camargo, Paulo Tonet. As comunicações no Brasil – Considerações. Documento

Neste sentido, é necessário contextualizar a discussão sobre a questão da regulamentação ou desregulamentação dos meios de comunicação em função da analogia freqüentemente feita em relação aos EUA³⁸. Evidentemente, podemos e devemos sempre aprender com a experiência alheia, porém devemos igualmente estar atento a nossas diferenças. Ressaltemos que os EUA têm uma forte tradição de independência da economia de mercado, de defesa dos direitos civis, de uma sociedade civil organizada e, sobretudo, seguindo a tradição liberal inglesa, de separação das atividades governamentais das sociais e econômicas. Ou seja, a tradição americana é uma tradição de defesa da sociedade contra o Estado e de não ingerência deste nos assuntos daquela. Logo, se surge nos EUA a questão da regulamentação, ela pode ser vista sob o prisma de que as grandes empresas, em sua liberdade, terminaram por se fortalecer em demasia, pon-do em risco determinadas liberdades civis, como a da pluralidade de opiniões. Desta maneira, o Estado teria sido levado a rediscutir a questão da regulamentação ou da desregulamentação, seguindo seja as forças econômicas, seja determinadas associações civis. Importa realçar que essa discussão se faz no interior do princípio de não ingerência do Estado nos meios de comunicação, da televisão aos jornais, passando por rádios e pela internet.

Ora, o caso brasileiro parte de um outro contexto, a saber, o da ingerência do Estado nos assuntos da sociedade civil e nos das empresas e dos grupos econômicos em geral. Coloca-se aqui a questão da ausência de uma tradição no sentido do liberalismo político, que guardaria a sociedade e os cidadãos em geral ao abrigo de certas atitudes estatais. Nem os grupos econômicos são suficientemente fortes – como nos EUA – a ponto de se imporem, por si sós, junto ao Estado. Inclusive, o processo de privatização de empresas estatais é recente em nosso país e o atual partido governante era, até pouco tempo atrás, contrário a essas privatizações, embora a sua posição a respeito esteja se modificando. Realcemos, então, que uma regulamentação/desregulamentação dos meios de comunicação pode ter efeitos diversos, produtos de histórias e contextos também diferentes. Uma regulamentação dos meios de comunicação nos EUA, por exemplo, poderia visar a um maior controle das empresas que estariam reduzindo o espaço da sociedade civil, sem que surgisse a suspeita de que o governo estaria usurpando funções econômicas ou imiscuindo-se no controle da opinião, o que seria ainda mais grave na tradição liberal americana. Ora, uma regulamentação dos meios de comunicação no Brasil poderia, por sua vez, ser vista como uma ingerência

do governo, qualquer que seja, sobre a opinião pública visando a controlá-la, pois a nossa tradição é a de uma preponderância do Estado sobre a sociedade civil e sobre as empresas. Numa tradição fortemente marcada pela presença estatal, dever-se-ia olhar com cautela uma maior presença do Estado nos meios de comunicação, inclusive sob a forma aparentemente benigna de uma regulamentação com o objetivo de pretensamente assegurar a pluralidade de opiniões. Essa pode ser o nome de um outro tipo de ingerência estatal, num ambiente, aliás, particularmente propício, visto o endividamento de boa parte dessas empresas e a tendência estatizante do partido no poder.

Os limites do Estado. A sociedade brasileira está por demais acostumada a tudo pedir ao Estado, como se esse fosse capaz de suprir a todas as suas demandas. O curioso é que, ao mesmo tempo, o Estado tem sido historicamente incapaz de preencher as suas funções principais, como a segurança, a educação e a saúde, apesar de termos uma das maiores cargas tributárias do planeta. Arrecadamos como um país de primeiro mundo e oferecemos um serviço de terceiro. Portanto, há algo errado aqui na medida em que existe um descompasso entre os recursos arrecadados e os serviços oferecidos, e esse algo errado reside na inoperância da máquina estatal, ineficiente e constituída por favorecimentos e corrupções das mais diferentes espécies. Logo, poderíamos perfeitamente colocar a questão de onde provém a pressuposição de que o Estado seria capaz de oferecer a “boa” regulamentação, principalmente em um domínio que concerne à consciência de cada um, podendo ter repercussões evidentes do ponto de vista eleitoral. Qualquer mexida na regulamentação existente deveria ter no horizonte o contexto no qual ela é feita.

Se olharmos a experiência totalitária do século XX, devemos estar atentos ao que significa formar o “bom” cidadão, pois essa foi a idéia reitora das experiências comunistas. O nome hoje caiu em desuso, como se tivesse sido abandonado, porém não devemos confundir o desaparecimento da atualidade de uma palavra com o desaparecimento de seu significado, que pode permanecer com outros nomes e roupagens. É necessária essa observação, pois, numa sociedade livre, devemos deixar ao cidadão, inclusive na sua condição de consumidor, o direito de escolher qual canal de televisão quer ver, qual rádio escutar, qual jornal ler, sem que seja conduzido por uma idéia de que deveria estar voltado para assuntos políticos. Há uma certa tendência da cena partidária de tudo politizar, esquecendo que é igualmente um direito do cidadão a escolha pelo entretenimento ou pelo silêncio, desligando um determinado aparelho.

38 Cf., numa perspectiva crítica em relação à desregulamentação nos EUA, American Review: FCC on Media Ownership, 25/06/03.

Se suscitarmos a questão da venda do espectro eletromagnético ou a sua concessão surgirá o problema de se esse “bem” é um mero bem mercantil, próprio de uma sociedade de mercado, ou de se esse “bem” deve ser objeto de uma outra leitura, relativa ao que deve ser a sociedade. Para além dos princípios democráticos, baseados na liberdade em suas mais diferentes acepções, é perigoso determinar o que seja um “bem público”, pois se coloca imediatamente a pergunta de “quem” determina o que é esse “bem público”. Por exemplo, quem diz quem representa a sociedade civil? Na determinação do interesse público, dever-se-ia dar direitos radiofônicos ou televisivos a determinados movimentos sociais³⁹ ou a partidos sem expressão em nome da sociedade civil? Tenderia a dizer que o problema consiste principalmente num redesenho das ações do Estado, na sua circunscrição, deixando uma maior latitude ao desenvolvimento de uma sociedade de mercado, com os direitos e liberdades que lhe são inerentes. Mais do que limitar o mercado, creio ser necessária uma maior limitação da esfera de atuação estatal.

Competição e audiência. O Brasil possui um sistema nacional, competitivo, entre cinco grandes redes nacionais, um número expressivo de emissoras de televisão educativas e redes nacionais religiosas, católicas e evangélicas. Pode-se, neste sentido, dizer que o pluralismo é constitutivo de nosso sistema televisivo. A maior ou menor audiência dessas redes é o resultado da livre competição, não podendo ser um critério para determinar um eventual “monopólio”, com vista, por exemplo, à penalização de determinadas empresas ou emissoras. A esse respeito, não podemos esquecer um número muito apreciável de televisões públicas que preenchem ou deveriam preencher uma função mais cultural, competindo, inclusive, com as empresas privadas. A competição é um elemento central de uma sociedade de mercado, de uma sociedade livre. O que não pode ocorrer, porém, é que as empresas privadas sejam punidas por seus maiores índices de audiência ou por dependerem da publicidade para o equilíbrio de suas contas e para o seu lucro. Não se garantirá a pluralidade cerceando as empresas privadas num país que conta com uma expressiva rede privada, pública, educativa e religiosa. A questão poderia ser colocada de uma outra maneira: por que os governos estaduais e federal não disponibilizam às televisões públicas mais recursos para que essas preencham melhor as suas funções? Um fortalecimento da rede pública televisiva poderia ser um importante fator para o fortalecimento da pluralidade dos meios de comunicação no Brasil, sem a desvantagem que nasceria de um controle por demais estrito das empresas privadas. Deveriam, portanto, essas empresas partir para a conquista de audiência e obrigando, por sua qualidade digamos, que as próprias empresas privadas melhorem a qualidade de seus programas pela competição assim estabelecida.

Devemos aqui mais atribuir ao mercado e menos aos pretensos benefícios do controle estatal.

Ideologização. A ideologização tem tomado conta de nosso debate nacional, a partir de uma posição que poderíamos situar como anti-capitalista ou anti-empresarial. Assim, autores como Venício A de Lima ou Denis Moraes pretendem, na verdade, via um argumento que chamaria “redução ideológica ao absurdo”, fazer valer escolhas socialistas pré-determinadas que balizam suas “análises”. Assim, o primeiro chega a dizer em seu depoimento ao Senado⁴⁰ que a crítica que o mundo capitalista fazia ao mundo socialista – “a de que este contava com um único meio de comunicação, estatal – perde sentido, pois o controle privado tem avançado sobre um número que se torna cada vez menor de meios de comunicação”. Ora, o autor parece desconhecer completamente o que significa uma sociedade democrática fundada na tradição liberal, que tem sabido preservar os seus valores democráticos e a liberdade na qual se assenta. Aliás, é significativo que esse autor, nos agradecimentos de seu livro **Mídia, Teoria e Política**, faça uma referência direta à Universidade de Havana, em Cuba. Segundo suas próprias palavras, “onde estive como professor visitante e convidado em diferentes ocasiões, sempre encontrei ambiente acolhedor e propício à pesquisa acadêmica”⁴¹, quando são notórias as restrições da ilha de Fidel à liberdade de expressão, comunicação e de imprensa. Na verdade, ocorre hoje, no Brasil, algo semelhante ao que acontecia na Europa, antes da queda do muro de Berlim, onde a crítica à mídia “capitalista” silenciava sobre o que acontecia atrás da cortina de ferro, criando o mito de uma alternativa não-capitalista. Naquele então, “os críticos mais notórios da imprensa ocidental (Herbert Schiller, Kaarle Nordenstreng, Ted Smythe, Armand Mattelard etc.) mantiveram-se totalmente calados em relação à mídia soviética e não ofereceram uma terceira solução, então se deu a impressão de que o modelo marxista era uma opção aceitável”⁴².

39 Uma posição desse tipo é defendida pela Fitert – Federação Interestadual de Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão, em sua Plenária Nacional de 22 a 24/08/03, em Minas Gerais. Em sua proposta, em nome de uma pretensa “democratização”, ela defende uma maior participação sindical nos fóruns sobre a “democratização dos meios de comunicação”, no Conselho de Comunicação Social e investe pesadamente, seguindo o ideário esquerdizante, contra os grandes grupos de comunicação e contra a “política neoliberal”. A sua posição é claramente anti-empresarial ao defender, por exemplo, a exclusão das empresas privadas dos assentos da sociedade civil no CCS. Ademais, ela advoga por um controle anual da contabilidade das empresas num inciso que trata dos critérios de concessão e de renovação das emissoras de rádio e de tv, vinculando-os. Controle social dos meios de comunicação significa, então, sindicalização e partidarização dos meios de comunicação, com ingerência na vida das empresas.

40 Venício De Lima – depoimento ao Senado Federal, 02/03/2003, p. 11.

41 Venício A de Lima. *Mídia. Teoria e política*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 17.

42 Bertrand, Claude-Jean. *O arsenal da democracia*. Bauru, SP, Edusc, 2002, p. 481.

Do ponto de vista teórico⁴³, conceito de “comunicação participativa” está baseado na obra de Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*, que sustenta as posições de boa parte dos pedagogos desse país, com particular relevância para a teologia da libertação e para o MST. Trata-se de uma ideologização da juventude brasileira e, em particular, dos mais pobres, na medida em que são alfabetizados segundo essa cartilha. De fato, a distinção entre “comunicação manipulatória” e “participativa” obedece a uma necessidade do tipo ideológica, não científica, de estabelecer a “boa” e a “má” forma de comunicação, possibilitando aos que fazem e acatam essa distinção estabelecer quem são os amigos e os inimigos da “verdadeira” comunicação.

Paulo Freire. Observe-se, a propósito da formulação de Paulo Freire, que a “comunicação é definida como sendo ‘um encontro entre homens, mediados pela palavra, a fim de dar nome ao mundo’”⁴⁴, o que é condição para que diga que esse ato de nomear é o ato de “dizer a palavra verdadeira”⁴⁵. O tipo de encontro ideologicamente estabelecido e o ato de nomeação são orientados segundo uma concepção que se diz em posse da verdade, como se esse dizer fosse um dizer definitivo, leia-se absoluto. Nessa perspectiva, esse dizer está inscrito dentro de uma “ação cultural-revolucionária”, orientada por seu “catolicismo de esquerda”, o que esclarece suficientemente que essa ação dita “comunicacional” serve um propósito político dos que se dizem, precisamente, os portadores da “boa” palavra, do pensamento “autêntico”, do discurso “verdadeiro”, desembocando religiosamente no controle das consciências. Ou seja, ela tem um claro propósito “manipulatório”. Trata-se, portanto, de uma abordagem da mídia que tem como preocupação política central o controle dos meios de comunicações, que, nessa perspectiva, deveriam se tornar veículos da “verdadeira” comunicação, a participativa. Voltamos aqui, com outros nomes, às propostas comunistas do século XX, centradas no controle das consciências e na transmissão, chamada aqui comunicação, da palavra “verdadeira”.

Observemos que os conceitos utilizados por Paulo Freire são os do jovem Marx, sobretudo dos *Manuscritos econômico-filosóficos*. Neste trabalho, Marx elabora os conceitos de alienação, humanismo, desumanização, mundo alienado e trabalho, desembocando na crítica do capitalismo e visando à emancipação do homem. Em seus discípulos brasileiros, que o assumem numa perspectiva nitidamente religiosa, o capitalismo é um mal a ser extirpado por aqueles que se propõem a “corrigir”, pela educação, a consciência dos alienados, os que vivem submersos na “distorção imposta à palavra amor pelo mundo capitalista”⁴⁶. Ou seja, “Freire prega uma veemente teologia da libertação, emergindo de uma Igreja profética”⁴⁷. Assinalemos, em passant, que

os teólogos da libertação defendem posições marxistas, não cansam de elogiar Cuba, tomando inclusive esse país como modelo, e são fervorosos adeptos do MST e de suas ações.

Essa posição marxista é assumida politicamente por P. Freire, e retomada por De Lima⁴⁸, quando escreve que não pode haver harmonia no antagonismo de classes, que opõe opressores e oprimidos. “Freire está dizendo que o diálogo não é possível entre classes sociais que são, por definição, antagônicas”⁴⁹. Colocando-se, neste sentido, contra uma posição social-democrata ou trabalhista, que foi construída na Europa a partir das oposições de uma sociedade de classes, antagônica, e visando à sua conciliação, nossos autores defendem a idéia de que os oprimidos, uma vez que tomem o poder dos opressores, num processo revolucionário, eliminariam a diferença de classe. O que fazer então com os opressores, eis a questão por eles colocada? A resposta seria: eles devem ser educados e as limitações e imposições que se fazem a eles não devem ser chamadas de opressão⁵⁰. Ou seja, com outros nomes, porém com o mesmo significado, estamos diante da concepção comunista de que o homem, particularmente o burguês, o empresário, porém também o homem em geral, deve ser “educado”. Não apenas o opressor deve ser educado, mas igualmente o oprimido, pois é necessário “desconfiar do opressor que se ‘hospeda’ nele”⁵¹. Os campos de trabalho forçado, nos países comunistas, eram considerados campos de educação! É essa a proposta de um novo “modelo” para a mídia brasileira?

Concentração da mídia. Não se pode pensar o processo atual de concentração das empresas de mídia sem inscrevê-lo nas grandes transformações do capitalismo em escala global, onde entram em linha de consideração tanto os aspectos financeiros como tecnológicos. Vejamos esses elementos:

43 Como modelo teórico de sua análise, De Lima toma como baliza de seu trabalho a obra de Paulo Freire e a de Antonio Gramsci, particularmente no que diz respeito à “democratização das comunicações, desde que controladas pelos movimentos e grupos populares”, op.cit., p. 51. Meios de comunicação controlados pela CUT e pelo MST?

44 De Lima, op. cit., p. 65.

45 Ibid, p. 65.

46 Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*, p. 94, nota de rodapé, apud De Lima, p. 68.

47 De Lima, p. 84

48 Mais especificamente, esse autor adota uma posição gramsciana em sua análise dos meios de comunicação, em particular em seu capítulo dedicado à Rede Globo, op. cit., p. 141-73: “Neste texto, busca-se uma compreensão alternativa das relações da mídia com a política, a partir da visão gramsciana”, p. 142. Outra formulação semelhante, na página 178, nota 3. Todo o capítulo 7, p. 175-212 é também uma aplicação das formulações de Gramsci, mais especificamente o seu conceito de hegemonia.

49 Ibid., p. 79.

50 Freire, PO, p. 46-7, apud, De Lima, p. 75.

51 Ibid, p. 80.

1. a revolução digital. Com a revolução digital, está ocorrendo uma dissolução das fronteiras entre as telecomunicações, os meios de comunicação de massa e a informática, onde não está distante o dia em que aparelhos de televisão servirão de computadores e os computadores de aparelhos de televisão, apenas para mencionar um dos tantos efeitos que se perfilam no horizonte. Aquilo que conhecemos, inclusive na legislação, como sendo o produto de empresas outrora separadas ou de tecnologias que possuíam um desenvolvimento independente é, na verdade, apenas o resultado provisório de um processo que ganha hoje dimensões há 10 anos insuspeitadas. As tecnologias de cada empresa midiática estão cada vez mais interconectadas entre si, o que se traduz por processos econômicos de fusão e de compra de empresas. Por exemplo, a separação entre empresas de telecomunicação e de comunicação, estabelecida na legislação brasileira, é cada vez menos operante em nível internacional e, mesmo em nosso país, empresas de telecomunicação são proprietárias de empresas de internet, que são de comunicação, pois transmitem conteúdos;

2. ciência, tecnologia e informação. Esse processo vem acompanhado de inovações tecnológicas historicamente inauditas, baseadas em pesquisas que consomem bilhões de dólares. Os produtos daí resultantes exigem enormes investimentos, que se situam acima das capacidades de empresas pequenas ou mesmo médias ou, inclusive, de países com limitadas capacidades de investimento. No mundo atual, o espaço individual das empresas se vê restringido por um processo que as ultrapassa. Logo, há uma necessidade tecnológica de grandes investimentos que se encontra na base da concentração de empresas via fusões e parcerias dos mais diferentes tipos⁵².

O controle das ondas, dos satélites e da informação em geral é um dos grandes embates do século XXI. Os países e empresas que investirem pesadamente no conhecimento são os que partirão na frente e se fortalecerão no transcurso desse grande embate. Já vivemos um mundo de posições consolidadas que só poderá ser alterado por investimentos maciços de países emergentes em conhecimento e em educação. Não há regulamentação que possa alterar esse fenômeno planetário. O que sim pode alterar essa correlação é a priorização a ser dada à ciência e à tecnologia em suas relações com o mundo empresarial, sem o que teríamos um mundo universitário fechado ao seu entorno. Ditos de outra maneira, necessitam, de um lado, investimentos em conhecimento com reforma de nossa estrutura educacional e, de outro, um maior relacionamento das universidades com as empresas. Necessitamos que a pesquisa seja também feita nas próprias empresas com recursos públicos e privados, dentro de uma dinâmica capitalista que priorize

os ganhos resultantes dessas associações e desses investimentos. Necessitamos igualmente um sistema educacional e universitário que não se caracterize pela reprodução incessante, a volumes cada vez maiores, de cursos de direito e pedagogia, por exemplo, mas de cursos científicos e tecnológicos. Se isso não ocorrer ficaremos apenas na lamentação e, politicamente, em posições ideológicas ditas “anti-imperialistas”. Honraremos o atraso e evitaremos o progresso;

3. as grandes empresas. O capitalismo contemporâneo, em seu legítimo processo de expansão e lucratividade, se caracteriza, em todos os setores de atividade, pela concentração, de tal maneira que as empresas que conquistam os mercados nacionais, em um processo de intensa globalização, são empresas cujo porte as tornam competitivas nessa luta. Ou seja, o capitalismo contemporâneo está baseado em grandes empresas que tendem a dominar os seus campos respectivos de atuação⁵³. Isto ocorre tanto no sistema bancário, quanto no industrial, passando pelo comercial e pelo de serviços. Podemos pensar tanto em montadoras de automóveis ou de aviões, em grandes bancos, em alimentação⁵⁴, quanto, também, nas empresas da mídia. Trata-se, neste sentido, de um traço essencial e diria irreversível do capitalismo, que pode ser controlado em alguns de seus efeitos, porém não extinto enquanto fenômeno. Observemos, nesta perspectiva, que devemos partir da análise de um fenômeno num processo similar ao de análise de um fenômeno natural. Por exemplo, podemos prever, graças a modernos sismógrafos, um terremoto ou a irrupção de um vulcão, certas medidas podendo ser tomadas do ponto de vista do controle ou da minimização de algumas de suas consequências. Não podemos, porém, impedir que um fenômeno ocorra, nem considerá-lo como inexistente ou reversível. O problema que se coloca, então, é o dos limites de uma regulamentação ou mesmo de sua eficácia se não houver o reconhecimento prévio do fenômeno em questão;

52 Esse processo ocorre praticamente em todas as áreas empresariais, segundo as suas necessidades específicas. Por exemplo, na área farmacêutica, os investimentos em pesquisa ao ascenderem a bilhões de dólares tornaram necessários processos de fusão e de associação. Cf. Nepi Notícias, “Glaxo investe US\$ 2 bilhões”, 06/11/2003 e Jornal do Comércio, Novartis defende fusão com a Roche, 06/11/2003.

53 Cf. Cyro Franklin de Andrade. Os dez anos que mudaram o Brasil. Valor on line. 06/11/2003.

54 O setor de supermercados, por exemplo, foi objeto de um grande processo de concentração, envolvendo empresas nacionais e estrangeiras. Alguns grupos tornaram-se estrangeiros (Sonae e Jerônimo Martins), outros grupos se instalaram no Brasil (Wal-Mart) e empresas predominantemente nacionais também se fortaleceram (Pão de Açúcar). Cf. William Geroje Lopes Saab, com a colaboração de Luiz Carlos Perez Gimenez e Rodrigo Martins Ribeiro. Supermercados no Brasil. O movimento das grandes empresas. Dezembro de 2000.

4. fortalecimento de empresas nacionais. Sob essa ótica, caberia aos Estados nacionais o fortalecimento de suas empresas em geral e de suas empresas de mídia em particular dentro de um contexto globalizado de competição. Ademais, todo o processo econômico brasileiro na década de 90 caracterizou-se por um poderoso movimento de privatização de empresas estatais e de concentração das empresas privadas nacionais, com forte participação de capitais internacionais⁵⁵. Qualquer nova medida governamental deveria levar em consideração o aprendizado da década passada, sem se inscrever, porém, contra os processos capitalistas de expansão e lucratividade. Logo, não deveria ser política de Estado o enfraquecimento das empresas de comunicação mediante, por exemplo, a proibição de propriedades cruzadas, o que se traduziria por uma queda de competitividade, pondo em risco a saúde mesma dessas empresas, aliás, em sua maior parte, abalada. Ou seja, deveria ser uma política de Estado evitar qualquer medida que, de uma ou outra maneira, debilitasse essas empresas, pois um processo deste tipo poderia, de um lado, se traduzir por uma maior ingerência do Estado no mercado midiático e, de outro lado, paradoxalmente, poderia criar condições para uma maior presença em território nacional dos grandes grupos internacionais. Dependendo do tipo de regulamentação, não mais precisariam eles se associar a grupos nacionais ou poderiam comprar essas empresas por valores abaixo dos de mercado. Em nosso entender, uma política de Estado deveria consistir no fortalecimento das empresas nacionais, deixando-as em condições de uma maior competitividade tanto no mercado interno quanto externo.

Neste sentido, o documento do PT, produto da reunião do Diretório Nacional de dezembro de 2003, é esclarecedor: em sua página 9, é postulado o esforço que deve ser feito no sentido de uma multinacionalização de empresas brasileiras, o que se enquadra perfeitamente para as empresas de mídia: “Outro aspecto importante do aumento da presença do Brasil na economia mundial deve consistir no esforço de multinacionalização de empresas brasileiras, a exemplo do que vem ocorrendo com a Petrobrás e de algumas outras poucas empresas privadas. Essa perspectiva, historicamente negligenciada por governos e empresários, deve se tornar ponto permanente das agendas de desenvolvimento, de comércio exterior e da política externa. A multinacionalização de empresas constitui um dos aspectos fundamentais do sucesso de um país

no comércio internacional. Hoje, com as economias globalizadas, há evidências crescentes de que o desenvolvimento interno de um país está condicionado pelo êxito de seu esforço”. exportador”;

5. Global players. Poderia mesmo ocorrer que uma política bem conduzida poderia tornar algumas de nossas empresas competitivas no nível internacional. Exemplos no mundo não faltam. Se for bem-verdade que há uma incessante concentração de empresas entre os globais **players** midiáticos, não é menos verdadeiro que eles não se concentram apenas entre os americanos, nem que não haja espaço para a entrada de novos concorrentes. A Telefônica de Espanha, privatizada no final do governo do primeiro ministro socialista Felipe González, é hoje uma empresa multinacional com forte presença na América Latina e nos EUA. Trata-se de um conglomerado formado por mais de 33 empresas que abrange os mais diferentes campos de atuação, da telefonia à televisão a cabo, passando por televisão aberta, comércio eletrônico, editor e outras atividades, em sociedade com outros grandes grupos internacionais. Interessa-nos particularmente o “case”, pois se trata de um país até recentemente periférico no capitalismo internacional e que tem hoje uma presença empresarial em todo o mundo.

EUA e regulamentação: O processo de desregulamentação da mídia nos EUA está dando lugar a um amplo debate, na medida em que propiciou uma ampla reorganização das empresas que atuam nesse setor, as quais puderam ampliar o seu espectro de atuação. Ao mesmo tempo, as liberdades civis voltaram ao centro desse debate, pois se colocou a questão de se a concentração das empresas midiáticas não reduziria o pluralismo tão necessário numa sociedade democrática. “Três medidas de liberalização, aprovadas pelo Congresso norte-americano, contribuíram para o reordenamento da indústria de mídia: a) a revogação do número-limite de concessões de canais de radiodifusão a grupos privados; b) a supressão do dispositivo que impedia os grupos de comunicação de possuírem emissoras em mais de 25% do território nacional; c) fim das restrições à livre comercialização das cadeias de rádio e televisão”⁵⁶.

55 Ibid., p. 3: “Na década de 90, o mercado brasileiro tornou-se, em definitivo, parte de mercados globalizados”.

56 Moraes, Dênis de. Planeta Mídia. Campo Grande, Letra livre, 1998, p. 64.

Observemos, para os nossos propósitos, que essas medidas de liberalização deflagraram um processo que já produziu efeitos tanto do ponto de vista da concentração da mídia quanto do estupendo desenvolvimento dessa indústria essencialmente moderna. Ressaltemos que se trata de um processo em franco andamento, o que equivale a dizer que, num país periférico como o Brasil, qualquer tentativa individual de contrarrestar esse processo está fadada ao fracasso. Ou seja, esse fenômeno de globalização das empresas de mídia, na perspectiva de um país que não se encontra no centro das decisões planetárias, deve ser encarado como um fato a ser enfrentado, e um fato irreversível na nossa ótica. Se o Congresso americano viesse a tomar uma outra atitude, aí sim as repercussões poderiam ser outras. Mas uma decisão desse tipo não se encontra ao nosso alcance. Devemos, portanto, lidar com aquilo que nos é possível, isto é, extrair desse processo lições que possam ser benéficas do ponto de vista de nossas empresas, para que tenham melhores condições de competitividade. Eventuais regulamentações que obstaculizem esse desenvolvimento deveriam ser evitadas. Não se pode desconsiderar esse lado propriamente empresarial das empresas de mídia, sob pena de as inviabilizarmos.

É preciso extrair as consequências desse processo visando à adequação aos novos tempos, pois o que está em questão é o progresso desses países. A União Européia empreendeu igualmente uma política de desregulamentação⁵⁷. O seu objetivo foi o de fazer com que suas empresas pudessem competir com os grandes grupos empresariais americanos. O documento que norteia essa decisão sublinha a “necessidade de suprimir barreiras para criar ‘um clima favorável à inovação e ao investimento’...Eles propõem que as medidas disciplinadoras se limitem ‘ao estritamente necessário’, evitando que ‘uma desregulamentação excessiva ou inapropriada numa região provoque transferência de uma atividade econômica a outros lugares, com consequências nefastas para o desenvolvimento da sociedade da informação’”⁵⁸. Ou seja, levando em consideração as especificidades regionais e nacionais, a liberalização do mercado midiático deveria ser feita do ponto de vista da expansão das empresas européias. Em um mundo que muda incessantemente, nasce a obrigação dos estados nacionais e suas empresas acompanharem esse processo, sob pena de ficarem numa posição nitidamente secundária. Observemos igualmente que essas medidas se fazem sob a égide de uma união de países que reagrupam governos das mais diferentes tendências políticas, da direita à esquerda. Trata-se, portanto, de uma política de Estado, no caso, supranacional.

Defesa dos interesses nacionais. Devemos distinguir a defesa dos interesses nacionais, própria de um Estado, da ideologização contra o capitalismo ou contra os EUA. É perfeitamente legítima, como é feito por todos os países, a começar pelos próprios EUA, a defesa de uma produção cultural autônoma, a defesa das empresas nacionais e a elaboração de uma regulamentação que atenda a esses interesses. Um país que não defende as suas empresas, por exemplo, é um país que termina por relegá-las a uma posição secundária na competição internacional. Ora, uma tal defesa não deve ser a ocasião de dar vazão a posições anticapitalistas, como se empresas nacionais devessem ser desmembradas ou enfraquecidas, nem tampouco ser a oportunidade de fechar culturalmente o país, como se tudo “Made in América” devesse ser objeto de restrições. Defender os interesses nacionais não se confunde com um nacionalismo cultural e empresarial que venha a fechar o país para tudo o que ocorre no mundo. A lei da informática já mostrou no passado os seus efeitos perniciosos, não criando uma indústria nacional forte, nem favorecendo o nosso desenvolvimento econômico com a informatização de outros setores industriais e de serviços.

O ponto em questão é essencialmente empresarial, voltado para as condições de competitividade, contemplando entre essas as regulamentações as que restrinjam a entrada em força desses capitais internacionais no mercado nacional. Ou seja, a questão reside em como fazer face a esses grandes grupos tanto do ponto de vista financeiro, tecnológico, gerencial e operacional quanto do ponto de vista da programação, pois essa é objeto de pouca ou nenhuma regulamentação. Com efeito, o Brasil é o maior mercado da América Latina, sendo, assim, um objeto de disputa. O problema é como os grupos nacionais vão fazer parte desse processo sem perder as suas características próprias. Partamos, porém, de uma constatação que nasce de um reconhecimento factual, a saber, não há como lutar contra essa lógica da concentração capitalista, pois isso significaria uma ruptura com o capitalismo enquanto tal, com todos os perigos daí decorrentes. O século XX é pródigo de seus exemplos malignos. A luta entre empresas se dá, então, dentro da lógica capitalista, com os papéis reservados aos Estados nacionais, que têm condições de favorecer às suas próprias empresas.

57 Ibid., p. 86.

58 Ibid., p. 87.

A maior empresa brasileira de comunicação, a Rede Globo, teve como receita bruta em 1999 em torno de US\$ 6 bilhões, o que equivalia então a 40% do faturamento da Viacom, quinta colocada no ranking⁵⁹. Dado o agravamento da situação financeira dessa empresa hoje e a desvalorização cambial, a proporção deve ser bem menor. Embora a posição da Rede Globo seja inferior a dos grandes conglomerados internacionais, ela ocupa uma posição importante, muito acima da maior parte das empresas de outros países, que estão numa posição nitidamente secundária e subalterna. A exemplo da TV Globo, as empresas brasileiras teriam condições de se tornar grandes **players** internacionais.

Trata-se, portanto, do estabelecimento de uma forma de regulamentação que permita uma maior defesa das empresas nacionais de comunicação, estipulando formas de sociedade, contemplando a programação e não somente a propriedade das empresas midiáticas. Defender as empresas nacionais deveria significar conferir a essas condições melhores de competitividade e não abolir a competição em nome de um pretensão interesse nacional. Observemos igualmente que esse tipo de regulamentação deveria obedecer a um espírito democrático-capitalista e não ideológico-partidário, que poderia se traduzir pelo controle dos meios de comunicação por sindicatos, movimentos ditos sociais e partidos políticos.

Aliás, autores como De Lima e Moraes⁶⁰ assinalam que a sociedade civil não tem sido ouvida nesse processo de desregulamentação das empresas de mídia, inclusive na sua abertura ao capital estrangeiro. Esquecem de frisar que esses processos têm sido objeto de discussões e deliberações no Congresso Nacional, que é, numa sociedade republicana, o fórum adequado para esse tipo de discussão. Vale ressaltar que na aprovação da emenda constitucional que permitiu a entrada de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão, houve consenso de todos os partidos, salvo o PDT. Enfatizemos também que os partidos políticos, no Congresso, deliberaram depois de sofrerem os mais diferentes tipos de pressão, tanto de sindicatos quanto de grandes grupos econômicos. Logo, não se pode falar de uma ausência de escuta. O problema, no meu entender, reside no que se entende por consulta à sociedade civil e como essa é entendida. A sociedade civil, para eles, seria constituída por “sindicatos, associações profissionais, Organizações Não-Governamentais”.

A propriedade cruzada e a concentração. Neste contexto, coloca-se a questão da elaboração de regras

que regulem esse processo de competição, favorecendo as empresas nacionais, de modo que essas tenham melhores condições de competitividade. Nessa perspectiva, a atividade legislativa deveria centrar-se na produção de um marco regulatório que defendesse o interesse dessas empresas nacionais. Normalmente, a discussão tem girado em torno da identificação entre propriedade cruzada (rádio/televisão/jornais) e monopólio, como se o problema fosse o descruzamento, com o objetivo de assegurar o pluralismo. O problema está, em meu entender, mal colocado, pois não se pode confundir esse tipo de propriedade cruzada com monopólio, pois ela propicia precisamente a competição numa escala maior, assegurando, desta maneira, o pluralismo. Contudo, há também em pauta um problema ainda maior e pouco discutido, e que diz respeito a um outro tipo de propriedade cruzada. Em vez de o Legislativo focar-se exclusivamente na propriedade cruzada de rádio/televisão/jornal, ele deveria atentar para uma outra forma de propriedade cruzada, a de telecomunicações e internet, que, controladas por empresas estrangeiras, estão progressivamente cada vez mais presentes.

Vejamos os elementos desse processo de “propriedade cruzada” (rádio/televisão/jornais):

1. Propriedade cruzada e competição. As empresas envolvidas nesse processo, numa competição extremamente acirrada, são obrigadas não apenas a parcerias, mas a cruzarem suas atividades, via fusões de empresas televisivas, radiofônicas, de jornalismo, de edição, de telecomunicações, de satélites, de TV a Cabo, de internet, de programação, de computadores, de software e outras.

Temos, assim, dois processos: o de fusão de empresas e o de fusão de atividades, que terminam produzindo processos de concentração que se encontram hoje no centro das discussões sobre a propriedade da mídia. A propriedade cruzada tem, portanto, uma base econômica e tecnológica, inscrita que está numa lógica de sociedade.

59 Moraes, artigo, “A hegemonia das corporações de mídia no capitalismo global”, Universidade Federal Fluminense, Brasil, junho de 2000, p. 3. Mesmo dado em seu livro *Planeta Mídia*.

60 Moraes, *Planeta Mídia*, p. 105.

61 *Ibid.*, p. 105.

62 Até um autor afinado com posições mais à esquerda, como Moraes, afirma: “As pretensões de auto-suficiência desfazem-se diante da exigência de vultosos recursos para sustentar a capacitação tecnológica, a diversificação produtiva, a pesquisa sistemática de inovações, a acirrada competição em mercados internacionalizados e o marketing global. Estes itens requerem integração de circuitos e equipamentos, de métodos de gestão e de interconexões de sistemas operativos”, op. cit, p. 60.

A propósito da experiência americana, sobretudo recente, muito tem se falado contra a propriedade cruzada, como se uma mesma empresa não devesse ser simultaneamente proprietária de jornal, rádio e televisão, como se a pluralidade dependesse de uma desvinculação, de um descruzamento dessa forma de propriedade. A discussão, pertinente para os EUA, deveria ser colocada em outros termos para o Brasil, na medida em que, em nosso país, a pluralidade nasce, nos grandes centros urbanos e, em menor medida nos demais, de uma competição entre grupos econômicos, cada um dos quais tendo “propriedades cruzadas”. Ou seja, a pluralidade e a competição estão asseguradas por uma disputa entre grupos que detém, individualmente, o controle de jornais, rádios e televisões.

Quanto à propriedade cruzada rádio/televisão/jornal, ela é indevidamente confundida com monopólio, pois, nas grandes capitais brasileiras, há efetivamente uma competição entre empresas “cruzadas”, que disputam entre si o mercado. O mercado nacional se caracteriza por uma forma de competição entre esses grupos que tem dado a feição própria da presente situação. Inclusive grupos que não têm essa forma de cruzamento desenvolvem-se com outros (internet, por exemplo) ou com a restrição de algum desses elementos (televisão e rádio ou jornal e rádio). Podemos pensar aqui em diferentes combinações segundo particularidades regionais.

Começemos por Porto Alegre. A RBS possui uma grande audiência e um número expressivo de leitores, porém, daí não se segue qualquer “monopólio”. Ninguém vai penalizar a GM por vender muitos automóveis, nem a AMBEV pela cerveja. O desempenho das empresas é uma questão exclusivamente empresarial. O Estado possui três grupos “cruzados”: a RBS, a Rede Pampa e o Grupo Guaíba, todos tendo sendo proprietários de jornais (ZH, Diário Gaúcho, O Sul e Correio do Povo), rádios e televisões (TV Gaúcha, Tvcom, TV Pampa e TV Guaíba)⁶³. Ademais, o SBT está presente na TV, a Band com rádio e TV e o Estado com a TVE. Em São Paulo, temos a TV e rádio Cultura, estatal, a Gazeta, com TV e Rádio, a Globo com TV Aberta e por assinatura, rádio e jornal, o Estado com jornal, rádio e agência, a Folha, com jornal, agência e UOL, a Record, com rádio e TV, a Band, com rádio e TV, a Jovem Pam com rádios, Abril com revista, TV Aberta e por assinatura. No Rio de Janeiro, a Globo possui TV Aberta e por assinatura, jornal, rádio, revistas, editora, provedor, a Band, TV e rádio, o SBT, televisão, a Record, TV, a Rede TV!, TV, Jornal do Brasil, jornal, agência e rádio, O Dia, jornal e rádio, CNT, TV. Em Belo Horizonte, a Globo possui TV Aberta e por assinatura, rádio, os Diários Associados, TV, rádio, jornal e provedor, a Record, TV e rádio, Rede TV!, TV, Atalaia, rádio. Em Brasília, a Globo possui TV, os Diários Associados, jornal, rádio e provedor, a Band, TV, a Record TV, Organização Jaime Câmara, jornal,

rádio e emissoras de TV em Goiás e no Tocantins, a Rede TV!, TV. Em Salvador, a Rede Bahia possui TV Aberta e por assinatura, rádio e jornal, o Grupo A Tarde, jornal, rádio e provedor, a Band, TV e rádio, a TV Aratu, TV. Em Recife, a Globo possui TV Aberta e por assinatura e rádio, o Sistema JC de comunicação, TV, rádio e jornal, o Grupo Nassau, TV e rádio, a Rede TV!, TV, os Diários Associados, TV, jornal e rádio. Em Fortaleza, o Grupo Edson Queiroz possui TV, jornal e provedor, o Jangadeiro, TV Aberta e por assinatura e rádio, o Jornal O Povo, jornal, rádio e editora, a Rede TV!, TV, a Record, TV, a Rede União, TV e rádio. Em Belém, a Liberal possui TV Aberta e por assinatura, rádio e jornal, a RBA, TV e rádio, a TV Guarujá, TV e rádio, a Marajoara, TV, o SBT, TV. Temos assim uma grande diversidade em cada capital, assegurando, desta maneira, a pluralidade da comunicação.

Não podemos esquecer que as economias modernas funcionam em grande escala, essa podendo ser dita inclusive uma condição de sobrevivência das empresas. Qualquer tentativa de reduzir, no Brasil, o tamanho das empresas “descruzando-as”, propiciaria condições para que empresas internacionais viessem a comprar em melhores condições as empresas assim divididas, cujo valor seria irrisório para os grandes grupos midiáticos. Em perspectiva global, os grandes grupos nacionais são “pequenos” e podem ser facilmente comprados por outros grupos internacionais. Devemos ter em vista essa perspectiva para que possamos melhor entender o escopo de medidas que deveriam ser tomadas. Poder-se-ia dizer que as tentativas de “descruzamento”, vindas, digamos, de posições de “esquerda”, fariam o jogo da “direita”, das grandes empresas multinacionais.

Os estudos e intervenções no sentido desse “descruzamento” denotam um certo ranço ideológico, confundindo audiência com monopólio e veiculando um preconceito anticapitalista e antiempresarial. A audiência é fruto da competência, de uma gestão eficaz, de estudos da opinião pública e de outros fatores que não podem ser confundidos com o monopólio. Isto seria o equivalente a punir os bem sucedidos, como se isso fosse um pecado. É como se fosse um vício ser uma grande empresa e, perversão maior ainda, fortalecê-la e ampliá-la. Ora, o que observamos em todos os ramos empresariais é uma forte concentração, que corresponde a essa fase do capitalismo, de tal maneira que só as maiores sobrevivem e se tornam competitivas. Isto é válido da produção de cerveja à siderurgia, passando pelo petróleo, extração mineral e todos os outros ramos de produção. No campo midiático, em particular, seis ou sete grandes empresas multinacionais controlam todo o mercado global, nascidas de um processo que tem se incrementado nos últimos anos e que não dá sinais de arrefecer.

63 Cf. Paulo Tonet Camargo. As comunicações no Brasil – Considerações. Documento.

Numa economia de escala, haveria espaço para que outras empresas nacionais conquistassem essa posição. Internamente, temos observado a constituição de grandes redes nacionais que aumentaram a competição entre si, estabelecendo outras proporções relativas no que diz respeito, por exemplo, à audiência. Estaria, portanto, tentado a dizer que o ranço ideológico em questão decorre de estar vinculado a uma etapa quase vencida da revolução digital, que lança outros “produtos” a partir de outros cruzamentos ainda mais importantes e que marcarão as próximas décadas, se é que décadas não é também um padrão de medida também vencido pela extrema velocidade das transformações atuais. Como a consolidação democrática é recente em nosso país, há uma sensibilidade ainda maior em relação aos tradicionais meios de comunicação, tendo em vista o papel preponderante que tiveram em nossa história, sobretudo a mais recente;

2. um novo tipo de propriedade cruzada que progride rapidamente no Brasil – além de estar operante em todo o mundo em escala ainda maior – é o das empresas de telecomunicações e de internet, quase todas sob controle estrangeiro. Internacionalmente, elas incluem, ademais, redes de televisão aberta e paga, rádios, jornais, revistas, produção cinematográfica, editoras, produção musical e outras atividades afins. Velhos e novos atores se disputam febrilmente esse mercado. Associações entre empresas não cessam de ocorrer. Estabelecem-se assim, em nosso país, condições especiais para o desenvolvimento dessas companhias⁶⁴ que, não regulamentadas, progridem no cruzamento digital, financeiro e tecnológico, relegando as empresas nacionais a uma posição secundária. São conglomerados cuja plataforma oferece condições particulares de competitividade para as empresas de internet. Atentemos que, segundo a lei, empresas de comunicação não poderiam veicular conteúdo, programas, informação. Ora, é isso que é precisamente feito com a internet. Da mesma maneira, notícias serão transmitidas por telefones celulares. Num futuro próximo, computadores poderão ter acesso a televisões abertas e pagas no Brasil e em todo o mundo. Esse mudará de face nos próximos anos e uma regulamentação deveria estar preocupada com nossa posição em um mundo globalizado.

Tomemos, então, o nosso caso. A Brasil Telecom tem como empresa de internet a iBest, a Telemar, a iG, e a Telefônica, o portal Terra. Estabelece-se assim um cruzamento entre empresas de telecomunicação e de comunicação. Essas empresas cruzadas, seguindo a tendência global, tendem a se tornar grupos multimídia, aumentando a sua área de atividade, e ingressando ainda mais diretamente na produção e transmissão

de conteúdo. Os grandes grupos nacionais ficariam em uma situação de inferioridade. Não é supérfluo reiterar que os Estados normalmente defendem os interesses de suas empresas. Os EUA são o melhor exemplo disto. A União Européia e o Japão não ficam tampouco atrás;

3. a elaboração de um marco regulatório deveria estar, sobretudo, voltada para as atividades e cruzamentos que se desenham no horizonte, estando já particularmente presentes. Um marco regulatório, em meu entender, deveria antecipar o que vai acontecer, o futuro, a partir das sinalizações atuais. Não deveria voltar-se, senão para aperfeiçoamento e correção de distorções, para situações consolidadas em nosso passado, como é o caso da propriedade cruzada rádio/televisão/jornais. Um marco regulatório que descruzasse as empresas de rádio/televisão/jornais significaria uma intervenção num mercado que funciona competitivamente entre grupos “cruzados”, propiciando o pluralismo e uma economia de escala, ambos necessários para o desenvolvimento de uma sociedade e economia modernas. Uma interferência aqui, em um processo amplamente consolidado e que corresponde às nossas tradições e história, poderia causar uma profunda desorganização. Ela criaria um campo particularmente propício para ingerências governamentais e partidárias de um lado, e, de outro, engendraria condições de absorção dessas empresas por grandes conglomerados internacionais, que assimilariam esse processo sem maiores dificuldades, pois suas operações de escala pelo mundo suportam perfeitamente essa absorção. Essas empresas multinacionais permaneceriam cada vez mais cruzadas no campo internacional e, ademais, se aproveitariam do descruzamento nacional. Paradoxalmente, os grandes grupos internacionais “cruzados” seriam os grandes beneficiários do “descruzamento” das empresas de rádio, de televisão e de jornais. Mexer com um processo deste tipo pode ser fonte de graves perturbações.

Por outro lado, há todo um processo em curso, apenas iniciado e pouco consolidado, e que diz respeito às vinculações cruzadas entre empresas de telecomunicações e de internet, que podem rapidamente evoluir para outros ramos da atividade midiática. O cruzamento em questão diz respeito às empresas de telecomunicação e de comunicação, digamos entre empresas de “forma” e de “conteúdo”, pois as primeiras seriam as que oferecem as condições “formais” de comunicação, plataformas e satélites, e as segundas o seu “conteúdo”, programas e o que é comunicado. Reiteremos que esse processo já se encontra bastante adiantado em escala planetária, sendo pouco estudado no Brasil e, menos ainda, regulamentado.

64 Cf. Nicolaewsky, Luiz. Uma reflexão sobre concentração nos meios de Comunicação Social Brasileiros. 06/11/2003. Documento.

A internet é a mídia do futuro, onde ocorrerá provavelmente com maior força a convergência digital. Se empresas de telecomunicações controlarem, sem nenhuma regulamentação, os satélites, as plataformas e a produção de conteúdos, poderemos ter, aí sim, uma situação de monopólio, exercido de fora, e afetando decisivamente a opinião pública nacional. A identidade nacional se caracteriza por uma comunidade de costumes, condutas e valores que remonta à nossa própria história. Cada país preserva a sua própria identidade, seja ele o Brasil, a Inglaterra, a França, o Japão ou os EUA. E os meios de comunicação são um fator central desse processo. Ressaltemos que estamos no começo desse processo, nada de definitivo estando pelo momento configurado, de tal maneira que uma regulamentação, nesse domínio, poderia ter consequências benéficas tanto do ponto de vista do pluralismo da comunicação quanto do desenvolvimento das empresas nacionais em condições de competitividade. Aliás, se tivermos que enfocar a questão da regulamentação do ponto de vista do interesse nacional, deveríamos suscitar o problema de que a Embratel linca as redes televisivas nacional, públicas e privadas. Ela o faz via satélite que são de propriedade estrangeira. Inclusive uma fala presidencial se faz em “ondas estrangeiras”. O mesmo vale para as comunicações militares. Trata-se de um problema nacional que deverá ser enfrentado;

Competição e pluralismo. A competição pelo mercado tem se traduzido, ao contrário do que é normalmente apregoado, por uma situação de crescimento de empresas privadas, educativas, culturais e religiosas, cujo efeito é um maior pluralismo em nossa mídia. A lógica do mercado tem, com efeito, propiciado uma maior expansão de emissoras e de retransmissoras. O pluralismo é, hoje, certamente muito maior do que foi no passado. Cada rede aumenta o número de suas emissoras e retransmissoras, ocupando um espaço cada vez maior do mercado, sem que se estabeleça uma situação de monopólio. As redes privadas competem entre si, as redes religiosas, católicas e evangélicas, estabelecem o mesmo tipo de competição, enquanto o número de geradoras educativas e culturais aumentou significativamente. Neste sentido, a história de nossa mídia deve ser distinguida, por exemplo, da americana, pois o pluralismo tem se consolidado entre nós. O nosso mercado não produziu o efeito paradoxal de fechar-se, como acontece em alguns países ou ramos industriais. Indubitavelmente, o número de redes privadas, educativas, culturais e religiosas, com suas re-

transmissoras, é hoje muito maior do que no passado, cobrindo todo o território nacional. Vejamos:

1. Competição entre as grandes redes televisivas nacionais. Segundo dados de outubro de 2003, as cinco maiores redes de televisão, Globo, SBT, Band, Record e Rede TV, estão em uma franca relação de competição, com clara preponderância da Rede Globo sobre as demais, sem que se possa, no entanto, dizer que tenhamos uma situação de monopólio. Se for bem-verdade que, no passado, a posição da Globo já foi de uma maior predominância, influenciando decisivamente na política do país, hoje temos um mercado competitivo, que se traduz pelos números abaixo:

	Globo	Rede TV	Band	Record	SBT
TV	92	30	11	36	46
RTV	1369	481	167	409	669

Somando as redes Band, Rede TV, Record e SBT, temos um total de 123 emissoras e 1726 retransmissoras, superando o número individual da Rede Globo, o que mostra que essa empresa já não detém hoje a mesma posição que usufruía. Ocorre, nesse setor, o mesmo que em outras atividades empresariais, com algumas empresas de ponta liderando o mercado, sem prejuízo de que outras atuem da mesma maneira. Se tomarmos a relação entre a primeira e a segunda empresa, Globo e SBT, veremos que essa última, sozinha, tem 50% do número de emissoras em relação à primeira e, no que diz respeito ao número de RTV, 48%. O próprio então Ministro das Comunicações, Deputado Miro Teixeira, declarou, numa audiência pública na Comissão de Ciência Tecnologia Comunicação e Informática da Câmara, em 4/11/2003, que no “Brasil, já houve, mas não existe mais, concentração na mídia. E as cinco maiores geradoras nacionais de tevê aberta competem em condições equivalentes”⁶⁵.

A cobertura dos lares brasileiros é, por sua vez, nas grandes redes, a seguinte⁶⁶:

Globo – 99,59%
SBT – 97,34%
Bandeirantes – 88%
Record – 73,01%
CNT – 35,46%
RedeTV – 80,88%.

65 Samuel Possebon, Carta Capital nº 244.

66 Fonte: Mídia dados - 2003 (Grupo de Mídia de São Paulo).

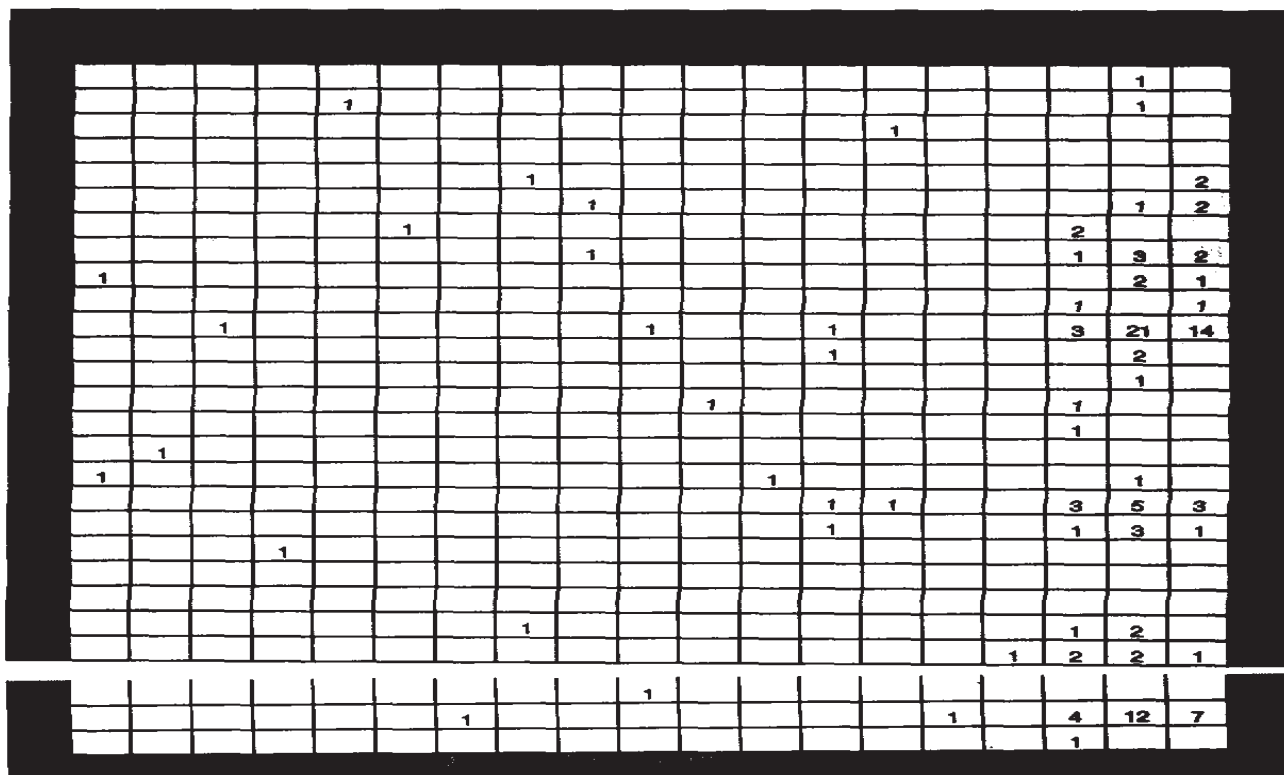
Esse dado mostra a situação praticamente de igualdade entre a Rede Globo e o SBT do ponto de vista da cobertura, vindo a Bandeirantes logo atrás, com a Rede TV e a Record. Neste sentido, não se pode falar tampouco de um monopólio, nem de um oligopólio, pois essas redes se encontram num processo de franca competição, aumentando os seus meios tecnológicos visando a atingir a todos os lares brasileiros que possuem televisão. Ademais, ao utilizarmos o conceito de rede, o fizemos com o intuito de sublinharmos um tipo de cobertura nacional, de conteúdo, distinguindo-o da propriedade dos meios de comunicação. Com efeito, no interior de cada rede temos uma segmentação e divisão da propriedade, pois um número expressivo de proprietários regionais e municipais compra direitos de retransmissão. Devemos, pois, distinguir a propriedade de uma empresa

cabeça da rede da propriedade das empresas que retransmitem uma mesma programação;

1.1. retransmissoras. Se tomarmos o número de retransmissoras no período 1997-2000, constataremos que a maior rede é seguida de perto pela segunda, que somada com a terceira ultrapassam o número de retransmissoras da primeira. Se os números são tão próximos, fica difícil afirmar uma situação qualquer de monopólio. Observemos igualmente que a soma das RTVs educativas e culturais perfaz 120 retransmissoras, colocando-as entre a terceira e a quarta rede privada. Logo, não podemos dizer que tenha havido um encolhimento das retransmissoras educativas e culturais. Da mesma maneira, houve um crescimento das retransmissoras religiosas, que somam 184 (166 católicas e 18 evangélicas).

	1997	1998	1999	2000	Total
GLOBO	112	4	117	109	342
SBT	99	29	89	54	271
RECORD	26	10	51	43	130
BAND	77	8	17	8	110
REDE VIDA	6	29	41	15	91
TVE	20	-	42	17	79
MANCHETE	64	3	-	-	67
FPA	-	-	41	21	62
CARISMÁTICA	-	-	17	42	59
CBI	36	-	13	-	49
CULTURA	41	-	-	-	41
CNT	11	-	21	7	39
GAZETA	-	1	23	10	34
MTV	11	-	2	3	16
REDE MULHER	-	-	13	1	14
SHOP TOUR	-	-	6	4	10
REDE TVI	-	-	7	2	9
REDE 21	-	-	-	5	5
Outras	2	3	4	1	10
Total	505	87	504	342	1.438

2.1. geradoras educativas. Observemos o significativo aumento de emissoras educativas no período 2000-2001, perfazendo um total de 112 TV, contrastando com todo o período anterior, que soma apenas 24 emissoras. Há, portanto, aqui uma forte expansão da rede estatal, que cresce 466%.



3. as redes religiosas. As emissoras religiosas e suas retransmissoras configuram um outro terreno em que o pluralismo da comunicação se realiza em nosso país. Elas disputam com as outras TV a opinião pública, sob a forma da consciência religiosa. Ao contrário das TV educativas, o seu número é pequeno, enquanto o de suas RTV é grande. Segundo dados de outubro de 2003, o número de emissoras confessionais é 8, distribuídas entre 4 católicas e 4 evangélicas. Chama atenção o número reduzido de TV, o que se explica pelo conteúdo transmitido, pois as coisas religiosas, tratando do absoluto, não carecem de uma multiplicidade de emissoras. Basta um centro transmissor da mensagem religiosa que é difundida pelas RTV. Isto implica uma redução de custos, menor programação e uma maior visibilidade nacional, graças à constituição dessa forma de rede. Para elas, o mais importante é o número de retransmissoras: 282. Elas estão assim distribuídas:

Família – Record/Universal. Emissoras de TV: 2, RTV: 10.

Século XXI – Católica de Campinas. TV: 1, RTVs: 14.

João Paulo II – Católica de Cachoeiro Paulista. TVs: 2, RTV: 208.

RIT – Do R.R Soares. TV: 1, RTV: 50.

Mulher – Record/Universal⁶⁷: TV: 1, RTV: 41.

Vida – Católica: TV: 1, RTV: 427.

Observamos por esses dados uma clara preponderância da religião católica em relação às evangélicas no que diz respeito ao número de RTV: 649 contra 101. Se, no entanto, considerarmos a transmissão de programas religiosos em emissoras comerciais, algumas de propriedade de evangélicos, constataremos o crescimento de uma programação evangélica na TV brasileira⁶⁸.

Logo, as formulações de De Lima terminam por ser também parcial do ponto de vista religioso, pois, segundo o critério utilizado, haverá ou não uma preponderância das Igrejas evangélicas. Aliás, é muito salutar que se estabeleça, também no campo religioso, o pluralismo, embora cada religião em particular tenha a pretensão do absoluto e da palavra verdadeira. Tal não é, no entanto, a função do Estado democrático, voltado para o pluralismo em todos os setores da consciência. Parece que estamos diante não de um conceito, mas de um pré-conceito. Com efeito, esse autor, ao se posicionar contra o atual processo de concentração de propriedade dos meios de comunicação no Brasil, tem como alvo a “entrada de um novo e poderoso ator nacional no setor: as igrejas, sobretudo, as evangélicas”⁶⁹. O argumento, pelo que acabamos de expor, não deixa de ser curioso, pois se se tratasse de uma igreja que compartilhasse o credo da “teolo-

gia da libertação”, a sua posição seria provavelmente outra. Ademais, e esse é o traço irônico da questão, o “governo Lula distribuiu poucos canais em 2003 – e quase todos para Igrejas”⁷⁰.

No novo governo, em 2003, incluindo os dados relativos a TV Nazaré de janeiro de 2004, foram outorgadas 78 retransmissoras em 2003, assim distribuídas:

71 para a Fundação Nazaré (Católica de Belém)

3 para a Boas Novas (evangélicos): Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas

4 para emissoras comerciais.

Observa-se aqui um nítido privilegiamento de outorga de retransmissoras para as redes religiosas em detrimento das privadas e, dentre as religiosas, dois pontos merecem ser considerados: **a)** a Fundação Nazaré surge como uma rede já forte, cobrindo as principais capitais da região Norte, além de cinco do Maranhão (incluindo São Luís)⁷¹; **b)** a rede Boas Novas, embora o seu número de RTV seja aparentemente pequeno, tem um amplo raio de cobertura por abranger as duas maiores cidades brasileiras, São Paulo e Rio, além de Campinas;

Posição do telespectador e direito ao lazer. A posição do espectador, do ouvinte ou do agente de uma relação digital interativa não é necessariamente a de um cidadão e, menos ainda, a de um indivíduo partidaricamente ativo. Boa parte das análises dos fenômenos midiáticos e digitais insiste na apatia e no desinteresse que seriam produzidos por nossos meios de comunicação. Devemos, porém, partir de uma singela pergunta: por que os telespectadores, os ouvintes e os agentes interativos deveriam ter uma posição política ou necessariamente deveriam se preocupar com os assuntos considerados por políticos ou formadores de opinião como de interesse público? Não poderiam eles se preocupar com o seu entretenimento, depois de um dia de trabalho ou simplesmente porque gostam de ouvir um espetáculo musical, ver uma telenovela ou um filme? Trata-se de um direito do indivíduo em sua vida privada que, para efeito de nossa análise, poderia ser denominado de direito ao lazer ou ao entretenimento.

67 A programação dessa rede não é totalmente religiosa. A Rede Record não é incluída entre as emissoras religiosas, embora seja de propriedade da Igreja Universal, por ser a sua programação essencialmente comercial.

68 Caberia aqui ressaltar a distinção entre a titularidade e a programação no que diz respeito às igrejas, pois da titularidade de uma emissora comercial, não se segue que sua programação seja preponderantemente religiosa como é, por exemplo, o caso da Record. Ou ainda, a titularidade da Band não é religiosa, porém ela tem um horário religioso.

69 De Lima, op. cit., p. 96.

70 Daniel Castro, Folha on Line, 30/12/2003.

71 Daniel Castro, Folha de São Paulo, Ilustrada, E4, 27 de janeiro de 2004.

Em relação às diferentes alternativas que se oferecem ao telespectador, devemos sempre ter presente ao espírito que a liberdade de escolha pertence àquele que pode perfeitamente escolher um outro canal. Assim, se o telespectador se encontra só com programas de variedades, cria-se a exigência de um programa de maior qualidade, que pode ser perfeitamente suprido por um outro canal privado ou público. A competição se dá por programas que atraiam a atenção e não sejam mal feitos, como acontece freqüentemente, no Brasil, com os canais privados ou públicos. Esses últimos, por sua vez, se caracterizam, na maior parte dos casos, por suas monótonas repetições de posições governamentais. Como escreve Michel Souchon: "...uma parte não negligenciável do público pode muito bem escolher um programa mais exigente, com a condição de que ele seja capaz de atrair a sua atenção, comover, abrir seus horizontes"⁷².

O viés ideológico na crítica da "miscelânea cultural" é particularmente presente em alguns autores que procuram nela ancorar uma posição antiamericana que é, na verdade, preparatória a uma crítica ao padrão cultural da TV brasileira. Assim, essa "miscelânea cultural" é identificada à expansão dos **fast-food** pelo planeta, da qual nem "a Cuba socialista estaria imune"⁷³. A presença da cadeia McDonald's é considerada como um exemplo do mesmo tipo daquele que ocorre com a mídia, como se os indivíduos estivessem compelidos, obrigada, a comer Bic Mac. Podemos optar por um bauru, por um misto quente, por um cachorro quente, por uma feijoada, por um churrasco, por comida alemã, francesa, chinesa, japonesa, tailandesa e assim indefinidamente. E se um empresário quiser fazer uma grande rede internacional de feijoada é algo que diz respeito exclusivamente à sua capacidade de iniciativa e de empreendimento. Que alguém queira ou não comer um cheeseburger tipo americano é algo que concerne tão e exclusivamente a essa pessoa, não cabendo ao Estado estabelecer nenhum tipo de regulamentação. Trata-se da liberdade de escolha que deve ser preservada enquanto tal. Ou cabe ao Estado determinar o que vou comer?

A TV paga está, por sua vez, cada vez mais voltada para o atendimento do lazer da população em geral numa escala planetária, procurando preencher nichos determinados de mercado. Assim, temos canais infantis, para as mulheres, para os que gostam de documentários, para os que gostam de filmes, etc. As necessidades de mercado, por assim dizer, balizarão esse processo, que se caracteriza por uma uniformização cultural, onde o geograficamente distante se torna digitalmente próximo. Ocorre, contudo, que os gostos não se uniformizam dessa maneira, e cria-se,

inclusive por razões publicitárias, a necessidade de que gostos particulares sejam regionalmente satisfeitos. Isto ocorre também na regionalização de sinais na TV por Assinatura, de tal maneira que uma rede nacional pode transmitir uma publicidade particular que responda aos interesses de uma região determinada e, mesmo, contemplar um programa regional. Há, portanto, em curso, uma diversificação cultural que é a contra-parte de uma centralização da propriedade dos meios de comunicação. A massificação cultural tem igualmente como contrapartida uma segmentação e diversificação culturais. A MTV brasileira, por exemplo, dedica boa parte de sua programação à música brasileira, correspondente a nossos gostos culturais.

Identidade nacional. Não podemos esquecer que somos um grande país, inserido em um continente de língua espanhola, cuja parte norte é de língua inglesa. Os EUA são o maior produtor audiovisual do mundo e a Espanha se tornou o país com maior investimento de capital no país a partir de 2000. O Brasil, por sua vez, é o maior produtor cultural em língua portuguesa no mundo. O interesse que grandes investidores e grupos econômicos têm pelo nosso país coloca também um problema de ordem cultural, relativo à nossa própria identidade. Cada grande grupo midiático tende, naturalmente, a impor os seus próprios padrões culturais, quando mais não seja por familiaridade ou por economia. Vivemos em um mundo que desconhece as fronteiras geográficas. Num mundo digital, as formas de preservação de identidades nacionais derivam de identidades culturais e de empresas nacionais, onde a concorrência impera. Já não é possível fechar fronteiras, como o mundo estava acostumado a fazer até o século XX. O século XXI se abre sob a égide de uma completa alteração daquilo que entendíamos por fronteira. Trata-se, agora, de propiciar e de desenvolver formas de identidade cultural, enraizadas em nossa história e confrontadas com um mundo globalizado presente em nosso dia a dia, na rádio, na televisão, nos jornais e na internet. Estabelece-se um processo de intercâmbio, de absorção ou de mútua interação, dependendo de como cada país põe em cena seus próprios valores e suas empresas. Há hoje uma vinculação necessária entre empresas e cultura ou identidade nacional, pois o mundo digital possui uma lógica própria que interliga a economia, a sociedade, a nação e a cultura.

72 Souchon, Michel. "A pesquisa e o aperfeiçoamento da mídia". IN: Bertrand, op. cit., p. 340.

73 Moraes. Planeta Mídia, p. 17.

A produção de conteúdos é fundamental do ponto de vista do desenvolvimento da cultura nacional. Quanto mais o Brasil produzir os seus próprios programas, menos ficará ele dependente de modelos culturais importados. Se olharmos a nossa própria história, veremos que a nossa teledramaturgia, nos anos 50/60, propiciou uma representação de nossa própria identidade a partir de nossos próprios valores. Nos anos 70, o processo foi de outro tipo, com a importação de programação feita em outros países, sobretudo nos EUA, tendo como consequência, a generalização, entre nós, do modo de vida americano. Se recuperarmos agora nossa própria dramaturgia, teremos como efeito a valorização de nossos costumes, criando cultura nacional e produzindo produtos que poderiam suprir tanto o mercado nacional, como o internacional.

Estamos particularmente bem posicionados neste processo se considerarmos que possuímos uma televisão de alta qualidade e somos produtores de cultura, cobrindo, com essa produção, todo o território nacional e o unificando segundo um determinado padrão. Estamos, portanto, diante da tarefa de empreendermos o fortalecimento de uma cultura nacional num mundo globalizado. Trata-se da preservação de nossas características através de uma produção artística de qualidade em língua portuguesa. Se não o fizermos, outros padrões tenderão a se impor, sem que nenhum ato governamental possa fazer qualquer coisa contra isso, pois, nesse novo mundo, o poder dos Estados nacionais tornou-se mais reduzido. Salvo, evidentemente, se um país optar por fechar completamente as suas fronteiras, voltando a uma era pré-capitalista, com todo o seu cortejo de mortandades, como foi amplamente mostrado pela experiência comunista, com seus descendentes ainda vivos.

Um país se reconhece em suas ficções, em suas encenações de si, tais como aparecem em obras literárias, artísticas, filosóficas e científicas. Neste processo de reconhecimento, se opera uma forma de identificação que é apropriada por cada um. Com o advento e desenvolvimento da radiodifusão e, especialmente, da televisão, as imagens começaram a ganhar uma posição preponderante em relação à palavra escrita e mesmo sonora se essa não vier acompanhada das imagens correspondentes. Passamos a viver num mundo também imagético, onde a presença visual comparece como uma forma mesma da verdade. Tendemos, por assim dizer, naturalmente, a crer mais numa imagem do que num testemunho verbal ou mesmo numa palavra escrita. Logo, ficções como telenovelas ou notícias televisivas tendem a ter um impacto e importância crescente, pois esse processo de reconhecimento se torna menos “literário” e mais “visual”. Impõe-se, portanto,

que empresas, privadas e estatais, guardem um controle nacional, incluindo a produção de programas, de modo que possamos enriquecer a nossa cultura neste processo que inclui a assimilação de programas feitos nos grandes centros internacionais. Ou seja, para que o intercâmbio seja frutífero e a competição eficaz, devemos ter empresas nacionais fortes que se imponham por sua própria capacidade. É tarefa do Estado contribuir para que empresas nacionais sejam bem sucedidas em seus empreendimentos.

Por último, ressaltemos que o artigo 221 da Constituição Federal traz as linhas mestras de como deve ser o conteúdo da radiodifusão brasileira. O cidadão deve receber informações de caráter internacional, nacional, regional e local. Qualquer modelo que inviabilize o cumprimento dessa diretriz estará prestando um desserviço à cidadania. Portanto, o que se tem de verificar não é a questão da propriedade dos meios de comunicação ou a sua propriedade cruzada, mas a obediência às suas finalidades constitucionais. O modelo atual propicia esse cumprimento, pois as empresas cabeças de rede têm propriedade distinta das empresas regionais que asseguram a pluralidade e a diversidade da informação.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Excelente. Agradeço a belíssima conferência do Dr. Denis Rosenfield. De certa forma, congratulo-me por ter exercitado a paciência e insistido tanto para que trouxéssemos um especialista. O Dr. Denis cumpre, absolutamente, todos os requisitos que se pedia dele.

Vou começar a ouvir os senhores conselheiros, mas antes quero referir-me ao pensador alemão Max Weber que dizia ter certa hesitação consciente no uso de palavras polissêmicas. Como: ambiente, povo e democracia. Vou pegar emprestada uma dessas a que ele se referiu, que é democracia, e colocar uma outra, que é mercado. Mercado também é serviço, hoje, outra palavra a que Weber não se referiria, não viveu o suficiente para ver a opulência dos mercados.

Vou pedir, depois, que V. Ex^a faça um complemento de reflexão, que é o seguinte: parece evidente ao Conselho que há duas situações qualitativamente distintas. Ou seja, de alguma maneira, há preocupação em garantir que os grandes grupos brasileiros possam ser **players** no jogo internacional, porque meio de comunicação é soberania. É evidente que se deve fazer isso sem reproduzir os modelos deletérios que contaminaram a nossa trajetória histórica. É preciso apoiar, tendo como referência o interesse coletivo, mas penso que, em todos nós, há a preocupação de compreender os meios de comunicação a partir dessa visão da sua conexão com a soberania, garantirem que as grandes

corporações brasileiras possam competir no cenário internacional. Queremos tudo, menos ver o horário nobre brasileiro sendo pasto das grandes corporações americanas aqui dentro.

Por outro lado, também preocupa muitos de nós, Professor Denis, o ambiente em pequenas localidades, os ambientes micro. Nas últimas legislações da Itália, a partir de 1991, está toda a legislação contaminada com a preocupação dos efeitos que os conglomerados de comunicação têm nas pequenas localidades e como interferem na democracia.

Na Normativa da FCC (Federal Communications Commission), de 2 de junho, se nota a preocupação em garantir que as grandes corporações americanas possam competir, mas também a preocupação com a afirmação da democracia nas pequenas localidades.

Penso que essa visão, essa diferença, às vezes pode significar grandes diferenças... Ou seja, é possível dotar as grandes corporações dos meios pelos quais elas poderão competir no mercado internacional, ao mesmo tempo garantindo que a participação dessas redes na democracia, nas pequenas localidades, possa se fazer no sentido de garantir o pluralismo e a independência? Isso é possível ou isso é uma contradição? Eu diria que esse é o centro das nossas preocupações.

O senhor falou no Rio Grande do Sul, eu falo em Pernambuco. Há uma cidade que tem quatro rádios e uma televisão na mão de um mesmo grupo familiar. Isso é bom ou é ruim para a democracia? Em que isso interfere na competição das grandes redes com as emissoras norte-americanas? Interfere em alguma coisa? Para que as grandes corporações brasileiras possam competir no mercado internacional é necessário que nas pequenas localidades a presença seja tão hegemônica a ponto de impedir que redes possam competir entre si? Essa é uma angulação que, espero ver no seu trabalho.

Ouçõ os Srs. Conselheiros. O primeiro que se prontificou foi o Conselheiro Francisco Pereira da Silva, que tem a palavra.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Não sei se o Professor Denis traz a posição dele ou se é uma leitura, uma constatação do que está posto, porque curiosamente, na sua fala, nunca ouvi, a menos que eu tenha falhado aqui, as palavras “sociedade”, “povo”. É sempre “mercado”, a lógica do mercado, e as pessoas hoje têm uma saída de defender a lógica do mercado tão-somente – e aí não sei se o senhor está defendendo ou fazendo uma constatação científica do que está posto, quer dizer, a lógica do mercado no mundo é essa, etc. O senhor diz, pelo que entendi,

que o livre mercado é sinônimo de democracia. Então, colocado o livre mercado, estando tudo funcionando, se é bom para o mercado, é bom para o povo, por consequência.

Não entendo assim e não tenho nenhuma preocupação de, por exemplo, não querer colocar o mínimo de ideologia nisso, porque o mundo também se constitui da coragem de se pensar sob o ponto de vista ideológico.

Hoje as pessoas dizem o seguinte: “Não vamos politizar nem idealizar a discussão”. Essa é uma forma de calar a boca, de dizerem: “Calem-se, porque esse papo político...” Até o PT está nessa onda.

O senhor falou inteligentemente sobre um produto da discussão política. Falo com tranquilidade sobre esse assunto, até porque sou membro do PT regional do Distrito Federal, campeão de candidaturas e campeão de suplência pelo Partido; por isso, posso falar com tranquilidade. O senhor inteligentemente pinçou o pensamento do campo majoritário do Partido dos Trabalhadores, que fortalece essa lógica.

Nem tanto ao céu, nem tanto à terra – novamente estou falando do céu e da terra. É verdade que devemos abraçar nossas empresas, mas é verdade também que não podemos deixar escoar, em nome do mercado, o sonho, o pensamento e a liberdade.

Com relação à concentração da propriedade, usa-se do casuísmo seguinte: não existe propriedade, porque a rádio e a TV do Piauí não são do mesmo grupo. Porém, devo falar um pouco sobre a ideologia. Todos sabem que, quando falamos da concentração da propriedade, da propriedade cruzada e de outros assuntos correlatos, estamos ressaltando exatamente o conteúdo. Não estou somando as garrafinhas para saber quem é dono de quê. Sob esse ponto de vista, quero abraçar as empresas. Não sou um herói a ponto de virar Lâmpião – apesar de ser do Piauí, não quero ser um Lâmpião –, mas também não posso concordar e admitir o mercado como faz a minha mãe. Não quero que seja assim.

Considero fantástica a constatação feita pelo orador sobre o que está posto. Não é o caso de dizer que o senhor está errado ou está certo. Eu gostaria de ouvir, com igual peso, alguém discutir sobre a questão sob outro prisma, porque, pela forma espetacular e honesta como o senhor aborda o assunto, quase chega a me convencer. Quero tomar mais antídotos para não cair nessa conversa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Chico Pereira, mas quero dizer ao companheiro que não se pode queixar de ouvir conferencistas com

outras versões, pois, até agora, todos os conferencistas que convidamos pensavam de forma diferente do professor, tanto que, para que o nosso livro seja equilibrado, eu não quis reunir os debates antes de ouvir alguém que pensasse diferentemente. Ao contrário. O professor foi solitário em seu pensamento.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Deixe-me falar. Prof. Denis Rosenfield, não fiz qualquer observação de ordem pessoal. O senhor é uma pessoa muito simpática e abordou a questão de forma espetacular, científica, muito bem equilibrada. Não faço nenhuma crítica à sua postura, à sua análise.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço o Conselheiro Chico Pereira.

Concedo a palavra à Conselheira Assunção Hernandes.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Quero dizer que entendo a televisão como uma transmissora de conteúdo; portanto, na concessão em que deveria prevalecer o papel de transmissor de conteúdo, em que os produtores de conteúdo – quanto a isso, o companheiro Daniel, na última reunião, fez uma exposição brilhante, que incorporei ao meu discurso –, enquanto a TV é ligada à questão mercado, à questão lucro, o produtor independente estará ligado à questão criativa e à questão artística. No entanto, a televisão brasileira, pelo fato de não poder ser regulamentada, pois o art. 221 da Constituição é o que há mais tempo é bombardeado para não ser regulamentado, onde se fala, ali sim, em regionalização da programação, em produção independente, o olhar diversificado, o olhar efetivamente democrático, num país continental, de 180 milhões de pessoas, de classes sociais, de origens diferentes e culturais diferentes e também produtivas diferentemente, onde há 27 estados, acho que o número de repetidoras só aumenta a pobreza e a concentração, porque ela é bastante diversificada e numerosa, mas o conteúdo é o mesmo, a pronúncia é a mesma dos grupos que prevalecem no Sul. E, quando faz um conteúdo paulista, recomenda-se que, por favor, tirem o “s” final para os paulistas se identificarem. E quando fala a pronúncia nordestina, nortista, e temos contatos com esses povos depois, eles perguntam onde conseguiram aquela pronúncia do Ceará, de Belém, que eles também querem aprender. Vi a novela de Goiás, e quando ia para lá, onde eu produzia cinema, as pessoas me perguntavam onde as pessoas conseguiram aquele linguajar do goiano, que não era deles.

Então, aí está a multiplicidade, a diversidade, a democracia. Do ponto de vista quantitativo, que, aliás,

me remete a outra análise. À medida que os concessionários, na maioria, estão no Parlamento, naqueles que fazem as leis e dão as concessões, a quem assessoramos hoje, mas este Conselho aqui levou 13 anos para ser instalado, perdendo parte dos objetivos e características que tinha inicialmente, porque não interessava também que tivesse este Conselho, as emissoras que, digamos, são democráticas, variadas, impediram até quando precisaram aprovar a entrada do capital estrangeiro, de 30% a 40%, queriam mais, ficou 30%, e que houve um acordo político porque, para poder ir rápido, eles ganhariam de qualquer forma, porque seria votado, tínhamos a lista dos votantes a favor, porque nós, produtores independentes, como o senhor recomenda, achávamos que não devia entrar capital estrangeiro, até para mantê-los genuinamente brasileiros, mas quem quis que entrasse o capital estrangeiro foram as empresas de mídia. Nós, produtores independentes, que queremos sim a diversidade, a democracia, dizemos: não, não pode. À medida que eles já tinham o número de votos suficientes para aprovar, o que podíamos fazer era postergar. Como era ano eleitoral, se postergasse, cairia no segundo semestre eleitoral, portanto, iria para outro ano, que era o nosso objetivo, já que não queríamos que houvesse capital estrangeiro nas nossas empresas de mídia. Nós, não os concessionários, nós, os produtores independentes, os criadores, os artistas. E foi aí que houve o grande acerto, de que não podemos tratar neste momento, porque estamos no ar. E vieram instruções para que se votasse, sim, no primeiro semestre, pois, no segundo, não aconteceria, e não poderia atrasar – eles já tinham os votos. Como atrasaríamos o processo, o acordo foi feito apenas para que isso não ocorresse no Parlamento, onde eles têm maioria de votos.

O que aconteceu? Num ato magnânimo do Congresso, eles concederam, em troca – já que iríamos perder, que haveria capital estrangeiro na televisão, mesmo contra a nossa vontade –, que fosse instalado o Conselho de Comunicação Social e regulado o art. 221 da Constituição, que fala em regionalização e em produção independente.

Na realidade, o que houve? Conseguimos instalá-lo – tanto que, nesse processo, sou conselheira –, depois dos treze anos que a Constituição pedia, e por duas, três, quatro, cinco vezes todas as entidades se reuniram e levaram os nomes consensuais para o Conselho. Mas virávamos as costas, algo acontecia e sumia no ar. Tinha que voltar toda a organização; eram mais dois, três anos. Essa é a democracia que estamos vendo aqui.

Quando saiu o Conselho de Comunicação Social, não saiu a regulação do art. 221, porque o Congres-

so disse: o Conselho vai nos orientar, ajudar e vamos regular. E o que aconteceu? Ficamos dois anos com o projetinho na Câmara Federal para poder passar da regulação do art. 221, que já estava há quinze anos parado. Em 2003, conseguimos votar, num esforço, em troca de deixar entrar o capital estrangeiro nas empresas de mídia – esse que o senhor e nós não queremos que entre, mas as empresas de mídia queriam.

Vejam que interessante a contradição. Durante dois anos, essas forças que acordaram conosco sobre o Conselho de Comunicação Social e a regulação do art. 221, fizeram o **lobby** tradicional, que já faziam há treze, quinze anos, para não sair o artigo, para não sair a regulação. E fizemos um esforço extraordinário, porque nunca temos dinheiro por não conseguirmos trabalhar, porque os concessionários fazem tudo – a produção independente, a transmissão – e não sobra nada para o criador, para o produtor independente. Mas o que aconteceu? Conseguimos trazer boa representação de criadores, artistas, etc., até das concessionárias. Eles vieram porque entenderam que a questão da democracia e da regionalização era importante para a democracia do País.

Graças a esse trabalho de pressão, entregamos todos os anéis – o que sobrou é o mínimo do mínimo do mínimo, mas dissemos: é o mínimo que pode regular, sim, o art. 221 da Constituição. Por que só não esse artigo? Por que o art. 224 foi regulado e transformado em uma PEC? Teve até de se modificar a Constituição! E por que o art. 221, que fala em produção independente e regionalização, que é a democracia, não podia? Porque o art. 224, sobre a interferência feita de entrada de capital estrangeiro não é em favor da democracia da empresa brasileira, como o senhor apresenta e também defendendo. Isso é interessante e deve complicar um pouquinho a análise desses dados.

Mas há outras coisas que também gostaria de apresentar: por que as TV educativas vivem miseravelmente? Por que estão sempre na miséria? Será que também tem a ver com o fato de que as leis são feitas por esses legislativos que não querem competição da tevê educativa para o seu **marketing share**? Vamos considerar. O número é interessante. Vamos pegar o dinheiro, até dinheiro do Governo, da Secom, dinheiro que agora o Luiz Gushiken distribui. Vão 75 ou 78 para uma única emissora de televisão e pouco mais de 20 para as demais que o senhor enumerou aqui.

É muito interessante também. O senhor tem esse dado, e eu gostaria de tê-los; vou até consultar seu documento. Mas quanto vai da Secom para essas empresas particulares de radiodifusão, e, no Orçamento do Governo, para as TV educativas? Esse é também um bom elemento para refletirmos.

Vamos ver que não há interesse algum em fazer com que, aos poucos, a população brasileira consiga ligar-se ao conteúdo que elevará a sua alma, o seu espírito, a sua cultura. Audiência também se faz pelo que se oferece. Se eu reduzo a condição de uma TV premiadíssima como a TV Cultura, que ganhou inúmeros prêmios com programas infantis de alta qualidade, de respeito à criança e à família, se essa TV não tinha dinheiro nem para consertar a caixa d'água, será que o conteúdo que ofereço para a população brasileira não a leva a querer ver aquele nível de programa que é oferecido?

Conheço um curta-metragem, premiado à exaustão no exterior, chamado “Ilha das Flores”. Acho que vou trazê-lo, que tem 15 minutos, é brilhante, divino, maravilhoso, de um diretor famosíssimo que trabalha nas televisões hoje. Esse curta-metragem, para mim, esclarece muito a questão da audiência, pois mostra um depósito de lixo, onde, prioritariamente, os porcos do dono do terreno do lixo se alimentam. Daí, quando os porcos estão satisfeitos, eles são retirados daquele terreno e a população, em fila, está esperando; quando os porcos saem, ela entra para retirar o resto que sobrou. Considero que a audiência da televisão brasileira é esse lixo e a população não tem opção: ou vai nele ou morre de fome. E o seu espírito também tem fome. E ela vai e consome. Faz até fila, compra e paga a TV para ver o lixo. Isso explica, para mim, quando dizem: “Como e por que ver?” É por isto: ela tem de ver alguma coisa, ela tem de comer. Então, os porcos entram, limpam tudo e aí vem a população e pega o resto do resto do lixo.

Outra coisa que eu queria mencionar também é essa questão que acho fundamental, de ver por que as TV educativas não crescem se, quando trabalham, os produtos são de grande qualidade. Acho que essa é uma preocupação que o intelectual deveria ter para analisar e nos passar.

Finalmente, eu queria mencionar que, quando o senhor diz que temos de fortalecer as empresas nacionais – concordo e repito, já disse umas quatro vezes que é para não dar a impressão que é este grupo que quer; não, eu quero –, quero fortalecer o produtor independente, o empresário também. Sou empresária há 40 anos e não consigo colocar o meu produto na telinha. Sabem quantos de produção independente – independente é de quem trabalha fora, é a criação, não é o transmissor –, a televisão maior, hegemônica, leva ao ar por ano? Um por cento da programação. Esse é o pedaço das empresas produtoras independentes do audiovisual.

Acho, Sr. Presidente, que devemos cuidar, trabalhar para que essas empresas que sobrevivem no

sacrifício, mas que não estão no vermelho, e fazem esses filmes – o senhor conhece muito bem, porque é do Sul, da resistência do cinema brasileiro, essas têm de ser fortalecidas mesmo, para evitar que continue esse conteúdo nas nossas salas de cinema. Desculpe-me se me alonguei, mas esse assunto me é muito caro, não no sentido monetário.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço à Conselheira Assunção Hernandes, já retificando uma informação que ela inadvertidamente nos deu. Ela disse que trabalha nesse setor há quarenta anos, o que é uma evidente impropriedade, porque visivelmente a Conselheira sequer tem 40 anos. (risos.)

Agora estou entendendo o vocabulário paulista. Até contam que a jogadora de basquete Hortência fez uma cesta nos Estados Unidos e um espectador gritou entusiasmado **once more** (uma mais). Ela parou e disse “Piracicaba”. (risos.) (onde ocê mora). É engraçado. Eu sou conselheiro da OIT e temos esse problema de idioma em espanhol também. O espanhol latino-americano é o de Bogotá.

Encerrarei esse primeiro bloco de perguntas com o Conselheiro Ricardo Moretzohn. Depois, passarei a palavra ao Dr. Denis Rosenfield.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu parabeno a bela exposição e o belo trabalho desenvolvido pelo Professor Rosenfield. Sem dúvida, foi um discurso muito bem articulado, muito competente. No entanto, eu gostaria de suscitar algumas questões sobre o lugar que ocupo neste Conselho. De que lugar estou falando? Eu falo do segmento da sociedade civil. Nesse sentido, eu gostaria de ir um pouco além do que foi tratado pelo companheiro Chico Pereira.

Eu sou um brasileiro preocupado com as questões sociais, políticas e culturais, etc, do meu País. Entendo perfeitamente que um país como o Brasil, como qualquer país, deva defender intransigentemente suas empresas, principalmente nesse mundo, hoje, com essa globalização a que somos submetidos. Entendo e defendo isso, o que penso ser fundamental nos diversos segmentos e áreas econômicas.

Quando se coloca essa questão que o senhor nos traz, do dilema entre as empresas nacionais versus a entrada de empresas estrangeiras, como uma questão de soberania nacional na comunicação social, eu acredito que há um diferenciador na comunicação social; ela não é o meu negócio, o meu trabalho. Assim, tenho dificuldade de entender como isso é tratado, por vezes, somente como uma questão de **business**.

Nesse sentido, penso que, quando o senhor nos põe nessa encruzilhada, não é sua fala – eu já a conheço de outros carnavais –, fico pensando se não é uma maneira de colocar a sociedade como refém de uma situação para a qual não tem saída. É evidente que se sou consumidor, e não cidadão – no caso em que o senhor estava dizendo, que podemos ser cidadãos ou consumidores.

No caso, eu, como cidadão, recuso-me a ser refém dessa situação. Eu, na condição de cidadão, não tenho nada a ver no sentido de negócios. Tenho a ver no sentido da soberania do meu País.

Estou querendo fazer uma provocação para o senhor, no seguinte sentido: qual a possibilidade de saída para a população, qual a possibilidade de saída para a sociedade em uma questão que diz respeito substancialmente às suas vidas? Posso entrar com outras categorias de análise, como falar de subjetividade, da fundação da subjetividade, que se dá na relação com a cultura, com o social, enfim, e como a mídia nos atravessa nessa questão.

Então, se isso é abordado como um problema – eu o estou dizendo e queria que o senhor depois falasse um pouco sobre isso, como pensa – para a sociedade, qual a forma, como posso anunciar o meu projeto de vida?

Já que o senhor falou na cena pública, trata-se de uma cena pública que diz respeito a empresas multinacionais **versus** empresas nacionais. Como eu, na condição de cidadão, membro da sociedade, sem empresa, anuncio o meu projeto de vida? Como tenho acesso à palavra, para dizer o que quero ou o que não quero, se se trata de negócios?

Eu, Ricardo Moretzohn, posso, neste momento, estar aqui, por uma condição especial, tendo acesso à palavra num espaço público. Mas quero saber como é que a população pode opinar sobre isso?

Quando o senhor fala dos programas religiosos, que os católicos têm mais retransmissoras, mas os evangélicos compram mais, isso não se resume a uma questão de evangélicos **versus** católico. E se eu for umbandista, se eu for espírita? E se eu for mulçumano, que espaço tenho? Como é que posso anunciar isso? Quer dizer, que equidade temos?

Então, é realmente uma questão de negócios, é uma questão empresarial, de quem pode e detém o poder econômico ou não.

Estamos falando de algo – que me contaram e aprendi – que trata de concessão pública, e o disposto na Constituição é que deve ser o caráter dela ou seus objetivos.

Por fim, eu gostaria que o senhor nos dissesse, talvez, na sequência disso, quais as possibilidades

políticas para a comunicação social no Brasil – não sei nem se eu diria de uma política pública. O que poderia ser uma política pública para a comunicação social no Brasil?

Tenho experiência de participar de organismos de controle social em outras políticas públicas, como, por exemplo, na saúde, na educação. O senhor, na sua fala, disse que o País, apesar de arrecadar tributos brutalmente, não dá conta de questões básicas e citou inclusive saúde e educação. Mas creio que temos avançado muito, tanto na saúde quanto na educação, principalmente a partir do momento em que, nessas políticas públicas, a sociedade se fez presente e começou a dizer o que quer e o que não quer, onde e como gastar o dinheiro. E no sentido da comunicação social, qual a possibilidade que o senhor vê nisso?

Por fim, o meu alento, Professor, é que o senhor possa nos dar um indicativo em relação a isso. Realmente, essa situação de ficar refém, de ficar nessa encruzilhada entre o capital nacional e o capital estrangeiro, para o cidadão, também talvez até para o consumidor, não seja prioritária. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Professor Denis Rosenfield.

O SR. DENIS LERRER ROSENFELD – Responder todas as questões que me foram colocadas, seria como se eu fizesse uma outra exposição. Então, vocês vão me desculpar a brevidade nas respostas, para que possamos ter uma boa discussão.

Vamos começar, então, pelo útil. Não cabe ao filósofo dar alento; é uma coisa que aprendi na universidade. A função maior do filósofo, do intelectual, no meu caso, seria apresentar o problema e equacioná-lo.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – E perseguir a verdade.

O SR. DENIS LERRER ROSENFELD – E perseguir a verdade. Portanto, essa seria a questão fundamental.

Mas, vamos situar alguns pontos que são muito importantes e interessantes, colocados por vocês. Em relação ao que você coloca sobre as outras religiões. Nada impede que outras religiões pleiteiem também uma concessão para exploração de uma emissora de televisão. Quer dizer, se uma sociedade de umbanda se organiza nesse sentido, de minha parte, não haveria nenhuma dificuldade. Estou me referindo ao fato de que hoje temos emissoras evangélicas e emissoras católicas que são as mais organizadas do País. Isso faz parte da competição, faz parte, eu diria, tanto de uma sociedade de mercado, quanto da luta política, quanto da luta no que diz respeito à disputa pela consciência

religiosa. Ou seja, a organização da sociedade se faz por grupos organizados.

Você sabe que, recentemente, a CUT comprou um tempo de televisão, ela entrou no debate. Acho legítimo que a CUT compre um tempo de televisão para transmitir a sua mensagem. Isso faz parte da sociedade democrática. Portanto, a sociedade democrática se organiza na medida em que as pessoas fazem valer seus direitos. Tanto que vimos, na esfera salarial, funcionários públicos são funcionários que têm benefícios, muitas vezes, maiores – sou funcionário público, também, sou professor universitário –, do que a outra parte da população. Por quê? Porque são mais organizados, entre outras razões. Isso é absolutamente central.

Segundo ponto que vai retomar a questões também de outro colega. Não acho – e vou dizer o que penso – que haja saída para as sociedades democráticas fora de sociedades de mercado. Ou seja, as experiências nos mostram que as sociedades de mercado desenvolvidas foram as sociedades que produziram a democracia. Agora, daí não se segue que a defesa da sociedade de mercado se traduza pela defesa de um único modelo. Essa é uma outra questão. O modelo sueco não é o mesmo do modelo americano. As duas são sociedades de mercado. O modelo francês não é o mesmo do modelo americano, pelo contrário, tem diferenças enormes. Então, são as sociedades que conseguiram resolver questões de bem-estar social, conseguiram resolver questões de educação, conseguiram resolver questões de saúde, entraram em diferentes tipos de interação, no que diz respeito à função do Estado, e no que diz respeito à função da sociedade.

Então, quando entramos nessa discussão, não significa dizer que, se temos tal modelo de mercado, no Brasil, ele seja o único modelo de mercado possível. Quer dizer, essa é a questão que está sendo mal colocada, pois, quando se pensa em sociedade de mercado, se diz que a sociedade de mercado é apenas aquela sociedade. Não. A Suécia é um país de bem-estar social, não? Não há miséria lá. É uma sociedade de mercado? É. É uma sociedade de grandes empresas? É, estão até disputando aqui o mercado da FAB, a Volvo. E podemos dar outros exemplos. A França é uma sociedade de mercado? É. É uma sociedade onde o estado é forte? É, também.

Então, acho que a disputa é uma disputa interna a uma sociedade de mercado, não é uma disputa externa à sociedade de mercado. Ou seja, todos os projetos políticos que se situaram numa alternativa de eliminação do mercado, foram aquelas sociedades que se traduziram por experiências totalitárias ou por experiências altamente autoritárias, dependendo do

modelo que poderíamos discutir. Sobre isso gostaria de dizer que, uma sociedade de mercado, uma sociedade capitalista oferece várias formas de organização social e política. E é a democracia precisamente o regime que possibilita a discussão sobre essas diferentes formas e alternativas.

No que diz respeito à entrada de empresas estrangeiras no mercado, como o senhor aborda, não tenho nada contra. Trinta por cento das empresas nacionais têm capital estrangeiro. O problema é o controle. Não é simplesmente a questão da entrada. O fato me chama muito a atenção, porque a emenda constitucional que possibilitou a entrada do capital estrangeiro na mídia foi aprovada por todos os partidos políticos, salvo o PDT. Então, foi uma posição que não sei se foi o campo majoritário ou minoritário. Não entraria na discussão específica. Mas todos os partidos a aprovaram.

Quanto ao que o senhor mencionou sobre as TV educativas, há uma questão que gostaria de extinguir. Há TV educativas privadas e públicas. Estou de acordo com V. Ex^a, quando elogia a TV Cultura de São Paulo. Mas isso não é um problema das empresas privadas. É um problema do Poder Público no Brasil. Não se fortalece empresa pública brigando com empresa privada. Pode-se fortalecer a empresa pública por uma política de empresas públicas estatais. O problema é que os Estados brasileiros – refiro-me às Unidades da Federação – muitas vezes não privilegiam as suas empresas estaduais, que são as estatais, no caso das tevês, por exemplo, que seriam excelente mercado para os produtores independentes.

É o problema do destino dos recursos, da disputa pelos recursos. O problema é que, quando há discussão sobre uma TV, parece que isso fica na rabeira, como se diz. É o último problema e as migalhas no Orçamento. Ora, cabe precisamente à sociedade organizada disputar esses recursos ou inclusive exigir maior compromisso de seus candidatos do ponto de vista do fortalecimento das televisões públicas estatais.

A questão das educativas privadas também poderia ser objeto de discussão. Mas não é um problema da regulamentação que decide isso, embora possamos ter uma determinada cota no que diz respeito à regionalização. O Brasil é um País extremamente díspar. Ou seja, o que vale para o Nordeste não vale para o Sudeste, o que vale para o Sudeste não vale para o Sul. Então, é realmente muito difícil estabelecer – é uma questão de estudo empírico – que a produção regional possa ser também fortalecida.

Mas o que temos são empresas regionais. Falamos de redes e empresas no interior de cada rede. Nada impede que as empresas privadas no interior de cada rede desenvolvam maior programação regio-

nal. Isso é perfeitamente possível. No meu Estado, isso ocorre em várias emissoras. Ocorre na Guaíba, na RBS, no Grupo Pampa. Também ocorre em alguns Estados como São Paulo e no Rio de Janeiro. Então, é difícil fazer uma legislação que contemple aqueles que nada fazem a esse respeito e aqueles que tudo fazem. Logo, que se estabeleça algum tipo de marco regulatório que também contemple aqueles que já têm produção nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Obrigado, Sr. Presidente. Antes de tudo, parabéns a palestra do professor e filósofo Ricardo, muito bem estruturada. Mas eu faria algumas provocações e algumas considerações. A primeira é deixar claro para nós, adultos, maduros e vacinados, que devemos desmistificar a questão do tratamento político e ideológico do assunto. A questão, professor, é ideológica, sim. E é política também. A Constituição Federal de 1988 previu a implantação deste Conselho. E as dificuldades que o Conselho enfrenta, muitas vezes, para desempenhar seu papel, são questões ideológicas e políticas, verdadeiramente. Os assuntos aqui tratados têm a ver com informação e com comunicação de massa, e estão constantemente em tensão. Radiodifusão comunitária, TV comunitária, liberações de novas concessões e renovações.

Há pouco tempo, disse na última reunião, assistimos a troca de editais em jornais de grande circulação no País acerca do assunto, resgatando inclusive questões históricas de televisões e da comunicação social no Brasil como um todo. E observamos isso principalmente com um diferencial. Qual o produto gerado pelos meios de comunicação social, seja escrita, radiofônica, televisiva, as novas mídias, como V. S^a colocou? Que produto é esse? É um copo? É um parafuso? É um carro? Pode ser comparado com alguns desses produtos? É evidente que não. E quando V. S^a colocou que vários países – seu antecessor, o Professor Alexandre, também lembrou o fato – muito mais democráticos e desenvolvidos do que o nosso possuem instrumentos e políticas específicas apontadas para o setor de comunicação social, é evidente que também precisamos de um tratamento específico para isso, o que não significa a destruição de nossas empresas. Ao contrário, pretendemos fortificá-las. Mas levando em conta o produto fabricado, gerado por empresas jornalísticas, de rádio, imprensa televisiva, não importa, qualquer uma delas, que é o diferencial. Qual é o impacto, qual é o resultado desse produto? É eu pegar esta xícara

e beber o café? É eu dirigir meu carro? É completamente diferente, V. S^a sabe. E não estamos colocando aqui que V. S^a não tenha noção disso ou não tenha colocado de forma enfática em sua fala. Colocou. Mas, a fim de que fique claro, precisamos esclarecer, até para quem está nos assistindo, que o produto gerado pelos meios de comunicação deve receber um tratamento diferenciado. É questão de interesse nacional, de segurança nacional. Definitivamente. A informação e a comunicação são questões de segurança nacional em qualquer país que se preze. Em qualquer um dos que V. S^a citou e em muitos outros.

Com relação aos dados colocados por V. S^a, com todo respeito, a Matemática é exata e não há como questionar os números. Estão aí. Acredito, não vou duvidar, são reais. Posteriormente, veremos o restante de seu trabalho. Podem, a meu ver, dependendo da perspectiva, de uma ou outra interpretação em relação a concentração, propriedade cruzada, trazer benefício ou não à sociedade. Dependendo do prisma e da perspectiva em que se olha e se analisa, existe um resultado ou outro para a sociedade. No campo mercadológico, de que estamos aqui tratando, o interessado é o consumidor, o usuário. O que compra o jornal, o que liga o rádio, o que compra a revista, o que liga a televisão, o que acessa a Internet, compra o computador. Esse é o usuário, o final de tudo. É o cidadão, que em algum momento de sua fala V. S^a colocou.

Assim sendo, com todo respeito, repito, não acredito que os dados estatísticos reais, 2001, 2002 e 2003, venham a nos tirar da consciência essa aflição de que temos no Brasil uma situação complicada de concentração de mídia e de propriedade cruzada que não vem sendo, ao longo da história, um benefício para a sociedade. Na verdade, não é uma conclusão definitiva, é apenas uma impressão pessoal, com todo respeito aos seus dados e à sua explanação.

Antes de fechar, Presidente, permita-me, só para deixar bem claro. Precisamos, definitivamente, neste Conselho principalmente, identificar esse diferencial que coloquei: o produto da informação da comunicação é completamente diferente de qualquer outro produto de qualquer outra empresa que se fabrique neste País. E, aliás, outros mercados, outros segmentos produtivos são muito bem cuidados pelos governos, este e os anteriores: reduções de impostos, estão lá brigando para acabar, dizimar barreiras de impostos e de entradas de produtos mercadológicos e de variados tipos e funções no País.

Evidentemente, concordamos com o senhor quando coloca, porque não, também a nossa informação, nosso mercado de comunicação, sim, mas não podemos confundir isso com uma completa desregulamen-

tação, ou deixar que façam o que querem fazer. Não é assim, é questão de segurança nacional, de interesse nacional. O Governo, o Estado, de forma habilidosa e inteligente, precisa interferir e intervir de forma construtiva, não destrutiva, não censura, vamos dizer assim. Mas, é um meio, uma situação de mercado, um segmento produtivo que é um poder, melhor dizendo, e, por ser um poder, tem repercussões inimagináveis e imensuráveis para toda a população. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

Com a palavra o Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar o Professor Denis Rosenfield, pela magnífica exposição que nos fez, pela veracidade dos dados que nos apresentou, e pedir a atenção aos companheiros de que entendam as coisas à luz da razão, e não que possamos de alguma forma conduzir o assunto de uma maneira preconcebida. Entendo que a função deste Conselho de Comunicação é analisar todos os fatos e as colocações das pessoas aqui convidadas para que possam aqui se manifestar.

É evidente, Sr. Presidente, que eu não poderia deixar passar essa oportunidade sem, com todo carinho, com toda a delicadeza, poder responder à Conselheira Assunção de que não fazemos um mau produto, fazemos um excelente produto. A televisão e o rádio brasileiros são de excelente qualidade. E lhe digo isso, Conselheira, até para defender a profissão que tenho há 42 anos. Sou radialista profissional há 42 anos.

Tenho uma preocupação muito grande, Sr. Presidente e Srs. Conselheiros, quando aqui ouço falar em segurança nacional e interesse nacional. Isso me causa uma certa espécie, porque, ao longo da minha vida profissional, lamentavelmente fui obrigado a ouvir algumas vezes que isso ou aquilo era de interesse ou de segurança nacional. Então, vamos tentar trocar eventualmente essas palavras, porque acho que, de alguma forma, elas ferem aqueles que, como eu, viveram essa época.

Quero ressaltar também, Sr. Presidente, que certamente não foram as empresas de radiodifusão responsáveis pela não-implementação do Conselho de Comunicação Social. Entendo que este é um assunto privativo do Congresso Nacional e pudéramos ter a força, Conselheira, que V. S^a imagina que temos. Gostaríamos de poder ter.

Quero ressaltar mais um aspecto que acho importante: enquanto as empresas de radiodifusão têm

30%, ou podem ter até 30%, do seu capital na mão de capital estrangeiro, é importante que se ressalte que a produção independente não exige qualquer tipo de restrição. Qualquer empresa estrangeira pode sediar-se neste País com mão-de-obra estrangeira, com orientação estrangeira e produzir o que quiser aqui sem qualquer tipo de restrição. Então, se amanhã, neste País, os grandes conglomerados produtores de conteúdos internacionais aqui vierem a se instalar, certamente, Conselheiro, irão concorrer com os seus 40 anos de trabalho, mas com uma tecnologia e um poder de capital que certamente será muito difícil combater.

Então, eu gostaria de deixar muito claro que as empresas de radiodifusão brasileiras possuem, sim, uma limitação de até 30%. Porém, a produção independente, não. É importante que se ressalte isso não só para conhecimento de alguns conselheiros, mas, como se diz sempre, para o grande público que nos acompanha.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Paulito.

Passo a palavra à Conselheira Berenice Mendes Bezerra.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Boa-tarde a todos! Professor Denis, eu gostaria de lhe agradecer e parabenizar a sua disposição de vir aqui conversar conosco nesta tarde e dizer que é sempre um prazer poder ouvir e mais ainda conversar com um filósofo. Penso que se estamos aqui falando de competência, eficiência, o senhor pode-se considerar plenamente exitoso porque trouxe para todos nós bastantes dúvidas e indagações, e não é nada diferente o que tenho a colocar. Creio que é isso o que quer um filósofo.

Quando o senhor se refere à competição como elemento central de qualquer sociedade livre, mesmo com o adendo de explicação na primeira resposta, digo sobretudo que a democracia é que possibilitaria a decisão sobre o sistema político e econômico, mas que, fundamentado nessa liberdade competitiva, como o senhor veria a questão da China, em as coisas acontecem de um modo um pouco diferente? Quer dizer, compete-se, trata-se de uma sociedade de mercado, mas, no entanto, o autoritarismo é conhecido.

O senhor diz, na seqüência, que a audiência é resultado da competição e que, assim, a audiência, o êxito, a concentração da audiência não poderia ser punida, porque ela seria resultado do êxito nessa competição. Ocorre que, como também colocou a própria Assunção, a audiência é um fenômeno complexo. Ela

se dá, segundo o Geraldo esboçou, como fenômenos de subjetividade.

Como é que se conquista uma audiência como a Globo? Como é que se elaborou essa programação? Como é que se elaborou esse sistema, esse padrão de qualidade, técnico, artístico, estético, dramático, senão com recursos? E de onde vieram esse recursos?

A história da Rede Globo, em especial – já que volta sempre a ser o nosso exemplo aqui –, a história de seus empreendedores está publicada. Todo mundo a conhece. Quem pagou o primeiro satélite? Quantos investimentos, renúncia fiscal para a compra de equipamento, isenção de IPI, isenção de imposto de exportação! Durante anos a fio, isenção de luz, enfim, uma série de coisas. Digo isso em especial, porque, neste momento, sabemos que as dificuldades, como o senhor bem coloca, não são brasileiras, mas fazem parte de uma conjuntura, de um panorama mundial e que, em especial, aflige essa nossa grande empresa, que está também pleiteando publicamente recursos – mais uma vez recursos públicos – não insignificantes, que eu lhe pergunto: deveriam ser investidos em uma única empresa a ser fortalecida, ou deveriam ser investidos em uma política industrial para o segmento que contemplasse a todos? O que seria melhor nesse panorama globalizado?

Ao mesmo tempo, sinto que o senhor coloca a globalização, enquanto transformação econômica mundial, de forma dogmática. Não adianta discutir, não está acontecendo só aqui: coisas que fizemos aqui não vão alterar lá fora e coisas que aconteceram lá fora serão determinantes aqui. Quer dizer que não temos saída?

Quando digo isso, não me refiro aos meios de comunicação, mas ao setor siderúrgico, ao setor agropecuário, etc. Temos que entrar na Alca, aceitar o que os Estados Unidos querem, com as proteções tarifárias e alfandegárias deles e nenhuma nossa? Temos de abrir o nosso mercado da forma como eles querem para isso ser válido também para os meios de comunicação?

Eu sinto a questão da globalização colocada de forma dogmática.

V. S^a coloca que o mais importante é analisar as condições de concorrência que as empresas brasileiras terão no mercado nacional e internacional. Concorro que estamos conscientes de que excessos para qualquer lado podem causar prejuízos significativos para a Nação, que é o conjunto das pessoas – e hoje não se pode mais dizer apenas pessoas físicas.

Ao mesmo tempo, é preciso colocar que o País desejou a entrada do capital estrangeiro, entendeu que seria vantajoso. Para isso, alterou a Constituição, com

maioria, aqui no Congresso Nacional. No momento em que se coloca o perigo da desnacionalização, não podemos ignorar que ontem desejamos isso.

E mais: este Conselho teve um papel muito importante na não-desnacionalização do segmento de TV a Cabo, quando recomendou ao Congresso que não aprovasse o projeto do Senador Ney Suassuna, que previa a entrada de 100% do capital estrangeiro no segmento de TV a Cabo. Trouxemos todos os atores do segmento para discutir e analisar alternativas, para traçar um diagnóstico e chegou-se a esse veredicto, no caso dessa atividade.

Eu, até bem pouco tempo, presidia a TV Educativa do Estado do Paraná. Realmente, são 16 geradoras e ainda existem várias outras retransmissoras. No momento, já não me encontro à frente daquela TV, mas tive a oportunidade de, com a compreensão do Governo do Estado, fazer investimentos significativos na transmissão. Concorro que a TV Educativa, a TV Pública brasileira precisa de investimentos, sobretudo porque, apesar de ter o mesmo critério de concessão de outorgas, ou seja, critérios estritamente políticos, quando o senhor fala “para detentores privados”, não são empresas, mas fundações sem fins lucrativos. São privados...

O SR. DENIS LERRER ROSENFELD – Utilizei mal a expressão: “não públicas”.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Exatamente. Não públicas, mas sem fins lucrativos. Isso é determinante.

Senhor Presidente, já concluo. Mas isso é fundamental na elaboração de uma escala para esse segmento que lhe dê possibilidade de absorver a produção independente brasileira, e assim dar vazão a essa diversidade, ao multiculturalismo, que não interessa economicamente às redes privadas.

Mas não é possível, porque ela não pode passar publicidade e está sendo concedida com critérios políticos. Quer dizer, não existe também uma política pública para radiodifusão educativa.

Finalmente, V. S^a joga para nós a pergunta sobre o consumidor. Diz que o espectador pode ser tanto cidadão quanto consumidor. Pergunta: por que politizar a questão. Penso que o espectador, na realidade, não está isolado. Um espectador, mais um espectador, mais um espectador, formam o **target**, só para usar uma expressão de mercado. Então, V. S^a já cai em sua primeira afirmação, ou seja, quando dizia que se tratava – na questão da comunicação social – de pensar quem fala em nome de quem, de como se conquista a opinião pública, a consciência das pessoas. Um grupo de espectadores forma a opinião pública. Não

se pode tratá-la uma hora como opinião pública e outra como mero expectador. É por isso que a questão se politiza.

Creio que, na realidade, é isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço à Conselheira Berenice.

Concedo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner para fechar este bloco.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, farei breves considerações.

Quero cumprimentar o Conselheiro Paulito pela indicação do Professor Denis. De fato, vimos que foi um trabalho de fôlego. S. S^a preparou e foi uma honra tê-lo conosco durante esta tarde.

Professor, falarei a respeito de coisas bem pontuais e rápidas.

Inicialmente, quero ficar ao lado do Conselheiro Paulito na defesa da programação das nossas televisões. De fato, a expressão lixo é muito forte. A programação de nossas televisões abertas é respeitada no mundo todo. Darei dois exemplos: a transmissão da Fórmula 1 feita pela Rede Globo é considerada, pelos especialistas, a melhor de todo o circuito. Falo da melhor colocação de câmeras e da melhoras tomadas. Outro exemplo: a **Rede Record** Internacional, que entra no Japão, é um sucesso junto aos brasileiros, filhos de japoneses, que moram naquele país. De sorte que é preciso deixar aqui, mais uma vez, para as pessoas que nos estão vendo e ouvindo, que é um orgulho para todos os brasileiros a qualidade da programação de nossas televisões.

Falarei sobre a questão da audiência. Lembrome – e não vou citar o nome – de que tínhamos uma afiliada muito poderoso na Bahia. Nessa época, eu trabalhava na Rede Manchete. Ele me disse: “Quando o controle remoto já vier inserido nas televisões (...)”. Sou do tempo em que não existia controle remoto. Você tinha que levantar e mudar os canais. Quando o controle remoto passou a vir, como hoje, acoplado às televisões, as pessoas foram libertadas. A audiência de quem está na frente merece palmas, parabéns, é sinônimo de qualidade. Tirando os excessos, a audiência reflete a qualidade, a competência das pessoas. Abro um parêntese para dizer que a audiência média da Rede Globo é em torno de 32 pontos. É uma média. A sorte é que 68 ficam com as outras.

Quero insistir também, Professor Denis, na questão das novas tecnologias que vão transmitir conteúdo: Internet, etc. A Constituição foi muito sábia. Tirando os sistemas financeiros, que têm um capítulo específico – que é muito global –, só a comunicação social mere-

ceu, no texto constitucional, um capítulo específico, tal a preocupação do legislador, do Constituinte de 1988, com o nosso trabalho, com os meios de comunicação. Na Constituição está muito claro, no art. 222, § 3º: “Os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão observar os princípios enunciados no art. 221”. De sorte que qualquer meio de transmissão de conteúdo, por qualquer meio eletrônico, terá que se adaptar ao Capítulo da Comunicação Social.

Essa é a razão pela qual as TV chamadas de Satélite DTH, que é o mesmo que TV a Cabo, conseguiram na legislação que se desse a elas o caráter de serviços de telecomunicações, o que não são. São serviços de radiodifusão e terão que ter todos aqueles serviços, de Internet ou não, quando forem transmitir conteúdo, adaptados ao capítulo da Comunicação Social, que prevê a cultura e todo o arcabouço jurídico que defende a comunicação social no texto constitucional. Ficou dúvida, e falo mais para quem está em casa, no fato de que é possível a Internet burlar a legislação constitucional e não se querer adaptar às exigências do Capítulo da Comunicação Social. Não pode! É o §3º do art. 222.

Quando falei rapidamente sobre a questão da verba publicitária do Estado, é evidente que não quis dizer “se a emissora X tem 32%, terá que ter 32%”. Não. Os 32% de qualquer emissora são um parâmetro para o uso da verba do Estado. O Estado tem que ter uma preocupação técnica, não pode ser política. O Estado que usa verbas publicitárias com conteúdo político não age bem, porque, lá pelas tantas, pode fazer o emprego de acordo com os seus interesses políticos. O cidadão, não! O cidadão tem que ter a proteção. E está na Constituição: “a proteção do cidadão é muito mais do que uma proteção política”.

Em relação à questão da propriedade cruzada, das outras vezes, disse: a propriedade cruzada não está prevista na Constituição; portanto, não é proibida. Então, quando se fala em propriedade cruzada, é uma tese acadêmica, porque não existe no mundo jurídico. A nossa Constituição permite a propriedade cruzada.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Roberto Wagner e passo a palavra ao Professor Denis Lerrer Rosenfield.

O SR. DENIS LERRER ROSENFELD – Obrigado pelas questões e provocações dos diferentes Conselheiros. Gostaria também de fazer algumas considerações.

Também compartilho da opinião de que a produção própria brasileira é de muito bom nível. Não dá

para equiparar em tipo de “lixo”, que creio ser uma expressão um pouco exacerbada, um pouco forte. Temos uma produção muito boa. E até gostaria de assinalar uma questão que me foi solicitada pela sua consideração e que volta aos diferentes comentários.

Temos, no Norte, a grande produção em língua inglesa. Temos em torno de nós a produção de língua espanhola. Somos o único País com possibilidades de produção de língua portuguesa. E, para que tornemos a língua portuguesa uma língua de exportação, precisa ter global **players**, senão não vamos conseguir fazer isso. Portanto, estamos dentro de um processo em que, se não o fizermos, vamos importar os enlatados americanos que aparecem na TV por Assinatura.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Mas a TV deve também produzir e circular. Isso é que gostaria de entender.

O SR. DENIS LERRER ROSENFELD – A própria emissora, a própria geradora pode produzir os seus próprios conteúdos e pode comprar de produtores independentes. Agora, creio que não caiba regular como se vai fazer. Temos que apostar numa produção de alto nível em língua portuguesa. Mas o problema que se coloca é distinto. São dois problemas diferentes que gostaria que não confundíssemos do ponto de vista da análise, porque as repercussões também políticas são importantes. Uma coisa é o que vamos fazer para fortalecer a produção regional, por exemplo, dos produtores independentes. Essa é uma questão.

Há uma segunda questão, a saber: o que vamos fazer para fortalecer a produção, em língua portuguesa, ao nível dos globais **players**, para que o Brasil possa também, em relação a sua televisão, ser um país exportador e que, portanto, não apenas importe aquilo que estamos acostumados a ver nas TV por Assinatura? Ou seja, quando saímos da TV Aberta e vamos para a TV por Assinatura, nós ouvimos inglês, francês, alemão, temos as traduções, ou seja, temos pouca produção propriamente nacional.

Penso que deveríamos enfrentar essa questão, mas deveríamos distinguir esses dois pontos, senão vamos estabelecer uma discussão entre produtores regionais contra grandes emissoras brasileiras que produzem conteúdo, e vamos deixar de lado um outro problema que é igualmente central, a saber, estamos importando, nas TVs por assinatura, a quase totalidade da nossa programação.

Essa seria uma primeira colocação.

Em relação ao que dizia a Conselheira Berenice sobre a questão da competição, realmente as sociedades livres são baseadas na competição. Acho um pouco temeroso dizer que a China é uma sociedade

de mercado. Ou seja, não há estatísticas, não há tribunais, cada governador regional do Partido Comunista é um rei em seu reino...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Alguns estados não pagam impostos.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Mas isso é política.

O SR. DENIS LERRER ROSENFELD – Estou dizendo isso, porque eles estão interferindo no mercado. Eles não passam as informações. Ninguém sabe a situação da China. Tanto que as empresas estrangeiras instaladas hoje na China estão tendo prejuízo. Elas estão apostando no futuro para que haja uma sociedade de mercado na China. Não há uma sociedade de mercado na China.

Quanto ao que você diz em relação à globalização, penso que é um fenômeno contra o qual nada podemos. Ou seja, vamos voltar um pouco à posição dos operários fabianos na Inglaterra do Século XIX, ou seja, tentar destruir as máquinas. Não conseguiram. As máquinas se afirmaram. Mas penso que há diferentes estratégias para enfrentar a globalização.

É muito diferente considerar o fenômeno globalização e as estratégias de enfrentar a globalização. Que o Brasil defenda, na Alca, os seus interesses, não há nada mais normal. Cada País defende seus interesses. Ou seja, um país que não defende seus interesses em uma negociação internacional nem mereceria ter diplomacia. Ou seja, se a diplomacia brasileira, ou de qualquer país, não defende os interesses do seu País, então é um gasto completamente supérfluo.

A respeito do expectador, eu diria que o direito ao lazer e ao entretenimento também faz parte da formação da opinião pública. Opinião pública não se faz apenas pela opinião política, mas faz-se por costume, por senso da moralidade, pelo modo mediante o qual venhamos a representar os nossos próprios problemas.

Vejam bem que o senso da moralidade na opinião pública hoje é completamente diferente do que era há quinze anos, ou mais. Basta pensarmos na máxima do ex-Governador Adhemar de Barros: “rouba, mas faz”. Isso era aceito do ponto de vista da opinião pública. Hoje se tornou inaceitável. Não quero dizer que não ocorra, não estou falando do fato, mas da opinião pública, Conselheiro Carlos Chagas.

Ou seja, do ponto de vista da opinião pública, não é mais aceitável, porque antigamente era uma máxima que conduzia a ação. Tanto que hoje a opinião pública numa eleição pode dizer o seguinte: “Olha, não vou votar mais naquele partido ou naquele candidato,

precisamente por terem infringido aquilo que hoje veio fazer parte da opinião pública”.

No que diz respeito à audiência, penso que a audiência da Rede Globo – o Conselheiro Roberto Wagner abordou a questão – é de 32%, isso não configura monopólio, mas mostra que as outras cresceram, portanto, o peso relativo das redes, das emissoras, é diferente hoje, do que era há quinze ou vinte anos.

Portanto, não podemos dizer que a disputa pela audiência hoje está baseada na competitividade.

No que diz respeito a duas questões ainda colocadas pelo Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto e pelo Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos, confesso que há um ponto em que tenho uma certa dificuldade, que é o seguinte: receio – vamos dizer dessa maneira para não dizer que analiticamente eu não pudesse produzir os argumentos em relação a isso – quando, de uma maneira ou de outra, introduz-se a idéia de que o cidadão deve ser formado, de que há valores positivos que o Estado deve transmitir ao cidadão. Quem transmite? Ou seja, o Estado vai formar o cidadão? Então, o Estado formaria alguém à sua própria semelhança, segundo os seus próprios propósitos.

Portanto, apesar dos problemas decorrentes das imperfeições de uma sociedade de mercado, prefiro deixar a “formação” dos cidadãos ao jogo do mercado, onde o Estado também intervém, do ponto de vista da formação – tevês públicas, nas regulamentações, têm diferentes formas de atuação –, a voltarmos a modelos do século XX, quando se dizia que caberia ao Estado formar o cidadão. Ou seja, é muito difícil que um representante político diga: “Eu tenho o bom valor, eu defendo a soberania, eu defendo o interesse nacional e devo formar um cidadão de acordo com esses desígnios”. Acho isso extremamente perigoso do ponto de vista político. Não quer dizer que a pessoa não possa, eventualmente, ter uma boa intenção, do ponto de vista da proposta, mas o problema é que essa boa intenção no passado mostrou que pode produzir efeitos extremamente nocivos.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Findo este bloco, passo a palavra ao Conselheiro Carlos Chagas, último orador.

O SR. CARLOS CHAGAS (Representante da sociedade civil) – Serei rapidíssimo, Professor, e termino onde o Conselheiro Francisco Pereira da Silva começou.

O SR. DENIS LERRER ROSENFELD – Espero que o círculo seja virtuoso, e não vicioso.

O SR. CARLOS CHAGAS (Representante da sociedade civil) – O senhor quase me convenceu. Fugiu

da tentação sem precisar – gostaria muito até – entrar em debates filosóficos, matéria na qual o senhor é mestre e sou aluno. Mas pergunto: Professor: será uma característica das sociedades democráticas ser representado pelas empresas, serem constituídas apenas pelos interesses das empresas? As sociedades, para serem democráticas, não têm que ser voltadas primordialmente para o indivíduo? O interesse das empresas é legítimo, vivemos num mundo capitalista, o interesse delas é o lucro. Mas o que tem ocorrido nesses últimos tempos, ditos de globalização – porque globalizado o mundo está desde que os navegadores buscavam especiarias na China e levavam para lá madeira da Espanha. Era a globalização deles, esta é a nossa, os nossos netos rirão da gente, dizendo: “Pensavam que eram globalizados, globalizados somos nós, que trazemos água de Vênus e minério de ferro de Marte”. Isso é uma permanente evolução.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Aí já não é globalizado, Conselheiro, é universalizado.

O SR. CARLOS CHAGAS (Representante da sociedade civil) – Universalizado, exatamente.

Mas, Professor, só para concluir, a que nos tem levado essa prevalência das empresas, essa prevalência exclusiva, chamada artificialmente de globalização? Tem levado a um massacre do indivíduo.

Ainda esses dias, verificam que no mundo, hoje, pelos cálculos – e não calculando a China porque ela não fornece informações –, existem 111 milhões de desempregados. Não falo dos miseráveis, daqueles que sobrevivem com menos de um dólar por dia, dos doentes, nada disso, apenas a força de trabalho que teria capacidade para trabalhar e não trabalha. Desses 111 milhões, no Brasil, “orgulhamo-nos” de dispor hoje de 12 milhões de desempregados. Será, então, que essa prevalência das empresas não nos está levando a essa situação que o senhor brilhantemente, mas deixando entrever um grande pessimismo encoberto, diz ser impossível? Ninguém vai destruir as máquinas, como fizeram na Inglaterra. Ninguém será contra a globalização – é a competição. O senhor falou até sobre as estratégias da globalização, que devemos ter uma estratégia para a Alca, para isso, para aquilo. Será, professor? Deixo a questão no ar. Não tenho resposta para isso. Será que a estratégia do pescoço, ao competir com a guilhotina, será a de botar um colarinho mais grosso?

Concluo dizendo que estudamos o perigo da concentração, não pelo lucro. Que sejam felizes! Que as empresas lucrem cada vez mais e que até possam distribuir um pouquinho do lucro para seus funcionários. Que sejam felizes! Não estamos discutindo o modelo

econômico. Estamos discutindo apenas o perigo da concentração do conteúdo, que existe e nos cabe, pelo menos, se não deslindar, ao menos diagnosticar.

Cito um exemplo a respeito do perigo da concentração do conteúdo falando do desemprego. Todos os nossos jornais e televisões, com raríssimas exceções, falam, diariamente, do desemprego. Mas o que dizem? “O desemprego está em 11%”. “Aumentou para 12%”. “Caiu para 10,5%”. O cidadão comum, a não ser o desempregado, não está nem aí, não sabe nada de dízimas periódicas, de 12% ou 11%. Ninguém publica, professor, o número de desempregados no Brasil – raríssimos veículos o fazem –, porque se o cidadão comum souber que são 12 milhões irá, pelo menos, se emocionar um pouco mais.

De qualquer maneira, agradeço a brilhante conferência.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço o Conselheiro Carlos Chagas.

Concedo a palavra ao Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Sr. Presidente, quero abordar algumas questões, rapidamente, para que não paire nenhuma dúvida – não quero ser confundido por estar defendendo coisas completamente contrárias aos meus princípios. Quando falo em segurança nacional e em interesse nacional, peço, por favor, aos companheiros Conselheiros e a todos os que estão me assistindo nesta sala, que não confundam com ditadura ou com autoritarismo.

Seguindo o exemplo de outras nações como os Estados Unidos e alguns países da Europa, podemos ter, sim, uma política específica para os meios de comunicação, porque é um poder e não pode ser tratado como nenhuma outra indústria qualquer. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra à Conselheira Assunção Hernandes.

A SRA> ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Quero fazer um pequeno acréscimo.

O SR. DENIS LERRER ROSENFELD – V. S^a me permite um aparte ao Conselheiro Geraldo? Apenas fiz uma observação com relação à questão da soberania nacional, abordada por V. S^a, porque, no trabalho de preparação para o comparecimento a esta sessão, li vários documentos em que constava a questão de valores positivos, formação da cidadania. Talvez, equivocadamente, eu tenha feito essa analogia.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço os esclarecimentos do Professor Denis.

Concedo a palavra à Conselheira Assunção Hernandes.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, quero acrescentar um pequeno esclarecimento. O senhor citou o exemplo das comunicações na Europa e eu queria dizer o seguinte: na França, a questão da rádio, televisão e comunicações são regulamentadas. Até horário é regulamentado e trata-se de uma grande democracia. Na Espanha é regulamentado e na Itália também, apesar de o Berlusconi ser dono da televisão. A Europa democrática regula, portanto, não há contradição. Eles regulamentam para fortalecer as indústrias do País, tanto que a França tem uma proteção do audiovisual francês que já atinge 50% a 60% da ocupação das salas.

Esse é o esclarecimento que queria fazer, ou seja, que não há contradição entre o fortalecimento das empresas e a regulamentação.

Quando o companheiro Roberto cita o art. 222 da Constituição, que garantiria a questão do conteúdo, volto a dizer que o art. 221 fala de produção independente e de regionalização, e não foi ainda regulamentado.

Então, se o art. 222 interessa e o 224 interessou, queremos também o art. 221. A regulamentação não vai contra as empresas. É somente isso.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a Conselheira Assunção. Transfiro a palavra ao Professor Denis para as suas considerações finais.

O SR. DENIS LERRER ROSENFELD – Começarei pela observação da Conselheira Assunção. A França é um país um pouco diferente em relação aos outros países europeus e, mais ainda, em relação ao Brasil, porque tem uma forte tradição de formação de uma burocracia estatal, ou seja, o Brasil não tem uma burocracia estatal no sentido francês da palavra. Tem a **Ecole Nationale D' Administracion**, que forma os quadros do estado francês, aliás, em processo extremamente competitivo. Para entrar na ENA, tem que se passar por um processo e só os melhores entram, independentemente de classe social. São os melhores mesmos. E são esses que depois vão dar a tônica do Estado francês.

O segundo comentário: a França é um país que saiu apenas de empresas estatais, uma tradição completamente diferente da brasileira, que se caracteriza pela tradição privada. Por exemplo, morei na França de 1976 a 1982. A televisão francesa era um aborrecimento. Eram três ou quatro canais de televisão estatais

que não davam nem para mudar. Voltei à França por mais tempo, em 1999, e houve uma melhora significativa, porque aquelas que permaneceram estatais tiveram que entrar na competição com empresas privadas fortes, porque a tradição do estado francês é de regulamentação e isso não significa, necessariamente, que a regulamentação francesa deva ser transposta para o Brasil.

Segundo, eles têm uma burocracia de alto nível, que possibilita, precisamente, que essa regulamentação seja observada ou, muitas vezes, seja elaborada num nível mais imune à luta política. Costumo dizer, em relação à França, o seguinte: vale tudo depois de passar pela ENA. Vale tudo, depois de passar pela Escola Nacional de Administração, não antes.

Em relação às observações e comentários do Conselheiro Carlos Chagas, é um pouco difícil dizer que os 12 milhões de desempregados, no Brasil, são o resultado da globalização; são os resultados da política econômica do Governo anterior e do atual. Não é preciso, na globalização, haver uma alta carga tributária e uma alta taxa de juros, ou seja, os outros países são de tradição na globalização e não têm 40%, praticamente, de carga tributária, não têm altos juros, enfim. Isso é problema de política econômica, não de globalização.

Cada país é responsável por seus desempregados. Acho que isso é o que deveríamos enfrentar como problema e não deveríamos transferir aos outros. Não é o fenômeno globalização, é o fenômeno política econômica do Governo anterior e do atual. Esse, digamos, é o meu caminho de resposta.

Mas vou aceitar o seu desafio em relação à questão do interesse das empresas. Como o senhor coloca muito bem, é legítimo o lucro, devem lutar por isso mesmo, faz parte de empresas. Agora, eu gostaria também de assinalar que o processo das sociedades, vai chamar assim, capitalista-democrático, é que tem o seguinte mecanismo: existe um interesse estritamente privado das empresas, certo? O que é absolutamente legítimo na sua esfera de atuação. Cabe à esfera política contra-arrestar, num jogo, como o processo vai operar.

Creio que a questão fundamental neste caso, pelo menos na minha avaliação, seria como se constitui uma sociedade democrática moderna baseada na opinião pública. Quero dar um exemplo muito claro, que, talvez, seja elucidativo. A pessoa não precisa, muitas vezes, ter boa intenção moral para produzir um efeito benéfico do ponto de vista coletivo. Vamos pegar o **impeachment** do ex-Presidente Collor. Muitos dos Parlamentares que votaram pelo **impeachment** não tinham nenhuma convicção moral. Eles o fizeram por-

que foram levados pela opinião pública, por uma nova cena pública democrática que estava precisamente se constituindo no Brasil e se constituiu enquanto tal naquele momento. Embora eles tivessem vícios privados, o resultado foi a virtude pública.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Professor Denis Rosenfield, inclusive pela observação final, porque com o queridíssimo amigo Fábio Konder Comparato, sob a supervisão do nosso mestre Evandro Lins e Silva, tivemos o prazer de redigir a acusação do processo de **impeachment**. Gastei alguns meses de minha vida nisso, agradeço ao professor por me dar a chance de lembrar esses momentos.

Já que estamos falando em ciclo vicioso, quero encerrar – depois vou agradecer ao senhor – a reunião, reiterando minha preocupação com o parecer da comissão que designamos para apreciar o projeto da regionalização da programação.

A todos os argumentos que já havia, acrescentamos agora os argumentos muito ponderados do Conselheiro Roberto Wagner. Em relação à observação do conselheiro, acrescento algumas preocupações minhas. A preocupação em relação à exata precisão do sentido da expressão “meio de comunicação social eletrônica”. Haverá, inevitavelmente, a tendência de considerar que isso não alcançaria a telecomunicação, que são todas as TVs a cabo, por satélite, MMDS, SMC, etc.

Em segundo lugar, não é automática a vinculação das regras da regionalização a essas programações, porque há limitação, restrição do §3º, que se aplica na forma da lei. Se a lei não indicar uma concreta maneira, corre-se o risco de o Judiciário tender a considerar que está fora. Isto tudo – o largo tempo que mediou entre a edição da Constituição e a discussão do Congresso Nacional; a circunstância de que essa preocupação está presente em todo o mundo – e os exemplos da legislação internacional são muitos e já bem conhecidos; a circunstância de que o projeto é assinado por uma pessoa nitidamente comprometida com a democracia, mas também a circunstância de o projeto ter, por tempo demasiadamente longo, dormido nas gavetas, sofrendo todas as conseqüências do passando tempo – me leva a ter uma grande preocupação. Já disse que tenho sido até avaro no manuseio de verbas, etc. Em relação a isso, não haverá limites. Faremos as reuniões que entendermos cabíveis, chamando as pessoas que tivermos interesse em chamar. No que o Conselho puder apoiar, vai fazê-lo, nos limites orçamentários, que é passagem e hospedagem.

Sei que amanhã há uma reunião marcada no período da manhã. Se for suficiente, ótimo, mas, se não for, convocaremos nova reunião, convidando as

pessoas que queríamos e que não estarão presentes amanhã. Apresentem um relatório. Se pudermos exercitar o consenso, melhor para nós, porque é nosso estilo. Em qualquer caso, gostaria que esse relatório fosse apresentado bem antes da reunião, a tempo de que pudesse ir para cada conselheiro, pelo computador, para que possamos estudar o parecer em casa e, só então, depois de ter tempo para estudar e analisar, podermos votar.

Em função disso, reitero a importância que o Conselho dá a este projeto. As reuniões, a partir do mês de abril, voltam a ser normais, qual seja, na primeira segunda-feira, já com as presenças confirmadas do Ministro Eunício Oliveira e do Secretário-Executivo, o querido amigo Paulo Lustosa.

Haverá a reunião ordinária do mês de março, que ficará na dependência de que fique pronto o parecer da Comissão sobre regionalização.

Portanto, eu diria que a pior coisa que pode nos ocorrer é o tempo passar, e esta Comissão não apresentar o relatório, e eu não gostaria que isso acontecesse.

Agradeço penhoradamente ao Conselheiro Paulito por nos ter brindado com esse pensador de nível superior, o Professor Denis Rosenfield, a quem peço desde já, autorização para incluir o texto no livro que faremos, que, acredito, abrilhantou os debates que vínhamos fazendo sobre esse tema.

Antes de encerrar, como de hábito, pergunto se algum outro conselheiro quer manifestar-se sobre alguma outra matéria.

Com a palavra o Conselheiro Ricardo Moretzohn.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Parece-me que já está indicada, Sr. Presidente, a data de 15 de março para a reunião ordinária. Ela está indicada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A reunião ordinária do Conselho seria nesta data, em princípio. Na última reunião decidimos isso.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Sim, estou mencionando só uma indicação.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Em princípio, sim, mas estou dizendo que não quero medir esforços para que façamos um bom trabalho. Se for necessário fazer mais uma audiência pública, faremos, ainda que adiemos por uma semana a reunião.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Entendemos. Só estou querendo...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Em segundo lugar, não quero convocar a reunião ordinária sem que esteja pronto o parecer, porque esse é um assunto delicado, e não quero surpreender ninguém com um parecer de última hora. Só convocarei a reunião com o parecer em mão, e darei pelo menos uma semana para que as pessoas se informem do dia e do parecer.

Se for possível fazer isso para ser no dia 15, segunda-feira, conforme a indicação, poderemos fazê-lo, mas não será por causa de uma semana que comprometeremos a qualidade do trabalho.

Em princípio, sim, mas a minha intenção é só convidar quando tiver em mãos o parecer. Acho que é democrático, num parecer com essa importância, que se dê notícia pública desse parecer. Esse parecer entra e fica no **site** do Conselho.

Às pessoas da sociedade civil que quiserem comparecer à reunião e se manifestar garantirei voz. Para fazermos isso, é preciso um certo tempo, e só farei a convocação quando tiver em mão o parecer. Convocarei a reunião, que será exclusivamente para apreciar esse parecer. E convocarei segundo o parecer em anexo. Não o farei antes.

Quero pedir que, por favor, os Membros da Comissão se empenhem com a providência habitual. Os senhores terão o apoio de que precisarem. Se necessário fizer mais uma, duas ou três audiências, que o façam; se for preciso convidar meio mundo, que convidem, pois não faltará apoio. Esse é um projeto controverso, cujas qualidades e defeitos são evidentes.

Dessa forma, auxiliaremos o Congresso Nacional se fizermos um parecer de boa qualidade. Se for possível produzir convergência e consenso, que é a história deste Conselho, será muito bom para o Conselho, para o Congresso Nacional e para o povo brasileiro.

Mais algum conselheiro deseja usar a palavra?

Concedo a palavra ao Conselheiro Paulito.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Pelo que estou vendo aqui, Sr. Presidente, são seis membros da Comissão de regionalização, aos quais caberá elaborar o parecer ou os pareceres.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Exatamente. Eu já passei para os senhores o projeto de regimento definitivo, em que essa questão é tratada com mais detalhes. Quando há um parecer vitorioso, é garantida à minoria a apresentação do seu voto em separado.

Conselheiro Geraldo, por favor, tem V. S^a a palavra.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e

vídeo) – Gostaria de um esclarecimento. A reunião é aberta para a participação de outros Conselheiros que não os da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A minha tendência é considerar que consulta melhor a democracia que tudo neste Conselho seja aberto, entretanto, não devo interferir no trabalho da Comissão. Se ela entender que trabalha melhor em uma sala fechada, respeitarei, mas gostaria que todas as ações das Comissões fossem abertas, públicas. Roosevelt dizia que a luz do sol é o melhor desinfetante. Não acredito que haja razão para a desinfetação do Conselho, mas consulta melhor à democracia que tudo se passe em um ambiente de abertura.

Conselheiro Chico Pereira, tem V. S^a a palavra.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Apenas para fazer um lembrete ao caríssimo Conselheiro Paulito, pois ele falou que a Comissão se constitui de seis pessoas que apresentarão um parecer ou os pareceres. Que isso já não seja um indicativo de partirmos para o plural dos pareceres; que trabalhem na perspectiva de construir o consenso, como é praxe.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Chico Pereira e digo, em honra à gestão do Conselheiro Paulito, que ele tem dado provas reiteradas da sua capacidade de consensualizar, da sua disposição de produzir convergência. Não vejo razão para que ele, nesse caso específico, proceda de maneira diferente.

Passo a palavra ao Conselheiro Ricardo Moretzsohn.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, como estamos falando de uma questão normativa, lembro que a Comissão apresenta o seu parecer ao pleno do Conselho, que o apreciará e concordará com ele ou não.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Sem nenhuma dúvida.

Digo que, como temos de garantir a democracia o máximo possível, se, por ventura, não se produzir convergência, garantirei aos que forem minoritários na Comissão que apresentem, em separado, um parecer minoritário, o que significaria um voto. Mas, submeterei à votação o voto da Comissão, e somente submeterei o voto em separado se o parecer for recusado. De qualquer forma, para garantir a pluralidade de entendimentos, indicarei ao Senado o voto majoritário e colocarei em anexo o voto minoritário. Essa é a única

maneira de garantir a plena manifestação dos integrantes do Conselho.

Não havendo mais Conselheiro que deseje falar, pergunto se alguém da sociedade civil que tenha interesse em se manifestar.

As senhoras, primeiro. Por favor, identifiquem-se.

A SRA. JULIANA ANDRADE LIMA – Boa-tarde a todos. Meu nome é Juliana Andrade Lima, tenho 23 anos, sou cidadã brasileira e gostaria de, nesta tarde, agradecer novamente a oportunidade de falar na reunião do Conselho. É a segunda vez que posso me manifestar. Obrigada, Senhor Presidente.

Chamou-me muito a atenção o emprego da palavra democracia, utilizada, hoje, nesta tarde. Eu somente gostaria de ressaltar que, em nome da palavra democracia, os Estados Unidos invadiram o Iraque.

Gostaria também de registrar que acompanho as reuniões do Conselho porque quero garantir meu direito de ser dona da minha própria voz, o meu direito de não ser somente uma mera receptora, mas também de ser uma produtora de comunicação, porque a minha subjetividade, o meu destino não pertencem ao Estado, a nenhum empresário, a nenhum patrão.

Preocupou-me, nesta tarde, o emprego da palavra soberania, muitas vezes confundida com soberania nacional. Como cidadã, mãe, trabalhadora, sou contra todo e qualquer tipo de corporação multinacional, internacional e até nacional desse sistema neoliberal político que já está falido. E faço minhas as palavras do Conselheiro Carlos Chagas.

Destaco outro ponto. Aproveitando a quase totalidade da reflexão sobre a esfera privada, seja da propriedade, da gestão ou de conteúdos dos meios de comunicação, novamente me dirijo às senhoras e aos senhores, sugerindo seja pautada a esfera pública dos meios de comunicação. Lembremos: as concessões às empresas privadas de comunicação são públicas. Quando iremos refletir – sociedade civil, os senhores e as senhoras – sobre a gestão pública, a programação pública? E eu entraria até na questão dos lucros públicos também.

Vale lembrar que essas empresas negligenciam a diversidade cultural, as nossas raízes africanas e indígenas. Preocupa-me a visão do Sr. Denis sobre a livre concorrência para a propriedade dos meios de comunicação, em especial os meios de comunicação religiosos. Somos uma sociedade extremamente racista. O senhor acredita, Sr. Denis, que há igualdade de condições históricas, políticas e sociais para ter e gerir uma emissora? Eu posso responder um pouco, sim, como uma radioamadora. Existe uma possibilidade lá no gueto, na marginalidade das emissoras que são reprimidas pelo Estado. E essa repressão legítima as

relações de dominação que se constroem há séculos nesta sociedade racista, sexista, paternalista, homofóbica e capitalista. Hoje, vivemos numa dominação simbólica e de identidades, e é contra ela que eu estou lutando. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Eu agradeço a manifestação. Não posso me solidarizar inteiramente, porque houve um homofóbico aí pelo meio. Considerando a presença das conselheiras Assunção e Berenice, não se dirá que este Conselho é homofóbico.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – É em outro sentido, Sr. Presidente. Homofóbico no sentido da fobia à homossexualidade.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Estou envelhecendo mesmo. Pensava, como a raiz do nome sugere, que fosse fobia a homens.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Por isso eu acho que o senhor deveria fazer o reparo na sua fala.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Claro, isso prova, sobretudo, que estamos fora dos círculos psiquiátricos! (Risos.)

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Inclusive nos envolveu.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Então retiro tudo o que disse. Recolho-me à posição de absoluta insignificância.

Tenho o prazer de passar a palavra ao Dr. Francisco Araújo Lima.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO LIMA – Muito obrigado, Sr. Presidente, sempre parabenizando a maneira democrática como o senhor conduz essas reuniões, inclusive essa oportunidade, que eu acho que nem é regimental, mas é uma iniciativa muito louvável.

Deixo um registro. Sou advogado, mas prestador de serviço e colaborador das Organizações Globo. E gostaria de deixar um único registro, já que se falou muito em conteúdo. Acho que há um ponto essencial a ser exaltado: o conteúdo divulgado, veiculado pelas Organizações Globo, por meio da TV Fechada, que é a única produtora nacional de conteúdo não jornalístico em língua portuguesa, inclusive um canal dedicado exclusivamente à multimídia nacional como é o Canal Brasil. Nós já trouxemos até um apelo ao Conselho, por meio da Conselheira Berenice, de atingirmos alguns operadores de TV a Cabo, que não cumprem até hoje a lei de carregar o sinal desse canal, o que é

obrigatório por lei, porque não há alternativa. Eu gostaria de lembrar que 82% do conteúdo da TV Globo são produzidos no Brasil, por brasileiros, artistas brasileiros, técnicos brasileiros, diretores brasileiros. Então, entendo que a TV Globo não está devendo nada em relação à produção de conteúdo nacional. Temos a maior central de produção da América Latina, que é uma indústria de produção nacional chamada Projac, e todos os que a visitam saem um pouco mais orgulhosos do Brasil.

Então, não podia deixar, Sr. Presidente, de registrar e de exaltar, mais do que já foi exaltada, a palestra do Professor Denis. É impossível. Eu bebi suas palavras e assimilei tudo que é possível. Lendo, vou completar esse processo, mas queria deixar consignado, por dever de ofício, fazer essa justiça e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a participação do Dr. Francisco de Araújo Lima.

Há mais alguém que deseje manifestar-se?

Pergunto ao Professor Denis se tem algum interesse em fazer considerações à jovem senhorita?

O SR. DENIS LERRER ROSENFELD – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Então, agradeço a participação de todos. As manifestações constarão da Ata, que estará no **site**. A divulgação é a mais plena e absoluta.

A Comissão pode ficar à vontade, e nos encontraremos no dia 15, ou no dia 22, ou no dia 29, assim que for possível.

Muito obrigado a todos. Tenham uma boa-tarde.

(Levanta-se a reunião às 18h12min.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney		Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	- Paulo Elifas
	ESPÍRITO SANTO	PT	- Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	- Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	- Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)

Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Moraes
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)

Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**(Resolução do Senado Federal nº 20/93)****COMPOSIÇÃO****(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)****1ª Eleição Geral:** 19.04.1995 **3ª Eleição Geral:** 27.06.2001**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999 **4ª Eleição Geral:** 13.03.2003**Presidente:** Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA** ¹³**Vice-Presidente:** Senador **DEMÓSTENES TORRES** ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸	DF	2285	3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 29.01.2004)**Notas:**¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5256**

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ²	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastou-se do exercício do mandato em 18.11.2003, para tratar de interesses particulares, por 125 dias - RQS 1.168/2003 (DSF de 19.11.2003, página 37785)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Eurípedes Camargo ¹	Bloco/PT	DF	2285
Demóstenes Torres ¹	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko ⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁴

PMDB
Senador Papaléo Paes ⁸
PFL ⁶
Senadora Roseana Sarney (MA) ¹
PT ⁵
Senadora Serys Slhessarenko (MT) ¹
PSDB ⁶
Senadora Lúcia Vânia (GO) ¹
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) ³
PTB ⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS) ⁷⁻⁹
PSB ⁵
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ²
PL ⁵
Senador Magno Malta (ES) ¹
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) ¹

Atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

⁹ Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato ¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 07.11.2003

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	(VAGO) ³	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em dezembro de 2003

Notas:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vaga ocupada, até 04.08.2003, por **CARLOS ROBERTO BERLINCK**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

³ Vaga ocupada, até 23.12.2003, por **PAULO CABRAL DE ARAÚJO**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: (61) 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: (61) 311-4561

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT - PTB - PSB - PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹¹⁾

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹¹⁾ Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPPLY¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador TIÃO VIANA (PT ² - AC) ⁴
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLY (PT ² - SP)

Atualizado em 04.02.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁴ Maioria definida pela Mesa em sua 10ª reunião, realizada em 06.11.2003 (Ata publicada no DSF de 12.11.2003, pg. 36262) e comunicada na Sessão do SF de 07.11.2003 (DSF de 8.11.2003, pgs.35936/35937).



EDIÇÃO DE HOJE: 176 PÁGINAS